



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2023 - REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRAS
(COM COTA EXCLUSIVA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ENQUADRADAS NOS
BENEFÍCIOS DA LEI FEDERAL N.º 123/2006 E ALTERAÇÕES).**

A PREFEITURA MUNICIPAL PITIMBU, por intermédio da Pregoeira oficial, Claudia Izabel da Silva Maia, constituído pela Portaria N° 833/2023 de 05 de ABRIL de 2023, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade Pregão; com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações; Lei Complementar nº 123/2006 e alterações; Decreto Municipal n.º 028/2021, Decreto Municipal n.º 015/2019 bem como toda legislação correlata e demais exigências Previstas neste edital e anexos, faz saber a todos os interessados, de que trata a presente licitação na modalidade Pregão Eletrônico: **do tipo de Licitação MENOR PREÇO POR ITEM**, em sessão pública, por meio da INTERNET

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório conforme anexo I (Termo de Referência), que dele fazem parte integrante.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	10:00HS DO DIA 18/04/2023 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	10:00 HS DO DIA 26/04/2023 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	10:00HS DO DIA 02/05/2023 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	10:01MIN DO DIA 02/05/2023 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO E FECHADO

1. DO OBJETO.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (USF ACAU COLÔNIA, USF ACAU MUCUIM, USF APASA, USF CAMUCIM) DO MUNICÍPIO DE PITIMBU**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05 dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, que, após, cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso entre as partes.

2.1.1. Deverá ser incluído para formação de cadastro de reserva, na respectiva Ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os objetos com preços iguais ao do licitante vencedor, na seqüência da classificação do certame, na forma do disposto no artigo 11, §1º do Decreto Municipal n.º 015/2019, respeitando-se, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata.

2.1.2. O registro a que se refere à condição 2.1.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto Municipal n.º 015/2019.

2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de PITIMBU/PB.

2.3. Caso o licitante não assine a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, bem assim, não mantenha as condições de habilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a Prefeitura declarará sem efeito os atos de classificação final, adjudicação e homologação e convocará licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

2.3.1. Os autos do processo licitatório serão encaminhados ao Pregoeiro para que providencie a convocação, através de aviso no Diário Oficial, dos demais licitantes classificados para sessão de reabertura do certame.

2.3.2. Iniciada a reunião, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o licitante e, em seguida, procederá conforme o disposto no edital.

2.3.3. Caso não obtenha sucesso na negociação com o segundo colocado, o Pregoeiro negociará com o licitante subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda as condições do edital.

2.3.4. Obtida proposta que atenda às exigências do edital e verificada a habilitação do licitante, o Pregoeiro negociará com o licitante para que o mesmo reduza seu preço ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, tendo como objetivo a formação do cadastro de reserva, na forma do artigo 11, §1º do Decreto Municipal n.º 015/2019.

2.3.5. Finalizados os procedimentos acima, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

- 2.4. A licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação para a assinatura da Ata, bem como durante o período de sua vigência.
- 2.5. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação no Diário Oficial.
- 2.6. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Pitimbu a firmar as contratações que deles poderão advir.
- 2.7 A Prefeitura órgão gerenciado da ATA-RP acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados e nas mesmas condições, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 2.8. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Prefeitura convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 2.9. A ordem de classificação das licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 2.10. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.
- 2.11. Ocorrendo a situação acima descrita, a Prefeitura poderá, ainda, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 2.12. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 2.13. O licitante vencedor somente será liberado, sem penalidade, do compromisso assumido na Ata de Registro de Preços quando:
- 2.13.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 2.13.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso.
- 2.14. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela **ATA de REGISTRO de PREÇOS**, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

3. DO CREDENCIAMENTO.

- 3.1.** O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 3.2.** O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Publicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;
- 3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e atendam as exigências deste Edital.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49;

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **concomitantemente com os** documentos de habilitação exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços;

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação;

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7. Nessa fase é **VEDADO** a identificação do licitante.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

7.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9. Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.15. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

7.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da LEI Nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.29.1 Produzidos no país;

7.29.2 Produzidos por empresas brasileiras;

7.29.3 Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4 Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no decreto municipal n. 028/2021.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **01 (uma) hora**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO.

9.1 COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.1.1 Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;

9.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e **também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.5.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.5.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.5.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica-financeira e habilitação técnica.

9.2.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto **com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.**

9.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 38, §3º, do Decreto municipal n. 028 de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **01 (uma) hora**, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

9.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1 CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.9.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.9.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.10.1.1 Caso a referida certidão não abranja o Processo Judicial Eletrônico, e este já for instalado na Comarca, sede da pessoa jurídica/física, deverá a empresa licitante, ainda, comprovar sua qualificação econômico-financeira também através desta certidão, pois a mesma abrange os processos judiciais eletrônicos.

9.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1 Pelo menos um atestado de capacidade técnica que comprove a empresa já ter contratado com órgão (s) público (s) ou privado (s) com especificações compatíveis com o objeto licitado em papel timbrado contendo, endereço, fone/fax, assinado e rubricado **por pessoa competente, em especial:**

- **Fornecimento de equipamentos médicos-hospitalar**



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

Parágrafo primeiro: entendem-se como pessoa competente, sócios, ordenador de despesa, secretários, diretores ou Dirigentes.

9.11.2 Certificado de Registro na ANVISA. Declaração do número do Registro ou Cadastro do Produto, fornecido pelo Ministério da Saúde, já em situação definitiva, neste caso, não sendo aceito número de protocolo de processo de solicitação de Registro/Isenção de Registro ou documento provisório para o mesmo fim. Os Certificados de Registro dos equipamentos expedidos pela ANVISA poderão ser cópias da publicação no Diário Oficial da União ou cópia autenticada do certificado, identificando o número do item correspondente. **Caso tenha algum produto que seja dispensado de registro, apresentar cópia do Comunicado de Aceitação de Notificação emitido pela ANVISA ou a legislação que dispensa o registro.**

9.11.3 Autorização de Funcionamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – Publicado no Diário Oficial da União em vigor e compatível com o objeto desta licitação.

Parágrafo segundo: Para o caso de empresa em trâmite de renovação do documento do subitem 9.11.3, será aceito protocolo de renovação DESDE QUE devidamente acompanhado da guia de recolhimento quitada de encargos.

9.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS.

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

15.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura do termo de contrato; cuja respectiva minuta constitui, anexo do presente ato convocatório.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (CINCO) dias** úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (CINCO) dias**, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4 O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5 Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6 Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1 .Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

15.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na minuta de contrato, anexo a este Edital.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 DO PAGAMENTO.

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na minuta de contrato, anexo a este Edital.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2 Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 20.1.3 Apresentar documentação falsa;
- 20.1.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.6 Não manter a proposta;
- 20.1.7 Cometer fraude fiscal;
- 20.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;

20.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

20.2.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

20.3. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo Nº 87, da Lei Nº 8.666/93:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do **Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu**, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. Nº 87 da Lei Nº 8.666/93, c/c art. Nº 7º da Lei Nº 10.520/02 e art. Nº 14 do Decreto Nº 3.555/00.

20.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

20.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial, as sanções administrativas previstas no ITEM 20.3, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

20.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.

21.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

21.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.3.1 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no Decreto n.º 015/2019.

22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1 Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2 A **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ** ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

22.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.7.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.7.3 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.7.4 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

22.7.5 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12 O Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

23.12.1 A anulação do pregão induz à do contrato.

23.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13 É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.14 As despesas provenientes para o exercício de 2023 nas seguintes dotações:

02.050-SECRETARIA DE SAÚDE-FMS

02050.10.301.2042.1145 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP.PARA UBS

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Os recursos serão provenientes de recursos do tesouro municipal e Convênio 10557.425000/1220-01 e 10557.425000/1210-02.

23.15 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, No sítio da Prefeitura Municipal de Pitimbu-PB <https://www.pitimbu.pb.gov.br/portal/transparencia-fiscal>.

23.16 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no departamento de licitações situada na Rua Padre José João, 31 – Centro – Pitimbu/PB, no horário de expediente das 08:00 às 14:00 Horas.

23.17 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV– MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX –MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO X –MINUTA DO CONTRATO.

Pitimbu/PB, 11 de Abril de 2023.

Claudia Izabel da Silva Maia
Pregoeira Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO 006/2023

1. OBJETO

1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (USF ACAU COLÔNIA, USF ACAU MUCUIM, USF APASA, USF CAMUCIM) DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

- **A EXCEÇÃO dos itens 07, 13 e 19, todos os demais itens serão EXCLUSIVOS a participação de empresas enquadradas nos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	ADIPÔMETRO - MATÉRIA PRIMA: ALUMÍNIO; ACABAMENTO: CROMO (CROMADO E EM CORES); MOLA EM AÇO ZINCADO; RESOLUÇÃO: MILÍMETROS; FAIXA DE MEDIÇÃO: DE 0 A 65 MM; TOLERÂNCIA: EM MÉDIA 0,5 EM 65 MM; SENSIBILIDADE: 1MM; PRESSÃO: 10G/MM ² ; ESCALA DE MEDIÇÃO: DUPLA, EM AMBOS OS LADOS; DIMENSÕES: 214X86MM;	UNID.	5
2	ANDADOR ORTOPÉDICO - MATERIAL ALUMÍNIO ANODIZADO, TIPO CONSTRUTIVO DUPLA BARRA SUSTENTAÇÃO, TIPO PÉS COM PONTEIRAS POLIPROPILENO, ALTURA REGULÁVEL, APLICAÇÃO ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 RODÍZIOS DIANTEIROS	UNID.	10
3	AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO - AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO - TIPO CAPSULAR. MODO DE OPERAÇÃO: DIGITAL COM SISTEMA UNIVERSAL, PERMITINDO O USO DE TODOS OS MODELOS DE CÁPSULAS PRÉ-DOSIFICADAS. TAMPA PROTETORA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE; POSSUIR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE IMPEDE SEU FUNCIONAMENTO COM A TAMPA ABERTA; BAIXA VIBRAÇÃO E SILENCIOSO; BIVOLT (110-220V); COM PELO MENOS 4.600 RPM; TEMPORIZADOR ELETRÔNICO COM ESCALA PODENDO IR DE 0 A 30 SEG TENDO DIVISÃO DE 1 EM 1 SEG E CAPACIDADE DE MEMORIZAÇÃO DO ÚLTIMO BATIMENTO SELECIONADO. SUPERFÍCIE LISA, FACILITANDO A LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO EQUIPAMENTO.	UNID.	2
4	APARELHO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - APARELHO RAIOS-X ODONTOLÓGICO BRAÇOS ARTICULADO VERTICALMENTE E HORIZONTALMENTE COLUNA, BRAÇOS E BASE: CONSTRUÍDOS EM AÇO, COM CANTOS ARREDONDADOS. BASE PENDULAR SUPER ESTÁVEL: COM LINHAS ARREDONDADAS E RODÍZIOS ESPECIAIS (FREIO EM DOIS RODÍZIOS). PINTURA NA COR GELO, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO. CABO DE ALIMENTAÇÃO REMOVÍVEL. SEGUE PADRÃO ABNT. FACILITA A SUBSTITUIÇÃO CASO NECESSÁRIO. PRODUTO COM CERTIFICADO INMETRO, NORMA NBR IEC-60601-1, NBR IEC-60601-2-7 E NBR IEC-601-1-1-3 ASSEGURA QUE O EQUIPAMENTO SEJA PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS TENSÃO DA REDE: 127V/60HZ / 220V/60HZ / 220V/50HZ / 230V/50HZ / 240V/50HZ POTÊNCIA DE ENTRADA: 1200VA. TENSÃO DO TUBO:70KVP CORRENTE DO TUBO: 7MA. TEMPO DE EXPOSIÇÃO: 60MS A 3,2S COMPRIMENTO DO CILINDRO: 200MM (300MM OPCIONAL). COLIMADOR RETANGULAR 30 X 40MM FILTRO EQUIVALENTE EM ALUMÍNIO: 1,5MM. DIMENSÃO DO FOCO DO TUBO: 0,8 X 0,8MM FATOR DE RESFRIAMENTO: 1:30S.	UNID.	3
5	ARMÁRIO VITRINE - 02 PORTAS EM AÇO FERRO PINTADO, PINTURA ÉPOXI, COM PRATELEIRAS DE VIDRO.	UNID.	30
6	ASPIRADOR CIRÚRGICO - ASPIRAÇÃO REGULÁVEL DE 0 A 23HG, REGULAGEM ATRAVÉS DE UM BOTÃO DE ALTA SENSIBILIDADE; USO CLÍNICO, ODONTOLÓGICO, VETERINÁRIO E CIRÚRGICO; FÁCIL LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO; PORTÁTIL, SILENCIOSO, ECONÔMICO E DE FÁCIL MANUSEIO; BAIXO CONSUMO DE ENERGIA.	UNID.	2
7	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA - DIGITAL/ATÉ 25 LITROS. - MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL, BIVOLT AUTOMÁTICO, TAMPA E CÂMARA EM AÇO INOX, SISTEMAS DE SEGURANÇA, SISTEMA DE AJUSTE DE ALTITUDE, SISTEMA DE RASTREABILIDADE QUE CUMPRE A NORMA NBR ISO 13485, VASO DE PRESSÃO COM REGISTRO CONFORME PORTARIA INMETRO N° 255 DE 29/05/2014, POTÊNCIA 1600W.	UNID.	15



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

8	AVENTAL PLUMBÍFERO ADULTO - AVENTAL DE BORRACHA PLUMBÍFERA, ACABAMENTO CORINO (AZUL MARINHO) COM PROTETOR DE TIREÓIDE, TAMANHO 76X60CM, COM EQUIVALÊNCIA EM PB 0,25MM.	UNID.	3
9	AVENTAL PLUMBÍFERO INFANTIL - AVENTAL DE BORRACHA PLUMBÍFERA, ACABAMENTO CORINO (AZUL MARINHO) COM PROTETOR DE TIREÓIDE, TAMANHO 60X50CM, COM EQUIVALÊNCIA EM PB 0,25MM.	UNID.	3
10	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL - DIGITAL ATÉ 16 KG MÍNIMO 540 X 290 (MM) - MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL, COM DISPLAY DE LCD, CONCHA INJETADA E RÉGUA ANTROPOMÉTRICA DE 0 E 54CM COM GRADUAÇÃO DE 1CM.	UNID.	15
11	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA PARA OBESOS - DIGITAL / OBESO (ATÉ 300KG) ATÉ 2 METROS - MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL, CAPACIDADE DE ATÉ 300KG, SISTEMA DIGITAL COM DISPLAY LCD.	UNID.	15
12	BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL - DIGITAL - BALANÇA DE VIDRO TEMPERADO 6MM COR TRANSPARENTE, SISTEMA DE PESAGEM ATRAVÉS DE 4 SENSORES (CÉLULAS DE CARGAS), PESA ATÉ 200KG, DIVISÃO DE 100G, TELA DE TCD, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO	UNID.	65
13	BIOMBO - AÇO INOXIDÁVEL / TAMANHO TRIPLO - PINTURA EPÓXI CONSTRUÍDO COM TUBOS DE AÇO 3/4" EM PINTURA EPÓXI, FACES EM FORTE TECIDO DE ALGODÃO CRU, AMARRADO COM CORDÕES NA ESTRUTURA E PÉS COM RODÍZIOS DE 2". DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA ABERTO: 1.80 M LARGURA FECHADA: 66 CM X ALTURA 1,75 M MEDIDAS DA EMBALAGEM: 1,77 X 0,68 X 0,50.	UNID.	60
14	BISTURI ELÉTRICO (ATÉ 150 W) - ATÉ 100 W; FUNÇÃO BIPOLAR - ALIMENTAÇÃO: 110/220 VAC (AUTOMÁTICO) 580VA 50/60HZ; FORMA DE MEDIDA DA POTÊNCIA DE ACORDO COM A ABNT NBR IEC60601-2-2; CORRENTE DE FUGA DE RF: BIPOLAR: <60MA (RMS) MONOPOLAR: < 150MA (RMS); DIMENSÕES: 13 CM X 27 CM X 20 CM (A X L X P); PESO: 5,4 KG.	UNID.	5
15	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO - AÇO INOXIDÁVEL - PRODUTO: APOIO DE BRAÇO COM ALTURA REGULÁVEL. COMPOSIÇÃO: FERRO COM PINTURA ELETROSTÁTICA BRANCA INDICAÇÃO: COLETA DE SANGUE, INJEÇÃO. ALTURA MÍNIMA DE 74 CM. ALTURA MÁXIMA DE 110CM MEDIDAS DO APOIO DE BRAÇO: 19CM X 13CM PESO DO PRODUTO: 1.100KG GARANTIA FORNECIDA PELO FABRICANTE	UNID.	20
16	CADEIRA DE BANHO - CADEIRA DE RODAS PARA BANHO ADULTO DE INOX - EQUIPAMENTO UTILIZADO NO TRANSPORTE E BANHO DE PESSOAS FRAGILIZADAS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS INTEGRANTES DO EQUIPAMENTO: CONSTRUÍDA EM AÇO INOX; PINTURA EPÓXI; ENCOSTO REVESTIDO COM CAPA DE CAPOTA IMPERMEÁVEL; ASSENTO ESTOFADO E EM CURVA; RODAS TRASEIRAS EM NYLON, COM PNEU ANTI-FURO DE 20'; RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS DE 6'; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; EIXOS REFORÇADOS DE AÇO; FREIOS BILATERAIS; APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEL; SUPORTE DO PEDAL TIPO PLATAFORMA FIXO REGULÁVEL NA ALTURA. LARGURA APROXIMADA DO ASSENTO: 42 CM LARGURA APROXIMADA DA CADEIRA: 63 CM PESO DA CADEIRA MENOR QUE: 12 KG TOLERÂNCIA DE PESO SUPERIOR OU IGUAL A: 120 KG COM BALDE COLETOR DE RESÍDUOS REMOVÍVEL MESMO COM O PACIENTE SENTADO	UNID.	10
17	CADEIRA DE RODAS ADULTO - AÇO OU FERRO PINTADO / ESCAMOTEÁVEL / REMOVÍVEL / COM ELEVÇÃO - EM AÇO FERRO PINTADO, COM PÉS REMOVÍVEIS E BRAÇOS FIXOS COM SUPORTE DE SORO.	UNID.	30
18	CADEIRA DE RODAS PARA OBESOS - 160 KG A 199 KG / ESCAMOTEÁVEL / REMOVÍVEL - ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; EIXOS DE AÇO REFORÇADO; PINTURA EPÓXI; ESTOFAMENTO 100% CAPOTA IMPERMEÁVEL E ACOLCHOADO; ESTRUTURA TIPO MONOBLOCO COM ENCOSTO REBATÍVEL; RODAS TRASEIRAS DE 24" INFLÁVEIS, RAIADAS; RODAS DIANTEIRAS DE 6" MACIÇAS, COM GARFO DE ALUMÍNIO; ARO DE IMPULSO EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS QUATRO RODAS; FREIOS BILATERAIS; PROTETOR DE RAIOS; APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS; PROTETOR DE ROUPAS INCORPORADO AO APOIO DE BRAÇOS; APOIO DE PÉS REBATÍVEL REGULÁVEL NA ALTURA; FAIXA DE PANTURRILHA; PLACA DE FIXAÇÃO DAS RODAS TRASEIRAS COM 6 FUROS QUE PERMITEM A REGULAGEM DE ALTURA, MUDANÇA DO ÂNGULO DO ASSENTO E ANTERIORIZAÇÃO OU POSTERIORIZAÇÃO DAS MESMAS. LARGURA ASSENTO: 60CM; LARGURA TOTAL: 78CM, PROFUNDIDADE: 50CM; ALTURA ENCOSTO: 50CM; PROFUNDIDADE TOTAL: 103CM; PESO TOTAL: 18CM; TOLERÂNCIA DE PESO: 200KG; GARANTIA ESTRUTURA: 12 MESES.	UNID.	20
19	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA (EQUIPO/SUGADOR/REFLETOR). - (CADEIRA/EQUIPO/SUGADOR/REFLETOR/MOCHO) COMANDO DA CADEIRA PEDAL, CABECEIRA ARTICULADA, REFLETOR MULTIFOCAL DE LED (MAIS DE UMA INTENSIDADE), EQUIPO COM BRAÇO PNEUMÁTICO ACOPLADO, UNIDADE AUXILIAR 01 SUGADOR, CUBA PORCELANA/CERÂMICA, COM SERINGA TRÍPLICE, NO MÍNIMO 04 TERMINAIS NO EQUIPO.	UNID.	10
20	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE - MATERIAL DA ESTRUTURA: AÇO - TUBO 1" X 1,20MM; CAPACIDADE: 120KG; DIMENSÕES E PESO: 93,0 x 60,0 X 55,0 CM (A, L, C) - 8,0 KG; PINTURA: EPOXI	UNID.	15
21	CAIXA PARA DESINFECÇÃO DE LIMAS ENDODÔNTICAS - PRODUZIDO EM AÇO INOX - INCLUI TAMPAS COM ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO À BASE. O SUPORTE DAS LIMAS PODE SER RETIRADO DA CAIXA.	UNID.	2



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

	CAPACIDADE TOTAL DE 31 A 70 LIMAS. TRATAMENTO DIFERENCIADO: TIPO I - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADA		
22	CÂMARA ESCURA ODONTOLÓGICA - ANGULAGEM PARA ENTRADA DAS MÃOS, TORNANDO FÁCIL O ACESSO AS CUBAS, EVITANDO MAU POSICIONAMENTO DO OPERADOR. DESIGN MODERNO COM CAIXA MOLDADA EM POLIPROPILENO (PP). O POLIPROPILENO POSSUI CARACTERÍSTICAS ATÓXICAS, BOA RIGIDEZ, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, ÁCIDOS, SUBSTÂNCIAS ALCALINAS E DETERGENTES. FÁCIL REMOÇÃO DAS LUVAS PARA ASSEPSIA. NÃO EXISTEM BORDAS RETENTIVAS, FACILITANDO A LIMPEZA E DESINFECÇÃO. POSSUI ALOJAMENTO PARA OS RECIPIENTES QUE CONTÉM LÍQUIDO EVITANDO QUE OS MESMOS FIQUEM SOLTOS, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA PARA O OPERADOR. VISOR ACRÍLICO DESTACÁVEL, COM ÓTIMA TRANSPARÊNCIA E TOTAL FILTRAGEM DA LUZ. TOTAL ADERÊNCIA NO LOCAL DE TRABALHO, FACILITANDO O MANUSEIO. SEM RISCO AO USUÁRIO. NÃO UTILIZA ENERGIA ELÉTRICA. PRÁTICA MODERNA E DE FÁCIL MANUSEIO. BAIXO CUSTO PARA PEÇAS DE REPOSIÇÃO.	UNID.	3
23	CARRO DE CURATIVOS - AÇO INOXIDÁVEL / BALDE E BACIA - ARMAÇÃO TUBULAR COM TAMPO E PRATELEIRA DE CHAPA DE AÇO EM PINTURA ÉPOXI, SUPORTE PARA BALDE E BACIA, PÉS COM RODÍZIOS DE 3", ACOMPANHA 1 BALDE DE 5 LITROS EM ALUMINIUM E 01 BACIA DE 3 LITROS EM AÇO INOX.	UNID.	20
24	COLCHÃO CAIXA DE OVO - DENSIDADE 33: PARA COLOCAR COMO FORRAÇÃO POR CIMA DO COLCHÃO CONVENCIONAL PARA EVITAR O APARECIMENTO DE ESCARAS, E TAMBÉM PARA MASSAGEAR O CORPO ENQUANTO DEITADO, ATIVANDO A CIRCULAÇÃO. SUPERFÍCIE PERFILADA EVITA A FORMAÇÃO DE ESCARAS, PROLONGA A VIDA ÚTIL DO COLCHÃO E PROPORCIONA MAIOR CONFORTO AO DORMIR. CONFECCIONADO EM 100% ESPUMA DE POLIURETANO; MEDIDAS DO PRODUTO: 88 X 188 X 04 CM; RESISTÊNCIA ATÉ 120 KG;	UNID.	10
25	COLCHÃO PNEUMÁTICO - COLCHÃO MEDICINAL COLCHÃO PNEUMÁTICO, ANTI-ESCARAS, COMPOSTO DE CÂMARAS DE AR COLCHÃO PNEUMÁTICO. GENERALIDADES: COLCHÃO ANTI-ESCARAS (COMPOSTO DE CÂMARAS DE AR QUE SE ENCHEM E ESVAZIAM ALTERNADAMENTE ATIVANDO A CIRCULAÇÃO SANGUÍNEA E PREVENINDO A FORMAÇÃO DE ESCARAS) COM CICLO DE AR ALTERNADO COM COMPRESSOR. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: - COLCHÃO: CONFECCIONADO EM POLIVINIL, COMPOSTO DE CÉLULAS UNIFORMES (MÍNIMO DE 130 CÉLULAS), VOLUME DE AR AJUSTÁVEL, POSSUIR CICLO DE AR ALTERNADO, COM ATÉ 60 GRAUS DE POSSIBILIDADE DE INCLINAÇÃO. DIMENSÕES: 90 X 190CM. UNIDADE DE CONTROLE: GANCHOS PARA FIXAÇÃO AO LEITO DO PACIENTE, LUZ INDICADORA DE FUNCIONAMENTO, MANGUEIRA DE CONEXÃO COM O COLCHÃO. DEVE POSSUIR PESO (COLCHÃO + UNIDADE DE CONTROLE) DE NO MÁXIMO 6 KG. ACESSÓRIOS: ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220 V / 60HZ. PARA UNIDADES DA SES HRSJ 60 - ICSC 10 - HGCR 38 - HDWC 10 - HNR 10 - HRHDS 45 - HST 30.	UNID.	10
26	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO 30 A 39 L / 1 A 1,5 HP / 6 A 7 PÉS - IDEAL PARA 01 OU 2 CONSULTÓRIOS; ISENTO DE ÓLEO, COM APROXIMADAMENTE 45 LITROS; 1,5 HP, 220 V, 50 / 60 HZ; PRESSÃO MÁXIMA 120 LIBRAS/POL OU 8,3 BAR, PESO APROXIMADO DE 50 KG. RUÍDO ATÉ 60 DB. TRATAMENTO DIFERENCIADO: TIPO I - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADA	UNID.	9
27	CRIOCAUTÉRIO - NITROGÊNIO / DERMATOLÓGICO - CAPACIDADE INTERNA: 350 OU 500ML; TEMPO DE ARMAZENAMENTO: 350ML: 10 A 12 HORAS - 500ML: ATÉ 24 HORAS; FABRICADO EM MATERIAL ESPECIAL ISOLANTE, MANTENDO O NITROGÊNIO POR ATÉ 12 HORAS EM SEU INTERIOR (VERSÃO DE 350ML) OU 24 HORAS (VERSÃO DE 500ML). AMPOLA E SISTEMA DE VÁLVULA TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL;	UNID.	2
28	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO - 50 A 250 CHOQUES POSSUI 1 PAR ELETRODO - NORMAS TÉCNICAS: ABNT NBR IEC 60601-1; ABNT NBR IEC 60601-1-2; ABNT NBR IEC 60601-1-6; ABNT NBR IEC 60601-2-4. CERTIFICAÇÕES RELEVANTES: CERTIFICAÇÃO DE PRODUTO – INMETRO. GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA CHOQUE ELÉTRICO: ENERGIZADO INTERNAMENTE QUANDO EM OPERAÇÃO E CLASSE II QUANDO A BATERIA ESTÁ SOB CARGA. (OBS: MODELO COM BATERIA DESCARTÁVEL: ENERGIZADO INTERNAMENTE). CLASSIFICAÇÃO DE PARTES APLICADAS: PARTES APLICADAS TIPO CF À PROVA DE DESFIBRILAÇÃO. (APLICÁVEL A CADA MÓDULO: PÁS DE CHOQUE, SPO2, ECG E FEEDBACK DE RCP). PROTEÇÃO CONTRA PENETRAÇÃO NOCIVA DE ÁGUA: IP56. GRAU DE SEGURANÇA DE UTILIZAÇÃO EM PRESENÇA DE MISTURA ANESTÉSICA INFLAMÁVEL: EQUIPAMENTO NÃO ADEQUADO AO USO NA PRESENÇA DE MISTURA INFLAMÁVEL COM AR, O2 E N2O. MODO DE OPERAÇÃO: MODO DE OPERAÇÃO NÃO CONTÍNUO: CICLO DE OPERAÇÃO: ON MÁX. - CARGA CAPACITOR: 6 SEGUNDOS OFF INTERVALO MIN. ENTRE OS DISPAROS: 30 SEGUNDOS. CARREGADOR DE BATERIA: ENTRADA: 100 – 240 VAC/ 50 – 60 HZ SAÍDA: 12,6VDC - 800M. A COMBINAÇÃO DO CARREGADOR COM O EQUIPAMENTO COMPÕE UM SISTEMA. ALIMENTAÇÃO INTERNA (BATERIA INTERNA): TIPO: LITHIUM-ION RECARREGÁVEL, 11,1 VDC, 2200MAH. ALIMENTAÇÃO INTERNA (BATERIA INTERNA). TEMPO DE CARGA COMPLETA DA BATERIA	UNID.	2



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

	(COMPLETAMENTE DESCARREGADA): 4 HORAS. TEMPERATURA DE 10°C A 60°C. MEIO UTILIZADO PARA SEPARAÇÃO DO EQUIPAMENTO DA REDE ELÉTRICA: PLUGUE DE REDE. TEMPO MÁXIMO CUMULATIVO DE EXPOSIÇÃO OPERADOR/PACIENTE AO EQUIPAMENTO: APROXIMADAMENTE 10 HORAS (DURAÇÃO DA BATERIA). GRAVAÇÃO DE DADOS EM MEMÓRIA INTERNA (2GB): CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO DE DADOS POR TODA A VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO SEM QUE SEJA NECESSÁRIA A TRANSFERÊNCIA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 10°C A 40°C. UMIDADE DE OPERAÇÃO: 30% A 75%. PRESSÃO ATMOSFÉRICA DE OPERAÇÃO: 700 HPA A 1060 HPA (525 MMHG 795 MMHG). TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: 0 °C A 50 °C. UMIDADE DE ARMAZENAMENTO: 10% A 95%, SEM CONDENSAÇÃO. CONDIÇÕES DE TRANSPORTE: FAIXA DE TEMPERATURA AMBIENTE DE 0°C A +50° C; FAIXA DE UMIDADE RELATIVA DE 10% A 95%; FAIXA DE PRESSÃO ATMOSFÉRICA DE 700 HPA A 1060HPA (525MMHG A 795MMHG). CONDIÇÕES DE TRANSPORTE EMPILHAMENTO MÁXIMO DE 5 CAIXAS. TRANSPORTAR NA CAIXA ORIGINAL DO EQUIPAMENTO.DIMENSÃO: 295 X 225 X 155 MM. PESO: APROXIMADAMENTE 1,9KG.		
29	DESTILADOR DE ÁGUA - ATÉ 5 LITROS/HORAS - CAPACIDADE: 5 LITROS POTÊNCIA: 127 V - 550 WATTS / 220 V - 450 WATTS. VOLTAGEM: 127 V OU 220 V FREQUÊNCIA: 50/60 HZ DIMENSÕES: 27 X 33 X 27,6 CM (L X A X P) PESO BRUTO:4 KG	UNID.	5
30	DETECTOR FETAL - DE MESA / DIGITAL - TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE, COMPACTO, LEVE E FÁCIL OPERAÇÃO, ALTO-FALANTE DE ALTA PERFORMANCE, DESIGN ERGONÔMICO E COMPARTIMENTO PARA TRANSDUTOR, ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO OU GRAVADOR DE SOM OU COMPUTADOR, BOTÃO LIGA/DESLIGA, CONTROLE DE VOLUME E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, TELA DE LCD PARA VISUALIZAÇÃO NUMÉRICA DO BATIMENTO CARDÍACO FETAL, ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE PILHAS ALCALINAS.	UNID.	25
31	DOPPLER VASCULAR PORTÁTIL - FREQUÊNCIA: 10MHZ + - 20%; ALOJAMENTO PARA TRANSDUTOR FIXADO NA LATERAL DIREITA; BOTÃO LIGA OU DESLIGA COM REGULAGEM DA INTENSIDADE DO VOLUME; SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO OU GRAVADOR DE SOM; COMPARTIMENTO PARA A BATERIA NA PARTE INFERIOR INTERNA; ALIMENTAÇÃO POR 01 BATERIA DE 9 V. (NÃO INCLUSA NO APARELHO); LED INDICADOR DE BATERIA FRACA LOCALIZADA NO PAINEL FRONTAL; DIMENSÕES: (L. P. A.) 85 X 45 X 180 MM; PESO LÍQUIDO 360 GR. PRODUTO PROJETADO EM CONFORMIDADE AOS REQUISITOS DAS NORMAS: NBR-IEC 60.601-1 E NBR-IEC 60.601-1-2.	UNID.	2
32	ELETROCARDIOGRAFO - IMPRESSORA TÉRMICA INTEGRADA DE ALTA RESOLUÇÃO, IMPRESSÃO EM 1, 3, 6 E 12 CANAIS NO FORMATO A4, ECONOMIA DE IMPRESSÃO, EM MODO GRADE, PERMITE O USO DE BOBINA DE FAX, FÁCIL OPERAÇÃO UTILIZANDO APENAS UMA TECLA, INTERPRETAÇÃO DO ECG E MEDIDAS COMPLEXAS, BATERIA RECARREGÁVEL DE LONGA DURAÇÃO, SOFTWARE PERMITE VISUALIZAR / ARQUIVAR / ENVIAR / IMPRIMIR EM PAPEL COMUM.	UNID.	5
33	EQUIPO CART ODONTOLÓGICO - NO MÍNIMO 03 - POSSUI SERINGA TRIPLICE; TERMINAIS NO MÍNIMO 3	UNID.	4
34	ESCADA COM 2 DEGRAUS - AÇO INOXIDÁVEL - EM AÇO FERRO PINTADO, PINTURA ÉPOXI.	UNID.	50
35	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO - ANALÓGICO / NYLON OU TECIDO EM ALGODÃO - ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE - ADULTO - FECHO EM VELCRO; CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO: 18 - 35CM; TAMANHO DO MANGUITO: 12MMX22CM (LXC); FAIXA DE MEDIÇÃO: 0 - 300MMHG; VALOR DE UMA MEDIÇÃO: 2MMHG; GRADUAÇÃO MÍNIMA E MÁXIMA: 2MMHG E 304 MMHG; TOLERÂNCIA: +/- 3MMHG; BRAÇADEIRA EM NYLON; FECHO EM VELCRO; MATERIAL: PVC.	UNID.	25
36	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL - ANALÓGICO/NYLON - 1 MANÔMETRO (0-300 MMHG). 1 BRAÇADEIRA INFANTIL - 10 A 18 CM. (NYLON COM FECHAMENTO EM VELCRO). PÊRA E VÁLVULA DE DEFLAÇÃO.	UNID.	20
37	ESFIGMOMANÔMETRO OBESO - ANALÓGICO / NYLON OU TECIDO EM ALGODÃO - FECHAMENTO: VELCRO; VÁLVULA: METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL; MEDIDAS BRAÇADEIRA: 51,0 X 14,0CM; MEDIDA DO MAGUITO: 12,0 X 22,5 CM.	UNID.	20
38	ESTADIÔMETRO VERTICAL - ALUMÍNIO + PLÁSTICO ABS INJETADO - ALTURA DO PRODUTO: 88 CM; LARGURA DO PRODUTO: 28 CM; PROFUNDIDADE DO PRODUTO: 28 CM; PESO LÍQUIDO: 3.5 KG; ALTURA DA EMBALAGEM: 30 CM; LARGURA DA EMBALAGEM 30 CM; PROFUNDIDADE DA EMBALAGEM: 30 CM; PESO BRUTO COM EMBALAGEM: 4 KG	UNID.	15
39	ESTADIÔMETRO HORIZONTAL - ALUMÍNIO - MATERIAL: PLÁSTICO ABS ALTAMENTE RESISTENTE; DESMONTÁVEL, LEVE E PRÁTICO DE TRANSPORTAR; ESCALA NUMÉRICA EM CENTÍMETROS; AFERE ATÉ 196 CM DE ALTURA; HIGIENIZÁVEL; CONTÉM 4 RÉGUAS E 2 MEDIDORES, SENDO UM FIXO.	UNID.	15
40	ESTETOSCÓPIO ADULTO - AUSCUTADOR EM AÇO INOX, TIPO DUPLO. EM AÇO FERRO PINTADO.	UNID.	40
41	ESTETOSCÓPIO INFANTIL - AUSCUTADOR EM AÇO INOX, TIPO DUPLO. EM AÇO FERRO PINTADO.	UNID.	20
42	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL - LED FLEXÍVEL - ILUMINAÇÃO DE LED, COM HASTE FLEXIVEL EM AÇO	UNID.	15



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

	FERRO PINTADO.		
43	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS - LED, SEM FIO, SEM RADIÔMETRO - 1500W/CM2 DE POTÊNCIA, 3 MODOS DE OPERAÇÃO (CONTÍNUO, PULSADO E RAMPA, PONTEIRA DE FIBRA ÓTICA 100% COERENTE E AUTOCLAVÁVEL, PROTETOR PARA RADIAÇÃO LUMINOSA EM ACRÍLICO POLARIZADO, CORPO E BASE CARREGADORA INJETADO EM ABS, COM OPÇÃO DE DESCANSO DO APLICADOR, CONTROLE DE TEMPO DE APLICAÇÃO PROGRAMÁVEL DE 5 A 40S INDIVIDUALMENTE POR MODO, DESIGNE MODEERNO COM OPÇÕES EM CORES VIBRANTES.	UNID.	12
44	KIT ACADÊMICO - COMPOSTO POR: (ALTA ROTAÇÃO PUSH BOTON COM LED, MICROMOTOR INTRA, CONTRA ÂNGULO INTRA E PEÇA RETA INTRA).	UNID.	10
45	KIT BANDEJA ULTRASSOM - BANDEJA DE COLUNA PARA PERIFÉRICOS COM EXCELENTE RESISTÊNCIA MECÂNICA. DIMENSÕES PADRONIZADAS, SUPORTA ATÉ 7KG, SENDO IDEAL PARA MOTOR DE ENDO, PRÓTESE, IMPLANTE E APARELHOS DE PROFILAXIA EM GERAL.	UNID.	10
46	LANTERNA CLÍNICA/LED - ILUMINAÇÃO: LUZ BRANCA (LED BRANCO FRIO) TENSÃO ELÉTRICA: 3 V (VOLTS) FLUXO LUMINOSO: 4.000 MCD (MILICANDELAS) TEMPERATURA DE COR: 5.550 – 6.000 K (KELVIN) VIDA ÚTIL: 20.000 H (HORAS-MÍNIMA).	UNID.	5
47	LARINGOSCÓPIO ADULTO- FIBRA ÓPTICA INTEGRADA /LED / 03 LÂMINAS RIGIDAS / AÇO INOXIDÁVEL	UNID.	5
48	LARINGOSCÓPIO INFANTIL - FIBRA ÓPTICA INTEGRADA /LED / 03 LÂMINAS RIGIDAS / AÇO INOXIDÁVEL	UNID.	3
49	LASER EC - EQUIPAMENTO DE LASER TERAPÊUTICO SEM FIO (WIRELESS) DESENVOLVIDO PARA BIOMODULAÇÃO EM RESPOSTAS INFLAMATÓRIAS, AÇÃO ANALGÉSICA, ACELERAÇÃO DE PROCESSOS DE CICATRIZAÇÃO E COMBATE AOS RADICAIS LIVRES DE OXIGÊNIO. SEUS DOIS DIODOS LASERES EMITEM LUZ NO COMPRIMENTO DE ONDA VERMELHO (660 NM) E INFRAVERMELHO (808 NM) NA POTÊNCIA DE 100 MW	UNID.	2
50	LOCALIZADOR APICAL COM CONECTIVIDADE - TELA DE LCD DE 4,5" BRILHANTE E COLORIDA, BASE ADE APOIO ESTÁVEL EM ALUMINIUM, MEDIDOR DE COMPRIMENTO DO DENTE, PERMITE QUE O PROFISSIONAL DEFINA UMA DISTÂNCIA DE SEGURANÇA DE AVISO ANTES DA ZONA DE LIMITE DO FORAME APICAL, INDICADOR SONORO COM INTENSIDADE AJUSTÁVEL, INDICADOR DE NÍVEL DE BATERIA, EQUIPAMENTO ENERGISADO POR BATERIA RECARREGÁVEL, EQUIPAMENTO PODE SER UTILIZADO EM CONJUNTO COM O MOTOR ENDODÔNTICO.	UNID.	2
51	MACA PORTÁTIL - POSSUI ESTRUTURA DE MADEIRA E COURVIN DE ALTA QUALIDADE, LEVE, PRÁTICA, RESISTENTE, FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MONTAGEM EXTREMAMENTE PRÁTICA. PESO: 14 KG ESTRUTURA: MADEIRA REFORÇADA. ESPUMA: DENSIDADE D28 COM ESPUMA: DENSIDADE D28 COM 3 CM DE ESPESSURA. REVESTIMENTO: COURVIN DE ALTA QUALIDADE. POSSUI: DUAS ALÇAS E RODINHAS PARA TRANSPORTE. SEGURANÇA: TRAVA DE SEGURANÇA EM TODOS OS PÉS. SUPORTA: 200 KG	UNID.	5
52	MARTELO DE REFLEXO - AÇO INOXIDÁVEL - CABEÇA COM DOIS LADOS DE BORRACHA SINTÉTICA; ESCOVA ROSQUEADA NO CABO; AGULHA INSERIDA NA CABEÇA; COMPRIMENTO 19CM. DADOS TÉCNICOS: FABRICADO EM AÇO INOX.	UNID.	3
53	MESA AUXILIAR - DE 40X40X80CM A 40X60X80CM/AÇO INOXIDÁVEL - FERRO PINTADO, PINURA ÉPOXI CO RODÍZIOS DE 4X40X80(CM).	UNID.	25
54	MESA DE EXAMES - COM ARMÁRIO / MADEIRA - MDF - EM AÇO FERRO PINTADO PINTURA ÉPOXI, COM SUPORTE PARA PAPEL.	UNID.	25
55	MESA DE MAYO - AÇO INOXIDÁVEL - MATERIAL ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO INOX, ALTURA REGULÁVEL C/ANEL FIXAÇÃO NO TUBO DA COLUNA, COMPONENTES BANDEJA AÇO INOX 50 X 40CM, OUTROS COMPONENTES 3 RODÍZIOS DE 2.	UNID.	12
56	MESA GINECOLÓGICA - SEM ARMÁRIO / AÇO-FERRO PINTADO - EM AÇO FERRO PINTADO, PINTURA ÉPOXI, COM POSIÇÃO DE LEITO MÓVEL.	UNID.	15
57	MINI INCUBADORA - DESENVOLVIDA PARA INCUBAÇÃO DE INDICADORES BIOLÓGICOS AUTOCONTIDOS COM RESPOSTAS EM 24HRS E 48HRS, POSSIBILITA A INCUBAÇÃO DE 4 INDICADORES BIOLÓGICOS SIMULTANEAMENTE, POTÊNCIA DE 10W, BIVOLT.	UNID.	2
58	MOCHO - AÇO / FERRO CROMADO / POSSUI / A GÁS - TIPO DE REGULAGEM: ALTURA DO ASSENTO; TIPO DE BASE: ESTRELA BAIXA EM AÇO 280 MM; TIPO DE ESPUMA: INJETADA; CAPACIDADE DE CARGA: 110 KG; ALTURA MÁXIMA DO ASSENTO AO CHÃO: 53 CM; ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO AO CHÃO: 42 CM	UNID.	5
59	MOTOR ENDODÔNTICO COM CONECTIVIDADE - CONTRA ÂNGULO COM ILUMINAÇÃO POR LED: GARANTINDO A MÁXIMA VISUALIZAÇÃO DO CAMPO DE TRABALHO, 2 SISTEMAS DE FUNCIONAMENTO: PREPARAÇÃO DO CANAL RADICULAR: MODO CONTÍNUO, MODO RECIPROCANTE E 9 MODOS PERSONALIZÁVEIS E FUNÇÃO INTEGRADA (PREPARAÇÃO + MEDIDA DO COMPRIMENTO DO CANAL RADICULAR): FUNÇÕES APICAL REVERSO/STOP, AUTO INÍCIO, APICAL DOWN. ACIONAMENTO DO MOTOR NA PEÇA DE MÃO, BATERIAL DA PEÇA DE MÃO DE ALTA CAPACIDADE, MEDIÇÃO DO	UNID.	1



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

	COMPRIMENTO DE TRABALHO NÃO INFLUENCIADA PELA ESPESSURA DA LIMA, REVERSÃO AUTOMÁTICA DE SENTIDO DE GIRO POR TORQUE E POR APROXIMAÇÃO DO ÁPICE APICAL, AMPLA FAIXA DE ROTAÇÃO: 100-1000RPM, POSSIBILIDADE DE AJUSTE MANUAL NO SENTIDO DE ROTAÇÃO HORÁRIO/ANTI-HORÁRIO. REDUÇÃO DA VELOCIDADE DE GIRO POR APROXIMAÇÃO DO ÁPICE APICAL E INÍCIO DE FUNCIONAMENTO AUTOMÁTICO NA DETECÇÃO DA ENTRADA DO CANAL RADICULAR, SISTEMAS DE LIMA PRÉ-DEFINIDOS FACILITANDO A UTILIZAÇÃO, PERMITINDO TAMBÉM A PERSONALIZAÇÃO DE PARAMETROS DO EQUIPAMENTO COMO TORQUE E VELOCIDADE DE ROTAÇÃO, VISOR OLED DE ALTA DEFINIÇÃO, TELA DE 1,0" DE ALTO CONTRASTE, CONTRA ÂNGULO SISTEMA PUSH BOTTON, TRANSMISSÃO 1:1, REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL ATÉ 135°C, CABEÇA COM DIMENSÕES REDUZIDAS PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO CAMPO DE TRABALHO, ROTAÇÃO DE 360° PARA POSICIONAMENTO ADEQUADO DO CONTRA ÂNGULO. FAIXA DE TORQUE 0,6-5,0 NCM, FAIXA DE ROTAÇÃO 100-1000RPM. 220V.		
60	MULETA AXILAR - MATERIAL ESTRUTURA ALUMÍNIO, TIPO PONTEIRA BORRACHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AJUSTE TELESCÓPIO DA ALTURA, CAPACIDADE 100 KG	UNID.	20
61	MULETA CANADENSE - ESTRUTURA ALUMÍNIO, MATERIAL PONTEIRA DE BORRACHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AJUSTE TELESCÓPIO ALTURA, TAMANHO INFANTO JUVENIL.	UNID.	20
62	MULETA CANADENSE - ESTRUTURA ALUMÍNIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL ANODIZADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTADO, MATERIAL PONTEIRA NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS APOIO ARTICULADO ANTEBRAÇO, MATERIAL APOIO MÃO NÁILON, RESISTÊNCIA ATÉ 130 KG	UNID.	20
63	NEBULIZADOR PORTÁTIL - 01 APARELHO COMPRESSOR DE AR. 01 CONJUNTO NEBULIZADOR EM SACO PLÁSTICO CONTENDO TUBO ATÓXICO E COPO DOSADOR. 02 MÁSCARAS EM PVC ANATÔMICAS E ATÓXICAS. (01 ADULTO E 01 INFANTIL) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MOTOR: 1/30 HP CONSUMO DE ENERGIA: 70 / 80 W VOLTAGEM: 110 E 220 VOLTS (60 HZ) COMPRESSÃO: 40 LIBRAS (MÁXIMO) VAZÃO DE AR LIVRE: 15 LITROS / MIN VAZÃO DE AR COM NEBULIZADOR: 7,5 LITROS / MIN PARTÍCULAS: 0,5 A 8 MÍCRONS EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO	UNID.	15
64	NEGATOSCÓPIO - 02 CORPOS - DOIS SUPORTES PARA FIXAÇÃO DE RADIOGRAFIA; O VISOR É DE ACRÍLICO TRANSLÚCIDO, PELÍCULA EM POLICARBONATO COM A SUPERFÍCIE TOTALMENTE PLANA PARA FACILITAR A TRAÇAGEM COM RÉGUA; CARENAGEM CONFECCIONADA EM ABS, EVITANDO O RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO, POIS O PRÓPRIO MATERIAL JÁ É UM ISOLANTE; ILUMINAÇÃO A LED PROPORCIONANDO LUZ BRANCA E HOMOGENEA EM TODA A SUPERFÍCIE DO VISOR, ALÉM DE PROPORCIONAR MAIOR DURABILIDADE, ECONOMIA DE ENERGIA E ACENDIMENTO INSTANTÂNEO; LUPA CRISTAL COM AUMENTO DE ATÉ 3,5X; BAIXO CUSTO PARA PEÇAS DE REPOSIÇÃO. CONSUMO: 9,6 W, ILUMINAÇÃO LED: 1900-2200 MCD, FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 12V 2A.	UNID.	5
65	OTOSCÓPIO SIMPLES - FIBRA OPTICA / LED 5 A 10 ESPECULOS REUTILIZÁVEIS.	UNID.	15
66	OXÍMETRO - VISOR EM TECNOLOGIA OLED, MELHOR VISUALIZAÇÃO EM QUALQUER CONDIÇÃO DE LUMINOSIDADE, INFORMA SATURAÇÃO (SP02) E FREQUÊNCIA CARDÍACA, CURVA PLESTIMOGRÁFICA, CAPA PROTETORA EM SILICONE E ESTOJO PARA ARMAZENAMENTO.	UNID.	24
67	POLTRONA HOSPITALAR - AÇO E FERRO PINTADO /ESTOFADO COURVIN/ ATÉ 120 KG / ACIONAMENTO MANUAL.	UNID.	35
68	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) - MATERIAL SILICONE, POSSUI VÁLVULA DE PEEP, POSSUI VÁLVULA UNIDIRECIONAL E POSSUI RESERVATÓRIO.	UNID.	5
69	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) - POSSUI RESERVATÓRIO, MATERIAL DE CONFECCÃO - SILICONE / APLICAÇÃO - INFANTIL / POSSUI VALVULA UNIDIRECIONAL	UNID.	5
70	SELADORA- MANUAL/GRAU CIRÚRGICO - PARA SELAR EMBALAGEM DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO. SELADORA DE MESA. POSSUI ACIONAMENTO MANUAL. CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO, AUMENTANDO A DURABILIDADE DO PRODUTO. SISTEMA PARA AQUECIMENTO COM RESISTÊNCIA BLINDADA. PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA. ÁREA PARA SELAGEM: 31CM. LARGURA PARA SELAGEM: 13MM. TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO (VOLTAGEM): BIVOLT (127/220 V) AUTOMÁTICO. FREQUÊNCIA: 50/60 HZ. POTÊNCIA MÁXIMA: 100 W. TEMPERATURA: ATÉ 200°C.	UNID.	11
71	SUPORTE DE SORO - PEDESTAL / AÇO INOXIDÁVEL - RODAS MATERIAL: AÇO CARBONO; ALTURA MÍNIMA: 1,87 METROS; ALTURA MÁXIMA: 2,04 METROS.	UNID.	30
72	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - MODO DE AJUSTE DIGITAL, CANETA TRANSDUTOR DO ULTRASSOM COM LED PARA ILUMINAR O CAMPO OPERATÓRIO, INDICADO PARA PERIODONTIA SUPRA E SUB, ENDODONTIA, DENTISTICA E PRÓTESE, FREQUÊNCIA CONSTANTE DE 30.000 HZ, BIVOLT.	UNID.	10



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

1.2 Prazo e local para entrega do objeto: Os produtos, quando solicitados deverão ser entregues em até **25 (vinte e cinco) dias** a contar do recebimento da ordem de compra, na secretaria municipal de saúde do Município de Pitimbu-PB.

1.3 Adjudicação do Objeto: será por preço unitário.

1.4 Da estimativa a ser adquirida: Estima-se que a quantidade a ser adquirido pelo Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu-PB, órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço, é o equivalente a no mínimo 80% (oitenta por cento) do total dos quantitativos constantes no subitem 1.1.

1.5 Da validade de ata de registro de preço: A ata de registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial.

1.6 Dos órgãos participantes: Participarão deste certame o Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu-PB.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Tendo em vista as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas respectivas unidades de saúde, os materiais são de uso diários e permanentes, para as Unidades básicas de Saúde aa exemplo da USF Acau Colônia, USF Acau Mucuí, USF Apasa, USF Camucim, por isso, é de fundamental importância a aquisição destes equipamentos para que possamos manter os serviços em pleno funcionamento e oferecer melhor qualidade.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os equipamentos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, alterações, subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93 alterações e demais normas inerentes à espécie.

4. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. A entrega será de forma parcelada de acordo com a necessidade do Fundo Municipal de Saúde e quando requisitada, deverá ser entregue em **até 25 (vinte e cinco) dias**, após o recebimento da ordem de fornecimento/compra, contendo a especificação, marca e a quantidade, devidamente autorizada e identificada.

4.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outras despesas que não seja o proposto pela empresa vencedora.

4.3. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização através de carimbo e assinatura no canteiro da Nota Fiscal (contendo descrição do objeto ofertado pela empresa) e/ou no conhecimento de transporte, devidamente datado e assinado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

- Após o recebimento provisório do objeto, será feita a avaliação do mesmo a fim comprovar sua perfeita qualidade de acordo com o especificado no Edital, bem como o que foi proposto pela empresa e, caso seja verificada qualquer irregularidade, os mesmos deverão ser substituídos por conta e ônus da CONTRATADA. Somente após o cumprimento dessa determinação pela CONTRATADA, será o objeto dado como recebido definitivamente e aceito;

- A conferência dos produtos serão feitos pela CONTRATADA acompanhados da CONTRATANTE;
- Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e conseqüente aceitação mediante carimbo e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da Nota Fiscal.

4.4 Caberá à CONTRATANTE rejeitar no total ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações ou com falhas de funcionamento.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 Pelo menos um atestado de capacidade técnica que comprove a empresa já ter contratado com órgão (s) público (s) ou privado (s) com especificações compatíveis com o objeto licitado em papel timbrado contendo, endereço, fone/fax, assinado e rubricado **por pessoa competente, em especial:**

- **Fornecimento de equipamentos médicos-hospitalar**

Parágrafo primeiro: entendem-se como pessoa competente, sócios, ordenador de despesa, secretários, diretores ou Dirigentes.

5.2 Certificado de Registro na ANVISA. Declaração do número do Registro ou Cadastro do Produto, fornecido pelo Ministério da Saúde, já em situação definitiva, neste caso, não sendo aceito número de protocolo de processo de solicitação de Registro/Isenção de Registro ou documento provisório para o mesmo fim. Os Certificados de Registro dos equipamentos expedidos pela ANVISA poderão ser cópias da publicação no Diário Oficial da União ou cópia autenticada do certificado, identificando o número do item correspondente. **Caso tenha algum produto que seja dispensado de registro, apresentar cópia do Comunicado de Aceitação de Notificação emitido pela ANVISA ou a legislação que dispensa o registro.**

5.3 Autorização de Funcionamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – Publicado no Diário Oficial da União em vigor e compatível com o objeto desta licitação.

Parágrafo segundo: Para o caso de empresa em trâmite de renovação do documento do subitem 5.3, será aceito protocolo de renovação DESDE QUE devidamente acompanhado da guia de recolhimento quitada de encargos.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as especificações do objeto;

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.4. Substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, imediatamente, o produto fora dos padrões e normas técnicas, no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

6.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

6.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, transporte, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A Contratante obriga-se a:

7.1.1. Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

7.1.4. Emitir, por servidor credenciado, requisição de ordem de fornecimento;

7.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

8.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DA GARANTIA

9.1 A garantia dos equipamentos, não poderá ser inferior 1 (um) ano, contados a partir da data da entrega do produto.

9.2. Caso as garantias oferecidas pelo(s) adjudicatário(s) ou pelo(s) fabricante(s) ou fornecedor (es) sejam distintas, prevalecerá a de maior prazo, devendo estar explícitas na proposta da(s) Licitante(s), bem como constar da Nota Fiscal.

9.3. Em caso de defeitos constatados no período de garantia, o fornecedor se obriga a efetuar a reposição imediata das peças defeituosas e mão-de-obra, sem qualquer ônus para a Contratante;

9.4. O fornecedor deverá responsabilizar-se pela substituição de peças que apresentarem falhas de funcionamento ou deficiência de desempenho, devidamente comprovado por ocasião de sua utilização, serão substituídas no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da apresentação de notificação formal da Contratante.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital e legislações correlatas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

Pitimbu-PB, 11 de Abril de 2023.

Claudia Izabel da Silva Maia
Pregoeira Oficial

Aprovo o Termo de Referência em ____ de _____ de _____.

Adelma Cristovam dos Passos
Prefeita



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202302038

SESSÃO PÚBLICA: 02/05/2023, ÀS 10H01MIN.
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU/PB

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 QUE **NÃO POSSUI** COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU/PB**, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.
- 4 QUE O PRAZO DE INÍCIO DA ENTREGA DOS OBJETOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA CIDADE DE PITIMBU/PB NO ENDEREÇO INDICADO PELA SECRETARIA REQUISITANTE, TODOS OS PRODUTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE
INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202302038

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU/PB
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO LICITADOR QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE NOS TERMOS DO ARTIGO 32, PARÁGRAFO 2º, E ARTIGO 97 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

_____ EM, ___ DE _____ DE 2023.

(ASSINATURADO RESPONSÁVEL E CPF)



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202302038**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. V DO ART. Nº 27 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, ACRESCIDO PELA LEI Nº 9.854, DE 27 DE OUTUBRO DE 1999, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

ANEXO V –DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202302038**

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP**, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP** QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP** NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP** ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP** NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE PITIMBU/PB, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 2023.

REPRESENTANTE LEGAL



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202302038**

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.)], ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() MICROEMPRESA – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR
(NO CASO DE ME E EPP)
CPF: XXX.XXX.XXX-XX
CRC: _____



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202302038

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU-PB
AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA.....,INSCRITA NO CNPJ Nº.....,POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR.....,PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº.....E DO CPF Nº.....,DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA,EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ___ DE _____ DE 2023.

(ASSINATURADO RESPONSÁVEL E CPF)



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

ANEXO VIII –DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202302038**

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.520/02, QUE CUMPRE TODOS OS
REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU-
PB– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP**

....., DE DE 2023.

REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023

Pregão Eletrônico nº 006/2023

No dia ___ de _____ de 20 __, a Prefeitura Municipal de Pitimbu, situada Na Rua _____, nº ____, Bairro _____, Cidade _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representado pelo _____, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, alterações, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, do Decreto Municipal nº 015/2019 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico nº 006/2023**, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário _____, localizado _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representado pelo _____ conforme quadro abaixo:

Item	Descrição completa do objeto/marca	Quantidade Anual	Preço Unitário	Valor Anual
		(B)	(A)	(C) = (A)x(B)
1				
2				
TOTAL ANUAL (R\$)				

Adjudicação do Objeto: será por preço unitário

Da validade de ata de registro de preço: A ata de registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial.

Dos órgãos participantes: Participará deste certame o Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu.

1. DO PRAZO E DOTAÇÃO

1.1 O prazo início do fornecimento do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do Fundo, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, considerado a partir da emissão da ordem de serviços. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta do orçamento vigente Recursos Próprios do Município.

2. DO PAGAMENTO

2.1 O pagamento será efetuado em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu

2.2 O pagamento será feito mediante depósito ou transferência bancária em conta da contratada.

2.3 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

2.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = IxNxP

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx/100)}{365}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

3. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05 dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, que, após, cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso entre as partes.

3.1.1. Deverá ser incluído para formação de cadastro de reserva, na respectiva Ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os objetos com preços iguais ao do licitante vencedor, na seqüência da classificação do certame, na forma do disposto no artigo 11, §1º do Decreto Municipal n.º 015/2019, respeitando-se, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata.

3.1.2. O registro a que se refere à condição 3.1.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto Municipal n.º 015/2019.

3.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de PITIMBU/PB.

3.3. Caso o licitante não assine a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, bem assim, não mantenha as condições de habilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a Prefeitura declarará sem efeito os atos de classificação final, adjudicação e homologação e convocará licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

3.3.1. Os autos do processo licitatório serão encaminhados ao Pregoeiro para que providencie a convocação, através de aviso no Diário Oficial, dos demais licitantes classificados para sessão de reabertura do certame.

3.3.2. Iniciada a reunião, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o licitante e, em seguida, procederá conforme o disposto no edital.

3.3.3. Caso não obtenha sucesso na negociação com o segundo colocado, o Pregoeiro negociará com o licitante subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda as condições do edital.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

3.3.4. Obtida proposta que atenda às exigências do edital e verificada a habilitação do licitante, o Pregoeiro negociará com o licitante para que o mesmo reduza seu preço ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, tendo como objetivo a formação do cadastro de reserva, na forma do artigo 11, §1º do Decreto Municipal n.º 015/2019.

3.3.5. Finalizados os procedimentos acima, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor.

3.4. A licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação para a assinatura da Ata, bem como durante o período de sua vigência.

3.5. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação no Diário Oficial.

3.6. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Pitimbu a firmar as contratações que deles poderão advir.

3.7 A Prefeitura órgão gerenciado da ATA-RP acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados e nas mesmas condições, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração.

3.8. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Prefeitura convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

3.9. A ordem de classificação das licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.10. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

3.11. Ocorrendo a situação acima descrita, a Prefeitura poderá, ainda, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.12. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.13. O licitante vencedor somente será liberado, sem penalidade, do compromisso assumido na Ata de Registro de Preços quando:

3.13.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.13.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso.

3.14. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela **ATA de REGISTRO de PREÇOS**, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

4. DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

4.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses.

4.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro a ser feita, preferencialmente, através de notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricante ou outros que demonstrem indiscutivelmente a elevação do custo do objeto.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

4.3. Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar o Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu à variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração.

4.4. Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá efetuar a entrega dos produtos pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.

4.5. A pedido do fornecedor.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei nº 10.520/02;

5.2. Poderá ainda ser cancelado o registro de preços na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.2.1. Por razão de interesse público; ou

5.2.2. A pedido do fornecedor.

5.3. Em qualquer caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa, o cancelamento ocorrerá mediante determinação do Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu

6. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

6.1 Prazos, condições e local de entrega serão disciplinados pelo Termo de Referência.

7 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

7.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

7.1.2 Não assinar a ata de registro de preços;

7.1.3 Apresentar documentação falsa;

7.1.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

7.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.1.6 Não manter a proposta;

7.1.7 Cometer fraude fiscal;

7.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;

7.2 O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

7.3 A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a **Prefeitura Municipal de PITIMBU/PB**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

7.4. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo Nº 87, da Lei Nº 8.666/93:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de PITIMBU/PB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da **Prefeitura Municipal de PITIMBU/PB**, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. Nº 87 da Lei Nº 8.666/93, c/c art. Nº 7º da Lei Nº 10.520/02 e art. Nº 14 do Decreto Nº 3.555/00.

7.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

7.6. Serão publicadas na Imprensa Oficial, as sanções administrativas previstas acima, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

Pitimbu/PB, ____ de _____ de 2023.

Prefeitura Municipal de Pitimbu-PB
identificação e Cargo

[Razão social da empresa]

Representante legal: [nome completo]

CI:[número e órgão emissor]

CPF:[número]

Instrumento de outorga de poderes:[procuração/contrato social/estatuto social]



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

ANEXO X – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2023 - MINUTA CONTRATO

CONTRATO Nº: ____/2023

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PITIMBU, ESTADO DA PARAÍBA, E A EMPRESA:, TENDO POR OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (USF ACAU COLÔNIA, USF ACAU MUCUIM, USF APASA, USF CAMUCIM) DO MUNICÍPIO DE PITIMBU.

De um lado como CONTRATANTE, e assim denominado no presente instrumento, o _____, Estado da Paraíba, com Sede na Rua. _____, _____, _____ - CEP _____ – _____/PB, CNPJ: _____, ora representado pelo Senhor (a) _____, portadora do CPF/MF n.º _____, RG n.º _____, residente e domiciliado à Rua _____, Nº _____, _____, _____, e de outro lado, como CONTRATADO (a), e assim denominado no presente instrumento, o (a) Proponente: _____, com sede _____, nº _____, CIDADE: _____, CNPJ: _____. Representado (a) pelo senhor (a) _____; CPF: _____; RG _____.

As partes assim nomeadas e qualificadas, pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo e na melhor forma de direito, têm, entre si, ajustado o presente, subordinados à Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como vinculado ao Eletrônico n.º 006/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

1.1 Este contrato decorre da licitação modalidade pregão eletrônico registro de preço – 006/2023, processada nos termos da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

2.1 O presente contrato tem por objeto: registro de preço para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (USF ACAU COLÔNIA, USF ACAU MUCUIM, USF APASA, USF CAMUCIM) DO MUNICÍPIO DE PITIMBU**, conforme abaixo descrito:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

3.1 O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 0,00 (Por extenso).

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS:

4.1 Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

4.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, a ser feita, preferencialmente, através de notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricante ou outros que demonstrem indiscutivelmente a elevação do custo do objeto.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

4.3 Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar o Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu à variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração.

4.4 Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá efetuar a entrega dos produtos pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.

4.5 A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

5.1 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta do orçamento vigente 2023 nas seguintes dotações:

02.050-SECRETARIA DE SAÚDE-FMS

02050.10.301.2042.1145 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP.PARA UBS

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Os recursos serão provenientes de recursos do tesouro municipal e Convênio 10557.425000/1220-01 e 10557.425000/1210-02.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB.

6.2 O pagamento será feito mediante depósito ou transferência bancária em conta da contratada.

6.3 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

6.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times P$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx/100)}{365}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA E VIGENCIA:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

7.1. A entrega será de forma parcelada de acordo com a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Pitimbu e quando requisitada, deverá ser entregue em **até 25 (vinte e cinco) dias**, após o recebimento da ordem de fornecimento/compra, contendo a especificação, marca e a quantidade, devidamente autorizada e identificada.

7.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outras despesas que não seja o proposto pela empresa vencedora.

7.3. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização através de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal (contendo descrição do objeto ofertado pela empresa) e/ou no conhecimento de transporte, devidamente datado e assinado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

- Após o recebimento provisório do objeto, será feita a avaliação do mesmo a fim comprovar sua perfeita qualidade de acordo com o especificado no Edital, bem como o que foi proposto pela empresa e, caso seja verificada qualquer irregularidade, os mesmos deverão ser substituídos por conta e ônus da CONTRATADA. Somente após o cumprimento dessa determinação pela CONTRATADA, será o objeto dado como recebido definitivamente e aceito;

- A conferência dos materiais serão feitos pela CONTRATADA acompanhados da CONTRATANTE;

- Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e conseqüente aceitação mediante carimbo e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da Nota Fiscal.

7.4 Caberá à CONTRATANTE rejeitar no total ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações ou com falhas de funcionamento.

7.5. O início da execução do contrato será 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato.

7.6. O Contrato vigorará a contar de sua assinatura pelas partes até o dia **31/12/2023**. O prazo constante nesta cláusula poderá ser prorrogado, havendo acordo entre ambas as partes, depois de observado o Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Emitir, por servidor credenciado, requisição de ordem de fornecimento;

8.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

- 9.2.** Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as especificações do objeto;
- 9.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4.** Substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, imediatamente, o produto fora dos padrões e normas técnicas, no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.5.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 9.6.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.8.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 9.9.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, transporte, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 9.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

- 10.1 A garantia dos equipamentos, não poderá ser inferior 1 (um) ano, contados a partir da data da entrega do produto.
- 10.2. Caso as garantias oferecidas pelo(s) adjudicatário(s) ou pelo(s) fabricante(s) ou fornecedor (es) sejam distintas, prevalecerá a de maior prazo, devendo estar explícitas na proposta da(s) Licitante(s), bem como constar da Nota Fiscal.
- 10.3. Em caso de defeitos constatados no período de garantia, o fornecedor se obriga a efetuar a reposição imediata das peças defeituosas e mão-de-obra, sem qualquer ônus para a Contratante;
- 10.4. O fornecedor deverá responsabilizar-se pela substituição de peças que apresentarem falhas de funcionamento ou deficiência de desempenho, devidamente comprovado por ocasião de sua utilização, serão substituídas no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da apresentação de notificação formal da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

11.1 Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

11.2 A CONTRATADA reconhecerá os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 12.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 12.1.2 Não assinar a ata de registro de preços;
- 12.1.3 Apresentar documentação falsa;
- 12.1.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 12.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.6 Não mantiver a proposta;
- 12.1.7 Cometer fraude fiscal;
- 12.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;

12.2 O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

12.3 A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a **Prefeitura Municipal de PITIMBU/PB**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

12.4. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo Nº 87, da Lei Nº 8.666/93:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de PITIMBU/PB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da **Prefeitura Municipal de PITIMBU/PB**, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. Nº 87 da Lei Nº 8.666/93, c/c art. Nº 7º da Lei Nº 10.520/02 e art. Nº 14 do Decreto Nº 3.555/00.

12.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.6. Serão publicadas na Imprensa Oficial, as sanções administrativas previstas acima, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 Fica desde já eleito o Fórum da Comarca de Caaporã, Estado da Paraíba, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação/ou execução deste Contrato, não resolvidas na esfera Administrativa.

13.2 E por estarem assim justos; Contratados e Concordantes com todas as Cláusulas e condições ora ajustadas, as partes assinam o presente Contrato Administrativo, que é feito em 02 (Dois) vias de igual teor, na presença de duas Testemunhas instrumentais, que também assinam, devendo a CONTRATANTE, no prazo legal, providenciar a publicação, na imprensa Oficial, do extrato do Contrato, a teor no Art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 8.666/93, tudo para que o ato produza seus Jurídicos e Legais efeitos.

PITIMBU/PB, **** de ***** de ****

PREFEITA/ CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1.º _____

RG N.º

2.º _____

RG N.º



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete do Prefeito

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX PITIMBU, 13 DE ABRIL DE 2023 EDIÇÃO Nº 0418

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DA PREFEITA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

Adelma Cristovam dos Passos
Prefeita Constitucional

Valter Monteiro dos Santos Filho
Secretário de Administração

SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
PITIMBU

Rua Padre José João, 31, Centro, Pitimbu – PB CEP
58.324-000 Fone/Fax (83) 3299-1016 CNPJ
08.916.785/0001-59

DIÁRIO OFICIAL DE PITIMBU
ORGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DO
MUNICÍPIO
Criado pela Lei Municipal nº 106, de 13.12.2002

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2023- SRP

A Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB, nos termos da lei 10.520/02 e disposições da lei 8.666/93 e suas alterações, lei complementar n.º 123/2006 alterações, bem como toda legislação correlata, tornar público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico sistema de registro de preço do tipo menor preço, objetivando o registro de preço para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (USF ACAU COLÔNIA, USF ACAU MUCUM, USF APASA, USF CAMUCIM) DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, em sessão pública que realizar-se a às 10:h01min do dia 02/05/2023, no Endereço eletrônico onde será realizado o pregão: www.portaldecompraspublicas.com.br . O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos seguintes endereços: www.portaldecompraspublicas.com.br e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pitimbu-PB <https://www.pitimbu.pb.gov.br/portal/transparencia-fiscal>. Demais informações na sede da prefeitura municipal de Pitimbu/PB, na CPL localizado na Rua João José Monteiro de Souza, 31 – centro – 58.324-000 – Pitimbu/PB. no horário de expediente normal das 08h00min às 14h00min.

Pitimbu-PB, 13 de Abril de 2023.

CLÁUDIA IZABEL DA SILVA MAIA
Pregoeira Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2023 – SRP

A Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB, nos termos da Lei 10.520/02 e disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei complementar n.º 123/2006 alterações, Decreto Municipal n.º 028/2021, Decreto Municipal n.º 15/2019 bem como toda legislação correlata, tornar público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preço do tipo menor preço, objetivando o Registro de Preço para Aquisição parcelada de materiais de limpeza, material de higiene e descartáveis, destinados a manutenção das atividades das diversas Secretarias municipais de Pitimbu, em sessão pública que realizar-se a às 10:h01min do dia 28/04/2023, no Endereço eletrônico onde será realizado o pregão: www.portaldecompraspublicas.com.br . O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos seguintes endereços: www.portaldecompraspublicas.com.br e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pitimbu-PB <https://www.pitimbu.pb.gov.br/portal/transparencia-fiscal>. Demais informações na sede da prefeitura municipal de Pitimbu/PB, na CPL localizado na Rua João José Monteiro de Souza, 31 – centro – 58.324-000 – Pitimbu/PB. no horário de expediente normal das 08h00min às 14h00min.

Pitimbu-PB, 13 de abril de 2023

CLAUDIA IZABEL DA SILVA MAIA
Pregoeira Oficial

----- FIM DA EDIÇÃO -----



Superintendência Cajazeirense de Transporte e Trânsito e: CT N° 00025/2023 - 30.03.23 - EDINEIDE LIRA DE SOUZA SA - R\$ 323.500,00.

EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIAS CIVIL SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS, SENDO: LOTE 01 - ESCOLA IRMÃ NIRVANDA ROLIM; LOTE 02 - ESCOLA ANTONIO DE SOUSA DIAS; E LOTE 03 - ESCOLA GALDINO PIRES, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços n° 00009/2022. ADITAMENTO: Ajuste no quantitativo para adequação do projeto. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Cajazeiras e: CT N° 00035/2023 - Crv Construcoes e Servicos Ltda - ME - 1° Aditivo - acréscimo de R\$ 154.440,10. O valor de cada parcela corresponde a R\$ 190.375,76. ASSINATURA: 13.04.23

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIEDOS NA RUA ANTONIO FELIX ROLIM NO MUICIOPI DE CAJAZEIRAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação n° DV00023/2023. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Cajazeiras e: CT N° 00119/2023 - 12.04.23 - MAXICASA COMERCIO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA. - ME - R\$ 97.900,00.

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA O SERVIÇO DE TOMOGRAFIA DO CENTRO DIAGNÓSTICO DE IMAGENS DA SECRETARIA DE SAÚDE. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico n° 60006/2022. DOTAÇÃO: DE ACORDO COM O CONTRATO VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2023. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde de Cajazeiras e: CT N° 60097/2023 - 05.04.23 - 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 711.000,00.

Prefeitura Municipal de Manaíra**LICITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO E ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N° 00014/2022

O Presidente da Comissão de Licitação torna público para conhecimento dos licitantes participantes da Tomada de Preço N° 00014/2022, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de pavimentação em vias públicas urbanas do município de Manaíra/PB conforme contrato de repasse N° 923773/2021/MDR/CAIXA, que teve Recurso Interposto pela empresa EKS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 02.750.635/0001-31, referente à proposta de preços da empresa M3 CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ N° 22.635.788/0001-45, foi julgado IMPROCEDENTE, conforme parecer jurídico, análise recursal e decisão. Outros esclarecimentos na Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua José Rosas, S/N, Centro, Manaíra-PB.

Manaíra - PB, 13 de abril de 2023.

JOSÉ ALBERTO TAVARES JUNIOR
Presidente da CPL/PMM

EXTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA

EXTRATO DE CONTRATO**PREGÃO PRESENCIAL N° 00005/2023**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de estruturas (palco, som, iluminação e outros) com montagem, desmontagem e instalação para atender a demanda do calendário das festividades tradicionais e culturais do município de Manaíra/PB, no exercício de 2023.

MODALIDADE: Pregão Presencial 00005/2023

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8666/93, LEI FEDERAL N° 10.520/2002 e alterações posteriores.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: RECURSOS: 20.600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO - 13 392 1012 2027 PROMOÇÃO DE FESTAS TRADICIONAIS, REGIONAIS E FOLCLÓRICAS - ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 99 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

VIGENCIA: Até 31 de Dezembro de 2023.

PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA PB E CONTRATO N° 10501/2023 - J A P SERVICOS E PRODUCAO TEATRAL LTDA - CNPJ: 11.008.714/0001-62 - VALOR: R\$ 615.440,00.

Manaíra/PB, 03 de abril de 2023.

MANOEL VIRGULINO SIMÃO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO**PREGÃO ELETRÔNICO N° 00015/2023**

OBJETO: Contratação de serviços automotivos de oficina mecânica destinada à frota de veículos e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal de Manaíra- PB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico n° 00015/2023

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: RECURSOS: 20.300 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - 04 122 1002 2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 20.500 SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS - 15 122 1002 2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA; 20.600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - 12 361 1005 2020 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE - 12 361 1005 2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO

FUNDAMENTAL - MDE; 12 365 1005 2026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL - MDE; 12 361 1005 2016 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO; 12 361 1005 2023 MANUTENÇÃO DO FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL - OUTRAS DESPESAS 30%; 20.700 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10 301 1008 2050 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS; 10 301 1008 2052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE - 20.800 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 08 244 1009 2063 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- COMPONENTE: SCFV/ PBF; 08 244 1009 2064 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO PROG.BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO- IGD BF; 08 244 1009 2065 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO SUAS; 20.801 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL; 20.801 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL; 08 122 1002 2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL; ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Manaíra e CT N° 91501/2023 - ANA CLEIDE DOS SANTOS ALVES 32695399839 - ME - CNPJ N° 20.763.093/0001-13 - VALOR: R\$ 309.770,00. Manaíra/PB, 12 de abril de 2023.

MANOEL VIRGULINO SIMÃO
PREFEITO

Prefeitura Municipal de São José do Bonfim**LICITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BOMFIM

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO N° 00010/2023

A Prefeitura Municipal de São José de Bonfim - PB, torna público para conhecimentos dos interessados participantes do processo que tem como objeto: Aquisição de material de elétrico entre outros equipamentos destinados as diversas secretarias do Município de São José do Bonfim/PB e do Fundo Municipal de Assistência Social e Saúde do município de São José do Bonfim/PB, o resultado do JULGAMENTO do recurso Impetrado pela empresa MARIA DE JESUS ALVES BEZERRA LTDA, CNPJ n° 03.405.089/0002-45, sobre a sua inabilitação. O Recurso foi NEGADO PROVIMENTO. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na sede da Prefeitura Municipal, das 08:00 às 12:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua José Ferreira, 05 - Centro - São José de Bonfim - PB e através do Portal Compras Públicas.

São José de Bonfim - PB, 13 de Abril de 2023.

JOSEILDO ALVES MONTEIRO
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Pitimbu**LICITAÇÕES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2023 - SRP**

A Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB, nos termos da Lei 10.520/02 e disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei complementar n.º 123/2006 alterações, Decreto Municipal n.º 028/2021, Decreto Municipal n.º 15/2019 bem como toda legislação correlata, tornar publico aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preço do tipo menor preço, objetivando o Registro de Preço para Aquisição parcelada de materiais de limpeza, material de higiene e descartáveis, destinados a manutenção das atividades das diversas Secretarias municipais de Pitimbu, em sessão pública que realizar-se a às 10:h01min do dia 28/04/2023, no Endereço eletrônico onde será realizado o pregão: www.portaldecompraspublicas.com.br . O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos seguintes endereços: www.portaldecompraspublicas.com.br e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pitimbu-PB <https://www.pitimbu.pb.gov.br/portal/transparencia-fiscal>. Demais informações na sede da prefeitura municipal de Pitimbu/PB, na CPL localizado na Rua João José Monteiro de Souza, 31 - centro - 58.324-000 - Pitimbu/PB. no horário de expediente normal das 08h00min às 14h00min.

Pitimbu-PB, 13 de abril de 2023

CLAUDIA IZABEL DA SILVA MAIA
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRONICO N.º 006/2023- SRP**

A Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB, nos termos da lei 10.520/02 e disposições da lei 8.666/93 e suas alterações, lei complementar n.º 123/2006 alterações, bem como toda legislação correlata, tornar público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico sistema de registro de preço do tipo menor preço, objetivando o registro de preço para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (USF ACAU COLÔNIA, USF ACAU MUCUIM, USF APASA, USF CAMUCIM) DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, em sessão pública que realizar-se a às 10:h01min do dia 02/05/2023, no Endereço eletrônico onde será realizado o pregão: www.portaldecompraspublicas.com.br . O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos seguintes endereços: www.portaldecompraspublicas.com.br e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pitimbu-PB <https://www.pitimbu.pb.gov.br/portal/transparencia-fiscal>. Demais informações na sede da prefeitura municipal de Pitimbu/PB, na CPL localizado na Rua João José Monteiro de Souza, 31 - centro - 58.324-000 - Pitimbu/PB. no horário de expediente normal das 08h00min às 14h00min.

Pitimbu-PB, 13 de Abril de 2023.

CLÁUDIA IZABEL DA SILVA MAIA
Pregoeira Oficial

AVISO

DECISÃO DE RECURSO E ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº 14/2022

O Presidente da Comissão de Licitação torna público para conhecimento dos licitantes participantes da Tomada de Preço Nº 00014/2022, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de pavimentação em vias públicas urbanas do município de Manaíra/PB conforme contrato de repasse Nº 923773/2021/MDR/CAIXA, que teve Recurso Interposto pela empresa EKS CONSTRUÇÕES E SERVICOS LTDA, CNPJ: 02.750.635/0001-31, referente à proposta de preços da empresa M3 CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ Nº 22.635.788/0001-45, foi julgado IMPROCEDENTE, conforme parecer jurídico, análise recursal e decisão. Outros esclarecimentos na Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua José Rosas, S/N, Centro, Manaíra-PB.

Manaíra - PB, 13 de abril de 2023.
 JOSÉ ALBERTO TAVARES JUNIOR
 Presidente da CPL/PMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

AVISO DE ADIAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2023

A Comissão Permanente de Licitação comunica o adiamento da Tomada de Preços nº 00002/2023, para o dia 09 de maio de 2023 às 09:00 horas, no mesmo local inicialmente divulgado: Rua Jose Benício de Araújo, 121 - Centro - Massaranduba - PB. Informações: no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no referido endereço. Telefone: (83) 3399-1105. E-mail: publicacaodiarios@gmail.com.

Massaranduba - PB, 11 de abril de 2023
 ÂNGELA MARIA BARBOSA DE ARAUJO
 Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0.10.45/2023- SRP

A Comissão Permanente de Licitação da prefeitura Municipal de Monteiro, através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, devidamente nomeados pela Prefeitura Municipal de Monteiro, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que se encontra aberta à licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 0.10.45/2023, cujo objeto SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO - PB. DATA DA ABERTURA: 27 DE ABRIL DE 2023, ÀS 09H00MIN (HORÁRIO LOCAL). Valor R\$ 172.482,66. Cópia do edital de demais documentos pertinentes estará à disposição no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Monteiro, à Rua Dr. Alcindo Bezerra de Menezes, 13, Centro, 1º Andar, nesta Cidade, no horário de expediente das 08h00min às 13h00min. Outras informações pelo <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, www.monteiro.pb.gov.br e <https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf>. Monteiro-PB 13 de Abril de 2023.

ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO
 Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE FOGO

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Contratação de Empresa especializada para locação de ativos visando a modernização e eficientização do sistema de iluminação dos logradouros urbanos do Município de Pedras de Fogo, com garantia de funcionamento e cadastramento georeferenciado, por período de 60 meses, incluindo o fornecimento integral de materiais necessários, baseada no registro de preços originado pelo Processo Licitatório nº. 1.110/2022-PMPF/PB supra citado, nos termos do Artigo 6º, Inciso II; do Art. 45, Parágrafo 1º, Inciso I; bem como dos Art. 54 e 55, da Lei nº 8.666/93, conforme as especificações técnicas constantes nos anexos e proposta apresentada na Licitação. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico Nº 1.018/2022. Processo Administrativo Nº 1.110/2022-PMPF. Dotação: Unidade Orçamentária: 02.08. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação; Programa de Trabalho: 15 752 1154 1148 melhoria e manutenção da rede de iluminação pública; Objetivo: Iluminação e melhoria da rede de iluminação no território municipal. Elemento de Despesa: 1203 3390.39 00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Fonte de Recursos: Mediane arrecadação mensal da CIP do Município. Vigência: 60 (sessenta) meses. Partes Contratantes: Município de Pedras de Fogo-PB: CT Nº 0024/2023-PMPF - 10.04.23 - Consórcio Ilumina Pedras - R\$ 7.133.689,20 (sete milhões cento e trinta e três mil seiscentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕESINHOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel Alvino, 56 - Centro - Pilõesinhos - PB, por meio do site www.portaldecompraspublica.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição de máquinas e equipamentos para o Município de Pilõesinhos - PB, (Trator agrícola de pneus 90cv / Carreta tipo Caçamba Hidráulica / Grade Aradora / Plana Agrícola / Roçadeira Hidráulica / Sulcador), de acordo com Convênio nº 938264/2022. Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 28 de Abril de 2023. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 99167-0794. E-mail: joaofilho_85@hotmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublica.com.br

Pilõesinhos - PB, 13 de abril de 2023
 JOÃO CAVALCANTE DA CRUZ FILHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2023- SRP

A Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB, nos termos da lei 10.520/02 e disposições da lei 8.666/93 e suas alterações, lei complementar n.º 123/2006 alterações, bem como toda legislação correlata, tornar público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico sistema de registro de preço do tipo menor preço, objetivando o registro de preço para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (USF ACAU COLÔNIA, USF ACAU MUCUIM, USF APASA, USF CAMUCIM) DO MUNICÍPIO DE PITIMBU, em sessão pública que realizar-se a às 10:h01min do dia 02/05/2023, no Endereço eletrônico onde será realizado o pregão: www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos seguintes endereços: www.portaldecompraspublicas.com.br e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pitimbu-PB <https://www.pitimbu.pb.gov.br/portal/transparencia-fiscal>. Demais informações na sede da prefeitura municipal de Pitimbu/PB, na CPL localizado na Rua João José Monteiro de Souza, 31 - centro - 58.324-000 - Pitimbu/PB. no horário de expediente normal das 08h00min às 14h00min.

Pitimbu-PB, 13 de Abril de 2023.
 CLÁUDIA IZABEL DA SILVA MAIA
 Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DANTAS

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Reforma da Creche Mãe Teté na sede do município de Poço Dantas/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00001/2023. DOTAÇÃO: 12.365.1003.2.010 - Manutenção do Ensino Infantil 3.3.90.39.00.00.00 0542 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 12.361.1004.2.012 - Manutenção do Ensino Fundamental 3.3.90.39.00.00.00 0540 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até 12/10/2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Poço Dantas e: CT Nº 00060/2023 - 13.04.23 - A L S CONSTRUÇÕES, SERVICOS E EVENTOS EIRELI - R\$ 157.658,67.

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de um veículo 0km tipo PICKUP para a secretaria de educação do Município de Poço Dantas - PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00006/2023. DOTAÇÃO: 12.361.1004.1.040 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 4.4.90.52.00.00.00 0500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.4.90.52.00.00.00 0540 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.4.90.52.00.00.00 0542 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Poço Dantas e: CT Nº 00034/2023 - 02.03.23 - DICAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS CAJAZEIRAS LTDA - R\$ 112.980,00..

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 306/2023, Nº 307/2023, Nº 308/2023, Nº 309/2023, Nº 310/2023, Nº 311/2023, Nº 312/2023, Nº 313/2023, Nº 314/2023, Nº 315/2023 E Nº 316/2023. OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. CONTRATO N.º 0306/2023, CONTRATADO: ADRIANA FREIRES DE LIMA, CPF: 007.732.874-42, VALOR: R\$ 5.767,75, PRAZO: 31/12/2023. CONTRATO N.º 0307/2023, CONTRATADO: ANTONIO FRANCISCO CAVALCANTE, CPF: 103.769.974-27, VALOR: R\$ 972,00, PRAZO: 31/12/2023. CONTRATO N.º 0308/2023, CONTRATADO: ARLINDO MANOEL DE SOUSA, CPF: 468.261.301-49, VALOR: R\$ 5.702,40, PRAZO: 31/12/2023. CONTRATO N.º 0309/2023, CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGROPECUARISTAS DO SÃO JOÃO, CNPJ: 05.870.350/0001-22, VALOR: R\$ 51.000,00, PRAZO: 31/12/2023. CONTRATO N.º 0310/2023, CONTRATADO: ERENILTON FERREIRA DE SOUSA, CPF: 030.296.224-79, VALOR: R\$ 2.916,00, PRAZO: 31/12/2023. CONTRATO N.º 0311/2023, CONTRATADO: FRANCINEIDE DE MATOS FREIRES, CPF: 008.186.764-69, VALOR: R\$ 5.767,75, PRAZO: 31/12/2023. CONTRATO N.º 0312/2023, CONTRATADO: FRANCISCO DE SOUSA ALMEIDA, CPF: 703.529.754-58, VALOR: R\$ 1.134,00, PRAZO: 31/12/2023. CONTRATO N.º 0313/2023, CONTRATADO: GERALDO LOURENCO DOS S. JUNIOR, CPF: 066.501.794-42, VALOR: R\$ 6.046,20, PRAZO: 31/12/2023. CONTRATO N.º 0314/2023, CONTRATADO: LUCÉLIA DA NOBREGA FREIRES MATOS, CPF: 108.518.804-36, VALOR: R\$ 4.596,18, PRAZO DO CONTRATO: 31/12/2023. CONTRATO N.º 0315/2023, CONTRATADO: LUCIVANIA FREIRES DE ALMEIDA SILVA, CPF: 059.325.894-00, VALOR: R\$ 13.083,58, PRAZO: 31/12/2023. CONTRATO N.º 0316/2023, CONTRATADO: SÔNIA MARIA DOS SANTOS LOURENCO, CPF: 074.798.184-16, VALOR: R\$ 6.046,20, PRAZO: 31/12/2023. Rubrica Orçamentária: 02.060 Secretaria de Educação - 12 306 1050 2024 Manutenção da Merenda Escolar do PNAE- Quilombola - 12 306 1050 2025 Manutenção da Merenda Escolar da Creche - PNAC - 12 306 1050 2026 Manutenção da Merenda Escolar Pré-Escolar - PNAP - 12 306 1050 2027 Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental - PNAEF - 12 306 1050 2029 Manutenção da Merenda Escolar do PNAE-EJA - 12 306 1050 2030 Manutenção da Merenda Escolar - Atendimento Especializado - AEE - 3390.30 99 15001000 Material de Consumo Fiscal - 3390.30 99 15520000 Material de Consumo.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2023

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, resolve: ADJUDICAR o objeto da licitação, modalidade Tomada de Preços nº 00004/2023, que objetiva: Execução de Obra civil pública de conclusão da quadra no distrito de cachoeira, Pombal-PB; com base nos elementos constantes do processo correspondente, a: - ALMEIDA DINIZ CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 44.470.696/0001-95. Valor: R\$ 109.929,30. Publique-se e cumpra-se.

Pombal, 13 de Abril de 2023.
 ABMAEL DE SOUSA LACERDA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2023

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, resolve: HOMOLOGAR o resultado da licitação, modalidade Tomada de Preços nº 004/2023, que objetiva: Execução de Obra civil pública de conclusão da quadra no distrito de cachoeira, Pombal-PB; com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: ALMEIDA DINIZ CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 44.470.696/0001-95. Valor: R\$ 109.929,30. Publique-se e cumpra-se.

Pombal, 13 de Abril de 2023.
 ABMAEL DE SOUSA LACERDA





HABITAÇÃO

Governo Federal define limites de subsídios para o Minha Casa

Teto será de R\$ 170 mil para compra de imóvel novo em área urbana e de R\$ 75 mil em área rural. **Página 18**

Governador faz, hoje, série de inaugurações no Cariri

João Azevêdo visitará sete municípios da região e entregará obras de infraestrutura, saúde e habitação.

Página 13

Açougue era usado para prensar drogas em Campina

Força-tarefa prende dois suspeitos de tráfico. Em JP, outros dois são presos com droga colada ao corpo.

Página 7

TJ: medidas protetivas dão salto expressivo na Paraíba

Em 2020, foram 4.708 concessões de medidas. No ano passado, número passou para 7.159.

Página 6

Redes sociais retiram conteúdo com apologia à violência

Ministério da Justiça estabelece medidas para prevenir disseminação de discurso de ódio e ameaças.

Página 15

Famílias em situação de risco irão ocupar novos conjuntos

Início da construção de condomínios populares se dará em maio, segundo a Prefeitura de JP.

Página 8



Foto: Ricardo Stuckert/PR

Lula, na China, faz críticas ao FMI e Banco Mundial

Discurso foi na posse de Dilma Rousseff no banco do Brics. Presidente também participou de encontros com empresários. **Página 15**

Foto: Eunilo Rocha/Divulgação



Peça premiada está em cartaz hoje e amanhã

"Alegria de naufrago" rodou o país, com seu humor, durante quatro anos. No Teatro Paulo Pontes, às 20h.

Página 9

Aumenta número de internações de crianças com síndromes gripais

No Hospital Arlinda Marques, aumento foi de cerca de 200% em março, em relação a janeiro. Amanhã será realizado o Dia D contra a Influenza em todo o estado, seguindo campanha nacional.

Página 5



Foto: Ortilo Antônio

■ "É a Juca Pontes a quem muito se devem homenagens pelos seus feitos, no mundo da cultura. E um deles é, sem dúvida, a revista Presença Literária".

Damião Ramos Cavalcanti

Página 2

■ "A confissão passou a ser um pesadelo na minha vida. Tinha uns pecadinhos cometidos no quintal que eu não estava interessado em contar ao padre".

Nelson Barros

Página 10

Foto: David Castro/Divulgação



Paraibano é destaque no Dream Tour

Samuel Igo conquista primeiro lugar na divisão da Confederação Brasileira de Surf.

Página 21

Foto: Divulgação/CCBNB



Cajazeiras terá, hoje, a Noite da Literatura Paraibana

Ontem o projeto, promovido pela EPC, esteve em Sousa (foto). Editora A União levou várias obras.

Páginas 4 e 11

Editorial

As cores da vida

Seria um despropósito o Brasil criar uma espécie de seguro social para pessoas pobres e negras, com um adicional extra para mulheres que se enquadram nas duas primeiras referências? A medida se justificaria porque não é fácil, aliás, é muito perigoso ser pobre e negro, neste país, mais ainda quando também se é mulher. Os casos de racismo, noticiados todos os dias, revelam o quanto é difícil desenraizar essa estupidez.

O fundo financeiro desta compensação mais do que justificada poderia ser nutrido, por exemplo, com dinheiro oriundo de ações judiciais relacionadas a casos de racismo. Após ter os processos transitados em julgado, os condenados seriam obrigados a pagar indenizações, estipuladas, claro, pela Justiça, às vítimas dessa ignorância atávica, que tantos males já causou a milhões de pessoas, no decurso da história brasileira.

A legislação penal brasileira contempla muitas sanções em desfavor de pessoas racistas. Mas percebe-se uma involução - notadamente após a organização sem precedentes da direita no país -, no sentido de fortalecimento e propagação de um sentimento de rejeição às hostilidades praticadas contra cidadãos e cidadãs negros, mais acentuadamente quando são pobres e também mulheres. Preconceito racial, social e de gênero.

Esta semana, cenas de uma mulher branca e de classe média agredindo jovens trabalhadores pobres e negros, no Rio de Janeiro, estarreceram as pessoas que se sensibilizam com os dramas gerados pelas desigualdades sociais e lutam por um Brasil verdadeiramente democrático. Sim, porque a democracia brasileira é relativa, devido exatamente à injusta divisão de riquezas que segrega ricos e pobres em dois países diferentes.

Fosse o contrário, trabalhadores cariocas negros e pobres agredindo uma mulher branca de classe média, mesmo em legítima defesa (que não foi o caso da agressão real, ocorrida em um bairro rico da capital fluminense), estariam presos em uma delegacia de polícia, provavelmente já com prisão preventiva decretada, sendo impossível saber os tipos e a intensidade das torturas e humilhações a que estariam sendo submetidos.

Exageros à parte, o Brasil não pode transigir diante de eventuais ameaças de abrandamento da legislação antirracista. Pelo contrário, deveria tornar mais inflexíveis as normas penais contra o preconceito, para que pessoas não sejam mais agredidas ou assassinadas por conta de algo tão natural, tão bonito e tão expressivo como é a cor da pele, que ora remete aos dias de sol e seus crepúsculos, ora às noites de Lua e seus amanheceres.

Artigo

Mariana Moreira
moreiramariana@uol.com.br | Colaboradora

A negritude do Cristo

Um Cristo negro?
Quanta apostasia!
Uma mulher trans, um homossexual,
pobres de periferia participando da Paixão de Cristo?

Isso é uma blasfêmia!
Embora sem a expressão pública, estes comentários povoaram as mentes e corações de tantos que, assistentes, ou mesmo ouvintes por outros, do Espetáculo da Paixão de Cristo de Cajazeiras, se ruborizaram com as “transgressões” cometidas contra a história bíblica.

Tendo como cenário principal a fachada do centenário Colégio Diocesano de Cajazeiras, o espetáculo, com elenco integrado por pessoas comuns, traz em seu cast gente do povo com as quais cruzamos em nosso cotidiano pelas ruas da cidade. No entanto, com a força do empenho em ensaios e caracterizações, todos tiveram uma performance magistral, seduzindo e encantando não apenas pela mensagem de esperança, de igualdade, de liberdade que o “sacrifício” do Cristo representa. Mas, também, porque, ainda hoje, tantos são excluídos, apedrejados, silenciados, sacrificados apenas por sua cor de pele, por sua orientação sexual, por sua condição social, por seu lugar de nascimento ou moradia, por seu gênero.

E, na Sexta-Feira Santa, assistindo ao espetáculo da Paixão de Cristo, o Cristo negro encarnado por um amigo, Joaquim, me comove e me inquieta. Sentimentos e sensações que se misturam e me instigam a pensar, me transportando para a Jerusalém de dois mil anos atrás, e me encontrando com o verdadeiro Cristo, de pele morena, de cabelos encardidos, de olhos negros, amendoados. Um Cristo que trazia nas mãos e nas feições as marcas e cicatrizes de um filho de carpinteiro que, na oficina, ajudava o pai a construir móveis, modelando a madeira.

E me inquieta também entender como, por razões políticas, a Igreja e seus gover-

nantes aliados, no Ocidente, adulteram a imagem deste Cristo. Vestindo-o em uma pele branca, com rosto de traços delicados, com olhos azuis e cabelos lisos e longos. Um Cristo que se distancia, radicalmente, de seus contemporâneos. E, como ele, sua mãe, Maria, também sofre a metamorfose ocidental, perdendo seus traços orientais e ganhando contornos de uma mulher branca, com feições delicadas, de silhueta longilínea.

E penso que, além de incluir, hoje também temos que atualizar o Cristo e seus próximos (mãe, discípulos, seguidores), os reinserindo na realidade histórica onde, ainda hoje, tantos são mortos por guerras e disputas que trazem como móvel central a defesa de um mundo único tendo o Ocidente como epicentro.

“

Sexta-Feira Santa, assistindo ao espetáculo da Paixão de Cristo, o Cristo negro encarnado por um amigo, Joaquim, me comove e me inquieta

Mariana Moreira

Foto Legenda

Roberto Guedes



Sinalização destruída

Crônica

Damião Ramos Cavalcanti
damiao.r.c.@uol.com.br | Colaborador

Juca Pontes e sua Presença Literária

Ao longo de quarenta anos, acumulei muita gratidão ao amigo Juca Pontes, desde seus 25 anos, jovem, competente e empreendedor. Tudo girava em torno da ideia de escrever e de editar. Ele próprio sempre a dar ideias, bastava uma para se fazer um livro inteiro. Boa obra, se fosse ele o editor, talvez o ilustrador, quem sabe o prefaciador, ou quiçá coautor. Mas existia nele uma pessoa modesta, bondosa e, sobretudo, não gananciosa. Daí ter sido realizador de *tante belle cose*. Contudo, aproveitavam da sua generosidade usurpadores para tomar suas ideias. O mundo está cheio disso. Juca, diante dessas ingratas apropriações, sorria e cedia seu honesto lugar para que não ocorresse disputa.

O fato histórico, que não deve ser esquecido, é haver Juca idealizado, em 1983, a proposta para crescer a política de editoração da então Secretaria de Educação e Cultura. Seu insistente intuito foi criar um periódico exclusivo para a literatura, separado da existente *Educação e Cultura*. E divulgá-lo até aos países lusófonos, espalhando-se em Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Era eu chefe de Gabinete da SEC e, de pronto, atendi seu desejo, com a anuência do secretário, professor José Jackson, e do entusiasmado Raimundo Nonato, então titular da Subsecretaria de Cultura. Registre-se para a história que nasceu, do ventre de Juca, a primeira revista literária na Paraíba, talvez também no Nordeste. Tal fenomenal revista se registra nas duas edições de *Paraíba, imprensa e vida*, de Fátima Araújo, livro premiado no Concurso do IV Centenário. Mas não narra o episódio determinante à paralisação da série trimestral da *Presença Literária*.

Ainda respirando-se os ares de repressão às liberdades políticas e democráticas, a ESG visitou a Paraíba. E foram distribuídos aos seus membros, no auditório do Hotel Tambaú, exemplares da revista. O discurso de José Carlos, governador em exercício, foi de elogios aos atrativos valores turísticos do Estado, quando, fora do contexto, insurgiu, em incompreensível exibida disparidade, um estranho, esguio e enxundiado, ao tachar as páginas da revista, que lhe fora doada, de “cheiro subversivo” e com “palavras chulas sobre a Lagoa da cidade”... Sugeri também o recolhimento daquela edição e a formalização de censura à sua editoração. Esperando-se a “rebordosa”, nada disso se providenciou, tampouco o recolhimento, tampouco a censura solicitada.

“

É a Juca Pontes a quem muito se devem homenagens pelos seus feitos, no mundo da cultura

Damião Ramos Cavalcanti

Aconteceram os aplausos da comunidade cultural à revista e também manifestações de apoio. Dentre essas, a da artista plástica Marlene Almeida, que me telefonou, sugerindo um movimento contra tão esdrúxula afirmação, para que a revista continuasse, como de origem, aberta à liberdade de expressão e comprometida com as causas da igualdade social. Enfim, nenhum recolhimento, nenhuma censura, mas tal fato mudou a direção da revista ao escritor Valdemar Duarte, que, diante desse impasse, justificava não haver condições à continuidade de tão significativa obra de Juca. Verificamos-se seu nome, o meu e o de Raimundo Nonato na resenha dos exemplares que estão na Biblioteca da Academia Paraibana de Letras, à disposição de eventuais consultas ou pesquisas.

É a Juca Pontes a quem muito se devem homenagens pelos seus feitos, no mundo da cultura. E um deles, sem qualquer dúvida, é a revista *Presença Literária*. Diria ele: Bacana! Analisando esse frívolo obstáculo, a *Presença Literária* continuou viva, prestes ao seu soerguimento e ao seu retorno em homenagem para o seu idealizador Juca Pontes. Porém, desse antidemocrático incidente, conscientizemo-nos de que a falta de liberdade não tolera o desejo de igualdade social, sobretudo porque seus adeptos pensam que suas privilegiadas qualidades de vida diminuirão com o viver bem de todos...

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC

Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

Gisa Veiga
GERENTE EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 / 99117-7042

Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$350,00 / Semestral R\$175,00 / Número Atrasado R\$3,00

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

O U V I D O R I A : 99143-6762

CONSELHOS MUNICIPAIS

Governo do Estado realiza capacitação em 40 cidades

Evento destacou importância dos conselhos para as políticas públicas

O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh), realizou esta semana a capacitação de representantes dos conselhos municipais de 40 cidades da região do Sertão paraibano sobre “Controle Social: a importância dos conselhos para o fortalecimento das políticas públicas”.

O curso “Controle Social: a importância dos conselhos para o fortalecimento das políticas públicas” foi realizado neste mês de abril no formato descentralizado em dois polos: João Pessoa e Patos. Participaram dos dois módulos, cerca de 180 conselheiros e conselheiras do Sistema Único de Assistência Social (Suas), de aproximadamente 80 municípios. Para a secretária de Estado do Desenvolvimento Humano, Pollyanna Dutra, realizar módulos do CapacitaPB+Suas com a temática do controle social no

“

É a assistência e o desenvolvimento sendo aprimorados por quem de fato precisa e não espera

Pollyanna Dutra

Sertão do estado, sobretudo em um ano de conferências, é possibilitar o fortalecimento dos conselhos municipais já constituídos naquela região e contribuir para que novos conselhos possam ser estruturados. “Além disso, avançamos ao garantir que a política de assistência social do nosso

estado terá o olhar e a força também da população sertaneja. É a assistência e o desenvolvimento sendo aprimorados por quem de fato precisa e não espera”, enfatizou.

Na avaliação da representante do Conselho de Pessoa com Deficiência, Fátima Batista, o CapacitaPB+Suas tem grande importância. “Nos capacita para que possamos fazer um trabalho mais organizado e eficiente, que atenda os objetivos do controle social. Contribui muito para ampliar os meus conhecimentos, ajudando a ter mais liberdade de expressão e firmeza no meu trabalho como presidente do Conselho da Pessoa com Deficiência”, observou.

Já a representante do Conselho do Idoso do município de Nazarezinho, Leci Silva, destacou o conhecimento adquirido e compartilhado através das experiências exitosas de outros municípios. “A cada participação nossa, rece-

bemos novos conhecimentos que vão subsidiar e nos ajudar, através das normativas, legislação e experiências compartilhadas, nas decisões que beneficiem nossa população”, comentou.

Por fim, a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Mãe D’Água, Jessica Vieira, parabenizou a Sedh, por fazer essa capacitação de forma regionalizada: “Facilitou o acesso de todos os municípios a participarem desse momento tão enriquecedor para nós conselheiros de direitos e profissionais da política de assistência social.”

O CapacitaPB+Suas contempla ações de capacitação e formação no âmbito da Política Nacional de Educação Permanente do Suas, com o objetivo de aprimorar a prática profissional dos trabalhadores, gestores e operadores do controle social.

UN Informe

Ricco Farias
 papiroeletronico@hotmail.com

SANTANA QUER ENVOLVIMENTO DE ESTADOS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Em entrevista a órgãos de imprensa, o ministro da Educação, Camilo Santana (foto), confirmou reunião, em Brasília, com governadores, prefeitos e representantes do Congresso para debater ações de enfrentamento à violência nas escolas. A reunião está marcada para a próxima terça-feira.



Foto: Agência Brasil

Reportando-se aos últimos episódios de violência registrados em escolas do país, Santana disse que isso “é o reflexo da sociedade que estamos vivendo e que vem estimulando a violência, a intolerância, o medo, o armamento. [E existe] a falta de controle das nossas plataformas de redes sociais”. O ministro defende o estabelecimento de um regimento para as plataformas sociais que dificulte a disseminação de notícias falsas relacionadas, por exemplo, a ataques a escolas e universidades. Ele também informou que haverá reuniões com secretários estaduais de Educação com o fito de debater soluções para o tema. O grupo interministerial comandado por Santana deverá formular, em até 90 dias, uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência nas Escolas.

LULA É DESTAQUE NA TIME

Incluído na lista das 100 pessoas mais influentes em 2023, na ótica da revista norte-americana Time, o presidente Lula ganhou perfil assinado pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore. “Do combate à perda florestal à aceleração da transição para energia limpa no Brasil, a liderança do presidente Lula será fundamental nesta década decisiva para a ação climática”.

ELE PREFERE VIRGULINO

Nilvan Ferreira ou Wallber Virgulino? Eis a pergunta que fizeram ao vereador de João Pessoa, Carlão (PL), no tocante a quem ele escolheria para ser candidato a prefeito pelo PL? Ele não titubeou: “Wallber Virgulino, Nilvan já teve duas oportunidades”, opinou, referindo-se ao fato de que o radicalista além de ter sido candidato a prefeito, em 2020, disputou o Governo do Estado, no ano passado. E foi derrotado em ambas as ocasiões.

DIRETO COM A CÚPULA

Conforme a coluna registrou, na semana passada, outro integrante do PL, Cabo Gilberto, tem feito empreitadas para ser indicado como candidato a prefeito de João Pessoa pelo ex-presidente Bolsonaro. Por ter sido eleito deputado federal, ele está mais próximo da cúpula partidária. E tem, em tese, mais chances de ser o escolhido.

MODELO PARA OUTROS ESTADOS

A Paraíba continua exportando modelos de políticas públicas para outros estados. Quem esteve por aqui foi a secretária da Assistência Social e Cidadania e primeira-dama de Sergipe, Érica Mitidieri. Ela veio conhecer as políticas exitosas de segurança alimentar implementadas na Paraíba, que ganharam notoriedade com os programas ‘Tá na Mesa’ e ‘Prato Cheio’.

UMA REDE DE PROTEÇÃO

No mês passado, representante da Secretaria de Assistência Social do Espírito Santo também esteve na Paraíba para conhecer os programas de segurança alimentar do estado. Érica Mitidieri visitou ainda a Funad, onde conheceu ações destinadas a portadores de deficiência e a Oficina Ortopédica, inaugurada pelo governador João Azevêdo na terça-feira passada.

TSE JULGARÁ EM MAIO O PEDIDO DE INELEGIBILIDADE DE BOLSONARO

Até o início do próximo mês, o plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá apreciar o processo que pede a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por oito anos. A Procuradoria-Geral Eleitoral já manifestou parecer favorável ao pedido de inelegibilidade no caso da reunião com embaixadores no Palácio da Alvorada, em julho do ano passado, quando Bolsonaro fez acusações sem provas contra o processo eleitoral brasileiro e sugeriu que as urnas eletrônicas poderiam ser fraudadas. Caberá ao ministro Benedito Gonçalves, relator do caso, pedir a inclusão do processo na pauta de julgamento do TSE.

OPERAÇÃO LEI SECA

Detran-PB entrega equipamentos em CG

O Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (Detran-PB), por meio da Coordenação de Policiamento e de Fiscalização, fez a entrega, ontem, de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e talonários eletrônicos para os

agentes da Operação Lei Seca em Campina Grande.

A ação foi realizada pelo novo coordenador da OLS, coronel Valterlins Dutra, com o apoio de agentes que atuam na sede de Mangabeira.

A entrega ocorreu na 1ª Ci-

retran, onde também aconteceu um treinamento com os agentes de trânsito daquela unidade, para que estejam habilitados a desempenhar as suas funções naquele município.

Segundo o coronel Valter-

lins Dutra, “a intenção é a ampliação da ação do Detran na fiscalização, principalmente no tocante à Lei Seca, na região. Também estamos fortalecendo a parceira e integração com a Polícia Militar e com o BPTran, em Campina Grande”.

Foto: Secom-PB



A entrega ocorreu na 1ª Ciretran, onde também aconteceu um treinamento com os agentes de trânsito

Foram entregues Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e talonários eletrônicos

ORDENAMENTO URBANO

Sedurb intensifica fiscalização no Centro

A Prefeitura de João Pessoa, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb), intensificou o trabalho de ordenamento urbano no Centro da cidade.

As ações estão acontecendo no decorrer dos últimos 15 dias e têm como objetivo principal garantir o passeio público do pedestre, desobstruindo calçadas e vias públicas que estão sendo ocupadas de maneira irregular por comerciantes informais, bem como fazer cumprir o que estabelece a legislação no Código de Posturas do Município.

As ações são coordenadas pelas Diretorias de Planejamento e Empreendedorismo e de Ser-

viços Urbanos. Está sendo desenvolvido um pacote de ações, que abrange desde o diálogo inicial com esses comerciantes, passando pela notificação, orientação de áreas provisórias para o comércio e medidas de apreensão, quando necessário em casos de reincidência. Espaços como o Ponto de Cem Réis e as ruas adjacentes ao Parque Solon de Lucena estavam sendo utilizados de maneira desordenada, com a venda de frutas e verduras.

Até o momento, 43 comerciantes de hortifrutigranjeiros foram notificados no Centro. Ontem, representantes da Sedurb estiveram no Mercado Central para dialogar com os

feirantes no que diz respeito ao ordenamento das ruas no entorno do espaço público. O encontro foi mediado por Juliano Ferreira Filho, diretor de Planejamento e Empreendedorismo da Sedurb.

“Nós recebemos a informação de que alguns feirantes do Mercado Central estariam disponibilizando carrinhos para vendas de frutas e verduras no entorno do local e na região da Lagoa. O objetivo foi conscientizá-los que hoje, quem atua no Mercado está trabalhando no local adequado para comercialização desses produtos e também tratamos da desobstrução dos corredores e calçadas do lo-

cal, para proporcionar uma melhor experiência aos consumidores que frequentam a área”, explicou o diretor.

Por compreender que a categoria precisa garantir sua renda e como forma de solucionar o problema de ocupação irregular do uso de solo no Centro, a Sedurb está fazendo um levantamento junto a esses trabalhadores para a organização de uma feira itinerante.

“Esse pacote de ações marca apenas o início do ordenamento que faremos no Centro. Estamos tomando todas as providências necessárias, mas buscando sempre o entendimento entre as partes”, reiterou Juliano.

EM PATOS

Hospital Regional será ampliado

Unidade terá novo bloco cirúrgico com seis salas e mais uma UTI com 10 leitos; investimentos somam R\$ 6,2 mi

O Governo do Estado, por meio da Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento (Suplan) iniciou nesta semana as obras de ampliação do Complexo Hospitalar Regional Deputado Janduhy Carneiro (CHRDJC), de Patos. Os serviços preveem a construção de um novo bloco cirúrgico com seis salas e mais uma UTI com 10 leitos. Os investimentos somam R\$ 6,2 milhões, recursos oriundos do Tesouro Estadual, com contrapartida do Governo Federal. A construção acontece em terreno do próprio hospital, numa área atrás do prédio do Hospital do Bem.

O diretor-geral do Complexo, Francisco Guedes, destaca que essa obra é de extrema importância para o hospital. “Com essas novas seis salas de cirurgia nós poderemos ampliar o atendi-

mento à população dos 89 municípios para os quais somos referência, assim como com os novos 10 leitos de UTI”, afirma Francisco, lembrando que essa ampliação atende uma antiga reivindicação. “O governador João Azevêdo esteve aqui em 2021 e prometeu que essa obra seria realizada, e agora estamos vendo o cumprimento desta promessa”, reitera o diretor.

Atualmente, o Complexo tem um bloco cirúrgico com três salas para atender, além das urgências e emergências do hospital, as cirurgias eletivas e ainda as oncológicas do Hospital do Bem que também são realizadas no mesmo bloco. “Realizamos em 2021 uma ampla reforma no atual bloco que ganhou espaços mais amplos e melhor equipados, mas, mesmo com essa reforma e ampliação, nossa de-

manda requer que tenhamos mais espaços para cirurgias, o que será concretizado quando essa obra estiver concluída”, explicou Francisco.

Para o diretor técnico do hospital, médico Pedro Augusto, a disponibilidade de mais seis salas de cirurgia e de 10 leitos de UTI garantirá à unidade uma maior autonomia em sua assistência ao paciente. “Com esses novos espaços vamos conseguir, efetivamente, melhorar nossa resposta em relação à nossa demanda de cirurgias e também de assistência para pacientes que precisam de cuidados intensivos, de forma que essa obra vai assegurar um salto não apenas na quantidade de pacientes assistidos, como na qualidade de nossos serviços de cirurgia e de internação em UTI”, destaca.



Foto: Secom-PB

Construção acontece em terreno do próprio Complexo Hospitalar Regional Deputado Janduhy Carneiro

EVENTO DA EPC

Sousa recebe Noite da Literatura Paraibana

Carol Cassoli
carol.cassoli@gmail.com

Promovida pela Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), a iniciativa Noite da Literatura Paraibana chegou ao Sertão do estado ontem. O evento aconteceu na Biblioteca Inspiração Nordeste do Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBnB), em Sousa, e contou com a participação de jovens e adultos. Hoje, a Noite da Literatura Paraibana segue para Cajazeiras, a cidade de que ensinou a Paraíba a ler, e o encontro acontecerá a partir das 19h, no Teatro Íracles Pires (ICA).

O foco do evento é o lançamento dos livros Antologia do Teatro Paraibano (1968-1981), organizado por Diógenes Maciel, Monalisa Colaço e Suzy Lopes e Revolucionárias, do jornalista, escritor e historiador Rui Leitão. Além disso, todos os



Foto: Eduardo Augusto

Evento aconteceu na biblioteca do Centro Cultural Banco do Nordeste

volumes lançados pelo projeto Paraíba na Literatura estão sendo apresentados ao público nesta rota pelo Sertão.

Participaram do evento de ontem, o gerente executivo de conteúdo e programas

da Parahyba FM, André Cananéa, que representou a diretoria de Mídia Impressa da EPC e apresentou a coleção Paraíba na Literatura e a Antologia do Teatro Paraibano (1968-1981); e Rui Leitão, que é diretor de Rá-

dio e TV da EPC. O autor de Revolucionárias apresentou sua obra junto da professora e escritora Nádia Claudin, que redigiu a apresentação impressa no livro.

De acordo com André Cananéa, a primeira noite do evento foi muito positiva e a expectativa para a roda de conversa de hoje, em Cajazeiras, é alta. “Tivemos um público muito bom! Muitos jovens compareceram ao evento, que faz parte de uma iniciativa de interiorização dos projetos da EPC”, comentou.

Em Cajazeiras, a Noite da Literatura Paraibana acontece às 19h, no ICA, localizado na Rua Líbio Brasileiro, 87, Centro. E, segundo Rui Leitão, Revolucionárias será lançado amanhã, às 19h, na sede da Academia Cajazeirense de Artes e Letras.

Leia mais na página 11

MEMBRO EFETIVO

Magistrado paraibano toma posse no TRE-PE

O desembargador federal Rogério Fialho tomará posse, hoje, como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). A posse do paraibano será realizada logo na abertura da sessão plenária, prevista para começar às 9h.

O magistrado é do Tribunal Regional Federal da 5ª região (TRF5) e assume a vaga aberta com a saída do também desembargador federal Roberto Machado, cujo biênio se encerrou no início deste mês. Na mesma sessão, o desembargador federal Edilson Pereira Nobre será empossado na vaga de substituto no TRE-PE também destinada à Justiça Federal.

Tanto Rogério Fialho quanto Edilson Nobre já atuaram no eleitoral. Fialho estava como membro subs-

■ A posse do paraibano será realizada logo na abertura da sessão plenária, prevista para começar às 9h

tituto do TRE-PE e atuou nas Eleições 2022 na Comissão de Desembargadores Auxiliares com atribuição para os processos de propaganda eleitoral.

Nobre foi membro efetivo do TRE Pernambuco entre 2019 e 2020. Ele também foi membro efetivo do TRE do Rio Grande do Norte entre 1997 e 1999.

PELO WHATSAPP

Disque 100 vai receber denúncias de ameaças de ataque a escolas do país

Agência Brasil

O serviço Disque 100 também irá receber denúncias de ameaças de ataques a escolas. As denúncias podem ser feitas por WhatsApp, pelo número (61) 99611-0100.

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, podem ser enviadas mensagens de texto, áudios, fotos, arquivos multimídia, links ou URLs. O denunciante não precisa se identificar, fica sob anonimato.

É importante que o denunciante informe o local alvo da ameaça (escola, creche, universidade) e os dados de suspeitos, se possível. Se a ameaça é feita em ambiente virtual, é recomendado informar rede social, site, endereço eletrônico, nome do usuá-

rio, URL do perfil em caso do Twitter, Instagram, Facebook e demais redes.

As informações, conforme o ministério, serão encaminhadas para a polícia, Conselho Tutelar ou Polícia Federal.

O Disque 100 recebe e encaminha denúncias de possíveis ataques a creches, escolas

■ As informações, conforme o ministério, serão encaminhadas para a polícia, Conselho Tutelar ou Polícia Federal

e demais instituições de ensino e faz o encaminhamento em caráter de urgência às forças de segurança. A central está preparada para receber a denúncia em formulário próprio e encaminhá-la às autoridades policiais e ao Conselho Tutelar da região, bem como, nos casos em que sejam fornecidos dados de crimes cibernéticos, encaminhá-los à Polícia Federal.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública também dispõe de um canal para receber denúncias de violência escolar. Denúncias sobre ameaças de ataques podem ser feitas ao canal Escola Segura. As informações enviadas ao canal serão mantidas sob sigilo e não há identificação do denunciante.

Leia mais na página 19

SAÚDE

Força-tarefa irá vacinar oito mil indígenas em áreas de difícil acesso

Agência Brasil

Foi iniciada ontem a força-tarefa para vacinar mais de oito mil indígenas que vivem em áreas de difícil acesso. A ação começará pelo município de São Gabriel da Cachoeira (AM), na região do Alto Rio Negro. As equipes irão percorrer 11 aldeias pelo período de 20 dias.

Chamada Operação Gota 2023, é uma parceria entre os ministérios da Saúde e da Defesa e deve durar até outubro, com imunização de comunidades do Médio Rio Solimões e Afluentes, Vale do Javari, Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Amapá, norte do Pará e Médio Rio Purus.

De acordo com o Ministério da Saúde, as áreas foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: sem acesso

por rodovia ou hidrovia, mais de cinco dias de viagem para chegar ao local, área sem visitação ou entrada por mais de seis meses no ano, barreiras geográficas e região de floresta que exige permanência de um profissional por mais de quatro dias sem comunicação.

“Retomar as altas coberturas vacinais é prioridade do Ministério da Saúde e as ações em territórios indígenas têm o objetivo de recuperar os índices vacinais de todas as imunizantes do Calendário Nacional de Vacinação que sofreram queda nos últimos anos. Desde fevereiro, o Ministério da Saúde está unindo o Brasil no Movimento Nacional pela Vacinação, que começou pelo reforço da imunização contra a Covid-19”, aponta nota da pasta.

As comunidades indígenas serão vacinadas contra diversas doenças, entre elas Covid-19 e influenza. No total, conforme o ministério, serão utilizadas aproximadamente 11 mil doses de mais de 20 tipos de imunobiológicos.

A estratégia é levar ainda vacinação para populações ribeirinhas e quilombolas.

Aldeias

As equipes irão percorrer 11 aldeias pelo período de 20 dias

CRIANÇAS

PB tem aumento de hospitalizações

Ocorrência de doenças sazonais aumenta durante outono e inverno, contribuindo para lotação de leitos pediátricos

Taty Valéria
tatyana.valeria@gmail.com

Coriza, tosse leve, um pouco de febre. Em poucos dias os sintomas se agravam, evoluem para tosses mais fortes, febre mais alta, dificuldade para respirar e por fim, um quadro de bronquiolite ou pneumonia. Assim é o Vírus Sincicial Respiratório (VSR), que de acordo com o último Boletim InfoGripe da Fiocruz, divulgado na primeira semana do mês de abril, foi o principal motivo do aumento expressivo no número de novas internações de crianças em 15 estados do Brasil.

Segundo o relatório, o VSR foi responsável por 59% dos registros de síndromes respiratórias e gripais nas crianças com até quatro anos entre 11 de dezembro de 2022 a 7 de janeiro deste ano.

Apesar de não fazer parte dos estados que apresentaram número significativo de internações, a Paraíba segue a tendência no aumento de casos. Apenas no Hospital Infantil Arlinda Marques, em João Pessoa, os atendimentos passaram de 449 no mês de janeiro para 2.012 até o final de março, um aumento de 348%. No caso de crianças internadas, o aumento foi de 190%, passou de 41 em janeiro para 119 em março.

Já no Hospital da Criança e Adolescente, em Campina Grande, o número de atendimentos de urgência passou de 2.858 em janeiro para 5.737 em março, sendo 1.430 relativos a sintomas gripais e respiratórios, como cansaço, tosse e dificuldade para respirar. O número de internações aumentou 101,80%, passando de 167 em janeiro a 337 em março desse ano.

Há o registro de aumento também nas Unidades de

Escalada

Hospitais e Unidades pediátricas registram escalada acima de 100% nos atendimentos

Pronto Atendimento (UPAs) de João Pessoa. Em janeiro de 2023, foram registrados 814 atendimentos pediátricos por síndromes gripais. O mês de março mais que quadruplicou, totalizando 3.752. A tendência segue com 1.224 atendimentos nos primeiros 10 dias do mês de abril.

O médico infectologista Fernando Chagas atesta o grande aumento nos casos de síndromes gripais e doenças respiratórias também em jovens, adultos e idosos, mas em crianças, os casos são em maior número. “Até porque as crianças interagem muito mais. Logo após as férias escolares, as salas de aulas e creches voltam a receber alunos e as crianças acabam adoecendo mais”, cita o médico.

Sobre o VSR, Fernando Chagas informa que é um vírus comum e que sempre circula no outono e inverno, mas faz um alerta. “Nos preocupamos porque em crianças menores, especialmente crianças até dois anos idade, o risco de desenvolver um tipo de inflamação que exige internações, por vezes na Unidade de Tratamento Intensivo, e pode causar até a morte”, além disso, o sistema imunológico das crianças, especialmente as pequenas, ainda não está completamente ativo.



Foto: Ortilo Antônio

Na Arlinda Marques, na capital, o número de atendimentos às crianças com quadros gripais segue em alta durante o mês de abril

Vacinas protegem as crianças das síndromes

A pequena Lara Cecília, de um ano e nove meses, começou a apresentar uma tosse leve mas demonstrava outros sinais de gripe mais forte. “O pediatra receitou um xarope, mas não deu resultado. No dia seguinte, fomos até a urgência do hospital e o quadro dela começou a piorar”, fala Ingrid Santos, mãe de Lara e auxiliar de escritório, que recebeu indicação de internação imediata para a filha.

“Quando minha filha foi atendida ela estava com bronquiolite, que evoluiu muito rápido. A médica que nos atendeu disse que ela não podia voltar para casa porque a respiração dela estava muito ruim. Lara passou 10 dias internada com tratamento à base de antibióticos e corticoides e recebeu alta essa semana”, afirmou.

Proporcionar alimentação saudável e balanceada e um ambiente limpo e arejado podem auxiliar na prevenção de gripes e outros vírus respiratórios, mas os especialistas são unânimes em afirmar que a vacinação é a principal forma de prevenção. O infectologista Fernando Chagas ressalta a importância da vacinação diante do atual cenário. “A ideia é proteger nossas crianças, principalmente atualizando os cartões de vacina e orientando papais e mães que fiquem atentos com o calendário de vacinação”, falou.

■ Adesão à campanha de vacinação ajuda a evitar o agravamento do quadro clínico das crianças

Na Paraíba, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) distribuiu 128 mil doses de vacina contra a influenza/Butantan (gripe), para os 223 municípios. As doses são destinadas para os grupos prioritários e crianças de seis meses a menores de seis anos.

Para além da campanha de multivacinação que ocorrerá amanhã, pais e responsáveis pelas crianças dentro da faixa etária poderão buscar a atualização do cartão de vacinação em postos fixos de imunização em seus respectivos municípios.

A adesão à campanha ajudará a reduzir o índice de adoecimento grave e, conseqüentemente, internações.

IMUNIZAÇÃO

Dia D de Vacinação contra Influenza acontece amanhã

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) realiza, amanhã, o Dia D de mobilização estadual de vacinação contra a influenza, multivacinação e Covid-19 (monovalente e bivalente), dentro da 25ª Campanha Nacional de Vacinação, que acontece até o dia 31 de maio. O objetivo é ampliar a oferta da vacina da Influenza, atualizar o esquema vacinal das vacinas de rotina e Covid-19 e melhorar as coberturas vacinais no estado.

De acordo com o secretário de Estado da Saúde, Jhony Bezerra, a vacinação contra a Influenza corresponde a uma das medidas mais efetivas para a prevenção de quadros graves e complicações da doença.

“Ano passado não atingimos a meta preconizada pelo Plano Nacional de Imunização (PNI), na campanha deste ano, iniciada agora no dia 10 de abril, foram vacinadas apenas 8.267 pessoas, até o momento, mas precisamos

aumentar a cobertura vacinal do público-alvo, por isso estamos realizando mais um Dia D de Vacinação em todo o estado”, pontuou.

Os grupos para a vacinação contra a influenza na Paraíba são crianças de seis meses a menores de seis anos de idade (cinco anos, 11 meses e 29 dias), gestantes, puérperas, povos indígenas, trabalhadores da saúde, idosos com 60 anos e mais, professores das escolas públicas e privadas, pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais.

Também são prioritários: pessoas com deficiência permanente, profissionais das forças de segurança e salvamento e das Forças Armadas, caminhoneiros, trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros urbano e de longo curso, trabalhadores portuários, funcionários do sistema prisional, adolescentes e jovens de



Crianças de seis meses a menos de seis anos estão entre os alvos da campanha de imunização em todas as cidades da Paraíba

■ A ação ocorre em toda a Paraíba, com 826 mil postos de vacinação para atender os públicos prioritários

12 a 21 anos de idade sob medidas socioeducativas e população privada de liberdade.

O público-alvo da campanha corresponde a mais de 1,5 milhão de pessoas em todo o estado, entretanto a meta de vacinação recomendada pelo PNI é de atingir pelo menos 90% do grupo.

De acordo com a Gerência Executiva de Vigilância em Saúde e o Núcleo Estadual de

Imunizações, a Paraíba distribuiu 427.910 mil doses da vacina contra a influenza. A campanha será realizada em uma só etapa para os grupos prioritários. A vacina contribui para reduzir as complicações, as internações e a mortalidade decorrente das infecções pelo vírus da influenza, na população alvo.

A abertura do Dia D de Vacinação acontece em Cam-

pina Grande, no Parque da Criança, das 8h às 17h, na Av. Dr. Elpídio de Almeida, Catoilé; em João Pessoa, ocorre na Unidade de Saúde Rosa de Fátima, na Rua Oscar Lopes Machado, no Paratibe.

A SES recomenda aos municípios que todos os postos de vacinação estejam abertos com oferta das vacinas. A ação no estado irá contar com 826 mil pontos de vacinação.

Fotos: Codecom/CG

ATÉ O COMEÇO DE ABRIL

PB tem mais 1.751 medidas protetivas

Tribunal de Justiça informou que, no ano passado, foram 7.159 concessões visando à proteção das mulheres

Juliana Cavalcanti
julianacavalcanti@epc.pb.gov.br

Resultado

A juíza Carla Falcão avalia que alta das concessões de medida protetiva indica que as ações de combate e enfrentamento à violência contra a mulher têm surtido efeito

A Gerência de Estatísticas do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) registrou entre os meses de janeiro e o início de abril deste ano, 1.751 concessões de medidas protetivas em casos de violência doméstica. Em 2022, foram 7.159 ao todo.

Os dados divulgados pelo TJPB demonstram um crescente número, dentro de quatro anos, de medidas protetivas concedidas. Segundo o levantamento, em 2020 foram 4.708 casos concedidos. No ano seguinte, o quantitativo aumentou para 5.821 e, no ano passado, o montante saltou para 7.159 medidas protetivas.

De acordo com a coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPB, juíza Anna Carla Falcão, o crescente quantitativo nas concessões de medidas protetivas, apontam que as ações integradas de conscientização no combate e enfrentamento à violência contra a mulher, realizadas pelo TJPB, têm surtido efeitos positivos.

Ela afirma que, apesar de o aumento de denúncias de violência contra a mulher seja preocupante, ele é, também, gratificante, na medida em que demonstra que as vítimas estão denunciando os agressores.

Segundo a magistrada, a violência contra a mulher data dos primórdios da humanidade e a vigência da Lei Maria da Penha no Brasil, que garante segurança para as mulheres, possibilitou o aumento de denúncias de casos de violência, consequentemente, a solicitação de proteção por parte das vítimas.

De acordo com a coordenadora das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher da Paraíba (Coordeam), Anny Maciel, a medida protetiva pode ser solicitada pela vítima diretamente ao juiz, nas delegacias ou através da defensoria pública ou de um advogado.

Ela afirma que as medidas protetivas são concedidas pelo Judiciário e, ha-

vendo o descumprimento, o autor é autuado em flagrante. “Assim que a medida protetiva é concedida e o autor notificado, as vítimas podem entrar em dois programas: na Patrulha Maria da Penha onde ficam sendo monitoradas pela Polícia Militar ou SOS Mulher Protegida: aparelho disponibilizado à vítima e se ela se sentir ameaçada com o agressor se aproximando, pode acionar um botão do pânico e a viatura mais próxima vai até a ocorrência”, detalhou.

Ao solicitar a medida protetiva, o Judiciário determina que o agressor não pode se aproximar da vítima e nem manter qualquer tipo de contato. Se ela ainda morar com ele, o juiz também pode solicitar a retirada do agressor da residência da casa. Em caso de descumprimento, haverá prisão. Conforme a Polícia Civil da Paraíba, em 2022, a Coordeam instaurou 3.047 inquéritos policiais por violência doméstica e 4.072 Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), que visam evitar a progressão dos atos violentos (agressões verbais, físicas e feminicídio).

A rede de proteção às mulheres vítimas de violência na Paraíba é formalizada pela Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social (Sesds), através da Polícia Civil e Polícia Militar, além da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (Semdh-PB), Ministério Público da Paraíba (MPPB), Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) e outras instituições.

Outra iniciativa que faz parte dessa política de proteção é o Programa Integrado Patrulha Maria da Penha, resultado de um termo de cooperação técnica entre o TJPB e o Governo do Estado voltado ao monitoramento policial das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, segundo a Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, que estão sob medida protetiva.

As vítimas ficam sob proteção integral 24h e têm um número telefônico exclusivo para urgências.

Em março, o governador João Azevêdo autorizou a implantação do Programa Integrado em Guarabira. A ampliação beneficia mais 40 municípios do Brejo paraibano, garantindo segurança a milhares de mulheres.



Foto: Ortilo Antônio

Quando é concedida a medida protetiva, as vítimas podem entrar em programas como o Patrulha Maria da Penha

Criada a ferramenta “Maria da Penha Virtual”

No mês de março, o Poder Judiciário estadual instalou, por meio de parceria, o Maria da Penha Virtual, um aplicativo *on-line* que pode ser acessado de qualquer dispositivo eletrônico. A ferramenta não precisa ser baixada e é acessada através de um *link*. Dessa forma, o aplicativo não ocupa espaço na memória do aparelho e mantém a segurança da vítima de violência doméstica.

De acordo com a coordenadora da Mulher do Tribunal de Justiça, em apenas um mês de funcionamento, o aplicativo “Maria da Penha Virtual” já registrou mais de 3,2 mil pedidos de medidas protetivas, envolvendo a Paraíba e o Rio de Janeiro, estados onde o projeto está funcionando de forma experimental. Na Paraíba, a ferramenta passou a funcionar como projeto-piloto em Santa Rita, Sousa e Campina Grande.

De acordo com a coordenadora da Mulher do Tribunal de Justiça, em apenas um mês de funcionamento, o aplicativo “Maria da Penha Virtual” já registrou mais de 3,2 mil pedidos de medidas protetivas, envolvendo a Paraíba e o Rio de Janeiro, estados onde o projeto está funcionando de forma experimental. Na Paraíba, a ferramenta passou a funcionar como projeto-piloto em Santa Rita, Sousa e Campina Grande.

Processo de proteção

Geralmente, a Polícia Civil da Paraíba inicia o processo de proteção, mais especificamente nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (Deams). Elas atendem às vítimas de violência doméstica e sexual e após o relato, a delegada esclarece sobre a instauração de inquérito policial ou Boletim de Ocorrência (BO), e informa sobre a soli-

ciação de Medidas Protetivas de Urgência (MPU).

Nas delegacias, as mulheres serão direcionadas aos Centros de Referência ou para serviços como a Patrulha Maria da Penha, a partir do grau de risco. A vítima pode ser encaminhada para acolhimento na Casa Abrigo, nos casos em que a mulher sofre risco iminente de morte e não tem onde ficar em segurança.

O trabalho da Coordeam é voltado a prevenção do feminicídio, por isso a campanha da Polícia Civil é voltada ao encorajamento das denúncias.

A Paraíba conta com 14 Delegacias da Mulher especializadas, nas cidades de João Pessoa (unidade Sul na Central de Polícia e Norte no Centro da Capital), Bayeux, Cabedelo, Santa Rita, Mamanguape, Campina Grande, Guarabira, Picuí, Monteiro, Queimadas, Patos, Sousa e Cajazeiras. Além das Delegacias especializadas, o órgão também auxilia os profissionais das cidades onde não há delegacia da mulher, de forma a manter o atendimento direcionado nas unidades locais.

A secretária Lídia Moura ressalta, também, que o primeiro passo nem sempre precisa ser a delegacia, mas podem ser os Centros de Referência da Mulher, o Centro de Referência de Assistência

Social (Cras) ou o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). O conselho tutelar também pode encaminhar a vítima, em casos em que uma criança em situação de risco é atendida e a mãe também relate agressões.

O ciclo da violência

O ciclo da violência é composto por comportamentos habituais entre agressor e vítima durante as situações de violência doméstica. Ele é formado por três fases: tensão, violência e arrependimento. A primeira acontece quando o agressor insulta e ameaça a mulher fazendo com que ela se sinta culpada, com medo e ansiosa.

Na segunda, as agressões aumentam e levam a vítima a buscar ajuda externa e buscar soluções. A terceira representa o arrependimento e tratamento carinhoso, período conhecido como “Lua de mel”. Nesse momento, o agressor pede perdão e afirma que a situação não vai mais se repetir. Filhos e posses são usadas como artifício de convencimento.

Com o encerramento dessa etapa, volta-se à 1ª fase, completando o ciclo. A repetição das fases tende a tornar a agressão cada vez mais grave e rotineira. Além disso, o tempo para o ciclo se completar vai reduzindo e as fases vão se encurtando. Assim, a 1ª e a 3ª fase desaparecerem.

Saiba mais

Onde denunciar

- 190 – Emergência Polícia Militar;
- 197 – Disque-Denúncia Polícia Civil (é possível registrar a ocorrência no anonimato);
- Delegacia online no site www.delegaciaonline.pb.gov.br;
- 123 – Violações de direitos humanos;
- 180 – Central de Atendimento nacional para denúncias de violência doméstica contra a mulher;

- Presencialmente em qualquer uma das 14 delegacias da Mulher, que funcionam todos os dias, além do plantão 24h na Deam Sul, na Central de Polícia de João Pessoa. O plantão não é somente para flagrantes, mas para crimes ocorridos a qualquer hora. Nas cidades sem delegacia especializada, a vítima deve procurar a Delegacia Municipal, caso queira solicitar a medida protetiva.

Política permanente de proteção é destaque

De acordo com a secretária da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura, o Governo do Estado possui uma política permanente de proteção às mulheres. Neste sentido, o atendimento pode ocorrer por meio dos centros de referência, sendo dois estaduais, ligados a Semdh-PB: o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, em Campina Grande; e o Centro Intermunicipal de Referência da Mulher do Cariri-Maria Eliane Pereira dos Anjos, em Sumé.

Os Centros de Referência são lugares onde as mulheres são acolhidas, orientadas e encaminhadas para a Rede de Atendimento. São serviços de atendimento multiprofissional, com advogada, assistente social e psicóloga.

EM MANAÍRA

Semob-JP altera trânsito da Avenida Ingá

A Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (Semob-JP) vai realizar, hoje, uma mudança de circulação em um trecho da Avenida Ingá, no bairro de Manaíra. A alteração consiste na transformação de toda a via em sentido único (Praia/Centro), medida que promoverá a melhoria da segurança viária por todo o entorno.

De acordo com Expedito Leite Filho, superintendente de trânsito e transportes da capital, esta intervenção foi planejada mediante estudos que comprovaram a necessidade

de mudar o comportamento da mobilidade na região.

“Nossas equipes realizaram estudos que observaram a necessidade desta alteração. A expectativa é de que rapidamente moradores e visitantes que transitam pela Avenida Ingá possam se adaptar a novidade e a segurança viária prevaleça na região”, destacou.

Tendo em vista que na Avenida Ingá, o trecho entre a Avenida João Maurício e a Avenida Esperança já possui sentido único praia/Centro, a alteração que o órgão de mobilidade promoverá desta vez contem-

■ **Mudança no trânsito foi efetuada a partir de estudos e consiste na transformação de toda a via em sentido único**

plará a área entre a Avenida Esperança e a Rua Gláucia Maria dos Santos Gouvêia.

Para que a população se adapte a mudança, as equipes da Divisão do Sistema Viário (DSV) estão realizando a troca de placas e reforçando a sinalização por todo o trecho.

Além disso, a partir de hoje, agentes de mobilidade estarão por toda a Avenida Ingá, orientando os condutores sobre a intervenção, garantindo desta forma, a segurança no trânsito para os condutores de veículos e pedestres.

NO CASTRO PINTO

PF apreende cocaína no aeroporto

Para driblar a polícia, dois homens vindos de Cuiabá para João Pessoa amarram às pernas 10,8 quilos de pasta base

Ítalo Arruda
 Especial para A União

Dois homens foram presos, ontem, no Aeroporto Castro Pinto, na Região Metropolitana de João Pessoa, por tráfico de drogas. A dupla carregava 10,8 quilos de pasta base de cocaína, quando foram abordados por policiais do Grupo de Polícia Aeroportuária (GPAer) da Polícia Federal (PF), quando desembarcaram de um voo com origem em Cuiabá. Até o momento, a PF não informou qual seria o destino da droga apreendida.

Segundo informações do representante do GPAer, Marcello Dolabela, estava havendo no aeroporto um procedimento rotineiro de inspeção, quando o comportamento da dupla chamou a atenção dos policiais.

“Eles viram a inspeção e, ao perceberem os policiais identificados, tentaram desviar o caminho. Então, foram abordados, e, nessa abordagem, eles não souberam explicar o que estavam fazendo em João Pessoa e o motivo da viagem”, explicou Marcello, destacando que os dois homens carregavam, cada um, aproximadamente cinco quilos do entorpecente amarrados às pernas.

Ainda de acordo Marcello, após a averiguação na sala do GPAer, instalada no aeroporto Castro Pinto, os suspeitos foram levados para a Superintendência da Polícia Federal na Paraíba, onde foram



Acusados fixaram a droga ao corpo com faixas; policiais desconfiaram do comportamento da dupla



ouvidos. “Foi aberta uma investigação e, agora, eles estão presos e, inicialmente, vão responder por tráfico de drogas”, acrescentou o agente da PF.

Reclusão e multa

O artigo 33 da Lei nº11.343, de 23 de agosto de 2006 – que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e, entre outras providências, estabelece normas para repressão ao tráfico ilícito de drogas, determina pena de reclusão de cinco a 15 anos, além de pagamento

■ A pena prevista para o tráfico de entorpecentes é de cinco a 15 anos, além do pagamento de 500 a 1.500 dias-multa

de 500 a 1.500 dias-multa (que pode chegar até cinco vezes o valor do salário mínimo vigente) para quem traficar entorpecentes.

De acordo com a legislação, é considerado crime “importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”.

EM CAMPINA

Viúva é presa acusada de mandar matar o marido

A viúva do policial civil aposentado Luiz Abrantes de Queiroz, assassinado a tiros dentro de sua residência, em João Pessoa, em junho de 2022, foi presa na última quarta-feira, em Campina Grande. A mulher é apontada como mandante do crime e estava morando no bairro de Bodocongó. Já na manhã de ontem foi presa uma outra mulher, só que de 19 anos, no bairro de Gramame, em João Pessoa, também suspeita de envolvimento no crime.

A investigação indicou que a vítima estava em seu carro e foi surpreendido pelo suspeito do crime, que acabou roubando o seu carro, duas armas e ainda esfaqueou a vítima. A viúva já havia sido presa provisoriamente em agosto do ano passado, um mês após o delito, e, cumprido o prazo legal, foi liberada. Em setembro do mesmo ano, a Justiça expediu um novo mandado de prisão, desta vez preventiva, mas a viúva já estava foragida.

A Delegacia de Crimes contra a Pessoa (DCCPES) da capital continuou as investigações e obteve informações de que a foragida estava no bairro de Bodocongó, em Campina Grande.

de. Policiais da Delegacia de Homicídios de Campina localizaram e prenderam a investigada.

De acordo com as investigações da Polícia Civil, a viúva do policial contratou dois homens pela quantia de R\$ 20 mil para simularem um assalto na residência do casal, ocasião em que o policial civil foi assassinado. A intenção dela era ficar com os bens de Luiz Abrantes e receber a pensão por sua morte. A babá do filho do casal também foi indiciada por envolvimento no crime. O executor dos tiros já está preso, mas seu filho – e acusado de ser participação no assassinato – também está foragido.

Valor

A viúva teria pago a dois homens R\$ 20 mil para simular um assalto e assassinar o marido, o policial civil Luiz Abrantes de Queiroz, em junho de 2022

PRISÕES

Traficantes escondiam droga em açougue

Giovannia Brito
 gibritosilva@hotmail.com

Dois homens foram presos ontem em Campina Grande, durante a Operação Nexum, deflagrada pela Polícia Federal. Eles são suspeitos de tráfico de drogas na cidade. Para isso, utilizavam um açougue para guardar a droga e o carro de uma empresa que presta serviços de internet na Rainha da Borborema e em várias regiões da Paraíba. O veículo era usado para fazer a entrega dos entorpecentes.

Os presos são o dono do açougue, localizado na comunidade Lagoa de Dentro, e o funcionário da empresa de internet. Também foram cumpridos mandados de busca e apreensão nos bairros das Malvinas e Três Irmãs. Nessas buscas, os policiais encontraram com a dupla quatro quilos de maconha, uma de fogo, 13 munições, balança de precisão, um carro, uma máquina para prensar a droga, três celulares, e uma placa de carro que havia sido roubado.

Conforme a Polícia Federal, a droga ficava armazenada no estabelecimento de carnes para ser distribuída aos locais responsáveis pela venda direta aos usuários, e que era levada no carro que oficialmente deveria circular para prestar atendimento e manutenção aos clientes.

Durante o curso da investigação, foi identificado o gru-



Acusados utilizavam um açougue como depósito e um carro de uma prestadora de serviço de internet para transportar o entorpecente pelas cidades da região de Campina Grande



po criminoso que utiliza empresas lícitas como essas para, clandestinamente, realizar o armazenamento e a distribuição de drogas pela região de Campina Grande. Foi descartada a participação dos donos da empresa no esquema de tráfico de drogas.

Os investigados responderão pelos crimes de organização criminosa e tráfico de drogas, cujas penas máximas somadas podem chegar a mais

de 18 anos de reclusão e multa.

As investigações mostraram que eles recebiam ordens de um presidiário que cumpre pena no Presídio Regional do Serrotão.

Os dois presos e o material encontrado foram levados para a Central de Polícia Civil de Campina Grande.

A operação contou com a Força-Tarefa de combate ao crime organizado do Sistema Único de Segurança Pública

(FT-Susp/PB), que é composta pela Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (Seap/PB) e da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).

O Ministério da Justiça e Segurança Pública atua na articulação dessas ações conjuntas entre as forças de segurança federais e estaduais, juntamente com as secretarias de segurança pública.

DE CATINGUEIRA

Ex-prefeito é condenado por fraudes em licitação

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), o ex-prefeito de Catingueira, no Sertão da Paraíba, José Edvan Félix, foi condenado, em sentença proferida esta semana pela 14ª Vara da Justiça Federal na Paraíba, a oito anos, 10 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial fechado. Além disso, o ex-gestor foi condenado a ressarcir o erário em mais de R\$ 661 mil.

De acordo com investigações que resultaram na deflagração da Operação Dublê, Edvan Félix capitaneou esquema criminoso de montagem de licitações e desvio de recursos públicos mediante a utilização de notas fiscais 'frias' ou 'clonadas'. No presente caso, recursos públicos federais de diferentes programas, sacados pelo então prefeito mediante emissão de cheques nominais à Tesouraria, tiveram destinação desconhecida, já que comprovadamente não foram repassados às empresas que supostamente teriam sido contratadas pela prefeitura. Os desvios foram praticados mediante a emissão de empenhos falsamente destinados a sete pessoas jurídicas.

Outra envolvida no esquema como “intermediária de notas fiscais”, conforme a denúncia do MPF,

Semeia Trindade também foi condenada a cinco anos de prisão em regime semiaberto. No entanto, a responsabilidade dela foi limitada ao desvio de recursos públicos com utilização do nome de apenas uma empresa. Ambos respondem o processo em liberdade.

A operação

A investigação que deu início à Operação Dublê foi iniciada em 25 de janeiro de 2012, a partir de representação formulada pela Câmara de Vereadores de Catingueira, que, após conferir os balancetes do Poder Executivo referentes aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, constatou a ausência de vários processos de pagamento e a inexistência de notas fiscais, recibos e empenhos que os lastreassem.

O MPF já ajuizou mais de 40 ações judiciais no âmbito da Operação Dublê, envolvendo fraudes em obras públicas nos municípios paraibanos de Catingueira e Cacimba de Areia. Os valores desviados ultrapassam os R\$ 17 milhões.

A nota fiscal 'clonada' é aquela que é submetida a falsificação documental - daí decorre o nome da Operação Dublê -, ao contrário da nota fiscal “fria”, em que a falsificação é apenas ideológica.

HABITAÇÃO

PMJP vai construir três condomínios populares

Obra às margens da Avenida Beira Rio está orçada em R\$ 116 mi

Alexandra Tavares
lekajp@hotmail.com

O Complexo Beira Rio (CBR), uma das ações previstas no Programa João Pessoa Sustentável, prevê, a partir de maio, o início da construção de três conjuntos habitacionais que irão beneficiar as famílias em situação de risco das comunidades incluídas no projeto. A informação foi confirmada por Caio Mário Silva, coordenador de Desenvolvimento Urbano do Programa JP Sustentável.

Segundo ele, já foi realizado o processo de licitação para a construção dos três empreendimentos que, juntos, têm orçamento previsto de R\$ 116 milhões. “Estamos na fase de assinatura dos contratos de construção dos conjuntos, com previsão de início a partir de maio”, frisou.

Os três conjuntos serão realizados na Avenida Beira Rio. De acordo com Caio Mário, um deles deverá ter cerca de 100 unidades; outro, com aproximadamente, 330 unidades; e o terceiro com mais 300 unidades. “Esses condomínios são para receber moradores das oito comunidades, mas ainda não podemos dizer qual comunidade vai para qual terreno. Os nomes dos conjuntos ainda não foram definidos porque a ideia é montar um processo participativo com os moradores para eles escolherem esses nomes”, contou Caio.

A equipe do CBR já concluiu o cadastramento das famílias e realizou os estudos técnicos para identificar os tipos de riscos que ameaçam os moradores das oito comunidades previstas no projeto: Tambauzinho, Brasília de Palha, Cafofo Liberdade, Miramar, Tito Silva, Padre Hildon, São Rafael e Santa Clara.

O Complexo prevê a revitalização do Rio Jaguaribe e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem em áreas de risco. Nas oito comunidades, cerca de 764 famílias terão de ser realocadas. Algumas famílias já foram retiradas dessas áreas por questão de segurança e transferidas, temporariamente, para casas mantidas com recursos de aluguel emergencial oferecido pelo poder público. Uma das soluções de moradia para essas pessoas é a compra assistida, ou seja, a equipe da Prefeitura, ou mesmo o morador da comunidade,



Projeto garantirá às famílias acesso a moradias com infraestrutura e opções de lazer



Daniel Pereira contesta decisão porque sua moradia está distante do rio

de, procura um imóvel em um local adequado, com infraestrutura e saneamento básico, adquire-o para que o imóvel se torne o lar definitivo da família. Segundo Caio, o Complexo prevê investimentos totais de R\$ 250 milhões, considerando as intervenções de construção dos conjuntos, infraestrutura e urbanização nas comunidades, construção de um parque linear, trabalho social, regularização fundiária, entre outras ações até 2026.

Primeira consulta

Ontem, houve a primeira consulta pública da comunidade Santa Clara, no Castelo Branco, para apresentar aos moradores o Plano Executivo de Reassentamento e Regularização (PERR) da comunidade. O objetivo do encontro foi estabelecer o diálogo e a participação popular.

O PERR integra o Plano de Desen-

volvimento Comunitário e, segundo a Prefeitura, é necessário para iniciar o processo de realocação dessas famílias. É como um raio-x que detalha o passo a passo das atividades econômicas afetadas pelas intervenções do João Pessoa Sustentável, os critérios de elegibilidade ou pré-requisitos para que as famílias tenham acesso às soluções habitacionais oferecidas pelo programa, e o processo de regularização fundiária.

A Santa Clara foi a primeira comunidade a discutir o PERR porque já houve a conclusão e a revisão dos estudos. Segundo a prefeitura, dos 366 imóveis mapeados no local, 85 estão em áreas de risco por deslizamento, alagamento ou porque foram erguidos sobre adutoras da Cagepa ou galerias pluviais. Há ainda os que estão com a estrutura comprometida e oferecem perigo aos moradores.

Moradores têm resistência ao projeto

O processo de realocação das famílias para outros bairros e os condomínios previstos no Complexo Beira Rio (CBR) têm gerado insatisfação por parte de moradores como os da Comunidade São Rafael. Eles questionam tanto o local da construção dos condomínios, quanto os motivos para retirar alguns moradores do seu local de origem. Há também pessoas que reclamam das estratégias do poder público para resolver o problema de moradia na comunidade.

Eles dizem que as dúvidas da comunidade não são esclarecidas pela prefeitura, por isso pedem uma audiência com o prefeito Cícero Lucena. Caso os questionamentos não sejam esclarecidos, os moradores ameaçam protestar. Um dos moradores que questiona a saída da casa onde mora é Daniel Pereira, coordenador do Projeto Voz Popular, da São Rafael.

Ele diz que a casa dele fica a cerca de 150 metros do Rio Jaguaribe e nunca foi invadida pela água durante o inverno. “A prefeitura alega que fez um estudo de prospecção que mostra que onde eu moro vai chegar água daqui a 100 anos. Ora, se eles têm essa previsão, por que, ao invés de me ti-

rar da casa, não faz um muro de contenção ou outro trabalho, para evitar a aproximação da água do Jaguaribe? Isso foi feito, inclusive, no projeto do Manaíra Shopping”, indagou.

Daniel também afirmou que, segundo a prefeitura, no lugar onde as casas vão ser retiradas, vai ser construído um parque “inundável”, que vai se estender por vários quilômetros, começando na Avenida Beira Rio até a alça de acesso ao Altiplano. “Ao invés de fazer um parque desse tamanho, poderia reduzi-lo, deixar as nossas casas e reformar todo esse trecho”. Um dos condomínios que será construído, será no terreno vizinho à unidade de tratamento de esgoto da Cagepa, na Beira Rio, que constantemente emana um mau cheiro terrível. “Essa é uma questão de insalubridade. Como é que vão pegar famílias, com crianças e idosos, e colocar em um local desses?”, indagou Daniel.

Segundo a Prefeitura João Pessoa, 222 famílias da São Rafael estão em área de risco por alagamento ou porque têm as casas construídas sobre tubulações de esgotos ou da Cagepa. Morador há cerca de 40 anos no local, João Francisco da Silva, 69 anos, diz

que nunca entrou água em sua casa. “Mesmo assim, disseram que vou ter de sair da minha casa, com minha esposa. Já não dormimos direito desde que essa história começou, e nossa taxa de diabetes e colesterol está subindo. O prefeito tem de conversar com a gente, para rever essa situação”, desabafou.

O líder comunitário da São Rafael, Edivaldo da Silva Souza declarou que as pessoas estão temerosas sobre o futuro e, apesar das reuniões com a equipe da Prefeitura, muitas perguntas dos moradores não são respondidas. “Já que nas reuniões não nos esclarecem nossas dúvidas, pedimos mais uma vez uma conversa com o prefeito porque as pessoas não vão aceitar certas decisões”, frisou.

A Prefeitura informou que existe resistência por parte de alguns moradores, o que é natural porque trata-se de um reassentamento involuntário. No entanto, as ações são necessárias por garantir a segurança e proteção à vida de quem está em área de risco. A PMJP disse que o diálogo é permanente com as comunidades e que as pessoas vão receber a titularidade do imóvel para qual forem destinadas.

Paraíba: Todos os cantos

Teresa Duarte
teresaduarte2@hotmail.com

Fotos: Teresa Duarte



João Pessoa

O Parque Arruda Câmara (Bica) é um excelente lugar em João Pessoa para quem gosta de estar em contato com a natureza. Além de uma trilha ecológica, o visitante também terá a oportunidade de conhecer animais como aves e répteis. O Parque Arruda Câmara está localizado na Avenida Gouveia Nóbrega, no bairro do Roger. O local está aberto de terça a domingo, das 8h às 17h (com fechamento da bilheteria às 16h). A entrada custa R\$ 2 por pessoa. Crianças até sete anos e idosos acima de 65 anos não pagam.

João Pessoa II

Os hotéis da orla da capital continuam a receber a visita dos fiscais da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (Pronto-JP) e da Secretaria Municipal de Turismo esta semana. Os dois órgãos estão em uma ação conjunta distribuindo o Guia do Consumidor Turista, contendo informações básicas sobre os direitos do consumidor no segmento turístico. A entrega da cartilha prossegue até o dia 25, sempre nas manhãs das segundas e terças-feiras. A atividade preventiva e educativa promovida pelos dois ór-

gãos já esteve em 33 estabelecimentos das praias de Tambaú, Manaíra e Cabo Branco. O Guia foi publicado nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola e traz informações básicas sobre a legislação que versa sobre os direitos do consumidor nas várias áreas do segmento turístico, a exemplo do transporte de bagagens, transporte de passageiros (aéreo e rodoviário), considerando os direitos de pessoas com necessidades especiais, estudantes, idosos e portadores de câncer, e hospedagem entre outros.



Galante

As porteiras da Fazenda Olho D'Água, em Galante, distrito de Campina Grande, em breve estarão abertas para receber mais um Arraiá de Cumpade. Nos últimos dias, a organização do evento divulgou as primeiras informações sobre como será a 11ª edição, que vai acontecer nos dias 10, 17 e 24 de junho e 1º de julho, a partir das 11h. Mais uma vez, o anfitrião, cumpade João receberá artistas renomados e milhares de visitantes em uma autêntica festa de sítio em que é possível vivenciar as reais tradições da cultura nordestina, através da culinária, artesanato, religiosidade e, claro, do forró. Com novidades na estrutura e na programação, o Arraiá de Cumpade anunciou as atrações que já estão confirmadas. No palco da Divina Vila, estão certas as apresentações de Dorgival Dantas, Mastruz com Leite, Brasas do Forró, Eliane, Waldonys e Forró Lampejo. Novos nomes serão divulgados nos próximos dias.

Baía da Traição

Quem quiser conhecer um pouco da cultura indígena o lugar certo é a Aldeia do Tambar, no município da Baía da Traição, no Litoral Norte. É lá que permanece vivo o resgate à cultura na produção do beiju, tapioca e do cuscuz feito com a massa de mandioca no fogo à lenha, que tornou-se um ponto turístico bastante visitado. Tudo isso já vem acontecendo há sete anos, quando Angelina Fideles da Silva, colocou a conhecida Barraca da Angelina, inovando a gastronomia indígena com novos sabores. Vale a pena degustar.



Campina Grande

O maior festival de quadrilhas juninas do mundo será realizado pela Vila Sítio São João, este ano, e será uma das novidades implementadas na programação de um dos espaços mais importantes do São João de Campina Grande. As apresentações estão marcadas para acontecer nos dias 21, 22, 29 e 30 de junho. Com o apoio logístico da Vila Sítio São João, o concurso será coordenado pela quadrilha junina Moleka 100 Vergonha, e contará com o apoio da Prefeitura Municipal de Campina Grande. O concurso premiará as quadrilhas juninas com valores em dinheiro: O 1º lugar ganhará R\$ 20 mil, o 2º lugar levará R\$ 10 mil e o 3º lugar, R\$ 5 mil.

Naufrágios existenciais

Depois de quatro anos rodando o país e colecionando prêmios, grupo Ser Tão Teatro apresenta 'Alegria de Náufrago', hoje e amanhã, em João Pessoa

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

O espetáculo surgiu em um momento de crise para o grupo Ser Tão Teatro. Grande parte das incertezas que atravessaram a carreira de seus integrantes são retiradas de uma caixa no centro do palco para serem incorporadas ao texto inspirado no conto do russo Anton Tchekhov, *Uma história enfiada*, escrito em 1888. *Alegria de Náufrago* conta a história de desilusão do professor emérito Nicolai Stiepánovitch, um homem que seguiu todos os preceitos de uma vida feliz e realizada profissionalmente, mas que se mostra patética diante da sociedade e suas instituições. "A gente usa esse lugar para também trazer as próprias cicatrizes, inseguranças, dúvidas e quedas dos atores em cena. Tudo isso com muito humor, que é um traço do nosso trabalho", afirma o ator paraibano Rafa Guedes.

Com duas apresentações que ocorrem hoje e amanhã, no Teatro Paulo Pontes, em João Pessoa, *Alegria de Náufrago* volta ao estado depois de quatro anos rodando o país e colecionando prêmios, como o de Melhor Texto no Prêmio Prio de Humor 2022, no Rio de Janeiro. Com sessões sempre às 20h, o espetáculo tem duração de 60 minutos e classificação indicativa de 12 anos. Ingressos estão à venda por R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia), podendo ser adquiridos no Sympla (www.sympla.com.br) e nas lojas Furtacor (Mag Shopping e Shopping Sul). O texto é assinado pelo coletivo e por César Ferrario e Giordano Castro, com os dois últimos dividindo também a direção.

Em cena, Rafa Guedes está ao lado de Thardelly Lima e Cely Farias. Os três interpretam todos os personagens da peça, em um ritmo muito ágil de atuação bastante entrosada, intercalando os papéis com pequenas mudanças na caracterização dos figurinos. Os desígnios e infortúnios do professor em falência interior são colocados em paralelo com as situações de trabalho dos atores, a exemplo de contratantes que não pagam, a corrida pelos editais, elenco que não ensaia e só pensa na remuneração, e ainda outros que precisam animar festas e fazer campanhas políticas e novelas para complementar a renda. Um tipo de registro tragicômico que não está na superfície do texto de Tchekhov, como assume Guedes: "Se for falar de forma padrão, o conto é um drama. Mas a gente tem esse olhar que acredita no humor ácido e na ironia. Para nos provocarmos, vamos enfatizando isso, que é o nosso toque, a marca do grupo".

Depois de seguir modelos genéricos de felicidade, o personagem do professor Nicolai não consegue

mais, aos 62 anos, reconhecer a si mesmo e nem a mulher ou a filha que estão ao seu lado. Um náufrago em sua própria existência. "Ele não tem a doçura, não tem a cor e nem a temperatura do amor. Mas tem uma outra personagem chamada Cátia, afilhada do Nicolai, que vai no sentido oposto ao dele. Ela é a artista no Brasil, a sonhadora que se joga para viver da arte. E também quebra a cara. É quando se levantam todas essas questões de trabalho dos atores e atrizes", remonta Guedes.

É através dessa estrutura narrativa que são inseridas as elucubrações pessoais do elenco, como quando Thardelly Lima conta sua história de vida profissional, como quando poderia estar circulando com o seu ofício, mas não tinha dinheiro para uma passagem de ônibus. Ou quando uma atriz teve sua participação numa animação de festa cancelada porque a criança aniversariante chorava dizendo que a princesa não poderia ter cabelos cacheados.

No palco do Teatro Paulo Pontes, todos estão vestidos de pijamas como se fossem parte das crises de consciência de um insone professor Nicolai. Todas as suas aflições e delírios saem de uma mesma caixa onde estão todos os elementos cênicos e cenários que ajudam a contar a história do profissional acadêmico, mas também o do próprio grupo de teatro paraibano. "Toda a história que a gente conta, sai de dentro da caixa. Começamos o espetáculo sentados em cima da caixa que tem várias gavetas. Nossa história toda sai dali", diz Rafa Guedes.

Depois de vários anos levando toneladas de equipamentos do espetáculo de rua *Flor de Macambira*, o Ser Tão Teatro estreou a turnê de *Alegria de Náufrago* em 2017. Mas a melhor apresentação do grupo, segundo seus integrantes, foi no ano de 2019, no Teatro Santa Roza, a última vez que eles estiveram com a peça na Paraíba.

O coletivo Ser Tão Teatro surgiu há 15 anos na cidade de João Pessoa, dentro da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desvinculou-se da instituição e vem se destacando com uma produção de sucesso, através de uma pesquisa que prima pelo trabalho do ator e da atriz em sistemas de colaboração com outros artistas e coletivos teatrais brasileiros. A pesquisa do grupo teve foco inicialmente na dramaturgia brasileira da década de 1960, através de textos de Ariano Suassuna, Jorge Andrade e Joaquim Cardozo. Posteriormente, o grupo sentiu a necessidade de estudar autores da dramaturgia mundial, sempre inserindo a voz do ator/atriz no centro da encenação, e se valendo de características já marcantes do coletivo, como o humor e a acidez.

Foto: Eunilo Rocha/Divulgação

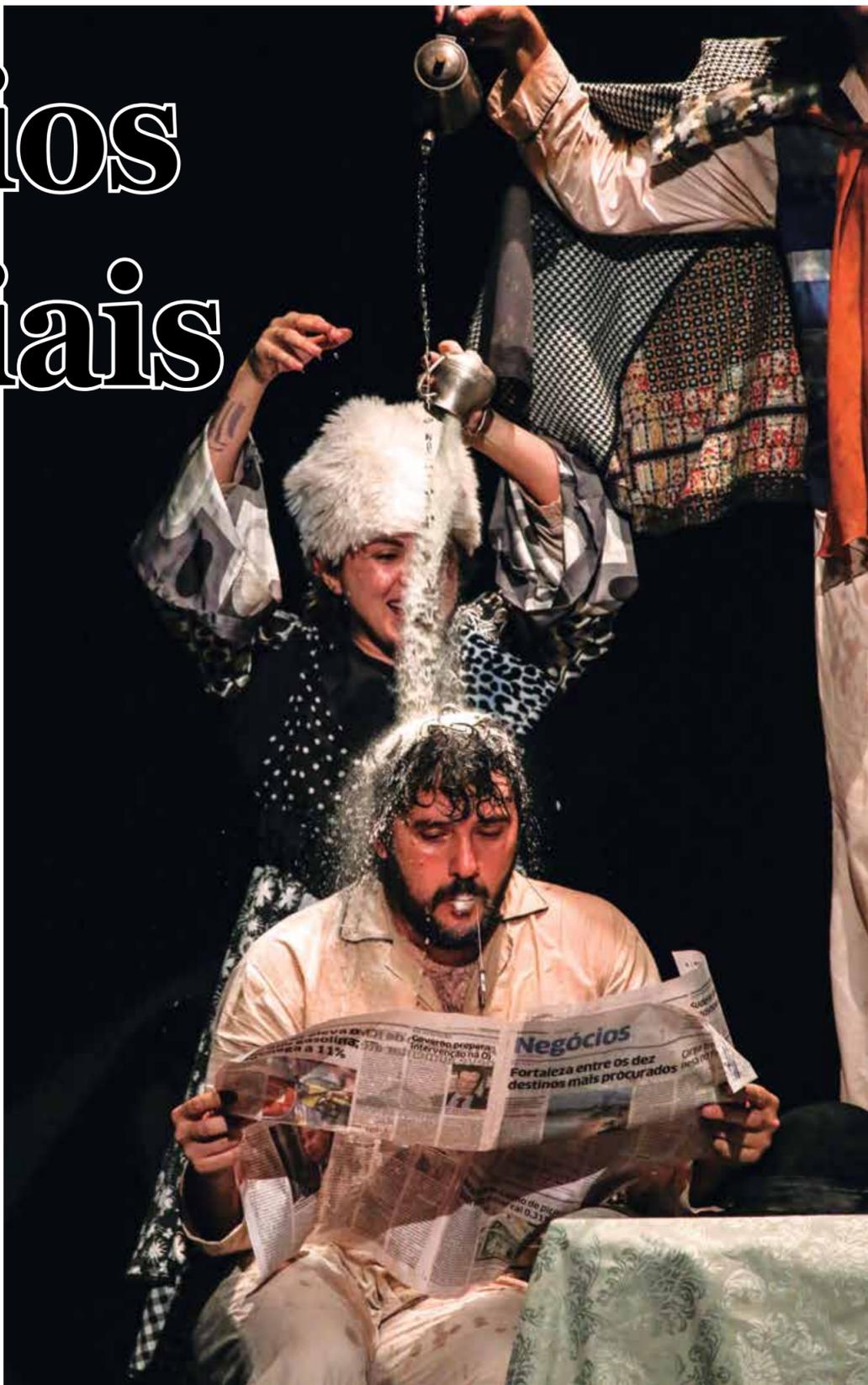


Foto: Eunilo Rocha/Divulgação



Foto: Rafael Passos/Divulgação



Foto: Eunilo Rocha/Divulgação



Rafa Guedes, Thardelly Lima e Cely Farias (ao lado, da esq. para dir.) interpretam todos os personagens tragicômicos da peça inspirada no conto produzido no século 19 do russo Anton Tchekhov (1860-1904)



Através do QR Code acima, acesse o site do Sympla para os ingressos

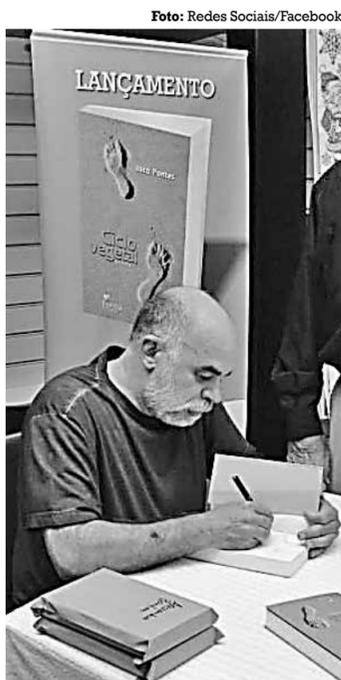
Artigo

Sérgio de Castro Pinto
sergiodecastropinto@gmail.com

O lirismo pensado de Juca Pontes

(Na coluna de hoje homenageio o amigo e poeta Juca Pontes, recentemente falecido, com trechos do posfácio que escrevi para o seu livro *Ciclo Vegetal*, Forma Editora, João Pessoa, 2012).

Embora não sejam *haicais*, os poemas de Juca Pontes são tão contemplativos quanto esse gênero poético japonês. E contemplativos da paisagem, da natureza, ambas preservadas quase íntegras, incólumes, pela dicção quase passiva do eu-lírico. Quer dizer: Juca não interfere – como um samurai belicoso – na paisagem; ela é que, dadivosa, oferece-lhe o sustento, a matéria de sua poesia. Poesia que se contenta em ver, em olhar, dificilmente em tocar ou transgredir, uma vez que a sua linguagem é conciliatória e estabelece com a natureza, com a paisagem, uma relação concorde e simétrica. Ou seja: quase sempre, estados d'alma e da natureza se congraçam, se irmanam e se complementam, sobretudo quando esta última, antropomorfizada, passa a ser uma espécie de projeção, de “persona” do eu-lírico: “A solidão / do mar // sabe o rio / confortar: / na toada / da água // toda alma / se acalma”.



Juca autografando 'Ciclo Vegetal', em 2013

A exemplo de todo poeta lírico, Juca Pontes se vale de um referente externo, para, só então – e a partir dele –, se interiorizar: “A / luz / da / manhã / é / um rio / de / saudade / que / invade / o / meu / silêncio”. Muitas vezes, porém, a natureza

parece ter vida própria, autônoma, independente, quando, na verdade, subjaz e ressoa em cada verso, em cada ser inanimado, a voz do eu-lírico: “A voraz / sinfonia // dos / ventos // desassossega / a calma // dos rios / sonolentos”.

Ainda sobre o poeta lírico, o professor e crítico português, Vitor Manuel de Aguiar e Silva, escreve que alguns deles iniciam o poema com a “(...) breve fixação descritiva de um determinado aspecto da realidade exterior (...) e que, partindo desse dado primário, se desenvolvem em surto de puro lirismo...”

Tal não acontece com Juca Pontes, cujo lirismo, longe de surtar, susta a catadupa verbal, a pirotecnia pura e simples, os excessos, em favor de uma dicção concisa e discreta, de uma sensibilidade à flor da pele. Isso sem contar que, embora musical, a sua poesia não é daquelas que narcotizam o leitor, deixando-o à mercê de um canto de sereia enganador e equívoco.

Ciclo Vegetal é uma poesia de reflexão, de versos pensados, pesados e medidos, de quem “parece escrever (...) naquele inefável momento em que o pensamento se faz emoção”.

Funes Cultural

Fundação Ernani Satyro

O homicídio que marcou para sempre a cidade de Conceição

Silvio Darlan

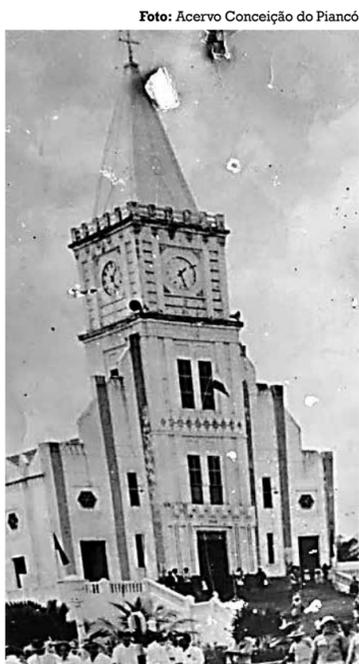
A cidade de Conceição, no Alto Sertão da Paraíba, talvez seja a mais icônica e emblemática povoação do nosso estado. Berço de grandes nomes na política, na música e nas artes, foi por muito tempo envolta de grandes episódios de violência que, ao longo do tempo, se transformaram num lendário popular.

Durante a minha infância, ouvia atentamente vários relatos que foram reproduzidos secularmente por gerações e que, diante de tamanha curiosidade em conhecer a história e o passado, muitas vezes sanguinário da minha cidade, me debrucei em algumas pesquisas, o que ouvia quase sempre estava relacionado a especulações, mas nada documental.

Foram vários anos de pesquisa na tentativa de encontrar algum registro concreto sobre esses fatídicos episódios, o que me deixava mais intrigado era a forma como era contado, sempre envolta de um místico, e até certo ponto de medo. Por inúmeras vezes para durante a noite em frente à Igreja Matriz e fica deslumbrado com tantos relatos de violência, e alibi de vingança que foi uma característica bastante pontual durante muitos anos. No lendário popular sempre foi contado um suposto assassinato ocorrido no início da história do município, em que um padre teria sido supostamente morto na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Neste lendário popular contava-se que iria acontecer uma grande chuva para “lavar” o sangue do padre.

A única fonte que registrava esse sinistro foi feito pelo padre Manoel Otaviano, em um livro publicado originalmente da década de 1950. Cumpre destacar que padre Manoel, viveu e exerceu seu ministério sacerdotal muitos anos após o acontecido, e que na época Conceição pertencia administrativamente a cidade de Misericórdia, hoje chamada de Itaporanga.

Estamos falando de uma Conceição extremamente primitiva, um



pequeno vilarejo que se organizava para iniciar um processo de emancipação política, e que é surpreendido com um crime sem precedentes, que abalou toda a província. As relações intrínsecas entre Igreja e estado mostravam um efetivo poder que a Igreja Católica detinha, um crime desta natureza, contra um membro do clero era algo estarrecedor.

Os dados utilizados para trazer ao conhecimento público foram extraídos do periódico que circulava na capital, chamado *O Publicador*, de propriedade de José Rodrigues da Costa e que diariamente na chamada *Parte Oficial*, eram publicados os expedientes do governo da província, bem como outros despachos. Portanto, uma fonte oficial, que tornou público o inquérito instaurado na época para investigar e inquirir o acusado, que no curso da oitiva, confessou e explicou os motivos que levou ao homicídio de Joaquim Jurcelino Veriato Formiga, ou simplesmente, Padre Formiga, coadjutor da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, termo de Misericórdia.

O crime ocorreu em uma residência nas adjacências da Igreja, e,

■ No lendário popular do município sertanejo, um suposto assassinato de um padre teria ocorrido na Igreja de Nossa Senhora da Conceição

como consta nos registros, pertencia ao Sr. Galdino José de Sant'Anna. O acusado, ao ser inquirido pelo juiz municipal suplente, José Severino da Silva, confessou que desferiu 28 punhaladas, caindo por terra o padre Joaquim Jurcelino Veriato Formiga. Após o ocorrido, o assassino tentou fugir, sendo preso a sete léguas da sede do distrito de Conceição. Sebastião Gomes de Sousa, vulgo “Bembem”, era natural de Pernambuco, da comarca de Pajeú de Flores, contava na época 31 para 32 anos de idade, ele era casado, e no inquérito foi apresentado como filho do finado José Gomes dos Réis, também de Flores (PE) e trabalhava como agricultor.

Várias foram as nuances que envolveram esse episódio que mais parece um roteiro cinematográfico vivido naquele século. No relato do próprio réu, ele não deixa claro a incidência de qualquer fato que pudesse atribuir ao padre, afirmando apenas suspeitar que Formiga pudesse faltar com a honra dele, da família e de todo o povo, uma clara referência a vida pessoal do religioso. O corpo do padre Formiga foi sepultado na antiga Igreja de Itaporanga (PB), deixando a cidade de Conceição marcada para sempre, um crime que abalou a província e durante anos despertou a curiosidade e o imaginário popular. Sobre a fala atribuída ao padre antes de morrer, sobre a mancha do seu sangue e como ela seria “lavada”, isso eu não posso afirmar, o que posso dizer de certo é que essa cidade ainda guarda muitos segredos que talvez o tempo ou algum curioso pesquisador possa revelar.

Nelson Barros

nelsonbarros@gmail.com

A confissão

Fui criado numa família de formação religiosa muito frouxa. Católicos mal praticantes, eu diria. Conheço muitas pessoas assim. Sabem três ou quatro orações que rezam em momentos difíceis da vida, cumprem os ritos do Natal e da Semana Santa, têm Bíblia e terço em casa, um santo protetor com direito a vela de sete dias e vão à igreja em batizados, casamentos e funerais.

Mas, se fosse por minha avó materna, não seria assim. Era devota, fervorosa cumpridora de todos os deveres de uma cristã, embora não tenha conseguido passar isso para os seus herdeiros.

Quando eu era menino, vovó Clotilde, que sempre teve cara de avó do livro de receitas Dona Benta e das fábulas infantis, em que avós eram senhoras de cabelos brancos amarrados em um coque, óculos de grau e meio rechonchudinhas, levava-me para a igreja, ensinava-me as orações e me dava fotos de santinhos, na esperança de formar um cristãozinho mirim, merecedor de entrada no céu. Ela era uma referência de amor muito importante para mim, e eu, claro, tentava, sem muito esforço, confesso, atender às suas expectativas. Mas as idas à Igreja do Bom Conselho, que tinha, logo na entrada, uma estátua bem assustadora do diabo; o tedioso cerimonial da missa, com tantas palavras que não entendia e aqueles santos de olhar angustiado, não me atraíam de jeito nenhum. As estações da *Paixão de Cristo*, que acompanhava pelas paredes do templo, como quem vê uma revista em quadrinhos, mas achava uma história horrível, cruel e difícil de entender. Os santinhos de papel, ricamente ilustrados, eu esperava ganhar em duplicata, para brincar de jogo da memória.

Quando chegou a época da primeira comunhão, os alunos que participariam da celebração eram dispensados das aulas habituais para assistir às do catecismo. Era ali que se aprendia a ter medo de Deus e do Diabo. Era estar na frente de um para o julgamento dos pecados (e a lista era imensa, mesmo para um garoto) ou encontrar o outro, aquele que ficava na frente da Igreja do Bom Conselho, ardendo nas cavernas revestidas de brasa do inferno. Tinha uma saída: confessar os pecados ao padre, que iria definir a punição adequada, chamada de penitência, e assim “zerar” o placar que daria novo início ao trajeto em direção ao paraíso.

Essa confissão passou a ser um pesadelo anunciado na minha vida. Tinha uns pecadinhos cometidos no quintal, com alguns amiguinhos e amiguinhas, que eu não estava, de jeito nenhum, interessado em contar ao padre. Outros, eu não me incomodava: uma ou outra resposta mal criada à mãe, uma revista roubada da banca de seu Virgílio (que viu e fez de conta que não viu), uma cola bem feita na prova de matemática.

Pois bem, chegou o tal dia. Não tinha, naquele salão da igreja, um único garoto que se sentisse confortável. A turma, organizada por ordem alfabética, esperava o momento de ajoelhar-se do lado de fora do confessionário, uma cabine de madeira onde o confessor ficava resguardado, ouvindo por uma janelinha de treliças a lista de pecados do pequeno meliante ajoelhado do lado de fora. Na minha vez, coração quase na boca, não sei se era mais o medo ou a humilhação o sentimento mais forte. O padre me fez repetir uma oração e perguntou quais pecados eu tinha para confessar. Fui enumerando aqueles dos quais se lembrava da lista que vinha ensaiando há semanas, mas ele não se mostrou satisfeito e perguntou se era só aquilo, se eu não tinha outras coisas para “declarar”. Fiz de conta que não entendi, e ele percebeu que fiz de conta, começando, ele próprio, a sugerir justamente aquilo que eu não estava disposto a falar. No começo, fiquei assustado, com medo do inferno, mas uma coisa me chamou a atenção: não gostei do tom da voz do sacerdote. Não. O jeito esquisito de perguntar aquelas coisas, a respiração, talvez, porque não devo ter pensado nisso na hora, me fizeram sentir que alguma coisa ali não estava certa. Deu uma viravolta na minha cabeça, e o medo do inferno se foi na hora. Não sei quando perdi a ingenuidade infantil. O fato é que pude reconhecer que o pecador de fato estava mesmo era dentro daquele caixote de madeira. Neguei cada pergunta, me declarei inocente daqueles pecadinhos e recebi a penitência de não ter lhe fornecido material interessante. 10 Pai Nossos, 10 Ave Marias e não sei mais o quê. Depois, fazer um sinal da cruz com a água benta. Fiz tudinho com um sentimento muito grande de liberdade. Fiz pensando na minha avó e na confiança que tinha nela.

Não posso dizer que, naquele dia, perdi a fé em Deus. Nem que perdi a fé nos homens. Não em todos. Perdi a fé em um homem da fé. E depois, ao longo da vida, em muitos deles.

Trilha sonora

‘Se eu quiser falar com Deus’ – Gilberto Gil.

Colunista colaborador

EVENTO

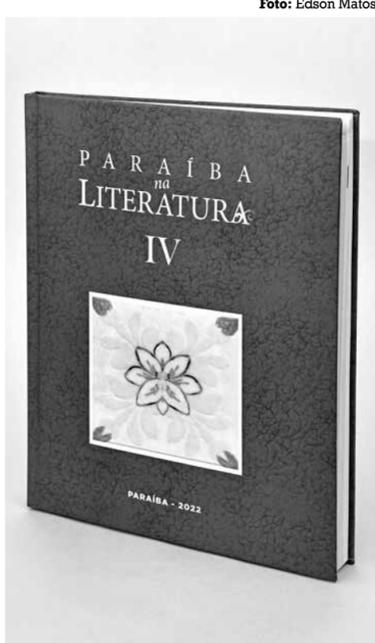
Cajazeiras recebe edição de Noite da Literatura

Serão apresentados os mais recentes lançamentos da Editora A União

Da Redação

Depois de Sousa, o município de Cajazeiras é a nova cidade no Sertão da Paraíba a receber a edição do projeto Noite da Literatura Paraibana, promovido pela Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), através dos mais recentes lançamentos da Editora A União, levando a cultura para o interior do estado.

Hoje, a partir das 19h, no Teatro Íracles Pires (ICA), serão apresentadas ao público as seguintes obras: a 2ª edição dos três primeiros volumes da coleção *Paraíba na Literatura*, cada qual reunindo 20 perfis de autores e autoras do estado de destaque nas letras, assim como *Paraíba na Literatura IV*, publicado neste ano; e o volume inaugural da *Antologia do Teatro Paraibano (1968-1981)*, coletânea organizada por Diógenes Maciel, Monalisa Colaço e Suzy Lopes.



'PB na Literatura IV' reúne 20 perfis de autores

Amanhã, também às 19h, na sede da Academia Cajazeirense de Artes e Letras (Acal), localizada no Espaço Cultural Eliézer Rolim, no Centro de Cajazeiras o escritor e historiador Rui Leitão dá continuidade à Noite da Literatura Paraibana com o lançamento de sua mais recente obra: *Revolucionárias*, reunindo perfis de 40 mulheres brasileiras que foram protagonistas da história nas áreas da literatura, artes e política.

“Dentre elas estão 10 paraibanos que romperam preconceitos e quebraram paradigmas, das quais oito nasceram no estado e outras duas, a pifeira Zabé da Loca e a cantora Marinês, se radicaram na Paraíba”, resumi Leitão. “O livro é uma coletânea de artigos publicados no *Jornal A União* e inclui mulheres de diferentes períodos, que começa na época do descobrimento do Brasil até chegar à contemporaneidade”.

EM cartaz

ESTREIAS

BELO DESASTRE (Beautiful Disaster. EUA. Dir: Roger Kumble. Comédia. 14 anos). Abby Abernathy (Virginia Gardner) acredita que já está bem distante de seu tumultuado passado, mas quando ela chega à faculdade com sua melhor amiga America (Libe Barer), seu caminho para um novo começo é colocado em risco por uma aventura de uma noite com um cara chamado Travis “Mad Dog” Maddox (Dylan Sprouse). CINÉPOLIS MANAÍRA 1 (dub.): 20h (exceto qui.) - 22h15 (exceto qui.); CINE SERCLA TAMBIA 3 (dub.): 20h50; CINE SERCLA TAMBIA 4 (dub.): 15h; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 15h; CINE SERCLA PARTAGE 5 (dub.): 20h50.

DESEJO PROIBIDO (Heaven in Hell. Polônia. Dir: Tomasz Mandes. Romance. 16 anos). Maks (Simone Susinna) e Olga (Magdalena Boczarska) tem 15 anos de diferença de idade. Ela é uma mulher bem-sucedida, mãe de uma jovem adulta. Já ele é um homem que aproveita a vida como pode e como der, sempre vivendo o momento e sem consequências. Mesmo pessoas muito distantes e diferentes, o destino os põe perto do outro. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: 15h50 (dub.) - 21h (leg.).

DUNGEONS & DRAGONS - HONRA ENTRE REBELDES (Dungeons & Dragons: Honor Among Thieves. EUA. Dir: John Francis Daley e Jonathan M. Goldstein. Aventura. 12 anos). Em um mundo repleto de dragões e seres mágicos, um bando de aventureiros embarcam em uma jornada épica para recuperar uma relíquia. CENTERPLEX MAG 2 (dub.): 16h; CENTERPLEX MAG 3 (dub.): 18h30 (dub.) - 21h30 (leg.); CINÉPOLIS MANAÍRA 2 (dub.): 13h45 - 16h30 - 19h20; CINÉPOLIS MANAÍRA 4 (dub.): 15h - 18h15 - 21h15; CINÉPOLIS MANAÍRA 6: 13h15 (dub.) - 16h (leg.) - 19h (dub.) - 22h (leg.); CINÉPOLIS MANAÍRA 9 - Macro-XE (dub.): 20h45; CINÉPOLIS MANGABEIRA 5 (dub.): 13h15 - 16h - 19h - 22h; CINE SERCLA TAMBIA 1 (dub.): 16h20 - 19h; CINE SERCLA TAMBIA 5 (dub.): 15h15 - 17h50 - 20h30; CINE SERCLA PARTAGE 1 (dub.): 15h15 - 17h50 - 20h30.

O PASTOR E O GUERRILHEIRO (Brasil. Dir: José Eduardo Belmonte. Drama. 14 anos). Na virada do milênio, Juliana (Julia Dalavia), filha ilegítima de um coronel que comete suicídio, descobre que seu pai foi torturador durante a ditadura militar no Brasil. CINÉPOLIS MANAÍRA 2: 22h20.

SUZUME (Suzume no Tojimarí. Japão. Dir: Makoto Shinkai. Animação. Livre). Uma garota do ensino médio e um jovem misterioso que tentam prever uma série de desastres em todo o Japão. CINÉPOLIS MANAÍRA 8 (dub.): 13h20 - 18h20; CINE SERCLA TAMBIA 3 (dub.): 16h10 - 18h30; CINE SERCLA PARTAGE 5 (dub.): 16h10 - 18h30.

CONTINUAÇÃO

AIR - A HISTÓRIA POR TRÁS DO LOGO (Air. EUA. Dir: Ben Affleck. Biografia. 12 anos). Baseado na história real do chefe da marca esportiva e de calçados Nike, Sonny Vaccaro (Matt Damon), e do fundador da Nike, Phil Knight (Ben Affleck). Ambos estão tentando tornar a marca uma das mais famosas do mundo, e escrever seus nomes na história. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 - VIP (leg.): 22h10.

O EXORCISTA DO PAPA (The Pope's Exorcist. EUA. Dir: Julius Avery. Terror. 16 anos). O padre Gabriele Amorth (Russell Crowe), exorcista do Vaticano, luta contra Satanás e demônios possuidores de inocentes. Um retrato detalhado de um padre que realizou mais de 100 mil exorcismos em sua vida. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: 14h15 (dub.) - 16h45 (dub.) - 19h15 (dub., exceto qua.) - 21h45 (leg.); CINÉPOLIS MANAÍRA 5 (dub.): 19h30 (qua.); CINÉPOLIS MANGABEIRA 4 (dub.): 19h15 - 21h45; CINE SERCLA TAMBIA 2 (dub.): 15h30 - 20h45; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 15h30 - 20h45.

JOHN WICK 4: BABA YAGA (John Wick: Chapter 4. EUA. Dir: Chad Stahelski. Ação. 14 anos). Com o preço por sua cabeça cada vez maior, o assassino de aluguel John Wick (Keanu Reeves) leva sua luta contra a Alta Cúpula enquanto procura os jogadores mais poderosos do submundo. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 - VIP (leg.): 14h20 - 18h - 21h30; CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub.): 18h (exceto seg. e ter.) - 21h30 (exceto seg. e ter.); CINE SERCLA TAMBIA 2 (dub.): 17h30; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 17h30.

SUPER MARIO BROS. - O FILME (Super Mario Bros. EUA. Dir: Aaron Horvath e Michael Jelenic. Animação. 10 anos). Mario é um encanador junto com seu irmão Luigi. Um dia, eles vão parar no reino dos cogumelos, governado pela Princesa Peach, mas ameaçado pelo rei dos Koopas, que faz de tudo para conseguir reinar em todos os lugares. CENTERPLEX MAG 1 (dub.): 15h - 17h15 - 19h30; CENTERPLEX MAG 2 (dub.): 18h45 - 20h50; CENTERPLEX MAG 3 (dub., 3D): 14h - 16h15; CINÉPOLIS MANAÍRA 1 (dub.): 13h10 - 15h30 - 17h45; CINÉPOLIS MANAÍRA 5 (dub.): 14h45 - 17h15 - 19h30 (exceto qua.); CINÉPOLIS MANAÍRA 7 (dub.): 13h30 - 15h45 - 18h10 - 20h30; CINÉPOLIS MANAÍRA 9 - Macro-XE (dub., 3D): 14h - 16h15 - 18h30; CINÉPOLIS MANAÍRA 10 - VIP (dub., 3D): 13h - 15h15 - 17h30 - 19h45; CINÉPOLIS MANGABEIRA 1 (dub., 3D): 14h - 16h15 - 18h30 - 20h45; CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub.): 13h30 (exceto seg. e ter.); CINÉPOLIS MANGABEIRA 4 (dub.): 14h30 - 17h; CINE SERCLA TAMBIA 4 (dub.): 17h - 19h - 21h; CINE SERCLA TAMBIA 6 (dub.): 14h30 - 16h20 - 18h10 - 20h; CINE SERCLA PARTAGE 2 (dub.): 14h30 - 16h20 - 18h10 - 20h; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 17h - 19h - 21h.

CINE BANGÜÊ (JP) - ABRIL

ANDANÇA (Brasil. Dir: Pedro Bronz. Documentário. Livre). A vida e obra da sambista Beth Carvalho. CINE BANGÜÊ: 18/4 - 18h30; 27/4 - 20h30; 29/4 - 19h.

BELAS PROMESSAS (Les Promesses. França. Dir: Thomas Kruithof. Drama. 14 anos). Em fim de carreira e mandato em uma cidade francesa, uma destemida prefeita (Isabelle Huppert) se envolve com os mais desfavorecidos para salvar o local da miséria e desemprego. CINE BANGÜÊ: 15/4 - 17h; 18/4 - 20h30.

O COLIBRI (Il colibrì. Itália. Dir: Francesca Archibugi. Drama. 14 anos). Conhecido como “Colibrì”, rapaz (Pierfrancesco Favino) tem uma vida de coincidências fatídicas, perdas e amores absolutos. CINE BANGÜÊ: 16/4 - 18h; 19/4 - 20h30; 22/4 - 19h; 23/4 - 18h; 25/4 - 17h30.

MALI TWIST (Twist À Bamako. França, Canadá e Senegal. Dir: Robert Guédiguian. Drama. 14 anos). Em Mali, 1960, jovens de Bamako dançam o twist do rock e sonham com a renovação política. CINE BANGÜÊ: 20/4 - 20h30; 24/4 - 18h; 26/4 - 20h.

O MASSACRE DA SERRA ELÉTRICA (The Texas Chainsaw Massacre. EUA. Dir: Tobe Hooper. Terror. 18 anos). Clássico de 1974 restaurado. CINE BANGÜÊ: 15/4 - 19h; 17/4 - 18h; 26/4 - 18h; 30/4 - 16h.

MATO SECO EM CHAMAS (Brasil. Dir: Joana Pimenta e Adirley Queirós. Documentário. 14 anos). A história das Gasolineiras de Kebradas, tal como ecoa pelas paredes da Colméia, a Prisão Feminina de Brasília (DF). CINE BANGÜÊ: 19/4 - 17h30; 30/4 - 18h.

MEDUSA (Brasil. Dir: Anita Rocha da Silveira. Terror. 14 anos). Uma gangue de mulheres fazem o melhor que podem para controlar tudo ao seu redor (até mesmo outras mulheres) para resistir à tentação. CINE BANGÜÊ: 17/4 - 20h; 25/4 - 20h30.

MEMÓRIA SUFOCADA (Brasil. Dir: Gabriel Di Giacomo. Documentário. 14 anos). Coronel Ustra é o único militar condenado como torturador durante a ditadura no Brasil. O ex-presidente Jair Bolsonaro o exalta como um herói. Mas qual é a verdade?. CINE BANGÜÊ: 16/4 - 16h; 22/4 - 17h; 24/4 - 20h30.

PARAI (Brasil. Dir: Vinicius Toro. Drama. Livre). Menina guarani começa a questionar seu lugar no mundo. CINE BANGÜÊ: 20/4 - 18h30; 22/4 - 15h; 29/4 - 15h.

PERLIMPS (Brasil. Dir: Alé Abreu. Animação. Livre). A jornada de aventura e fantasia de Cláé e Bruó, que são agentes secretos de reinos rivais. CINE BANGÜÊ: 15/4 - 15h; 23/4 - 16h; 29/4 - 17h.

Sandra Raquew Azevêdo

Jornalista, professora e pesquisadora

Na gestualidade de vida

Domingo de Páscoa muitos acordaram com a notícia de partida do jornalista, poeta e editor Juca Pontes. Quando soube da informação o primeiro sentimento foi de incredulidade. Como assim? As mensagens seguiram como efeito cascata revelando a tristeza compartilhada. Era domingo de Páscoa, havia caído um pouco de chuva na madrugada. E havia uma sensação interna de estar desorientada.

Fez-se espanto, como diria o Vinicius de Moraes, de repente, não mais que de repente. Conheci Juca Pontes mais tardiamente. Ele cultivava amizades longas, firmes. Tínhamos em comum a amizade com o artista Chico Ferreira. E era no ateliê-jardim do ceramista que a gente compartilhava momentos na partilha da vida.

Era um poeta tão discreto. E eu achava isso de uma beleza tão profunda. Jogava a poesia na vida dos outros com tanta beleza, de uma maneira tão sutil. Era quase onipresente na vida literária da Paraíba sem que fosse egocêntrico. Era o oposto de muita gente que faz da literatura um espelho de Narciso.

Cultivava seus poemas cotidianamente e lançava seu trabalho autoral. E no fomento à literatura era atuante e trabalhava arduamente.

Seu amor pelos livros era tão intenso que fez dele um dos grandes editores de seu tempo. Como editor era um grande mestre. Nos deixou um legado imenso de obras publicadas que passaram por suas mãos.

É quase impossível não reconhecer um livro que contou com seu trabalho primoroso e belo como editor. Se entregava de corpo e alma aos livros, ao convívio com autores e autoras. Fazia-se constante.

Muitas pessoas fizeram menção a sua ternura e ao seu abraço. Foi uma experiência marcante a presença dele na vida cultural da cidade. Sua suavidade e gentileza eram marcas bem significativas do Juca.

Certa vez a filha pequena de um amigo perdeu um animal de estimação. O que causou uma tristeza grande. Passados dias, chega Juca com dois bichinhos que animaram o coração da menina e o nosso. A poesia dele era assim. A gestualidade de vida, tecendo afeto.

Era a entrega ao trabalho de tecer poemas, livros e amizades com altíssima qualidade, promover amplamente a literatura paraibana, a cultura, e inúmeros encontros entre pessoas que amavam livros que Juca Pontes foi seguindo sua linha do tempo, da vida e fazendo uma história singular na literatura paraibana e na vida da gente.

Quando as pessoas passaram a publicar suas fotos em redes sociais digitais, eu gostava de ver o Juca cercado de sua família, porque era ver o sorriso mais profundo, mais ampliado. Era ver o sentido de vida dele ali representado.

Ele não nos deixa um vazio. Porque a sensação quando a gente pensa ou fala sobre ele e considera tudo que ele amou, é de um transbordar de ternura, suavidade, amorosidade. Deixa muita saudade.

Recentemente no lançamento dos livros do querido professor e crítico literário Hidelberto Barbosa Filho fui tomada por uma apoteose de felicidade. Porque naquela manhã ensolarada de sábado ele pôde reunir muita gente amada das artes paraibanos. E tenho por certo que ali naquele dia, muitos estiveram com o Juca Pontes pela última vez.

A troca verdadeira de afetos entre as pessoas, os sorrisos soltos pelos abraços possíveis, o respeito, a admiração, o poder tocar as pessoas de uma forma que não fazíamos há tempos. A alegria de reencontrar. O burburinho das conversas e gargalhadas. Um céu azul belíssimo. A espera pela dedicatória do autor ao lado de pessoas queridas. As fotos que fazíamos para registrar os encontros no centro histórico de nossa cidade.

A trajetória do Juca Pontes foi a de ser essencial na construção de espaços em que a poesia era sinônimo de vida transbordando.

Serviço

• Funesec [3211-6280] • Mag Shopping [3246-9200] • Shopping Tambiá [3214-4000] • Shopping Partage (83)3344.5000 • Shopping Sul [3235-5585] • Shopping Manaira (Box) [3246-3188] • Sesc - Campina Grande [3337-1942] • Sesc - João Pessoa [3208-3158] • Teatro Lima Penante [3221-5835] • Teatro Ednaldo do Egyppto [3247-1449] • Teatro Severino Cabral [3341-6538] • Bar dos Artistas [3241-4148] Galeria Archidy Picado [3211-6224] • Casa do Cantador [3337-4646]

Colunista colaboradora

MÚSICA E POESIA

“Por estradas de dentro e de fora”

Hoje, no Teatro Santa Roza, na capital paraibana, Bianca Rufino apresenta o espetáculo ‘Voltando pra casa’

Audaci Junior
audaciauniao@gmail.com

Para Bianca Rufino a oralidade flui como um rio, deságua em diversos afluentes – como a música, a poesia e a dança – se encontrando com o vasto mar que é o público, que bebe da fonte: neste caso, que nasce do palco do Teatro Santa Roza, em João Pessoa, onde a brincante campinense com suas artistas convidadas vão espelhar nas margens as suas inquietações, descobertas e entendimentos, que sempre se renovam, como a correnteza da vida em uma única apresentação do espetáculo *Voltando pra casa*, hoje, a partir 19h30. Os ingressos podem ser adquiridos, via plataforma do Sympla (www.sympla.com.br), por R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia).

“Essa apresentação foi surgindo diante de um movimento de reclusão e introspecção, digamos que ‘uma andada por dentro’, uma caminhada de descobertas e entendimentos, em que fui experimentando instrumentos musicais – em especial o violão, que eu tinha pouco intimidade – junto à palavra, e construindo sons a partir desse encontro, seja por vozes,



Foto: Bia Sabiá/Divulgação

Músicas, poesias, dança e performance fluem em um projeto totalmente autoral de Bianca Rufino

gritos, cantos e palavras ditas”, explica Bianca. “Depois, comecei a circular com essa apresentação, em pequenos formatos, mas sempre atualizando as descobertas, pois faz parte de minha atitude neste mundo mesmo, andarilhar, e ir acrescentando os aprendizados de cada tempo”.

Passeio entre linguagens artísticas: músicas, poesias, dança e performance, o pro-

jeto é inteiramente autoral, concebido pela poeta e brincante campinense, também conhecida como Sabiá. O público presenciará Bianca Rufino cantando, declamando, tocando e brincando as suas inquietações – tudo no gerúndio, em movimento, como é oferecido pelo batismo do espetáculo: *Voltando pra casa*.

“Estou sempre em andanças, por estradas de dentro

e de fora, e pela caminhada sempre chegam vontades de casa, uma casa que não necessariamente é física, mas um estado de espírito. E a ideia veio da palavra no gerúndio, porque não há uma casa, mas casas, no plural, e o caminho para elas é sempre e eterno – penso eu”, justifica a artista. “Depois de chegar nesse estado de espírito, a vida volta a se movimentar e girar, e en-

tão recomeçamos a busca pela casa e assim vai... mas, pelo caminho, há os encontros, e é importante falar deles, porque é aqui que também se gera ambiente propício para os retornos”.

Todas as poesias e músicas foram e são criadas desse percurso com influências da tradição oral e do improvisado, de modo que o espetáculo é renovado em cada apresentação, sendo incorporados novos materiais estéticos (poesia, música, performance e instrumentos musicais), como uma água em constante renovação. “Estou sempre estudando novos elementos pra inserir, mexer, alterar... essa impermanência... mas claro, existe uma ‘coluna vertebral’, um caminho que é de onde tudo parte”.

celista e compositora Mayra Ferreira, integrante do grupo Bravia e do Coletivo de Teatro Alfenim.

“Elas vão me acompanhando no ‘trajeto’ do espetáculo, ora chegando com o corpo da dança junto à uma poesia, ora declamando uma poesia enquanto eu toco, ora tocando música para que eu possa apenas declamar”, detalha Bianca.

Seja pelos caminhos da terra ou pelos afluentes dos rios, *Voltando pra casa* – como define a própria poeta – é permeada por “reflexões que aparecem na caminhada/navegada sobre a própria vida, como liberdade, coragem, amor, revoluções, desencontros e encontros”.

Encontros

Ao lado da poeta, declamadora, compositora, cantora, andarilha e brincante Bianca Rufino, participarão da apresentação mais três paraibanas: a multiartista Lua Camboatá, que fará performances de dança, a atriz Mayara Santos, integrante do Grupo Gota de Teatro e do Poética Evocare, que declamará ao longo do espetáculo, além da violon-



Através do QR Code acima, acesse o site do Sympla para as entradas

NA FCJA

Cinema Comentado exhibe filme baseado em história real e injustiçado pelo Oscar 2023

Da Redação

Um dos injustiçados neste ano pela Academia de Hollywood, o longa-metragem *Till – A busca por justiça* (2022) é a atração do projeto Cinema Comentado, com sessão gratuita hoje, a partir das 19h, na Fundação Casa de José Américo (FCJA), em João Pessoa. O projeto tem a coordenação do crítico de cinema Andrés von Dessauer, que vai promover e comandar um debate após a exibição do filme.

Baseado em uma história real, *Till* é um drama biográfico que acompanha Mamie Till-Bradley (interpretada por Danielle Deadwyler), uma educadora e

ativista que buscou justiça após o assassinato brutal de seu filho Emmett (vivido por Jalyn Hall), de 14 anos, em 1955.

Nos Estados Unidos, Emmett Till viajou de Chicago para o Mississippi para visitar seus primos. Antes disso, sua mãe lhe disse para tomar cuidado, já que lá ele seria tratado diferente por ser negro. No estado do sul, o garoto e seus parentes pararam em uma loja de conveniência, onde a dona do estabelecimento, uma mulher branca (Haley Bennett), alegou que ele o garoto assobiou para ela. Mais tarde, a mesma alegaria outras informações que nunca poderiam ser constatadas veridicamente. Por

conta disso, dois homens brancos raptaram, lincharam e amarraram o pescoço do menino com arame farpado, dando cabo do seu corpo mutilado. A morte de Emmett Till posteriormente ajudaria no Movimento dos Direitos Civis no país.

Para contar a história de racismo, a diretora Chinonye Chukwu (do drama *Clemência*) escolheu uma maneira direta e incisiva, sem lugar para eufemismos. O filme conta ainda com a atriz Whoopi Goldberg (de *A Cor Púrpura* e *Ghost – Do outro lado da vida*), que também é uma das produtoras da obra.

“A Academia se diz multirracial, mas, quando surge um filme com teor

antirracista ‘raiz’, ela finge que não vê”, alega Von Dessauer. “Acontece que o filme em questão é, essencialmente, composto por atores e atrizes negras. A exceção é a moça branca que, foi elogiada pelo rapaz negro, sendo linchado por essa causa. Por conta disso, a sua mãe vai à luta”.

Para o crítico, a atriz que interpreta a protagonista, por exemplo, deveria ter figurado na lista das concorrentes ao Oscar. “No papel da mãe que busca por justiça pelo brutal assassinato do único filho, Danielle Deadwyler tem uma performance dramática fortíssima, raramente vista nos últimos anos”, frisou Andrés von Dessauer.

Foto: Divulgação



Carvalho com a ‘big band’ Rubacão Jazz, no Teatro Paulo Pontes, em JP

‘SINGLE’

PS Carvalho lança ‘Vida reggae’ nas plataformas

Da Redação

O cantor e compositor paraibano PS Carvalho lança hoje mais um *single*: ‘Vida reggae’. A música poderá ser acessada nas principais plataformas de *streaming*. “É uma canção no legítimo *reggae roots*, com melodia marcante e equilibrada, com

um refrão direto e arrebatador: se a vida é breve, siga leve na levada do *reggae*”, disse o músico.

O paraibano comentou que as estrofas de ‘Vida reggae’ falam da necessidade em distribuir gentileza e carinho entre as pessoas, uma mensagem de que nunca devemos nos desesperar, pois nem tudo na vida precisa de explicação. Quem assina a produção fonográfica é Markel Trindade.

PS Carvalho também tem realizado um trabalho em parceria com músicos de orquestra. “A minha primeira experiência se deu no final do ano passado, quando tive a oportunidade de me apresentar com a *big band* Rubacão Jazz, no Teatro Paulo Pontes, na capital, cantando a minha canção ‘Jampa’, com arranjo de Isaac Santos e regência Alexandre Magno”.

Neste mês, ele e a orquestra já iniciaram os ensaios de mais uma parceria. “Já ensaiamos a minha segunda canção: ‘Somos professores’. Passará a integrar o repertório da Rubacão Jazz. O objetivo é ter mais oito músicas minhas para fechar 10 canções e fazer um show”, anunciou o cantor e compositor.

“

É uma canção no legítimo *reggae roots*, com melodia marcante e equilibrada, com um refrão direto e arrebatador: se a vida é breve, siga leve na levada do *reggae*

PS Carvalho



Foto: Divulgação

Em ‘Till’, atriz Danielle Deadwyler vive uma mãe em busca de justiça pelo assassinato brutal de seu filho adolescente nos anos 1950

NO CARIRI

João inaugura obras em sete cidades

São investimentos em infraestrutura, saúde e habitação; governador vai iniciar agenda por Monteiro

O governador João Azevêdo cumpre agenda, hoje, no Cariri paraibano. Ele vai visitar os municípios de Monteiro, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Camalaú, Caráúbas, Congo e Sumé, onde fará a entrega de obras de infraestrutura, saúde e habitação e autorizará novos investimentos.

A agenda do chefe do Executivo estadual será iniciada às 9h, em Monteiro, onde ele irá inaugurar o condomínio Cidade Madura, que recebeu investimentos de aproximadamente R\$ 6,7 milhões na construção de 40 unidades habitacionais destinadas a idosos a partir de 60 anos. No município, o gestor também fará a entrega de travessias urbanas e tomógrafo de 32 canais, ambulância do programa Coração Paraibano e hemodiálise no Hospital Santa Filomena.

Em seguida, às 10h30, João Azevêdo inaugura a travessia urbana de São Sebastião do Umbuzeiro e assina a ordem de serviço para a implanta-

ção da PB-264, que ligará a cidade até a divisa com Pernambuco. Às 11h30, ele estará em São João do Tigre, onde irá inaugurar a travessia urbana e inspecionar as obras de construção do Centro de Produção de Confeccões, resultado de uma parceria com a prefeitura.

Às 12h30, João Azevêdo irá inaugurar a Casa da Cidadania e a travessia urbana em Camalaú. Às 13h30, ele visitará o município de Caráúbas para fazer a entrega de travessia urbana. No município do Congo, ele também irá inaugurar a travessia urbana, às 14h30.

A agenda do governador João Azevêdo será encerrada às 15h, em Sumé, onde ele irá inaugurar a passagem molhada do Sítio Conceição e assinará o convênio com a prefeitura para o custeio do Hospital e Maternidade Alice de Almeida e assinará a ordem de serviço para a construção de casas do Programa Parceiros da Habitação.

Foto: Instagram



Junior Caróe informou que evento será no Espaço Cultural

ORÇAMENTO NACIONAL

João Pessoa sediará uma das primeiras plenárias

Hluska Cavalcante
cavalcantehluska@gmail.com

O Governo Federal escolheu João Pessoa como uma das primeiras capitais a realizar uma plenária do Orçamento Participativo Nacional. O evento está marcado para acontecer no dia 13 de maio, no Espaço Cultural José Lins do Rego. A estreia do programa está marcada para acontecer dois dias antes, 11 de maio, em Salvador.

Segundo o secretário executivo do Orçamento Democrático Estadual, Junior Caróe, o evento vai acontecer pela manhã no Espaço Cultural José Lins do Rego.

O programa vai acontecer nos moldes do Orçamento Democrático, realizado na Paraíba. O secretário executivo do Orçamento Democrático Estadual, Junior Caróe, esteve em Brasília na última quarta-feira (12), para apresentar a experiência do Estado à Secretaria Nacional de Participação Social.

“Explicamos para o Governo Federal da experiência exitosa do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba, explicamos como mobilizamos a população, como realizamos as audiências e como implantamos os canais digitais, tanto para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) como para a Lei Orçamentária Anual (LOA)”, disse o secretário em um vídeo publicado nas suas redes sociais.

■ Segundo o secretário, o programa vai acontecer nos moldes do Orçamento Democrático, realizado na Paraíba



Foto: Divulgação

A vereadora Fabíola Rezende foi nomeada pelo governador para cuidar das políticas para animais

■ Segundo Fabíola, a causa animal não é responsabilidade de uma única pessoa. É a união de forças que possibilita avanços

CAUSA ANIMAL

Fabíola vai coordenar políticas estaduais

A protetora e ativista Fabíola Rezende (PSB) foi nomeada pelo governador João Azevêdo (PSB) como gestora do programa especial do Governo do Estado relacionado às políticas da causa animal, coordenando as três gerências criadas no último mês de janeiro que cuidarão das ações relacionadas ao bem-estar animal na Paraíba. O ato de nomeação foi publicado na edição do Diário Oficial desta quinta-feira, dia 13 de abril. Ela atuará ligada di-

retamente ao gabinete do governador João Azevêdo.

Fabíola Rezende se reuniu com o governador João Azevêdo e agradeceu o convite e a confiança depositada para que gerencie as políticas da causa animal. “Eu sempre digo que sou protetora e ativista da causa animal com muito orgulho e sempre estarei atuando em defesa da causa animal. Eu gostaria de agradecer ao governador João Azevêdo por depositar em mim a confiança

em levar adiante essa missão”, frisou.

Ela reafirmou o compromisso com a criação de políticas públicas que visem garantir o bem-estar animal. “Eu sempre digo que a causa animal não é feita por uma única pessoa. É a união de forças que leva essa importante missão de trabalhar pelo bem-estar dos animais, que tem reflexos e benefícios para a saúde física e mental também das pessoas. As autoridades, as ONGs, os tuto-

res, enfim, todos precisam atuar em conjunto em defesa da causa animal”, afirmou.

Fabíola Rezende é ativista da causa animal há mais de uma década. Ela é fundadora da organização não-governamental Ajude Anjos de Rua e entre abril do ano passado e até a última terça-feira, dia 11, atuou como vereadora na Câmara Municipal de João Pessoa. Nascida em Itabaiana, ela é casada com o jornalista Jorge Rezende e possui três filhos.

INFRAESTRUTURA

Veneziano se reúne com Alckmin em fórum sobre reindustrialização

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), se reuniu com o presidente em exercício do Senado Federal, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), durante a abertura do ABDI Fórum 2023 - Avanços na Infraestrutura e Reindustrialização, na última quarta-feira (12). O evento foi realizado pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília.

Em sua fala, Veneziano destacou a importância do setor para o desenvolvimento do país e disse que o Senado Federal estará sempre atento e à disposição para atuar em favor dos investimentos necessários ao Brasil, sobretudo na questão da infraestrutura sobre a demanda agregada, a renda e a geração de empregos, que são bandeiras da entidade. Ele também citou a impor-

tância do fortalecimento da presença brasileira no comércio internacional.

O presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, defendeu a formulação de uma estratégia de desenvolvimento capaz de acelerar os investimentos em infraestrutu-

ra com maior apoio do setor público e retomando o processo de reindustrialização, estratégia que, segundo ele, deve estar inserida no movimento de transição energética rumo à economia verde e à desglobalização regional das cadeias produtivas de valor.



Foto: Divulgação

Geraldo Alckmin discursou durante o ABDI Fórum 2023

UNALE

Camila revela estratégias de fortalecimento

A deputada estadual e secretária-geral da União Nacional dos Legisladores e Legislativos (Unale) na Paraíba, Camila Toscano (PSDB), participou ontem, da 3ª reunião de diretoria da entidade. Na pauta, o fortalecimento da Unale para representar de forma efetiva os deputados estaduais e as demandas de cada estado junto ao Governo Federal e o Congresso Nacional.

“Discutimos o fortalecimento da nossa instituição para que possamos atuar com mais representatividade junto aos ministérios e comissões no Governo Federal e no Congresso, sempre na busca de ações que melhorem a vida da população nos estados e municípios”, disse a deputada.

VIOÊNCIA NAS ESCOLAS

Deputado propõe detector de metal

Júnior Araújo, do PSB, apresentou projeto de indicação que foi aprovado por unanimidade na ALPB

Foto: Divulgação

Em meio aos recentes ataques contra alunos e professores em escolas pelo país, o deputado estadual Júnior Araújo (PSB), apresentou um projeto de indicação de nº 39/2022, aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa da Paraíba, que indica ao Governo do Estado a implantação de medidas de segurança rigorosas nas escolas da rede pública.

O dispositivo solicita a instalação de portais detectores de metal na entrada das instituições, bem como estabeleçam a guarnição de agentes de segurança pública ou de empresas privadas, para acompanharem as atividades escolares.

Para o deputado Júnior, o momento pede às autoridades que sejam mais vigilantes diante dos últimos atos. “As escolas devem estar entre as prioridades de implementação dessas medidas, pois lá os pais deixam seu bem mais

valioso e lá está também nossos futuros cidadãos, que devem estar seguros ao longo do seu processo de formação”, pontuou.

A norma estabelece que os detectores de metais fixos deverão ser instalados nas entradas dos estabelecimentos de ensino de todo o Estado, devendo todas as pessoas que buscam adentrar as unidades, alunos, funcionários ou visitantes de qualquer natureza, serem submetidos aos referidos equipamentos, quem se negar, não poderá ter acesso às dependências.

No ato da matrícula escolar, os pais ou responsáveis dos alunos menores assinarão termo de autorização, para que a autoridade responsável presente no estabelecimento de ensino possa, obedecidas às formalidades legais, revistar o aluno e seus pertences, em caso de o equipamento detector de metais ser acionado.

O parlamentar reforçou que as Companhias de Segurança do Estado e dos municípios devem destinar, pelo menos, um agente policial para acompanhar as atividades na instituição de ensino, de forma integral, ao longo do dia.

“Esse é um investimento que se mostra emergencial e inevitável no contexto atual, devendo ser adotado da maneira mais célere possível”, destacou.

■ **Norma estabelece que os detectores deverão ser instalados nas entradas dos estabelecimentos de ensino de todo o Estado**



Para Júnior, o momento pede que as autoridades sejam mais vigilantes diante das ameaças

Para evitar atentados, Gilbertinho quer ampliar as ações estratégicas

A onda de ataques em escolas em diferentes estados abriu mais uma vez um antigo debate sobre segurança nas instituições. A partir das discussões, dentre as soluções encontradas para prevenção de casos de violência, o deputado estadual Gilbertinho (União) apresentou o Projeto de Lei 263/2023 que torna obrigatória a instalação de portal de detectores de metais, nos estabelecimentos da Rede Pública de Ensino do estado da Paraíba.

O deputado também defende a implantação de ações estratégicas no Estado. “Nossas escolas são lugar de conhecimento, acolhida e segurança para estudantes e educadores. Com tantos casos de violência acontecendo em outros estados, precisamos agir antes mesmo que aconteça algo na Paraíba. Apresentamos este projeto na certeza de que ele se somará à implantação de ações estratégicas que a Secretaria de Educação adota-

Prevenção

Deputado também defende a implantação de ações estratégicas no Estado para evitar situações semelhantes às que aconteceram em outros estados

rá nos próximos dias, o que dará tranquilidade especialmente aos pais dos estudantes e aos professores que estão exercendo sua missão de ensinar”, afirmou.

Gilbertinho ainda enfatizou que através dessa iniciativa, haverá uma prevenção no que diz respeito a entrada de armas nas escolas o que protegerá professores e estudantes. Em sua avaliação, o aumento do nível de violência nas escolas públicas no Brasil é reflexo do grande aumento de jovens com problemas psicológicos e ou influência de terceiros que, em alguns casos, está relacionada à comercialização de drogas nas redondezas das instituições.

Segundo a proposta, o ingresso em todas as unidades de ensino seria condicionado à passagem pelo detector de metais e, caso constatada alguma irregularidade, haverá a inspeção visual dos pertences do aluno ou visitante.

Se a proposta for aprovada, será dado prazo de 180 dias ou o início do próximo período letivo escolar para que todas as escolas se enquadrem na nova regra.

Ruy defende aumento de medidas de segurança para os estudantes

A ampliação do debate em relação a implantação de novas medidas de segurança nas escolas de todo o Brasil tem sido reforçada pelo deputado federal Ruy Carneiro. O parlamentar acredita que o Congresso Nacional deve contribuir com a construção de soluções para combater a escalada de casos registrados recentemente em diversas regiões do país.

Ruy defende que o tema seja tratado em todas as frentes possíveis. “O debate não pode ficar restrito apenas no campo da segurança pública ou da educação. É preciso discutir as causas desse problema, construir ações efetivas e desenvolver campanhas educativas. O reforço na proteção das unidades de ensino é fundamental e urgente. Porém, o trabalho dos especialistas deve contar com o envolvimento e a participação da comunidade escolar, sociedade, alunos,

familiares e todos os envolvidos nesse universo”, ressaltou.

Na oportunidade, o deputado lembrou que é autor do projeto de lei contra o cyberbullying e contribuiu com a formatação da lei de intimidação sistemática virtual. “Sabemos que muitos ataques foram divulgados ou planejados previamente pelas redes sociais. Como autor do projeto de lei criado para combater o cyberbullying, acredito que esse pode ser um ponto de partida para avançarmos em relação a um maior monitoramento dos ambientes virtuais. Em paralelo a isso, devemos encontrar caminhos para acabar com o discurso de ódio nas escolas, seja ele no meio físico ou virtual.”, acrescentou.

O PL 6521/2019 foi apresentado por Ruy para tornar crime a conduta de intimidar ou assediar alguém, mediante o uso de dispositi-

vo digital, de forma repetitiva e continuada, ocasionando-lhe dor e angústia. Ele foi um dos pilares da Lei 14.132/2021, que tipifica o crime de perseguição no Código Penal Brasileiro.

“

Muitos ataques foram divulgados ou planejados previamente pelas redes sociais

Ruy Carneiro

MUDANÇA EM CÓDIGO

Elevador será obrigatório em obras acima de cinco pavimentos

Foto: Ascom/CMJP

A Câmara de João Pessoa (CMJP) aprovou, ontem, uma alteração no Código de Obras do Município que prevê a obrigatoriedade de elevador apenas em prédios com mais de cinco pavimentos, no caso de Habitações de Interesse Social (HIS). Os parlamentares aprovaram, ao todo, 13 Projetos de Lei Ordinária (PLO), quatro Projetos Decreto Legislativo (PDL) e um Projeto de Lei Complementar (PLC). Três Vetos do Executivo Municipal foram mantidos. Ainda foram retirados de pauta um PLO e três Recursos a pareceres contrários da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação (CCJ) da Casa.

O PLC aprovado, do Executivo Municipal, altera a Lei 1.347/1971 aumentando de

quatro para cinco pavimentos a possibilidade de Habitações de Interesse Social (HIS) não terem a obrigatoriedade de instalação de elevadores. A matéria ainda estabelece que as edificações que necessitam da instalação de elevadores deverão atender todas as especificações técnicas e de segurança estabelecidas nas normas da ABNT. Também diz que é obrigatória a instalação de gerador de energia em todos os edifícios com mais de quatro pavimentos, com exceção das Habitações de Interesse Social (HIS), para as quais será obrigatória a instalação de geradores de energia em edifícios de mais de cinco pavimentos.

O líder do governo, vereador Bruno Farias (Cidadania) explicou que a alteração no



Vereadores mudam lei para beneficiar habitações populares

Código de Obras de João Pessoa permite a construção de mais um pavimento nas Habitações de Interesse Social sem a necessidade de elevadores para poder abrigar, nas áreas mais carentes da cida-

de, o maior número de pessoas. “Essas pessoas carentes criam vínculos, raízes e sentimento de pertencimento nessas áreas. Com essa abertura se permite que elas não sejam deslocadas para ou-

tros espaços mais distantes. E possibilita diminuir o déficit habitacional ao congregarmos mais pessoas mantidas em seu habitat de origem”, explicou. Ele ainda ressaltou que a definição de HIS é nacional e diz respeito a habitações para pessoas com renda familiar de até cinco salários mínimos.

O vereador Marcos Henriques (PT) se absteve da votação alegando a necessidade de analisar mais profundamente a matéria. Ele pediu vistas para melhor estudar o projeto, porém, não foi atendido. “Não estamos discutindo habitação popular, até porque eu concordo com a diminuição do déficit habitacional que chega a 30 mil unidades aqui em nosso estado. Pedi vista para avaliar o que é habitação de interesse social para não per-

mitir que outros gestores possam utilizar issopara benefício próprio. Do jeito que está, fica solto para qualquer tipo de manobra para especulação imobiliária. Deixa brechas e essas brechas seriam evitadas após minha análise”, asseverou.

Outra matéria do Executivo que foi aprovada foi o PLO, com autorização para a realocação de dotação orçamentária através dos instrumentos da transposição e da transferência de recursos de uma categoria de programação para outra no orçamento do corrente exercício no valor de R\$ 427.000,00 destinados à cobertura de programa e despesa de caráter continuado na Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Recreação (Sejer).

VISITA À CHINA

Lula destaca papel social de banco

Presidente participou da posse de Dilma no NDB e não poupou críticas ao modelo de financiamento de instituições

Marcelo Brandão
Agência Brasil

Na posse de Dilma Rousseff como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB na sigla em inglês), em Xangai, na China, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não poupou críticas ao modelo tradicional de financiamento de instituições financeiras internacionais. O NDB, também conhecido como Banco do Brics (bloco econômico composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), não tem a participação do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou instituições financeiras de países de fora do grupo. Fato destacado por Lula.

“Pela primeira vez, um banco de desenvolvimento de alcance global é estabelecido sem a participação de países desenvolvidos em sua fase inicial. Livre, portanto, das amarras e condicionalidades impostas pelas instituições tradicionais às economias emergentes. E mais, com a possibilidade de financiamento de projetos em moeda local”.

Em seu discurso, Lula criticou o FMI e o Banco Mundial e defendeu a criação de instituições financeiras alternativas para financiar projetos em países em desenvolvimento. Ele disse que essas organizações “asfixiam” eco-

nomias de países em desenvolvimento.

Lula continuou exaltando o papel do banco como um instrumento de combate à desigualdade. Para ele, o NDB deve atender os mais afetados por questões climáticas e econômicas, ajudando-os em uma recuperação. “A mudança do clima, a pandemia e os conflitos armados impactam negativamente as populações mais vulneráveis. Muitos países em desenvolvimento acumulam dívidas impagáveis. É nesse contexto que a criação do NDB se impõe”.

Em uma solenidade recheada de deputados e ministros brasileiros, integrantes da comitiva de Lula nesta viagem à China, o presidente brasileiro não poupou críticas ao FMI, a quem acusou de “asfixiar” a Argentina. Para ele, os bancos devem ter “paciência” e ter em mente a palavra tolerância ao renovar seus acordos de financiamento.

“Nenhum governante pode trabalhar com uma faca na garganta porque está devendo”, disse. “Não cabe a um banco ficar asfixiando as economias dos países como está fazendo com a Argentina o Fundo Monetário Internacional”, completou.

Por fim, Lula fez um apelo à comunidade internacional. Em um tom mais abrangente, pediu mais ge-

Em seu discurso, Lula criticou o FMI e o Banco Mundial e defendeu a criação de instituições financeiras alternativas



Na presença de Lula e de outras autoridades, Dilma foi empossada na presidência do Banco dos Brics

nerosidade para as pessoas. “Não podemos ter uma sociedade sem solidariedade, sem sentimento. Temos que voltar a ser generosos. Vamos ter que aprender a estender a mão outra vez. Nós precisamos derrotar o individualismo que está tomando conta da humanidade”.

Dilma

Em seu discurso de posse, Dilma Rousseff também defendeu o viés social do banco e assumiu o compromisso do NDB com a proteção ambiental, infraestrutura social e digital. Sinalizando em toda sua fala o apoio às comunidades mais pobres e a necessidade de ajudá-las a garantir moradia e condições mais dignas,

a ex-presidenta da República pediu “prosperidade comum” a todos.

“Assumir à presidência do NDB é uma oportunidade de fazer mais para os países dos Brics, mas também para os países emergentes e os países em desenvolvimento”, disse. “Estou confiante de que juntos podemos realizar nossa visão de desenvolvimento. Queremos que a prosperidade seja comum a todos os países”, acrescentou.

Desafios

Segundo especialistas ouvidos pela Agência Brasil, a futura presidenta do Banco do Brics terá oportunidade de ampliar a inserção internacional na instituição, mas enfrentará dois grandes desafios: im-

pulsionar projetos ligados ao meio ambiente e driblar o impacto geopolítico das retaliações ocidentais à Rússia, um dos sócios-fundadores.

Criado em dezembro de 2014 para ampliar o financiamento para projetos de infraestrutura e de projetos de desenvolvimento sustentável no Brics e em outras economias emergentes, o NDB atualmente tem cerca de US\$ 32 bilhões em projetos aprovados. Desse total, cerca de US\$ 4 bilhões estão investidos no Brasil, principalmente em projetos de rodovias e portos.

Em 2021, o Banco do Brics teve a adesão dos seguintes países: Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos e Uruguai.

Proteção

Dilma Rousseff também defendeu o viés social do banco e assumiu o compromisso do NDB com a proteção ambiental, infraestrutura social e digital

Presidente visita centro de pesquisa em Xangai

Andreia Verdélio
Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou ontem o centro de pesquisa e desenvolvimento da empresa de tecnologia Huawei, em Xangai, que também atua há 25 anos no Brasil. Lula está em viagem a China onde se encontrou com empresários e autoridades políticas.

“Visitei o centro de desenvolvimento de tecnologias da Huawei. A empresa fez uma apresentação sobre 5G e soluções em telemedicina, educação e conectividade. Um investimento muito forte em pesquisa e inovação”, escreveu o presidente em publicação nas redes sociais.

Em comunicado, a Presidência da República informou que a Huawei reforçou o compromisso de trabalhar numa perspectiva de longo prazo para o desenvolvimento sustentável do Brasil, em parcerias com foco em conectividade, inclusão digital, educação, saúde e reindustrialização.

“A apresentação mostrou, por exemplo, conquistas em projetos de conectividade digital em zonas remotas da Amazônia e ações para conectar escolas públicas e interligar setores de segurança”, destacou.

Após a visita, Lula esteve com o líder da empresa de veículos elétricos BYD, Wang Chuanfu. A empresa produz ônibus elétricos e está nego-

ciando uma fábrica de automóveis elétricos em Camaçari, na Bahia.

Segundo o Planalto, Chuanfu falou sobre as políticas públicas chinesas que deram ao país “uma indústria forte de veículos elétricos” e ampliação de sua adoção, tanto de carros de passeio como ônibus de transporte público.

Em seguida, Lula, acompanhado por ministros de estado e governadores que estão na comitiva, se reuniu com o presidente do conselho da China Communications Construction Company (CCCC), Wang Tongzhou. Segundo a Presidência, essa é a maior empresa de construção civil na China e, no Brasil, investe em obras de infraes-

trutura como a construção da ponte entre Salvador e Itaparica, na Bahia.

“O presidente da CCCC expressou seu desejo de aumentar a cooperação entre empresas brasileiras e chinesas. Wang Tongzhou também propôs a criação de mecanismos de troca direta entre o yuan (moeda chinesa) e o real para facilitar transações financeiras entre os dois países”, informou o Planalto.

Mais cedo, o presidente brasileiro esteve na posse da ex-presidenta Dilma Rousseff no comando do Novo Banco de Desenvolvimento, o banco de fomento dos Brics, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

ATAQUES EM ESCOLAS

Twitter faz remoção de conteúdos extremistas

Wesley Galzo
Agência Estado

Os representantes da rede social Twitter recuaram do discurso de liberdade de expressão irrestrita e deram início à remoção de conteúdos extremistas denunciados pelo Ministério da Justiça no âmbito da Operação Escola Segura, que investiga organizações criminosas e grupos responsáveis pelo estímulo a atentados a escolas.

A pasta chefiada pelo ministro Flávio Dino (PSB) já identificou a remoção de ao menos 100 conteúdos denunciados. A assessora especial e futura secretária de Direitos Digitais do Ministério,

a advogada Estela Aranha, disse que o Twitter deu início à remoção dos conteúdos na quarta-feira, 12.

No início da semana, os representantes da rede social se reuniram com as autoridades do governo e causaram mal-estar ao defender a manutenção de conteúdos extremistas.

Como mostrou o Estadão, uma advogada do Twitter disse à equipe de Dino que um perfil com fotos de assassinos envolvidos em massacres em escolas não fere a política de uso da rede. A representante da plataforma ainda teria argumentado que o caso em análise pelo Ministério da Justiça não se tratava de apologia ao crime.

Petista está na lista dos 100 mais influentes

Andreia Verdélio
Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi incluído na lista das 100 pessoas mais influentes em 2023, segundo a revista norte-americana Time, uma das publicações semanais mais prestigiadas do mundo. O perfil de Lula é assinado pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore.

No texto, o brasileiro é apontado como um “campeão do clima”, em um contexto de ações políticas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. “Depois de anos de degradação

e destruição ambiental sancionadas pelo Estado, o povo do Brasil escolheu um novo caminho ao eleger um campeão do clima em Luiz Inácio Lula da Silva”, escreveu Al Gore.

O perfil destaca que, como presidente, Lula prometeu fortalecer a posição do Brasil no mundo, renovando o compromisso do país com a democracia, justiça e equidade econômica. “Mas em nenhuma outra área ele pode causar um impacto mais significativo do que nas crises do clima e da biodiversidade”, destacou, citando a alta de desmatamento na Amazônia nos últimos anos.

“O presidente Lula prometeu proteger a Amazônia, e já o fez antes – reduzindo o desmatamento em 72% em seu mandato anterior. Do combate à perda florestal à aceleração da transição para energia limpa no Brasil, a liderança do presidente Lula será fundamental nesta década decisiva para a ação climática”, completou.

Lula aparece na categoria “líderes”, ao lado de políticos como os presidentes dos Estados Unidos, Joe Biden, e da Colômbia, Gustavo Petro, o chanceler alemão, Olaf Scholz, e primeira-dama da Ucrânia, Olena Zelenska.

A lista dos 100 mais influentes do mundo inclui, entre outros, políticos, artistas, empresários e esportistas, e não estabelece uma ordem de classificação. Nenhum outro brasileiro aparece na lista deste ano.

No mês passado, a Time também divulgou a lista das 12 mulheres do ano em 2023. Uma das eleitas foi a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

Em 2019, o ex-presidente Jair Bolsonaro também entrou na lista de influentes da Time, descrito como um “personagem complexo”, ao lado de líderes como Donald Trump e Xi Jinping.

SOLD EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 27 de abril de 2023, a partir das 11h00min. 2º LEILÃO: 02 de maio de 2023, a partir das 15h00min. (horário de Brasília)

ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo PRESENCIAL E/OU ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 0010304366, datado de 21/03/2022, firmado com o Fiduciante THIAGO VICENTE BARROS, RG nº 3.159.967.559/PB, CPF/MF nº 071.120.234-67, residente e domiciliado em Campina Grande/PB, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 183.345,19 (Cento e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído por: Unidade Habitacional, situada na Avenida Industrial Ademar Veloso da Silveira n 193, Condomínio LUX VILLE, Bodocongo, Campina Grande/PB, com área construída de 47,80m² e área total de 86,32m², melhor descrito na matrícula nº 97651 do 1º Registro de Imóveis de Campina Grande/PB. Cadastrado na Prefeitura sob o nº 1.1202.126.02.0083.0002. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 91.349,96 (Noventa e um mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Se o caso, o leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e se habilitar com antecedência de 24 horas úteis do início do leilão. Em virtude da pandemia da COVID-19 o evento será realizado exclusivamente on line através da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e do SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net). Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTA EDITAL NA LOJA SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) E NO SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net). Informações: 11-4950-9602 / imoveis.sac@superbid.net (19038 - Dossie).

CARLA SOBREIRA UMINO, inscrita na Junta Comercial de São Paulo sob o nº 826, torna público que no dia 27/04/2023 às 11h00, realizará o LEILÃO PÚBLICO Nº 2023/204323V(7419) - EDITAL DE LICITAÇÃO PARA VENDA DE IMÓVEL À VISTA - COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO / CARTA DE CRÉDITO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO - BANCO DO BRASIL - CESUP PATRIMÔNIO - PR - por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET - para venda dos imóveis a seguir: PARAÍBA - PATOS (PB) - LOTE 04 - Imóvel Urbano: Um terreno com 150,00 m² de área contendo uma casa com 77,80 m², situado na Rua Amazonas, 654, Bairro dos Estados, Patos, PB. Melhor descrito na matrícula 56943 do 01º Cartório de Registro de Imóveis de Patos PB. OBS.: Atentar para as "Disposições Gerais" deste Anexo. Lance Mínimo: R\$ 67.000,00. Informações pelo telefone: (11) 3393-3150, pelo site: www.lancenoileiao.com.br e pelo e-mail: atendimento@lancenoileiao.com.br

DOCUMENTOS DO PETÁGONO

FBI prende suspeito de vazar dados

Jack Teixeira, membro da Guarda Aérea de Massachusetts, é acusado de entregar informações ultrassecretas

Agência Estado

O FBI (Polícia Federal dos EUA) fez uma prisão em North Dighton, Massachusetts, em uma investigação ligada ao vazamento de documentos militares altamente confidenciais sobre a guerra na Ucrânia. Mais cedo, o FBI havia identificado um membro da Guarda Aérea Nacional de Massachusetts como suspeito do vazamento. Não está claro se a prisão foi a do mesmo suspeito.

Os investigadores acreditam que o guarda, especializado em inteligência, liderou o grupo de bate-papo na internet onde os documentos foram postados, segundo as duas fontes à agência de notícias Associated Press.

Eles identificaram o guarda como Jack Teixeira, de 21 anos, de Swansea, Massachusetts. O New York Times identificou o suspeito pela primeira vez ontem.

O governo Biden lutou durante dias para conter as consequências das informações vazadas, que divulgaram possíveis vulnerabilidades nas capacidades de defesa aérea da Ucrânia e expuseram avaliações privadas de aliados em uma série de questões de inteligência.

A Guarda Nacional não confirmou sua identidade, mas disse em comunicado que estava ciente da investigação sobre o possível "papel que um Guarda Nacional Aéreo de Massachusetts pode ter desempenhado no recente vazamento de documentos altamente confidenciais".

O governo Biden tem trabalhado para avaliar as consequências diplomáticas e de segurança nacional dos documentos vazados desde que foram relatados

Site Discord afirma que coopera com autoridades

Existem apenas algumas maneiras pelas quais as informações classificadas que vazaram podem ter sido acessadas, o que pode fornecer pistas críticas sobre quem é o responsável. Normalmente em briefings classificados, como nos slides que foram colocados no site Discord, as informações são compartilhadas eletronicamente.

Isso é feito por meio de terminais de computador seguros, onde os usuários obtêm acesso com base em suas credenciais, ou por meio de tablets que são distribuídos para briefings e coletados posteriormente. Se os slides precisarem ser impressos, eles só poderão ser enviados para impressoras seguras que sejam capazes de lidar com documentos classificados - e que mantêm um registro digital de todos que solicitaram uma impressão.

Risco

Um importante porta-voz do Pentágono disse a repórteres no início desta semana que as revelações representam um "risco muito sério para a segurança nacional"

pela primeira vez, na semana passada.

Um importante porta-voz do Pentágono disse a repórteres no início desta semana que as revelações representam um "risco muito sério para a segurança nacional", e o Departamento de Justiça abriu uma investigação para identificar a pessoa responsável.

É possível que o vazamento tenha começado em um site chamado Discord, uma plataforma de mídia social popular entre pessoas que jogam jogos online. O site Discord hospeda chats de voz, vídeo e texto em tempo real para grupos e se descreve como um lugar "onde você pode pertencer a um clube escolar, um grupo de jogos ou uma comunidade artística mundial".

Em um desses fóruns, originalmente criado para tratar de diversos assuntos, os membros debatiam a guerra na Ucrânia. De acordo com um membro do bate-papo, um postador não identificado compartilhou documentos que alegou serem classificados, primeiro digitando-os com se fossem suas próprias ideias e, a partir de alguns meses atrás, enviando imagens de papéis.

São essas pistas digitais, como o registro de impressões, que podem ajudar os investigadores a descobrir quem pegou os documentos. Na maioria das fotografias de documentos postadas online, as fotos são de cópias em papel que parecem ter sido dobradas em quatro - quase como se tivessem sido enfiadas no bolso de alguém.

Nos dias desde que os vazamentos vieram à tona, o Pentágono adiou as perguntas sobre a investigação ao Departamento de Justiça, afirmando que é uma questão criminal.

Mesmo que a pessoa que vazou os arquivos seja um membro ativo das forças armadas dos EUA, o Departamento de Justiça provavelmente ainda terá a liderança na acusação até que esteja pronto para entregar o assunto ao Departamento de Defesa, disse um oficial.

RAKING DOS BILIONÁRIOS

Homem mais rico do mundo ganha US\$ 12,5 bilhões em apenas um dia

Agência Estado

O bilionário francês Bernard Arnault, a pessoa mais rica do mundo, viu sua fortuna crescer US\$ 12,5 bilhões em um dia, de quarta-feira (12) para essa quinta. A informação é do ranking de bilionários em tempo real da revista Forbes. A fortuna de Arnault agora é estimada em cerca de US\$ 238,7 bilhões.

O empresário é presidente-executivo do grupo de artigos de luxo Louis Vuitton Moët Hennessy (LVMH), que reúne grifes como Louis Vuitton, Christian Dior, Tiffany, Sephora, Givenchy e Marc Jacobs, entre mais de 70 marcas.

Segundo a Forbes, o salto em sua fortuna ocorre após a LVMH registrar a receita recorde de 21 bilhões de euros (R\$ 114 bilhões) no primeiro trimestre, alta de 17% na comparação anual. Por conta do resultado positivo, as ações da LVMH subiram mais de 5% na bolsa de valores.

A LVMH também registrou alta de 18% em suas vendas orgânicas, por conta da volta dos consumidores chineses, um dos maiores mercados do grupo. Bernard Arnault, que

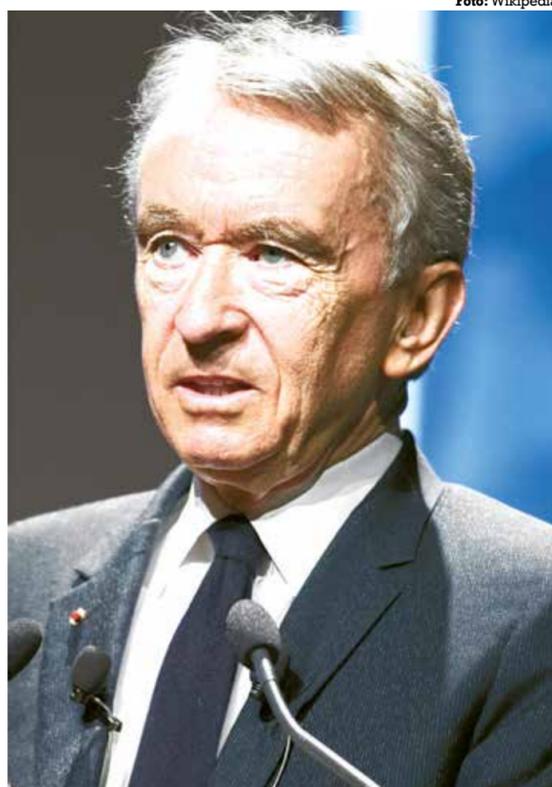


Foto: Wikipédia

O francês Bernard Arnault tem uma fortuna de US\$ 238,7 bilhões

■ O empresário é presidente-executivo do grupo de artigos de luxo Louis Vuitton Moët Hennessy (LVMH)

está no controle da LVMH há quase 30 anos, desbancou Elon Musk e assumiu o primeiro lugar na lista de bilionários da Forbes de 2023, divulgada no início do mês

Musk agora aparece em segundo lugar, com fortuna estimada em US\$ 188,3 bilhões.

ALERTA EM HOKKAIDO

Após a Coreia do Norte lançar míssil, Japão manda moradores de ilha buscarem abrigo

Agência estado

O governo do Japão pediu na manhã de ontem (noite de quarta-feira, 12, no Brasil) aos residentes da ilha de Hokkaido, no norte, que buscassem refúgio após o anúncio do lançamento de um míssil balístico norte-coreano. "Saiam imediatamente, saiam imediatamente", alertou o governo, pedindo aos residentes de Hokkaido que se abrigassem em um prédio ou no subsolo.

Segundo militares da Coreia do Sul, a Coreia do Norte lançou um míssil balístico em direção ao mar, dias depois que o líder norte-coreano, Kim Jong-un prometeu aprimorar seu arsenal nuclear de maneiras mais "práticas e ofensivas".

O Estado-Maior Conjunto da Coreia do Sul disse que o lançamento ocorreu na manhã de quinta-feira. Segundo as autoridades, trata-se de um novo tipo de míssil, possivelmente de um combustível sólido.

Após o anúncio, os Estados Unidos, que realiza com

as Filipinas o maior exercício militar conjunto da história do Indo-Pacífico, condenou o lançamento do míssil em um comunicado da Casa Branca. "Este lançamento constitui violação flagrante de várias resoluções do Conselho de Segurança da ONU, aumenta as tensões e corre o risco de desestabilizar a segurança da região", diz o comunicado.

O episódio é o último de uma sequência de lançamentos de mísseis que a Coreia do Norte realizou este ano para protestar contra os exercícios militares sul-coreanos -americanos, que vê como um ensaio para uma invasão.

Durante uma reunião militar na segunda-feira, Kim revisou os planos de ataque da linha de frente do país e vários documentos de combate e enfatizou a necessidade de reforçar sua dissuasão nuclear com "velocidade crescente de maneira mais prática e ofensiva", de acordo com a Agência Central de Notícias Coreana (KCNA) oficial da Coreia do Norte.

A KCNA disse que a reu-

“

Este lançamento constitui violação flagrante de várias resoluções do Conselho de Segurança da ONU, aumenta as tensões

Comunicado do Japão

nião discutiu questões não especificadas relacionadas ao fortalecimento das capacidades de defesa e ao aperfeiçoamento dos preparativos de guerra para conter a ameaça representada pelos exercícios militares de seus rivais.

A Coreia do Norte há muito argumenta que os exercícios militares liderados pelos EUA na região são prova da hostilidade de Washington contra Pyongyang. O Norte disse que foi obrigado a desenvolver armas nucleares para lidar

CONTRA REFORMA

França tem outro dia de protestos

Agência Estado

Manifestantes que se opõem ao plano impopular do presidente da França, Emmanuel Macron, de aumentar a idade de aposentadoria para 64 anos marcharam ontem, em cidades e vilas do país, antes de uma decisão sobre se a medida atende aos padrões constitucionais.

Em Paris, enquanto milhares se reuniam ao longo da rota de protesto designada, alguns manifestantes segurando sinalizadores acesos desviaram-se para o Conselho Constitucional, que decidirá na sexta-feira se anulará alguma ou todas as partes da legislação.

Eles enfrentaram um grande contingente de policiais posicionados do lado de fora do prédio, onde horas antes do início do ato outros manifestantes jogaram sacos de lixo.

As pilhas de lixo foram limpas, mas sinalizaram o início de uma nova greve dos coletores de lixo, programada para começar com o protesto em todo o país. Uma greve anterior no mês passado deixou as ruas da capital francesa cheias de lixo empilhados por dias.

com as ameaças militares dos EUA, embora autoridades dos EUA e da Coreia do Sul tenham afirmado firmemente que não têm intenção de invadir o Norte.

Há preocupações de que a Coreia do Norte possa realizar seu primeiro teste nuclear em mais de cinco anos desde que revelou um novo tipo de ogiva nuclear no início deste mês. Especialistas estrangeiros debatem se a Coreia do Norte desenvolveu ogivas pequenas e leves o suficiente para caber em mísseis.

O lançamento de quinta-feira também ocorreu quando a Coreia do Sul acusou a Coreia do Norte de não responder às ligações sul-coreanas em um conjunto de linhas diretas intercoreanas transfronteiriças por cerca de uma semana.

A suposta suspensão da troca de mensagens nos canais de comunicação por parte da Coreia do Norte pode ser preocupante porque uma das funções das linhas diretas é evitar confrontos acidentais ao longo das fronteiras marítimas dos rivais.

Selic

Fixado em 22 de março de 2023

13,75%

Sálário mínimo

R\$ 1.320

Dólar \$ Comercial

-0,31%

R\$ 4,926

Euro € Comercial

+0,24%

R\$ 5,443

Libra £ Esterlina

-0,07%

R\$ 6,170

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Março/2023 +0,71

Fevereiro/2023 +0,84

Janeiro/2023 +0,53

Dezembro/2022 +0,62

Novembro/2022 +0,41

Ibovespa

106.457 pts

-0,40%

IMPOSTO DE RENDA

Receita recebe 34% das declarações

Após 30 dias desde o início do prazo, pouco mais de 140 mil contribuintes da Paraíba prestaram contas ao Leão

Thadeu Rodrigues
thadeu.rodriguez@gmail.com

A Receita Federal do Brasil recebeu 140.625 declarações de Imposto de Renda de contribuintes na Paraíba, nos primeiros 30 dias desde o início do prazo do exercício 2023 (ano-base 2022), iniciado no último dia 15. O quantitativo corresponde 34% da previsão da Delegacia da Receita Federal no estado, que varia de 408 mil a 419 mil declarações. Entre os contribuintes que já declararam, 76,8% têm imposto a restituir e 31% escolheram o Pix como meio de recebimento dos valores.

De acordo com o delegado da Receita Federal na Paraíba, Hamilton Sobral, o pico do envio das declarações ocorre nos primeiros 15 dias de início do prazo e nos últimos 15. Neste ano, o período para o acerto de contas com a Receita vai de 15 de março a 31 de maio. Quem declara primeiro tem mais chances de ser contemplado no primeiro lote de restituição, em 31 de maio.

Além do percentual que tem imposto a restituir, 12,37% têm imposto a pagar e 10,83% não vão pagar nem receber valores. “De modo geral, os contribuintes são assalariados, com emprego formal. Neste caso, a empresa já faz a dedução previdenciária e por dependente. A maioria tem retenção do Imposto de Renda na fonte, mas na declaração de ajuste anual, consegue deduzir o tributo com despesas de saúde ou previdência privada, por exemplo”.

Outra possibilidade é pela opção do modelo simplificado da declaração, com desconto de 20%. Segundo Hamilton Sobral, normalmente, os valores de imposto a pagar superam os de imposto a receber.

No montante, 56% dos contribuintes enviaram a declaração simplificada e 44% apresentaram deduções. Quem preencher o documento com alguma inconsistência pode regularizar com o envio da declaração retificadora. Até ontem, 7% dos contribuintes utilizaram essa possibilidade.

Em 2022, foram enviadas 375.962 declarações. O delegado da Receita Federal na Paraíba afirma que o número de contribuintes aumenta a cada ano em razão do aumento da faixa salarial dos trabalhadores e da falta de correção da tabela do Imposto de Renda desde 2015. A partir de maio, a faixa de isenção passará de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. As mudanças terão efeito na declaração do ano que vem.

Outro fator apontado por Hamilton Sobral é a entrada de investidores no mercado de criptoativos. Deve declarar IR quem faz operações mensais que ultrapassem o valor de R\$ 35 mil e com ganho de capital nas operações de compra e venda”.

Praticidade

Quem declarar a chave Pix do tipo CPF no campo destinado à conta bancária na aba “restituição” terá prioridade no crédito dos valores. Na Paraíba, 31% dos contribuintes optaram até agora. Quem envia a declaração pré-preenchida também terá prioridade. Desde o ano passado, a receita estendeu o acesso a esse tipo de declaração a quem tem conta nível prata ou ouro no portal Gov.br. Até agora, 24% utilizaram a declaração pré-preenchida no estado.

Deve declarar IR quem teve renda maior que R\$ 28.559,70 em 2022, incluindo rendimentos como salários, aposentadorias, pensões e aluguéis.

“

De modo geral, os contribuintes do estado são assalariados, com emprego formal. A maioria tem retenção do Imposto de Renda na fonte

Hamilton Sobral



Foto: Jocelson Alves/Agência Brasil

Entre os contribuintes que já declararam, 76,8% têm imposto a restituir e outros 12,37% têm imposto a pagar

MICROCRÉDITO

‘Eu Posso’ esgota inscrições e realiza capacitações

Todas as 100 vagas disponibilizadas no mais recente edital do programa de microcrédito social da Prefeitura de João Pessoa, o ‘Eu Posso’, foram preenchidas. As inscrições – que, pela primeira vez, aconteceram presencialmente – tiveram início na manhã da terça-feira (11), e se encerraram na quarta-feira (12), mediante preenchimento das oportunidades. Os proponentes inscritos participaram ontem da etapa de capacitação, no auditório do Centro Administrativo Municipal (CAM), em Água Fria.

As inscrições presenciais para o Edital 01/2023 ocorreram na sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedest), localizada na Rua Diogo Velho, 150, no Centro. Por lá, os candidatos foram recebidos por uma equipe de triagem, para verificação da documentação, e aqueles que estavam aptos, seguiram para efetuar a inscrição.

Foi o que aconteceu com Giova-

ne Carlos, que garantiu uma vaga na linha de crédito destinada à pessoa física. Ele trabalha com manutenção de computadores e de redes de informática, e deseja expandir o negócio. “Tenho um ponto físico no Ernani Sátiro há oito anos. Na área que atuo, tudo se renova rapidamente. Então, preciso atualizar meus equipamentos e, assim, ampliar os serviços que ofereço, otimizando o tempo de execução e a qualidade. O crédito vai me ajudar nisso”, explicou.

Regina Santana também se inscreveu como pessoa física. Ela oferece serviços de escovaria e de procedimentos químicos em cabelos, atendendo na casa dos clientes. “Agora, quero montar meu ponto físico. E vou precisar comprar tudo. O ‘Eu Posso’ vai me permitir fazer esse investimento. Com o crédito, espero começar um novo ciclo no meu trabalho. Estou bem otimista para que novas portas se abram”, disse.

Etapas

Com as inscrições concluídas, o presente edital do ‘Eu Posso’ realizou a etapa de capacitação. Todos os empreendedores inscritos estiveram no auditório do CAM, na tarde dessa quinta-feira, para assistirem a duas palestras: Desenvolvimento Pessoal e Gestão Empreendedora. A atividade para os beneficiados teve quatro horas de duração.

“Sempre destacamos que o programa vai muito além do simples repasse financeiro. Temos o cuidado de levar conhecimento a esses empreendedores, para que eles possam tocar seus negócios de forma assertiva, fazendo investimentos orientados, de maneira planejada. E as capacitações são fundamentais para isso”, falou Vaulene Rodrigues, secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

O ‘Eu Posso’ é constituído por

oito etapas obrigatórias. Após a inscrição e a capacitação, os proponentes passarão pelo plano de negócio; visita técnica; análise de crédito; entrega do certificado do programa (CEM); concessão do crédito; e pós-crédito.

Celeridade

Ainda segundo Vaulene, a previsão é de que, no próximo mês, um novo edital seja aberto. “ Fizemos ajustes em nossos processos, para tornar a execução do programa ainda mais fluida, permitindo celeridade não apenas na concessão do crédito a quem garantiu inscrição como também na abertura de novas vagas. Por isso, os empreendedores que não conseguiram se inscrever agora já podem ir preparando a documentação, ajustando possíveis pendências, para não perderem a oportunidade no próximo edital”, acrescentou.

DAS-MEI

Boletos podem ser emitidos no portal do Sebrae

Os microempreendedores individuais (MEI) de todo o Brasil ganharam um novo recurso para facilitar a gestão do seu negócio. A novidade é que o Sebrae passou a oferecer, em seu portal na internet, a emissão da guia de pagamento DAS-MEI sem custo algum para o empreendedor. Até então, para emitir o boleto de pagamento da contribuição mensal da categoria, o MEI precisava recorrer ao site PGMEI, da Receita Federal. Com a nova funcionalidade do portal do Sebrae, o processo ficou mais rápido, intuitivo e simples.

De acordo com a instituição, em menos de 10 segundos os boletos estão disponíveis para download ou para acesso dos códigos utilizados em pagamentos on-line. Para realizar a emissão do DAS-MEI, o em-

preendedor deve efetuar o login no portal do Sebrae e acessar o ambiente personalizado “Meu Mural” (https://meuatendimento.sebrae.com.br/). Nesse espaço, o empreendedor encontrará as opções disponíveis para a emissão do boleto ou do código de pagamento.

Ainda segundo o Sebrae, caso o usuário não possua o CNPJ MEI vinculado, basta que ele insira o dado no campo “CNPJ” para fazer a emissão. Para o usuário que já possui um CNPJ MEI vinculado ao seu cadastro, basta um clique para acessar as guias da contribuição, pois o campo “CNPJ” já aparece automaticamente preenchido. Além disso, clicando em “Ver boletos pagos” também é possível conferir o histórico de pagamentos.

Com o advento do novo serviço, o

objetivo do Sebrae é facilitar a vida do microempreendedor individual, já que a contribuição precisa ser paga mensalmente e muitos MEIs ainda possuem dificuldades ou necessidade de auxílio externo para fazer a emissão dos boletos. Conforme explica a analista técnica do Sebrae/PB, Éricka Vasconcelos, a contribuição é importante por simplificar o pagamento de impostos.

“O Documento de Arrecadação do Simples Nacional, que é mais conhecido como DAS, representa uma taxa única que o MEI precisa pagar mensalmente para manter regularizado o seu CNPJ. Em resumo, o DAS é responsável por unificar todos os impostos municipais, estaduais e federais, inclusive a contribuição para o INSS do empreendedor, que já está inclusa nessa taxa única, cujo va-

lor varia de acordo com a atividade exercida pelo MEI”, pontuou.

Ainda conforme a analista, é importante que o pagamento do DAS, cujo vencimento é o dia 20 de cada mês, seja mantido em dia pelo empreendedor, para que ele não perca os benefícios que são destinados para a categoria. “É muito importante que o empreendedor mantenha o pagamento regularizado para estar com o seu CNPJ em dia. Com isso, ele poder fazer emissão de nota fiscal, ativar os benefícios do INSS se houver necessidade e, principalmente, evitar que sua empresa seja desqualificada do MEI. Isso pode ocorrer porque os CNPJs que possuem alguma irregularidade podem sofrer desqualificação da categoria”, concluiu Éricka Vasconcelos.

HABITAÇÃO

Governo define limites do Minha Casa

Teto do subsídio será de R\$ 170 mil para imóveis novos localizados em áreas urbanas e de R\$ 75 mil em área rural

Luci Ribeiro
Agência Estado

Os Ministérios das Cidades e da Fazenda publicaram, ontem, portaria que dispõe sobre o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), retomado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva por meio de medida provisória editada em janeiro. O ato está publicado no Diário Oficial da União (DOU) e trata, dentre outros pontos, da concessão de subvenções econômicas e da meta do MCMV, que será atender dois milhões de famílias até 31 de dezembro de 2026.

A portaria conjunta define que o limite de subvenção econômica das linhas de atendimento do programa será de R\$ 170 mil para linhas voltadas a unidades habitacionais novas em áreas urbanas e locação social de imóveis em áreas urbanas, operadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial ou do Fundo de Desenvolvimento Social; R\$ 75 mil para linha voltada para unidades habitacionais novas em áreas rurais, operada com recursos da União; e R\$ 40 mil para linha voltada para melhoria habitacional em áreas rurais, operada com recursos da União.

Segundo o regulamento, os limites poderão ser ampliados, conforme regulamento específico do Ministério das Cidades, quando a operação envolver: a implantação de sistema de energia fotovoltaica, limitado o valor aos parâmetros de mercado; e a requalificação de imóvel para fins habitacionais, limitado o acréscimo a 40% do limite de subvenção das linhas de atendimento para área urbana.

As duas pastas estabelecem que a atualização dos valores-limite de subvenção deve ocorrer em periodicidade não inferior a dois anos, "limitada à variação aferida pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), com pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e manutenção pela Caixa Econômica Federal.

Faixas de renda

O ato regulamenta ainda que a concessão de subsídio público com recursos orçamentários da União ficará limitada ao atendimento de famílias enquadradas nas Faixas um e dois, tanto da modalidade urbana quanto da rural, descritas na medida provisória. A Faixa Urbano um foca renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640 e a Faixa Urbano dois, renda bruta familiar mensal de R\$ 2.640,01 até R\$ 4.400. Já a Faixa Rural 1 contempla famílias com renda bruta familiar anual até R\$ 31.680 e a Faixa Rural 2, famílias com renda bruta familiar anual de R\$ 31.680,01 até R\$ 52.800.

Sobre o desempenho do MCMV, a portaria reafirma que o programa tem como meta promover o atendimento de dois milhões de famílias até 31 de dezembro de 2026, "respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras dos recursos destinados às linhas de atendimento subsidiadas e financiadas".

TAXAÇÃO DE IMPORTADOS

Haddad defende tratamento igual para empresas

Thais Barcelos e
Altamiro Silva Junior
Agência Estado

Após a polêmica envolvendo a taxa de produtos importados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que é preciso garantir igualdade de tratamento entre empresas estrangeiras e brasileiras. "E isso não está acontecendo hoje", afirmou, em entrevista ao portal Metrôpoles antes de embarcar com a comitiva presidencial de Xangai para Pequim, na China.

Segundo o ministro, há muita "desinformação" sobre o assunto e não há planos de aumentar impostos, nem de "acabar" com o comércio eletrônico.

Nesta semana, a Fazenda confirmou que vai acabar com a isenção de até US\$ 50 para o envio de mercadorias do exterior entre pessoas físicas.

O movimento foi realizado após reclamação de varejistas brasileiros sobre uma possível concorrência desleal de sites estrangeiros, que estariam usando de forma inapropriada a vantagem tributária para pessoa física.

"Ninguém está pensando em aumentar imposto. O que está se reclamando por parte de algumas empresas é que está havendo

concorrência desleal por alguns sites, não por todos. Isso está sendo investigado e pode ser coibido", disse Haddad à Globonews.

Em entrevista ao portal Metrôpoles, o ministro reconheceu que "há empresas que cumprem a legislação brasileira e empresas que não cumprem" e defendeu a

regulação igualitária para todas. "A concorrência tem de ser leal, entre empresas brasileiras e estrangeiras."

Isonomia

Nesse ambiente, conforme Haddad, o papel do Estado é garantir isonomia, com igualdade de tratamento para todas as empresas.

Assim, corrigir essa distorção não significa aumentar imposto ou ter preconceito contra alguma empresa. "Há um pleito que é legítimo de proibir o contrabando."

Segundo ele, sem corrigir essas distorções, o resultado é o aumento do desemprego, pois as empresas que pagam impostos precisam demitir

por não conseguir competir com as estrangeiras. Perguntado sobre a Shein, Haddad disse que não conhece a empresa, e costuma apenas comprar livros na Amazon.

O ministro disse ainda que foi procurado "por uma dessas empresas" afirmando que quer pagar os impostos de forma correta no Brasil.



Ministro da Fazenda disse que há muita "desinformação" sobre o assunto e que não há planos de aumentar impostos

Foto: Fátima Meira/Estadão Conteúdo

OPERADORAS DE TURISMO

Número de embarques cresce e alcança 8,4 milhões

Agência Brasil

No ano passado, as operadoras de turismo do Brasil embarcaram 8,4 milhões de passageiros, com crescimento de 13,5% em relação a 2021. O número é recorde na série histórica, revela o Anuário da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa) 2023, que foi divulgado na quarta-feira (12).

Do total de embarques, 5,4 milhões foram de passageiros transportados no mercado doméstico. No mercado internacional, foram três milhões de pessoas embarcadas, o maior número já registrado pela associação.

A maior parte das viagens

teve como destino o Nordeste brasileiro, responsável por 38,4% dos embarques. Em seguida, apareceram as regiões Sudeste (24%), Sul (17%), Centro-Oeste (11%) e Norte (9,6%). No Brasil, Salvador foi a cidade de mais procurada, seguida por Porto de Galinhas, Recife e São Paulo.

Nas viagens internacionais, países europeus lideraram as preferências, com 37,71% dos embarques. Em seguida, vieram países sul-americanos (15%); norte-americanos (14,7%); centro-americanos e caribenhos (13,3%); asiáticos (11,3%); africanos (6%) e da Oceania (2%). A atração internacional mais vendida foi a Walt Disney World,

seguida por cruzeiros marítimos. Os países mais visitados foram os Estados Unidos, Portugal, Itália e Egito.

De acordo com a associação que representa o setor, o faturamento das empresas somou R\$ 11,55 bilhões em vendas, valor 62,7% superior ao de 2021. A associação ressaltou que o total é 23,5% inferior ao registrado em 2019, mas mostra que as empresas estão chegando mais perto dos números observados antes da pandemia de Covid-19.

Retomada

O turismo internacional representou mais da metade do faturamento (55% do total), somando mais de R\$ 6,3

bilhões, e foi o maior registrado nos últimos 12 anos – 341% superior ao de 2021 e 3,2% superior ao de 2019.

Por outro lado, o número de viagens nacionais teve redução de 10,5% em comparação com 2021, e totalizou R\$ 5,2 bilhões.

"Este foi o ano da retomada do turismo internacional. Com a abertura das fronteiras, o custo-benefício e a demanda reprimida dos últimos anos, observamos a inversão do cenário dos últimos tempos. Apesar de não termos como identificar a motivação exata, esse comportamento pode ser, em parte, explicado pela alta dos preços das passagens aéreas no

país, ampliando a oportunidade de viajar ao exterior", disse o presidente da Braztoa, Roberto Haro Nedelciu, por meio de nota.

Para a Braztoa, os números de 2022 poderiam ser ainda melhores se não fossem as dificuldades enfrentadas pela variação cambial e a falta de mão de obra especializada.

Para a aquisição de viagens, a opção de pagamento parcelado em mais de cinco vezes foi a preferida pela maioria dos clientes (50,1%). O cartão de crédito foi o principal meio de pagamento, sendo usado em 68,7% das vendas; seguido do Pix, com 19,1%; e do boleto bancário, com 10,8%.

ESTIMATIVA

Produção de soja e milho deve bater recorde este ano

■ Apenas os grãos de soja devem somar 147,2 milhões de toneladas, uma elevação de 23,2% em relação a 2023

Daniela Amorim
Agência Estado

O Brasil deve colher safas recordes de soja e milho este ano, segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de março, divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção de soja deve somar 147,2 milhões de toneladas, uma elevação de 23,2% em relação ao produzido no ano passado.

Já a produção nacional de milho foi estimada em 119,8 milhões de toneladas, com crescimento de 8,7% ante 2022.

A lavoura de milho primeira safra deve somar 279

milhões de toneladas, um aumento de 9,7% em relação a 2022. O milho segunda safra deve totalizar 91,9 milhões de toneladas, aumento de 8,4% em relação a 2022.

O algodão herbáceo deve alcançar uma produção de 6,9 milhões de toneladas, um avanço de 2,8% ante o ano passado.

A estimativa da produ-

ção do trigo é de 9,8 milhões de toneladas, recuo de 2,6% em relação a 2022.

A produção do arroz é de 9,8 milhões de toneladas para 2023, queda de 7,6% em relação ao produzido no ano passado.

A produção de sorgo é prevista em 3,1 milhões de toneladas, alta de 74% ante o mesmo período de 2022.

IGUALDADE RACIAL

Anielle defende manutenção das cotas

Ministra avalia que reserva de vagas é reparação história e defende expansão do leque de ações afirmativas

Daniel Mello
 Agência Brasil

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, disse ontem que a política de cotas raciais nas universidades foi a maior ação feita pelo Estado brasileiro para compensar os danos causados à população negra ao longo dos últimos séculos. “Não tem nem o que discutir. Tem que continuar. Não abro mão”, disse ao participar de um congresso promovido por institutos filantrópicos e empresas que patrocinam esse setor na capital paulista.

Além das cotas, a ministra disse que pretende expandir o leque de ações afirmativas para diversas áreas. “A gente pensa um plano de ações afirmativas muito maior, onde a gente possa garantir acesso à cultura. Onde a gente possa garantir que a gente debata esse extermínio, o genocídio da população preta”, acrescentou.

A ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco, participa do 12º Congresso GIFE, com o tema Desafiando Estruturas de Desigualdade, no Memorial da América Latina.

Dificuldades

Anielle comentou ainda as dificuldades para implementar a política que instituiu que 30% dos cargos de confiança do Governo Federal devem ser preenchidos por pessoas negras.

“Quando nós fomos propor o decreto dos 30%, nós ouvimos de tudo que vocês podem imaginar – de que não seria possível, de que não era a melhor ideia. Ouvimos de tudo, tanto de estudiosos, quanto de pessoas que não trabalham no governo, mas que estão ali sempre, dando opiniões”, contou.

Porém, a ministra disse que conseguiu garantir a

“

Não tem nem o que discutir. Tem que continuar. Não abro mão

Anielle Franco

medida ao sensibilizar diretamente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Quando eu sentei para apresentar o decreto para o presidente Lula, eu falei para ele: ‘Presidente, a gente não tem gasto orçamentário (com essa medida), mas o ganho político para o governo e para o senhor é inenarrável, imensurável’, disse sobre o decreto que foi publicado no último dia 21 de março.

A ação vai ajudar, segundo a ministra, a mostrar que existem pessoas negras capazes de ocupar qualquer posição no país. “Para comprovar que nós estamos muito capacitados – para não ter aquela história que não conseguimos contratar pessoas negras – em todas as áreas e lugares”, enfatizou.

O objetivo é, segundo a ministra, que as pessoas negras ocupem cada vez mais os espaços de poder e cheguem, no futuro, até as posições mais importantes. “Perpassa também por um sonho que a Mari [vereadora Marielle Franco, irmã da ministra assassinada] tinha, que eu sigo falando, que é a gente conseguir eleger uma vice-presidenta ou vice-presidenta ou presidenta ou presidente negro neste país.”



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco, participa do 12º Congresso GIFE, no Memorial da América Latina

Anielle: “A gente pensa um plano de ações afirmativas muito maior, onde a gente possa garantir acesso à cultura”

CUIDADORA DE IDOSOS

Secretaria das Mulheres entrega certificados

Visando a capacitação para os desafios do mercado de trabalho, a Prefeitura de João Pessoa, por meio da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM), promoverá a entrega de certificados de habilitação da primeira turma do curso para cuidadora de idosos, serviço disponibilizado pelo Espaço da Mulher. A solenidade acontecerá nesta sexta-feira (14), a partir das 14h, no auditório do Centro Administrativo Municipal, em Água Fria.

O curso é desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano (Inadh), sendo 15% das vagas destinadas para mulheres vítimas de violência doméstica. A secretária de Políticas Públicas para as Mulheres, Nena Martins, destacou a importância da qualificação como forma de empoderar e garantir liberdade para as mulheres construírem o seu futuro com dignidade.

“Com esse trabalho, que tem a colaboração decisiva do Instituto Nacional de De-

envolvimento Humano e de toda gestão Cícero Lucena, estamos garantindo mais liberdade para a mulher, inserindo-a no mercado de trabalho, oferecendo uma oportunidade de ter uma melhor qualidade de vida num futuro próximo, através da qualificação que é uma forma de gerar uma fonte de renda”, destacou Nena Martins.

Para o diretor-executivo do Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano, Diego dos Anjos, a entrega dos certificados é o coroamento de uma exitosa parceria. “Quero

agradecer a acolhida que recebemos da Prefeitura de João Pessoa, através da secretária Nena Martins, reafirmando o compromisso de ampliar muito mais a quantidade de projetos a serem desenvolvidos em favor dessa cidade”, afirmou.

A conclusão da turma do curso para cuidadora de idosos ocorre após cinco meses e uma carga horária de 140 horas/aula. Dentre o conteúdo das aulas, foram ensinados os cuidados com a higiene pessoal, obediência aos horários de suas atividades diárias, como a hora da alimenta-

ção, banho, caminhada, entre outras.

As alunas ainda desenvolveram o conhecimento sobre tratamentos de saúde, a exemplo de diabetes, pressão alta, colesterol, bem como dos primeiros socorros em caso de emergências. No decorrer do curso, as alunas também foram instruídas a prestarem apoio psicológico e emocional, com a intenção de sempre melhorar o bem-estar do idoso e conscientizadas sobre as normas instituídas no Estatuto do Idoso e as punições para quem o viola.



Foto: Divulgação PMJP

Solenidade acontecerá hoje, às 14h, no Centro Administrativo Municipal, em Água Fria

ARRAIÁ DE CUMPADE

Vendas de passaportes para o São João 2023 foram iniciadas

Os forrozeiros já podem garantir sua presença na edição 2023 de um dos eventos juninos mais tradicionais do país. Ontem, o Arraiá de Cumpade deu início à venda do primeiro lote dos passaportes para quem deseja curtir os quatro sábados de arrasta-pé na Fazenda Olho D'Água, em Galante, distrito de Campina Grande.

Realizada pela 11ª vez, esta será a edição com o maior número de atrações convidadas da história do evento. No palco da Divina Vila, estão confirmadas apresentações de Mastruz com Leite e Kelly Silva, no dia 10 de junho; Dorgival Dantas e Fabiano Guimarães, no dia 17; Brasas do Forró e Eliane, no dia 24; e Waldonys, no dia 1º de julho.

Como manda a tradição, haverá ainda, em todas as datas do Arraiá, shows de

Cumpade João e Seus Cabras, que farão as honras da casa e esquentarão o pavilhão com um repertório de resgate à musicalidade do Nordeste. Com previsão de início às 11h, a abertura será sempre com a banda Forró Lampejo. Já na Vila Armorial, outro ponto da fazenda, trios pé de serra vão animar o público durante toda a festança.

Para os interessados, a compra dos passaportes está disponível on-line, por meio da plataforma Bilheteria Digital, ou nos pontos físicos: na sede da agência Mais Brasil Turismo, na Avenida Epitácio Pessoa, em João Pessoa; ou nas unidades da loja Mioche no Manairá Shopping (1º andar), na capital, e do Partage Shopping, em Campina Grande.

O Arraiá de Cumpade abriu um lote promocio-

nal para os 100 primeiros passaportes vendidos para cada data de evento. Eles podem ser adquiridos pelo valor de R\$ 250,00 (estudante) e R\$ 520,00 (inteira). Há também a opção do passaporte social, que sai a R\$ 260,00, mediante doação de 1 kg de alimento não perecível, que será destinado à instituição Amor Sem Dimensões, que atua no apoio a crianças com microcefalia. Após o fim do estoque da ação promocional, o primeiro lote passará a custar R\$ 275,00 (meia-entrada), R\$ 285,00 (social) e R\$ 570,00 (inteira).

Pela primeira vez, o Arraiá de Cumpade anunciou valores especiais para combos de passaportes. O público terá descontos gradativos na compra de dois, três ou quatro dias.

Com o passaporte, além de assistir às apresenta-

ções artísticas, o visitante tem uma imersão na cultura nordestina, vivenciando as tradições juninas de uma legítima festa de sítio, e acesso à ‘Birosca Aberta’, como é chamado o serviço de open

bar, que inclui uísque, cerveja, cachaça, drinks com cachaça, refrigerantes, sucos, café e água mineral à vontade.

Mais informações podem ser obtidas pelo site

www.arraiadecumpade.com.br, pelos telefones (83) 3224-3050 e (83) 99681-2288 (WhatsApp) ou pelo perfil @arraiadecumpade no Instagram.

Programação

- 10/7: Mastruz com Leite, Kelly Silva, Cumpade João e Forró Lampejo
- 17/6: Dorgival Dantas, Fabiano Guimarães, Cumpade João e Forró Lampejo
- 24/6: Eliane, Brasas do Forró, Cumpade João e Forró Lampejo
- 1/7: Waldonys, Cumpade João e Forró Lampejo

- Pontos de venda dos passaportes para o Arraiá de Cumpade 2023 on-line: site do Arraiá de Cumpade (www.arraiadecumpade.com.br)
- João Pessoa: Mioche - Manairá Shopping (1º andar)
- Campina Grande: Mioche - Partage Shopping

SERVIÇO

- Evento: Arraiá de Cumpade 2023
- Data: 10, 17, 24 de junho e 1º de julho
- Horário: 11h
- Local: Fazenda Olho D'Água, em Galante (Campina Grande)

SEGURANÇA NAS ESCOLAS

Alunos precisam de apoio emocional

Especialista avalia que abrir espaços para a escuta ativa é fundamental no enfrentamento à violência

Giovanna Brito
gibritosilva@hotmail.com

Na última segunda-feira, uma escola do Estado de São Paulo retomou as atividades após o ataque de um estudante que acabou matando a professora Elisabete Tenreiro, de 71 anos, e deixou mais quatro pessoas feridas. O retorno está sendo gradual, com mudanças e acolhimento. Cada vez mais frequentes, esses episódios têm ocasionado temor em educadores, estudantes e pais. Em meio ao cenário, questionamentos de como voltar ao local, antes repleto de vivência educacional, experiências e aprendizado, e que foi alvo de violência. Especialistas ressaltam a importância de uma retomada criteriosa, priorizando o apoio emocional/psicológico a toda comunidade escolar, sobretudo aos que presenciaram o ocorrido.

Mas o medo rodeia não somente testemunhas de barbáries como essas. Mesmo quem está distante tem dado testemunho de temor em mandar filhos às escolas, professores se medicando para manter a calma, alunos tomados por uma onda de pavor provocada pelos episódios, e também pela disseminação de notícias inverídicas sobre novas ameaças. “É compreensível a apreensão, o que também preocupa é o compartilhamento de ameaças, notícias sem checar a veracidade criando um ambiente ainda mais tenso. Procurar um culpado, uma solução imediata das escolas, levantar muros, contratar seguranças, instalar detectores de metais... isso é necessário, mas não vai solucionar o problema. É preciso mais”, explicou psicopedagoga Noelma Soares Porto.

Esse temor, conforme explicou, é inevitável, haja visto, que está em cheque é o bem, considerado pela humanida-



Para a psicopedagoga Noelma Porto, também é preocupante o compartilhamento de ameaças e notícias falsas, criando um ambiente ainda mais tenso



Fotos: Fabiana Veloso

“

Mais uma vez constatamos a importância dos educadores na observação dos ‘sinais’

Noelma Soares Porto

de, mais precioso, que é a vida. “E a vida das nossas crianças, não tem como mensurar. Contudo, mesmo diante de tudo isso é imprescindível manter a calma e acolher as aflições, que são legítimas, de pais e responsáveis. Abrir espaços para a escuta ativa aumentam as chances de solução. Empatia é a palavra chave”, explicou.

Um questionamento que se torna urgente, mediante algumas declarações de agres-

sores, ao afirmarem que foram motivados por *bullying* sofrido dentro da escola. Qual seria o papel do professor nesse contexto? Para a psicopedagoga, a discussão é ampla, mas salienta o envolvimento de todos e a presença dos pais no ambiente escolar. “Neste caso, mais uma vez constatamos a importância dos educadores na observação dos ‘sinais’ que são apresentados, lerem-os nas entrelinhas. Se a criança ou adolescente mudou o comportamento, se ficou mais retraído, agressivo. Se ele foi transferido de escola, buscar informações, conhecer seus colegas e principalmente trazer os pais para as escolas. Construir vínculos dessa tríade tão importante: escola, pais e alunos. Diante dessas observações e informações, agir, tomar providências, sinalizar e buscar a rede de apoio da escola e a família e assim, construir estratégias para auxiliar na resolução do *bullying*”, avaliou.

Respeito com a escola

A preocupação com o ambiente escolar dos filhos tor-

nou-se preponderante no atual cenário. Todavia, o respeito às unidades escolares precisa ser mantido, visto que é nesse local que eles passam grande parte do tempo, segundo avaliou. Ela orientou ainda a necessidade de evitar tecer comentários depreciativos sobre a escola, sobre a gestão e com professores “Pai, mãe e familiar pode fazer muita coisa dentro da sua própria casa, prevenindo, acolhendo, observando, estando atento, olhando a mochila, cuidando das redes sociais, sites, grupos que participa, conversando, explicando para ele os cuidados com uma sociedade já tão violenta”.

Noelma lembrou do dever dos pais em cuidar, direcionar o que eles estão vendo na rede mundial de computadores e se impor, sem medo de dizer não. “Vemos crianças perdidas buscando na internet direcionamentos equivocados. Estamos perdendo nossas crianças para as telas e as conexões virtuais, precisamos nos reconectar humano a humano. A autoridade na sua casa é você, pai e mãe”.

Motivações para ataques

Sobre unidades atacadas, ela destacou que é uma questão multifatorial, mas percebe que os casos têm pontos em comum. “Os dados revelam pessoas com dificuldade de trabalhar suas frustrações e administrar suas emoções e ainda com uma necessidade de ser visto, notado. Isso ficou ainda mais visível após a pandemia. Assunto delicado, mas que precisa ser amplamente analisado, discutido com urgência e muita responsabilidade.

As pessoas estão adoecendo, estamos perdendo nossas crianças. Isso precisa ser resolvido. Não podemos permitir ficar nesse medo de qual será a próxima escola”.

Retorno às aulas

Para Noelma Soares Porto é indispensável e necessário apoiar e preparar os professores e demais atores da equipe para acolhimento dos alunos e dos desafios que, certamente, surgirão. “Posteriormente, mudanças no espaço físico também se faz necessário, como pintura da fachada da

escola, cartazes ou faixas com frases de boas-vindas. E claro, reforço, na segurança, não apenas para o momento e sim de forma permanente”, destacou.

A psicopedagoga orienta que o retorno a uma escola que passou por um episódio de trauma, aconteça de forma parcial e gradativa.

Inicialmente da turma ou grupo que passou pelo trauma, depois os demais integrantes, de modo que possa ser viabilizada uma triagem das demandas mais urgentes e do impacto causado pelo ataque. “Essa acolhida deve ser realizada por uma equipe multidisciplinar, levando em consideração que não se trata de um dia comum e com objetivos bem claros e definidos: readaptação pós-trauma”.

Além disso, se faz necessário e urgente, segundo Noelma, tentar ao máximo oferecer um ambiente de leveza para esse momento, viabilizando interação com rodas de conversa, oficinas de conscientização, jogos, cartinhas ou bilhetes com mensagens positivas e outras atividades.

Sociólogo defende ações rápidas para conter a disseminação da violência

Luiz Claudio Ferreira
Agência Brasil

Ataques às escolas, gravações com boatos, desinformação e ameaças, que “antes pareciam atitudes descoordinadas, têm se mostrado uma onda perigosa”, diz o sociólogo Rudá Ricci, pesquisador dos temas educação e cidadania.

Nessa quarta-feira (12), ele participou e foi um dos articuladores de encontro com entidades ligadas ao setor para encontrar caminhos contra a situação que tem gerado temor no Brasil. O cientista social defende a necessidade de três medidas emergenciais, que incluem “desbaratar e prender os núcleos propagadores das ameaças”, o que, para as instituições, já está sendo tratado pelo Ministério da Justiça.

As outras são “criar protocolos de orientação para pais e professores sobre como agir em casos de ameaça, violência, agressividade e incivilidade” e “criar serviço de apoio e escuta de psicólogos e assistentes sociais” para pais e profissionais da educação.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista:

Essas ameaças são coordenadas?

Não podemos negar que há uma inteligência por trás disso. Há mensagens, por exemplo, sobre eventuais ataques em universidades. Ouvi áudios de uma jovem que diz ter recebido uma notícia e uma alusão aos ataques em Columbine (Estados Unidos, em 20 de abril de 1999). Essas mensagens se alastraram como ameaça a universidades brasileiras. Essas organizações extremistas no país estão querendo construir um novo 8 de janeiro de 2023.

Quais são os principais pontos de cuidado?

Nós temos que ter cuidado com três questões pelo menos. Em primeiro lugar, com o ambiente criado no Brasil. Temos que debelar essa ideia de que a gente resolve os problemas com as próprias mãos e que temos que ser intolerante com quem é diferente. É preciso debelar esse clima de violência e intolerância. É a primeira medida que eu sugiro, ou seja, devemos ter uma inteligência policial e da sociedade civil articulada para identificar a origem dessas ameaças e colocar

todos na cadeia.

O Estado tem agido nesse campo, certo?

Essa é uma primeira ação urgentíssima. O Ministério da Justiça iniciou o processo com o disque-denúncia. Temos que mergulhar na Deep Web (parte da internet não encontrada pelos mecanismos de buscas). É aí que eles estão se articulando. Temos que identificar as ramificações e redes que se formaram. Temos ainda que deixar claro, inclusive para esses adolescentes que estão ameaçando, que eles vão responder por isso. Nós temos que coibir.

Essa é a outra coisa que é preciso deixar claro e que nos preocupa. Temos a experiência dos Estados Unidos, onde há guarda armada no seu interior e não debelaram a violência.

Por quê?

Porque há uma interpretação equivocada de achar que adolescentes que estão propensos a atacar se intimidam com guarda, com policiamento. É o contrário. O que sabemos hoje é que há adolescentes que estão imbuídos dessa intenção de aparecer pela violência.

PÁGINA DO PARTICIPANTE

Isenção da taxa do Enem 2023 pode ser solicitada de 17 a 28 deste mês

Os candidatos interessados em ingressar nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) devem estar atentos ao calendário do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para a realização do ENEM.

O Ministério da Educação, por meio do Inep, já publicou o edital 20/2022 referente às diretrizes e aos prazos para solicitar isenção da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2023 e justificar ausência na edição de 2022. Os interessados poderão realizar os procedimentos de 17 a 28 de abril, por meio da Página do Participante.

Para solicitar a isenção da taxa de inscrição no Enem 2023 e/ou justificar a ausência na edição de 2022, o participante deve informar o número de seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a sua data de nascimento. Os dados pessoais informados devem ser iguais aos dados cadastrados na Receita Federal para

não inviabilizar a correspondência entre as informações. Também é necessário informar endereço de e-mail e número de telefone válidos.

Isenção

Pode solicitar a isenção da taxa de inscrição para o Enem 2023 o participante que esteja cursando a última série do Ensino Médio em 2023, de qualquer modalidade de ensino, em escola da rede pública declarada ao Censo Escolar. Também tem direito ao benefício o inscrito que cursou todo o Ensino Médio em escola da rede pública ou como bolsista integral na rede privada, que tenha renda per capita igual ou inferior a um salário-mínimo e meio.

A isenção pode ser solicitada, ainda, pelo participante que declara situação de vulnerabilidade socioeconômica, por ser membro de família de baixa renda, com inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Nesse caso, o interessado deverá informar o seu Número de Iden-

tificação Social (NIS) único e válido.

A aprovação do pedido de isenção ou da justificativa de ausência na edição de 2022 não garante a inscrição no exame. Os interessados em realizar o Enem 2023, isentos ou não, deverão realizar sua inscrição na Página do Participante, no período de 5 a 16 de junho.

Justificativa

A justificativa de ausência é direcionada ao participante que teve concedida a isenção da taxa de inscrição no Enem 2022 e que não compareceu aos dois dias de prova, mas deseja solicitar isenção na edição de 2023.

Para isso, é necessário enviar documentação que comprove o motivo da ausência. Todos os documentos deverão estar datados e assinados. Não serão aceitos documentos autodeclaratórios ou emitidos por pais ou responsáveis. Somente serão aceitos documentos nos formatos PDF, PNG ou JPG, com o tamanho máximo de 2 MB.

SURF

Paraibano se destaca no Dream Tour

Samuel Igo vence bateria na divisão principal da Confederação Brasileira disputada em Xangri-lá, Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Samuel Igo com a sua prancha depois de conseguir uma boa onda e se destacar na competição no Sul do país



Foto: David Castro/Divulgação

Laura Luna
lauraluna@epc.pb.gov.br

O paraibano Samuel Igo conquistou o primeiro lugar da bateria no Dream Tour 2023, torneio que abre a divisão principal da Confederação Brasileira de Surf (CBSurf). A disputa, que acontece em Xangri-lá, Litoral Norte do Rio Grande do Sul, conta ainda com a participação dos paraibanos Kauã Hanson e José Francisco (Fininho). Entre as surfistas, Diana Cristina, Nalanda

Carvalho e Ana Lu Silva representam a Paraíba.

Ao todo participam os 64 quatro melhores atletas masculinos e os 24 femininos da modalidade no país. “A expectativa é de que os paraibanos consigam ir o mais longe possível no evento. O nível, de fato, é muito alto com os melhores do Brasil e a gente torce bastante para que os nossos atletas se saiam bem”, destacou o presidente da Federação Paraibana de Surf, Carlos Gilberto.

O pessoense Kauã Hanson, que já disputou a primeira divisão do Surf, falou sobre a bateria que ga-

rantiu a vaga para a próxima etapa do campeonato. “Foi bastante difícil, fiz uns 6.50 na metade da bateria e fiquei precisando de três pontos para passar de fase”. A tensão, disse, aumentou com as condições do mar que por pouco não deixou o paraibano de fora da competição. “Passei oito minutos procurando uma onda e no final, faltando 40 segundos, peguei uma onda e consegui exatamente os três pontos, virando na última onda da bateria”.

Samuel Igo, que mora no Rio de Janeiro, também conseguiu a classificação na primeira fase mas-

culina, que aconteceu na última quarta-feira, 12. A nota 7,10 fez o atleta saltar do quarto para o primeiro lugar na bateria. “A expectativa é a das melhores, espero ter mais oportunidades na próxima fase se seguir firme na competição”. O surfista, que subiu ao pódio da competição em 2022, conta que o desempenho inicial garantiu mais segurança. “Estou me sentindo muito confortável, gosto muito daqui, tenho uma energia boa com esse lugar. O ano passado fui vice-campeão, então quero pegar essa mesma energia para esse ano”.

RALLY DO NORDESTE

Competição segue agitando cidades da Paraíba e do RN

A primeira especial da 25ª edição do RN 1500 foi dominada pelas equipes Yamaha IMS Rally e Honda Racing na categoria motos. As oito primeiras colocações ficaram divididas entre as duas equipes. O campeão do dia foi o francês Adrien Metge da Yamaha IMS Rally com o tempo de 02h53m15s. A equipe Honda Racing ficou com a segunda colocação, o piloto Martin Duplessis, concluiu a especial no tempo de 02h55m36s. O terceiro colocado Bissinho Zavatti também da equipe Honda Racing, com o tempo 03h02m15s.

Entre os UTVs, a categoria com maior grid no RN, os campeões da primeira etapa foram Denisio do Nascimento e Gunnar Dums da Bompack Racing. A dupla concluiu a etapa com 02h56m32s. Em segundo, Neto Valentim e Flávio França, da equipe potiguar Valenteam com 02h58m40s. A terceira colocação é da dupla Maxwell Fernanes e Guilherme Holanda da Multreis, eles concluíram a especial em 02h59m46s.

Nos carros, os vencedores foram Rodrigo Aché e Luis Felipe Eckel da X-Rally Team com 02h57m34s. Em segundo Zé Hélio e Ramon Saciloti, a dupla concluiu a especial em 2h58m41s. A terceira colocação ficou com a equipe XRally da dupla Gunter Hinkelman e Daniel Spolidorio com o tempo de 3h02m22s.

Os competidores percorreram

mais de 160km de trecho cronometrado entre os municípios de Araruna, Japi, Nova Floresta, Cuité, Picuí, e Frei Martinho, finalizando a etapa com a chegada em Acari no Rio Grande do Norte. Uma especial curta, porém, dura, com muita erosão, pedregal, e alguns trechos de passagem molhada.

A segunda etapa do RN 1500, o Rally do Nordeste, com largada em Acari, município do Seridó, em laço, saiu de Acari, passando por Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Equador, Tenório, Pedra Lavrada, Nova Palmeira, e volta para Acari. A especial teve mais de 200km de trecho cronometrado, 29,84km de deslocamento inicial, e 35,46km de deslocamento final. A terceira etapa será hoje entre Acari e Guimarães e a última neste sábado entre Guimarães e Galinhos.

Essa é a segunda vez que Acari é uma das cidades-sede do RN 1500. Este ano a competição faz parte das comemorações dos 190 anos de emancipação política do município. A prefeitura preparou uma programação especial com o Concerto da Filarmônica Maestro Felinto Lúcio Dantas, apresentação do Projeto Caixa Musical e apresentação cultural. “É com grande alegria que recebemos, mais uma vez, a caravana do Rally em nossa cidade. Ano passado foi um sucesso, movimentou o comércio, o turismo, e a economia, além de ter sido uma gran-

de atração para a população que aprovou o evento e aguardava com ansiedade o retorno do RN 1500”, afirmou o prefeito Fernando Bezerra.

O 25º Rally RN 1500 é uma realização da KTC Produções e supervisão da Confederação Brasileira de Automobilismo e da Confederação Brasileira de Motociclismo e conta com o apoio do Governo do RN, da Paraíba, Prefeitura de João Pessoa, Prefeitura de Acari, Prefeitura de Galinhos, Sebrae RN, Sidy's TV e suporte da Esco-

la e Escritório, Armação Propaganda, Grupo Gestus Soluções em Gestões, RádioCom, Fonte Clara, Brasifort, Geoparque Seridó, Emprotur e Repórter Aventura. É uma das maiores provas de rally do Brasil. Criada em 1994, é considerada a segunda maior prova de rally cross-country do país e um dos mais completos e bem elaborados percursos, pois percorre diversos cenários, como serras, sertões de pedras, dunas e beira-mar do estado do Rio Grande do Norte.

Foto: Raphael Furini/Divulgação



Equipes da Yamaha e da Honda vêm dominando a categoria motos na edição do Rally do Nordeste

OITO JOGOS

Paraibano Sub-17 vai começar amanhã

Mais sete partidas estão programadas para o domingo, numa competição que reúne 31 equipes da capital e do interior

Fabiano Sousa
fabianogool@gmail.com

Começa neste fim de semana mais uma edição do Campeonato Paraibano Sub-17 de 2023. Ao todo, 31 equipes iniciam a competição com 15 partidas sendo disputadas nesta rodada de abertura.

Amanhã, oito partidas abrem a disputa da competição. A partir das 9h, Inter-Santa Rita e Diamante duelam pelo jogo de abertura no Estádio Moraizão, em Santa Rita. Três outros jogos acontecem às 10h, com Liga de Bayeux e Spartax, no Lourival Caetano, em Bayeux; Avaí e Ponte Preta, no Juracizão, em

João Pessoa e Liga de Santa Rita e Boa Vista, no Bandeirão, em Santa Rita.

A partir das 15h, o CSP atual campeão estadual da categoria, recebe a Portuguesa no Campo do Unipê, em João Pessoa, em busca do bicampeonato.

“Vamos começar o campeonato com poucos remanescentes da campanha passada. Ainda não estamos com a equipe pronta, muitos atletas migraram para o sub-20 e para a equipe principal. Ainda estamos em processo de formação, vamos buscar os ajustes ao longo da competição para tentar fazer uma boa campanha e conquistar o bi-

campeonato”, revelou o presidente do CSP, Josivaldo Alves.

Os outros jogos que fecham a programação de amanhã acontecem também às 15h, com Marretinha e Forga, no Campo da Marretinha; Fluminense e Palmares, CT Ivan Thomaz e Padre Zé e Meninos de Cristo, no Campo do Onze, com os quatro jogos sendo realizados em João Pessoa, além de Picuiense e Desportiva Guarabira, no Campo Aníbal, em Alagoa Nova.

No domingo (16), mais seis jogos fecham a 1ª rodada. VF4 e Vera Cruz iniciam a primeira partida às 10h, no CT do VF4 em João Pessoa. Perilima e Queimadense, no CT da

Perilima, em Campina Grande; Serrano e Campinense, no Renatão; Confiança e Liga de Guarabira, na Toca do Papão, em Sapé; Mixto e Femar, no Campo do Hulk, em Bayeux e, por fim, Treze e Nacional, no Presidente Vargas, em Campina, com todas as partidas começando às 15h.

Antes da abertura da competição, a Comissão Estadual de Arbitragem de Futebol da Paraíba (Ceaf-PB), presidida por Arthur Alves, realiza, hoje, a partir das 14h, uma reunião virtual com representantes do quadro de arbitragem para traçar diretrizes referentes aos nomes que irão atuar na competição.



Foto: Divulgação/CSP

No campo do Centro Universitário do Unipê, jogadores do CSP recebem instruções antes do treinamento coletivo

VANTAGEM DA RED BULL

Horner ironiza as declarações de Russel

Agência Estado

A superioridade da Red Bull é tão grande neste início de temporada da Fórmula 1 que as equipes adversárias já não sabem o que fazer para tentar competir com Max Verstappen e Sérgio Perez. George Russell, da Mercedes, disse em entrevista à BBC que os rivais têm sete décimos de vantagem sobre as demais equipes por volta e que estão “se segurando” nas corridas para não demonstrar tamanha vantagem. Chefe da escuderia austríaca, Christian Horner ironizou as declarações.

Com vitória nas três corridas da temporada e duas dobradinhas, no Bahrein e na Arábia Saudita, a Red Bull tem 58 pontos de vantagem na disputa do Mundial de Construtores sobre a Aston Martin, segunda colocada, o que levou George Russell à conclusão que até diminuíram o ritmo no GP da Austrália, apesar de Perez não ter ido ao pódio.

“Com certeza eles estão se segurando. Acho que têm vergonha de mostrar todo o seu potencial. Eu acho que, realisticamente, eles provavelmente têm vantagem de sete décimos sobre o resto do pelotão”, afirmou o piloto da Mercedes ao podcast Checkered Flag “A Red Bull não tem motivos para pressionar, dada a velocidade bruta de seu carro. Não sei como é a diferença de ritmo no momento, mas Max não tem motivos para forçar, nem a Red Bull.”

Horner ironizou a declaração dizendo que Russell “está sendo generoso”, e foi logo lembrando do domínio recente da Mercedes nos sete títulos de Lewis Hamilton. “Ok, isso é muito generoso da parte dele. Mas de todas as equipes, a sua saberia muito bem sobre esse tipo de vantagem”, afirmou, lembrando a fase vencedora da

adversária entre 2014 e 2021.

O dirigente aproveitou para garantir que seus pilotos não estão “escondendo o jogo” nas provas, apesar de admitir que em certo momento na Austrália houve uma economia do equipamento para evitar desgastes de pneu e motor.

“Há sempre um elemento de gerenciamento que aconte-

ce em qualquer corrida. Por ser uma corrida de uma parada, e uma parada muito cedo, é claro que havia um elemento de gerenciamento de pneus que estava acontecendo, que era o que eles estavam fazendo”, enfatizou o chefe da Red Bull. “Mas não estávamos segurando sete décimos por volta porque não queríamos mostrar.”



Foto: Reprodução/Instagram

O carro da Red Bull segue imbatível nesse início de temporada da Fórmula 1

Felipe Gesteira

reporter@felipegesteira.com | Colaborador

O efeito Diniz

O técnico Fernando Diniz finalmente tem um título de expressão para chamar de seu. Para quem despreza a importância dos estaduais somente com o intuito de tirar o brilho da conquista do treinador e mantê-lo sob a alcunha de “emergente” até que conquiste um nacional, basta perguntar aos derrotados se o Carioca vale alguma coisa ou não. Aposto que Flamengo, que ficou no cheirinho, ou Vasco, pelo caminho, gostariam de ter mais uma taça na estante. Botafogo, então, nem se fala.

Eu mesmo já cometei muito Diniz durante sua passagem pelo São Paulo. Por lá ele quase foi campeão brasileiro. Consegui abrir incríveis 15 pontos de vantagem no segundo turno e deixou tudo escapular por entre os dedos após perder o elenco. Olhando para trás, sob a luz dos fatos de hoje, não dá para saber se o mal plantado ali era por culpa de Diniz ou de Daniel Alves.

Mas independentemente de sua competência como treinador, o torcedor que tem seu time comandado por Diniz vai do céu ao inferno como se Deus e o Diabo jogassem pingue-pongue e a bola fosse o destino do clube. Quando dá certo, é o paraíso na Terra: fica todo mundo aplaudindo, parece futebol europeu, torcida se anima pro jogo seguinte; quando dá errado é o próprio inferno, famoso salve-se quem puder.

Sinceramente, falando agora como torcedor, não queria Diniz de volta. O toque de bola dentro da pequena área para valorizar o passe é lindo quando há segurança por parte da defesa, mas quando dá errado o desastre se torna um prato cheio para o time adversário. Gosto de zagueiro sério, da linha do paraibano Durval, que nem risadinha pra piada besta sabia dar e mal podia ver a bola dentro da área que já chutava pro matão. Não à toa fez história por onde passou, sendo recordista de conquistas estaduais.

Não gostar do estilo de Diniz é uma coisa, agora dizer que não funciona, seria pretensão demais da minha parte. Não funcionou com o Fluminense durante sua passagem anterior, funcionou desta vez, no Carioca, talvez funcione no Brasileirão, talvez não funcione nunca mais. O tempo e as oportunidades que ele terá pela frente dirão.

Seja o treinador mais vencedor, emergente, professor pardal, da escola gaúcha ou até o gringo da moda, o que não dá mais para aceitar no futebol brasileiro é o técnico descartável. É preciso que todos os agentes participem da cultura das quatro linhas entendam como inadmissível que um trabalho seja avaliado no tempo que é hoje, a jato. E aqui entram não só quem trabalha dentro dos clubes de futebol, mas também a imprensa esportiva, que costuma cancelar demissões de treinadores por maus resultados.

Não é possível que um técnico seja contratado e demitido dentro de um mesmo trimestre. Nesse período ele mal conseguiu montar seu elenco. Sei que parece uma cantilena falar sobre a instabilidade dos cargos de treinadores no Brasil, e o caso da rescisão milionária de Vitor Pereira no Flamengo deve também servir de exemplo, pois se o clube não acredita tanto assim no trabalho do treinador, que não faça a investida.

Há quem defenda pelo menos um ano de trabalho para se avaliar a qualidade do treinador. Eu arrisco dizer que é preciso mais, sendo dois anos o mínimo necessário. Exagero? Explico. O treinador assume o trabalho com um time definido, normalmente trazendo três ou quatro reforços. Aquele elenco não foi montado por ele, mas se trabalha com o que está disponível. No meio da temporada ele contrata mais alguns jogadores, mas ali ainda há muito da base montada pelo antecessor. Somente no segundo ano de trabalho é que o novo técnico pode de fato avaliar quem da base funciona para seu estilo, quais peças trazidas se encaixaram e o que falta para fazer seu planejamento decolar.

Trocar o técnico no primeiro tropeço é entregar o elenco montado por um suposto incompetente para livrar a culpa do dirigente. Se algo dá muito errado no projeto, a culpa na verdade é de quem contrata.

Fernando Diniz está perto de completar um ano na sua segunda passagem como treinador do Fluminense. Torço para que dure mais, e principalmente para que a cultura de valorizar trabalhos diferentes e duradouros se dissemine pelo Brasil.

COMPETIÇÕES DA CBF

Árbitros recebem novas orientações

Entidade adota mudanças que afetam os protocolos do assistente de vídeo e da análise da linha de impedimento

Agência Estado

A CBF anunciou na última a implementação das novas orientações de arbitragem da Fifa com o objetivo de trazer mais "transparência" e "justiça esportiva" ao futebol brasileiro. As mudanças incluem novos protocolos do assistente de vídeo (VAR) e da análise da linha de impedimento, acréscimos e atuação do goleiro em cobranças de penalidade máxima. Um documento no qual constam as modificações foi divulgado pela entidade.

Algumas das novas diretrizes já puderam ser observadas na Copa do Mundo do Catar. Os lances em análise pelo VAR serão disponibilizados nos telões dos estádios - desde que os locais disponham das condições técnicas para realizar o procedimento. Assim, o torcedor presente no jogo poderá acompanhar em tempo real a revisão, assim como acontece nas transmissões.

Outra importante mudança será nas análises de impedimento. Os árbitros e assistentes de vídeo utilizam linhas virtuais em azul para identificar o atacante e em vermelho para o último defensor. A partir deste ano, sempre que houver sobreposição das linhas de defesa e ataque, a equipe que estiver atacando será beneficiada.

As partidas também devem receber acréscimos maiores para compensar o tempo de bola parada ao longo da partida. A partir de agora, os árbitros irão realizar a contagem dos tempo em que a bola estiver parada, inclusive nas comemorações de gols dos jogadores e no tempo gasto para uma cobrança de pênalti.



Foto: Leandro Lopes/CBF

Árbitros Fifa como Wilton Pereira e Anderson Daronco atentos às informações dada pela CBF

A regra "Dibu Martínez" também será levada em consideração. Durante uma cobrança de penalidade máxima, o goleiro está proibido de se comportar de uma maneira que distraia o batedor de uma forma injusta - por exemplo, retardar a execução da cobrança ou tocar nas traves, no travessão ou na rede da meta. A medida surgiu após o ar-

queiro argentino "catimbar" e distrair os batedores franceses na disputa de penalidades final da Copa do Catar, vencida pela seleção albiceleste.

A Comissão de Arbitragem, presidida por Wilson Seneme, tem realizado palestras nos clubes para comunicar as mudanças para o ano de 2023. A iniciativa visa explicar o que há de novo na arbitragem e alinhar as instruções recebidas pelos árbitros durante a pré-temporada com o conteúdo passado às equipes.

Outras mudanças

Revisão do VAR: O árbitro que se sentir excessivamente pressionado no processo de revisão do VAR deve advertir os jogadores com um cartão amarelo. A determinação inclui os deslocamentos

antes e após a revisão e o período em que o árbitro está na cabine do VAR conferindo o lance.

Área técnica: o árbitro que se sentir excessivamente pressionado durante a partida pelos profissionais localizados na área técnica e banco de reservas, incluindo membros da comissão técnica, deve paralisar o jogo e advertir com um cartão amarelo ou vermelho, a depender de seu julgamento.

Área de aquecimento: a partir de 2023 no máximo seis jogadores podem se aquecer no local antes de entrar em campo. O rodízio dos jogadores deverá ser feito pela comissão técnica das equipes. A mudança visa reduzir a pressão exercida pelos atletas no árbitro da partida.

EM BELÉM

Cássio reconhece má atuação do Corinthians na derrota para o Remo pela Copa do Brasil

Agência Estado

Capitão do Corinthians, Cássio elogiou dia desses a evolução da equipe, sobretudo o sistema defensivo. Nessa quarta-feira, porém, o goleiro trocou a euforia de dias atrás por um semblante fechado de enorme preocupação. Ele admitiu que a estreia na Copa do Brasil com derrota para o Remo, por 2 a 0, veio em dia no qual nada deu certo.

"Não fizemos um bom jogo, não conseguimos criar nem se defender bem. Temos de melhorar", afirmou o goleiro, sem esconder a decepção pelo resultado ruim. Abatido, pediu para a equipe se reerguer rapidamente com mais uma estreia pela frente. No domingo o time hospeda o Cruzeiro, pelo Brasileirão.

"Agora é olhar para a frente e ver que temos muita coisa para melhorar. Ainda bem que é mata-mata e teremos a chance no duelo de volta. Vamos pensar no Brasileiro, domingo temos

o Cruzeiro, e depois vamos nos preparar para reverter esse resultado."

Apesar da insatisfação com a apresentação, o capitão corinthiano confia na classificação às oitavas. Ano passado o time também levou um 2 a 0 fora de casa, do Atlético-GO, e conseguiu a vaga com 4 a 1 na Neo Química em dia de três gols de Yuri Alberto.

Cássio avisa, porém, que o futebol tem de ser outro. "Não conseguimos jogar aqui. O time foi muito abaixo", reconheceu. Sem Renato Augusto, o Corinthians ainda não venceu na temporada. Pior, não há um armador no elenco capaz de suprir a ausência do camisa 8, que deve ficar por até dois meses afastado após artroscopia no joelho.

Depois de poupar alguns titulares em Belém, Fernando Lázaro deve usar força máxima contra os mineiros no domingo e pode tentar achar nova saída para a armação, já que Maycon e Paulinho não conseguem municiar o ataque.



Foto: Rodrigo Coca/Agência Corinthians

"Não fizemos um bom jogo", admitiu o capitão do Corinthians

Curtas

Daniel Alves volta a depor na Justiça no próximo dia 17

A defesa de Daniel Alves pediu à Justiça espanhola que o jogador preste novo depoimento sobre a acusação de estupro de uma mulher em Barcelona, no fim do ano. Preso preventivamente desde 20 de janeiro, o jogador irá depor no dia 17, próxima segunda-feira.

De acordo com a imprensa local, Daniel Alves já contou quatro versões diferentes sobre o que teria acontecido na noite do dia 30 de dezembro, na casa noturna Sutton, em Barcelona. Antes de ser preso preventivamente, o jogador chegou a conceder entrevista negando que tivesse estuprado a jovem.

No dia 5 de janeiro, ao programa "Y Ahora Sonsoles", do canal espanhol Antena 3, confirmou que estava na Sutton na data do ocorrido, mas negou a agressão e alegou que não conhecia a mulher.

Mané é cortado de jogo do Bayern contra o Hoffenheim

O Bayern de Munique anunciou, ontem, que o atacante Sadio Mané não estará na lista de relacionados para a partida de sábado, contra o Hoffenheim, pelo Campeonato Alemão, em razão de um episódio de 'má conduta'. Ele também será multado. Conforme relatado pela imprensa alemã na quarta, o senegalês teria dado um soco na boca do companheiro Leroy Sané depois da derrota por 3 a 0 para o Manchester City. "Sadio Mané, de 31 anos, não fará parte da lista de relacionados do FC Bayern de Munique para o jogo em casa contra o Hoffenheim, marcado para o próximo sábado. O motivo é uma má conduta de Mané após o jogo do FC Bayern pela Liga dos Campeões, contra o Manchester City. Além disso, jogador receberá uma multa", diz o comunicado emitido pelo clube. Momentos após o fim da partida, diversos veículos da imprensa inglesa relataram a agressão.

Rojão mata um torcedor do Corinthians antes de jogo

Um torcedor do Corinthians morreu e outro ficou ferido após serem atingidos por um rojão nos arredores do Estádio Mangueirão, na noite de quarta-feira, antes do jogo com o Remo pela terceira fase da Copa do Brasil, em Belém. A Polícia Militar do Pará confirmou a informação. Segundo a PM, o incidente aconteceu na Avenida Augusto Montenegro. Os torcedores foram encaminhados para o Hospital Metropolitano, na capital paraense. O estado de saúde do homem que sobreviveu não foi divulgado. As autoridades realizam buscas para prender os suspeitos de terem atirado o rojão. A Polícia Civil ainda não identificou o nome dos torcedores corinthianos que foram atingidos. Imagens do incidente rapidamente circularam pelas redes sociais após o ocorrido. Páginas na internet relacionadas ao Corinthians dão conta de que o ataque foi realizado por uma organizada do Paysandu.

MP vê motivo político em assassinato de torcedor

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) apontou suposto motivo político no assassinato, em 1º de abril, de Thiago Leonel Fernandes da Motta, morto a tiros pelo agente penal Marcelo de Lima após o primeiro Fla-Flu que decidiu o Campeonato Carioca. Na denúncia por homicídio triplamente qualificado encaminhada à Justiça pela promotoria, o órgão afirma que Lima teria dito que "petista é igual flamenguista, tudo burro e ladrão". O ataque verbal teria provocado revolta das vítimas - Bruno Tonini Moura também foi baleado - e gerado uma discussão. A partir daí, diz o MP-RJ, "o denunciado, com vontade livre e consciente de matar, efetuou disparos de arma de fogo contra as vítimas, causando a morte de Thiago e só não matando a outra pessoa por circunstâncias alheias à sua vontade, uma vez que Bruno recebeu pronto e eficaz atendimento médico".

HISTÓRIA

Túmulo de general continua “perdido”

Especialistas especulam onde estaria sepultado Alexandre, o Grande, que conquistou um dos maiores impérios da antiguidade

Da Redação

Aos 32 anos, Alexandre, o Grande, tinha conquistado um império que ia dos Balcãs ao Paquistão moderno, o que fazia dele o soberano de um dos maiores impérios do mundo antigo. Apesar do seu sucesso e fama, é hoje impossível prestar-lhe “alguma homenagem”, pois a localização do seu túmulo permanece um mistério.

O general macedônio morreu na Babilônia em 323 a.C. e o seu império desmoronou-se pouco tempo depois, enquanto os seus generais e oficiais lutavam pelo controle, relata o *site* de notícias científicas Live Science.

Um dos seus generais, Ptolomeu, conseguiu o controle do corpo de Alexandre e levou-o para Memphis, no Egito, em 321 a.C., escreve Chris Naunton, egiptólogo e diretor do Robert Anderson Research Charitable Trust, no Reino Unido, no seu livro ‘Searching for the Lost Tombs of



Foto: Reprodução

O general Alexandre, o Grande, morreu na Babilônia em 323 a.C.

Egypt’ (‘À procura dos Túmulos Perdidos do Egito’, em tradução livre).

Os registros históricos sugerem que o corpo de Alexandre foi provavelmente mantido em Memphis (uma cidade antiga localizada perto de Cairo) até que um túmulo foi construído em Alexandria e o seu corpo foi transferido. Não se sabe a data em que isso ocorreu, mas pode ter demorado algumas décadas, relata Naunton.

Os registros históricos indicam que no final do terceiro século a.C., outro túmulo

para Alexandre, conhecido como “Sema” ou “Soma”, foi construído em Alexandria, e esse parece ter sido o último local onde foi colocado, continua o escritor.

Mas também não se sabe onde se encontra esse último túmulo. “A localização pode estar agora debaixo de água – o antigo historiador grego Strabo indica que estava no ‘distrito dos palácios’, que está certamente debaixo de água agora. Mas pode ter sido mais para o interior – as fontes não nos permitem ter a certeza sobre isso”, indica.

Andrew Erskine, professor da Universidade de Edimburgo, no Reino Unido, notou: “As fontes antigas dizem-nos que o túmulo de Alexandre estava ao lado do de Ptolomeu no complexo palaciano de Alexandria, mas onde exatamente não é claro”.

Naunton acredita que há hipóteses de o túmulo de Alexandre não ser encontrado. “Provavelmente não sobreviveu grande coisa – séculos de destruição humana e natural, e a presença da cidade moderna que agora cobre completamente a antiga, provavelmente garantiu isso”, diz Naunton.

“Mesmo que sejam encontrados restos do túmulo, pode não ser possível identificar o túmulo como o de Alexandre, o Grande”, acrescenta. Os textos históricos fornecem pouca informação sobre o aspeto do túmulo, e uma inscrição no local pode ser necessária para a sua identificação, completa.

Carlos Azevêdo

carolusazevedo@hotmail.com | Colaborador

Saudades de Recife

Não se pode imaginar a felicidade de rever uma cidade que nos acolheu durante muitos anos. Não é Ítalo Calvino? Revi Recife. Revivi Recife. Encontrei gente do passado. Vivas, vozes, vivas de Recife de ontem. Não aquele Recife de Manuel Bandeira, mas o meu Recife dos anos 60 do século passado. Recife, subversivo, Recife rebelde, Recife de muitas lutas sociais. Recife holandês.

Recordo: dom Hélder Câmara vinha vindo vagarosamente. Saíra do Palácio Episcopal para nos salvar das tropas do Exército que sitiavam a Faculdade de Sociologia e Ciências Políticas. Os militares tomavam guaraná Fratelli Vita (a fábrica da Fratelli Vita ficava quase em frente à Faculdade de Sociologia, no bairro da Soledade), enquanto esperavam ordens para nos prender.

Dom Hélder calmo, manso por natureza, falou com o coronel e nos libertou da sanha dos milicos. A soldadesca foi saindo, indo, sumindo. Vaias, viva dom Hélder, abaixo a ditadura, ecoavam na noite suja de Recife insone.

Posso esquecer o Mercado São José? Belíssimo mercado, foi inspirado no Mercado Grenelle, de Paris – obra de Louis Lèger Vauthier e Louis Lieuthier.

Em 1969, Olívia Pinto Ferreira me viciou em comer mão de vaca regada a Pitu, no Mercado São José, no Boteco da Fátima. Décadas depois, voltei ao mercado e saboreei a melhor mão de vaca do mundo.

Certa vez (em 1970), recebi a incumbência de levar um jesuíta francês ao Mercado São José. Era antropólogo e estava interessado em fazer um levantamento de ervas medicinais. Sabe quem era o antropólogo? Simplesmente o famoso Michel De Certeau (1925-1986), autor de ‘A invenção do cotidiano’ (1980), um ícone da pós-modernidade. Recife tem surpresas!!!

Visitei também o antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (hoje Fundação Joaquim Nabuco), em Casa Forte. Nessa instituição de pesquisa, trabalhei vários anos com Gilberto Freyre, Sylvio Rabello, Amaro Quintas e tantos outros cientistas sociais do Nordeste. Lá conheci um dos maiores antropólogos do Brasil: René Ribeiro. Autor de ‘Vitalino: um ceramista popular do Nordeste’ (1959).

Acordei (foi um sonho...), a caminho do Aeroporto Guararapes – Gilberto Freyre, onde três cientistas alemães esperavam por mim, para ir ao Juazeiro do Padre Cícero.

Carlos Azevêdo é sociólogo, antropólogo e membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP); também integra o Grupo de Pesquisa em História do Brasil-Holandês

Aforismo

Foto: Carlos Romero

Fernando Teixeira

“Eu espero que esteja cedo para isso. Fico vendo as notícias que ‘fulano morreu aos 79’, ‘fulano morreu com 81’... e fico pensando ‘rapaz, estou dentro desse processo aí’. Massou muito saudável, sou muito ‘espiritado’. Tenho fisicamente 40 anos e tomo muito viagem.”

Mortes na História

- 911 — Papa Sérgio 3º
- 1759 — Georg Friedrich Händel, compositor alemão
- 1914 — Heráclito de Alencastro Pereira da Graça, advogado, político e escritor (PB)
- 1976 — Zuzu Angel, estilista brasileira
- 1986 — Leonel Tavares Miranda de Albuquerque, médico psiquiatra e político (PB)
- 1986 — Simone de Beauvoir, escritora e filósofa francesa
- 2006 — Miguel Reale, filósofo e jurista brasileiro
- 2020 — Dom Aldo di Cillo Pagotto, religioso (PB)
- 2021 — José Joácio de Araújo Morais, médico e político (PB)
- 2021 — Tarcísio Fagundes de Sousa, engenheiro civil, poeta e escritor (PB)

Obituário

Nilton Pereira de Sousa
8/4/2023 – Aos 66 anos, em Cajazeiras (PB). Foi encontrado morto no dia seguinte após seu carro ser arrastado pela correnteza de um riacho no Sítio Cachoeirinha, na zona rural do município.



Foto: Reprodução

Rodrigo de Lima Gomes
11/4/2023 – Aos 27 anos, em João Pessoa (PB), vítima de homicídio. Foi morto a tiros por dois homens quando estava em sua motocicleta, na Praça Orlando Geisel, no bairro do Geisel.



Foto: TV Cabo Branco

Jorge Kenedy Jeronimo da Silva
12/4/2023 – Aos 19 anos, em Alhandra (PB), assassinado. Estudante de Enfermagem em Pernambuco foi morto com um tiro na cabeça.



Foto: Reprodução

Gabriel da Silva Freire
12/4/2023 – Aos 17 anos, em Alhandra (PB), assassinado. Foi encontrado morto com tiros na cabeça. A polícia investiga o crime.



Foto: Reprodução

Julián Figueroa
9/4/2023 – Aos 27 anos, de infarto e fibrilação ventricular. Ator e cantor mexicano era filho da atriz Maribel Guardia.



Foto: Instagram

MC Biel Xcamoso (Gabriel Farias de Oliveira)
10/4/2023 – Aos 24 anos, em Recife (PE), em acidente automobilístico. Artista morreu após sofrer um acidente de carro no bairro de Boa Viagem, quando voltava de um show em uma boate no bairro de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes (PE). Conhecido pelo bordão “novidade nova, é o Biel Xcamoso”, ele se tornou um dos maiores nomes no cenário do brega funk em Pernambuco. Criado na Favela do Canal, no bairro do Arruda, era cantor e produtor. Entre suas músicas mais conhecidas, estão ‘Tome na pepeka’, ‘Aquele que faz gostoso’, ‘Socadona’ e ‘Me saparei’.



Foto: Reprodução

Al Jaffee
10/4/2023 – Aos 102 anos, em Nova Iorque, Estados Unidos, devido à falência de múltiplos órgãos. Cartunista foi pioneiro e influente artista da revista norte-americana Mad. Era conhecido por várias criações emblemáticas da Mad, incluindo as ‘Respostas Cretinas para Perguntas Imbecis’, ‘Invenções Malucas’ e o desenho “dobrável” da contracapa das edições, que era revelado quando os leitores dobravam a página. A Mad foi lançada em 1952, no auge da onda anticomunista.



Foto: Wikipédia

Francisco Sebastião de Lima
11/4/2023 – Aos 51 anos. Alagoano de Santana do Mundaú era o transplantado cardíaco mais longevo do Brasil. Ele recebeu um novo coração em 1989, quando tinha 17 anos.



Foto: Arquivo Pessoal

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de show musical em praça pública com a apresentação artística de ADULIO MENDES com apresentação de 1h e 40min no dia 30 de Abril de 2023, em comemoração a emancipação política do Município de Alcantil – PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00005/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Alcantil: 04.004–SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 04004. 13.392.1007.2014 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CULTURA NO MUNICÍPIO 04004. 13.392.1007.2015 – PROMOVER EVENTOS TURÍSTICOS E CULTURAIS 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SER. DE TERC. PESSOA JURÍDICA FONTE 500 – 700 – 7.01. VIGÊNCIA: até 12/07/2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alcantil e de: CT Nº 00088/2023 - 13.04.23 - ANTONIO ADULLIO RODRIGUES MENDES - R\$ 65.000,00.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALGODÃO DE JANDAÍRA
AVISO DE ABERTURA DE SESSÃO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS E INICIO DA FASE DE LANCES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00006/2023

O Pregoeiro Oficial comunica a abertura da sessão para cadastro das propostas e início da fase de lances do Pregão Presencial nº 00006/2023, ficando a sessão marcada para o dia 19 de abril de 2023 às 14.30 horas, - que será sediada na Rua Francisco Braga, S/N - Centro - Algodão de Jandaíra- PB. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 991242633. E-mail: adjcomissao2017@gmail.com. Edital: algodoadejandaira.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

Algodão de Jandaíra - PB, 13 de abril de 2023
JOSÉ ELIZONALDO DOS SANTOS SOUZA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00027/2023

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Flávio Ribeiro, 74 - Centro - Belém - PB, às 08:00 horas do dia 28 de Abril de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (TUBOS E PORTA DE ALUMÍNIO) PARA SEREM UTILIZADOS NA CONCLUSÃO DA QUADRA DE VOLEI DA ÁREA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE BELÉM –PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 31/15; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:00 as 11:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaobelemp@gmail.com. Edital: www.belem.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; Belém - PB, 13 de Abril de 2023

LUIS SEBASTIÃO ALVES
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DO 3º ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 248/2021

Inexigibilidade Nº 012/2021. Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. Contratada: Luiz Fillype Gomes Ferreira-ME, CNPJ: 43.486.192/0001-09. Considerando o que a vigência do contrato vai até 01/04/2023 de acordo com a cláusula quarta do referido contrato, que poderá ser alterado; Considerando que o valor total contratado foi para um período de 06 (seis) meses; Considerando que até a presente data não foi convocados os concursados; Considerando que a atual gestão tão logo faça as devidas nomeações dos candidatos aprovados, o contrato oriundo deste procedimento licitatório será imediatamente distratados; Desta forma fica a vigência prorrogada até 01/10/2023 e consequentemente para fazer face aos pagamentos pelos serviços prestados fica acrescentado o valor total de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) pelos os 06 (Seis) meses. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes: Irani Alexandrino da Silva (Prefeito) e Sr. Luiz Fillype Gomes Ferreira (Pela contratada). Coremas-PB, 15 de março de 2023.

Irani Alexandrino da Silva
Prefeito

EXTRATO DO 3º ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 249/2021

Inexigibilidade Nº 012/2021. Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. Contratada: Julianna Adjuto Pereira de Oliveira-ME, CNPJ: 43.167.663/0001-08. Considerando o que a vigência do contrato vai até 01/04/2023 de acordo com a cláusula quarta do referido contrato, que poderá ser alterado; Considerando que o valor total contratado foi para um período de 06 (seis) meses; Considerando que até a presente data não foi convocados os concursados; Considerando que a atual gestão tão logo faça as devidas nomeações dos candidatos aprovados, o contrato oriundo deste procedimento licitatório será imediatamente distratados; Desta forma fica a vigência prorrogada até 01/10/2023 e consequentemente para fazer face aos pagamentos pelos serviços prestados fica acrescentado o valor total de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) pelos os 06 (Seis) meses. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes: Irani Alexandrino da Silva (Prefeito) e Sra. Julianna Adjuto Pereira de Oliveira (Pela contratada). Coremas-PB, 03 de fevereiro de 2023.

Irani Alexandrino da Silva
Prefeito

EXTRATO DO 3º ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 250/2021

Inexigibilidade Nº 013/2021. Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. Contratada: Julianna Adjuto Pereira de Oliveira-ME, CNPJ: 43.167.663/0001-08. Considerando, que a vigência do contrato vai até 01/04/2023; Considerando, que até a presente data não foi convocados os concursados; Considerando, que a atual gestão tão logo faça as devidas nomeações dos candidatos aprovados, o contrato oriundo deste procedimento licitatório será imediatamente distratados. Desta forma fica a vigência prorrogada até 01/10/2023 e consequentemente para fazer face aos pagamentos pelos serviços prestados fica acrescentado o valor total de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais), pelos os 15 (quinze) meses nos próximos 06 (Seis) meses, para fazer face aos pagamentos pelos serviços prestados. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes: Irani A. da Silva (Prefeito) e Sra. Julianna Adjuto Pereira de Oliveira (Pela contratada). Coremas-PB, 03 de fevereiro de 2023.

Irani Alexandrino da Silva
Prefeito

EXTRATO DO 4º ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 251/2021

Inexigibilidade Nº 013/2021. Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. Contratada: Julianna Adjuto Pereira de Oliveira-ME, CNPJ: 43.167.663/0001-08. Considerando, que a vigência do contrato vai até 01/04/2023; Considerando, que até a presente data não foi convocados os concursados; Considerando, que a atual gestão tão logo faça as devidas nomeações dos candidatos aprovados, o contrato oriundo deste procedimento licitatório será imediatamente distratados. Desta forma fica a vigência prorrogada até 01/10/2023 e consequentemente para fazer face aos pagamentos pelos serviços prestados fica acrescentado o valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para fazer face aos pagamentos pelos serviços prestados. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes: Irani A. da Silva (Prefeito) e Sra. Julianna Adjuto Pereira de Oliveira (Pela contratada). Coremas-PB, 03 de fevereiro de 2023.

Irani Alexandrino da Silva
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÊ DE MAMANGUAPE
EXTRATO DE ADITIVO

Modalidade Tomada de Preços Nº 00003/2020. Contrato: 00120/2020-CPL. Aditivo: 06. Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESCOLAR – NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ANTONIO FÉLIX, CONFORME PLANO DE TRABALHO E PROJETO BÁSICO. Condições de Pagamento: Conforme Planilha de Medição. Valor Global de R\$ 450.699,43 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TROC CENTAVOS). Rubrica orçamentária: Recursos do Convênio Nº 541/2019 (Secretaria do Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia) e Próprios do Município de Cuitê de Mamanguape: 02.050 – Secretaria Municipal de Educação; 21026 Construção. Ampliação e recuperação de quadras e ginásio esportivo; 4490.51 99 – Obras e Instalações. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÊ DE MAMANGUAPE. Contratada: PLANFORTE CONSTRUÇÃO E PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI. Data da Assinatura do Contrato: 06 de Novembro de 2020. Data da Assinatura do Aditivo: 12 de Abril de 2023. Vigência do Aditivo: 23 de Outubro de 2023.

CUITÊ DE MAMANGUAPE - PB, 12 de Abril de 2023.
HELIO SEVERINO DE SOUZA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÊ
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2023

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA GERAL, COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS NOS VEÍCULOS DAS LINHAS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL. Tipo: Menor Preço. Entrega das Propostas: a partir das 08:00h de 14/04/2023 no site http://licitacao.cuite.pb.gov.br. Abertura das Propostas: 02/05/2023 às 09:01h (horário de Brasília) no site http://licitacao.cuite.pb.gov.br. Informações e Retirada de Edital: Segunda a Sexta-feira, das 08h às 12h, Sala da CPL, Sede da Prefeitura Municipal de Cuitê, sito a Rua 15 de novembro, 159, centro, e-mail licitacaocuite@gmail.com; www.cuite.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br ou http://licitacao.cuite.pb.gov.br. Cuitê/PB, 13 de abril de 2023.

BRUCE DA SILVA SANTOS
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10003/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 10003/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: AC CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - R\$ 60.350,00; AUTO CAR COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - R\$ 152.700,00; FELIPE DANTAS DA SILVA ACESSORIOS - R\$ 114.940,00; GRANPEÇAS - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS, RETIFICA E SER - R\$ 108.000,00; O CEARENSE DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA - R\$ 124.800,00; SEMEA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA - R\$ 147.049,00; WALLISON BRAZ DA ROCHA SILVA - R\$ 31.330,00.

Carauabas - PB, 12 de Abril de 2023
WARLA BRUNA BARBOSA DA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS
ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10003/2023

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Presencial nº 10003/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/PB; ADJUDICO o seu objeto a: AC CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - R\$ 60.350,00; AUTO CAR COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - R\$ 152.700,00; FELIPE DANTAS DA SILVA ACESSORIOS - R\$ 114.940,00; GRANPEÇAS – COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS, RETIFICA E SER - R\$ 108.000,00; O CEARENSE DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA - R\$ 124.800,00; SEMEA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA - R\$ 147.049,00; WALLISON BRAZ DA ROCHA SILVA - R\$ 31.330,00.

Carauabas - PB, 11 de Abril de 2023
SONILDO HOSTIO DA SILVA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00008/2023

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Presencial nº 00008/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECAUCHUTAGEM DE PNEUS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE CARAUBAS/PB; ADJUDICO o seu objeto a: PNEUMAX RECONDICIONADORA LTDA - R\$ 331.520,00.

Carauabas - PB, 11 de abril de 2023
SONILDO HOSTIO DA SILVA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00008/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00008/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECAUCHUTAGEM DE PNEUS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE CARAUBAS/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: PNEUMAX RECONDICIONADORA LTDA - R\$ 331.520,00.

Carauabas - PB, 12 de Abril de 2023
JOSÉ SILVANO FERNANDES DA SILVA
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº IN00010/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00010/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO PARA APRESENTAÇÃO NAS FESTIVIDADES TRADICIONAIS DA COMUNIDADE DE CURIMATÁS – CARAUBAS/PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: MARIANO E FARIAS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - R\$ 5.000,00.

Carauabas - PB, 11 de Abril de 2023
JOSÉ SILVANO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal de Carauabas

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº IN00011/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00011/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO PARA APRESENTAÇÃO NA TRADICIONAL CAVALGADA MUNICIPAL DE CARAUBAS/PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: CRISTIANA VALERIA NUNES DE MORAIS - R\$ 15.000,00.

Carauabas - PB, 11 de Abril de 2023
JOSÉ SILVANO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal de Carauabas

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO PARA APRESENTAÇÃO NA TRADICIONAL CAVALGADA MUNICIPAL DE CARAUBAS/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00011/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Carauabas: 02.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL 04.122.0003.2005 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 27.813.0029.2044 – PROMOVER EVENTOS POPULARES 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 27.813.0029.2044 – PROMOVER EVENTOS POPULARES 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 08.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social □ FNAS 3.3.90.36.01 – MATERIAL DE CONSUMO 02.00 – SEC DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 04.122.0014.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER 500 – Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA Nº 2.05.046/2023/CSL/FMAS/PMCG
 O Titular da pasta da Secretária Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela lei complementar do município nº 029/05, considerando o incomensurável interesse público, Autoriza e Ratifica o ato de Dispensa nº 2.05.046/2023/CSL/FMAS/PMCG, praticado por esta municipalidade, com vistas à contratação com a pessoa física: CARLOS CAVALCANTE MONTEIRO, para CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM COLOCAÇÃO DE PLACAS DE GESSO EM ATENDIMENTO AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, embasada no art. 24, inciso II, da lei nº 8.666/93, no valor total de R\$ 17.435,80 (DEZESSETE MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS), cujas despesas correrão à conta da Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 08.122.2001.2141. Elemento da Despesa: 3390.36. Fonte de Recursos: 15001000.

Campina Grande, 13 de Abril de 2023.

VALKER NEVES SALES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 366/2022
SEGUNDA CHAMADA
ERRATA DO AVISO LICITAÇÃO
 A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE-PB, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna público para conhecimento dos interessados, a ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO DA SEGUNDA CHAMADA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2022, publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO no dia 29 de março de 2023, Pág. 28, na SEPARATA DO SEMANÁRIO OFICIAL – CAMPINA GRANDE/PB no dia 28 de março de 2023 – Pág. 16., no JORNAL A UNIÃO no dia 29 de março de 2023, Pág. 27, e no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO no dia 29 de março de 2023 – SEÇÃO 03, Pág. 266. Desta forma, onde lê-se "realizará às 9:00 horas do dia 14 de abril de 2023", leia-se "realizará às 14:30 horas do dia 14 de abril de 2023".

Campina Grande, 13 de abril de 2023.

DAVYSON ODILON DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
EXTRATO DE ADITIVOS
 OBJETO: Serviços de locação de veículos com condutores para atender as necessidades desta Edilidade. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 00001/2020. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado - Atualizar o valor inicial contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Esperança e: CT Nº 00088/2020 - Jadi Gomes da Costa - 3º Aditivo - o valor inicial do contrato passa para R\$ 45.600,00; e prorroga o prazo por mais 12 meses. CT Nº 00089/2020 - Marcos Antonio Gomes da Rocha - 3º Aditivo - o valor inicial do contrato passa para R\$ 45.600,00; e prorroga o prazo por mais 12 meses. ASSINATURA: 31.03.23

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00010/2023
 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS DESTE MUNICÍPIO; resolve registrar o preço dos seguintes vencedores:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 100102023 - 31/03/2023						
VENCEDOR: DAIANE PRISCILA ARAUJO NASCIMENTO EIRELI						
CNPJ: 09.065.199/0001-00						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
2	ADAPTADOR CURTO ROSCÁVEL 32 X 1	VICUA	Unidade	50	3,28	164,00
5	ADESIVO VEDA CALHA 280G	TEKBOND	Unidade	20	19,98	399,60
9	ALICATE DE CORTE RETO 8"	FOXFLUX	Unidade	10	28,98	289,80
10	ALICATE DE PRESSÃO 10"	FOXFLUX	Unidade	10	39,90	399,00
14	ARAME GALVANIZADO Nº 14	BELGO	Unidade	50	27,88	1.394,00
17	ARCO DE SERRA 12"	LOTUS	Unidade	20	29,98	599,60
18	ARAME FARPADO 500 MT	NELLEORE	Unidade	30	415,00	12.450,00
24	ASSENTO PLÁSTICO BRANCO PARA BACIA SANITÁRIA	G R A N - PLAST	Unidade	100	27,85	2.785,00
26	BACIA SANITÁRIA DE LOUÇA COM CAIXA ACOPLADA BRANCA	LUZARTE	Unidade	60	406,90	24.414,00
34	BOMBA PERIFÉRICA 1 CV	INTEC	Unidade	2	392,60	785,20
38	BROCHA PARA PINTURA	ATLAS	Unidade	70	5,90	413,00
44	BUCHAS P/ FIXAÇÃO Nº 06 CX C/ 500	APOIO	Caixa	10	59,90	599,00
47	BUCHAS P/ FIXAÇÃO Nº 12 CX C/ 500	APOIO	Caixa	10	97,00	970,00
52	BROCA AÇO RÁPIDO 9/32	MAX	Unidade	50	6,40	320,00
56	CABO DE REDE CAT6 CMX CX 305M AZUL	FOXFLUX	Caixa	5	495,90	2.479,50
60	CADEADO Nº 30	STAM	Unidade	50	24,99	1.249,50
63	CADEADO Nº 50	STAM	Unidade	50	44,50	2.225,00
71	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO 12/16 BRANCA	TAF	Unidade	20	72,00	1.440,00
73	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO 3/4 BRANCA	TAF	Unidade	20	25,00	500,00
76	CAIXA DE LUZ 4"x2"	DURIN	Unidade	300	2,50	750,00
77	CAL PARA PINTURA SACO COM 10 KG	MEGAÓ	Unidade	200	23,00	4.600,00
82	CANALETA RECORTE ABERTO 2M 50X80	RIBEIRO	Metro	50	57,00	2.850,00
84	CAP SOLDÁVEL DN = 25 MM	VICUA	Unidade	100	1,00	100,00
87	CAP SOLDÁVEL 60 MM	VICUA	Unidade	150	6,98	1.047,00
93	CERÂMICA (10 X 10) AMARELA	T E C N O - GRÉS	M²	150	49,98	7.497,00
98	CERÂMICA (50 X 50) BRANCA	T E C N O - GRÉS	M²	400	39,90	15.960,00
101	CHUVEIRO ELETRODUCÁ 220 V	LORENZETI	Unidade	50	49,90	2.495,00
104	COLHER DE PEDREIRO NÚMERO 08	LOTUS	Unidade	25	18,90	472,50
108	CORDA DE SEDA 10 MM KG	RIOMAR	Quilograma	50	22,80	1.140,00
111	CURVA 90° SOLDÁVEL DN = 20 MM	FORTLEV	Unidade	200	1,80	360,00
115	CURVA 90° SOLDÁVEL DN = 50 MM	FORTLEV	Unidade	100	13,00	1.300,00
118	ELETRODO PARA SODA 2,50 MM	GERDAU	Quilograma	100	25,00	2.500,00
122	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA	MAX	Unidade	20	14,90	298,00
125	DISCO DE CORTE PARA PORCELANATOS	NORTUN	Unidade	40	27,90	1.116,00
129	DISJUNTOR 20 A	DECOLUX	Unidade	60	12,00	720,00
132	DISJUNTOR TRIFÁSICO 100 A	DECOLUX	Unidade	40	134,90	5.396,00
136	DISJUNTOR TRIFÁSICO 60 A	DECOLUX	Unidade	40	85,90	3.436,00
140	DOBRADEIRA PARA PORTA 3"	SILVANA	Unidade	80	3,49	279,20
143	ELETRODUTO CORRUGADO REFORÇADO 1"	TRAMONTINA	Unidade	80	121,90	9.752,00
147	ENGATE FLEXÍVEL PVC 50 CM P/ LAVATORIO	DURIN	Unidade	100	7,90	790,00
151	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO PU 180G/300ML	TEKBOND	Unidade	20	28,00	560,00
157	FECHADURA PARA BANHEIRO	SILVANA	Unidade	50	41,00	2.050,00
159	FERRO VERGALHÃO CA-50 DN = 10,0 MM (3/8")	AÇOBRASIL	vara	150	81,00	12.150,00
163	FERRO VERGALHÃO CA-50 DN = 6,0 MM	AÇOBRASIL	vara	150	29,90	4.485,00
167	FITA ISOLANTE 10 MT	LOTUS	Unidade	100	2,99	299,00
170	FITA VEDAROSCA PEQUENO 05 MT	MAX	Unidade	100	2,00	200,00
173	FÔRRA DE MADEIRA MISTA (0,70 X 2,10)M	LIMA	Unidade	60	129,00	7.740,00
177	FURADEIRA DE IMPACTO REVERSÍVEL 650 W 220V	SKYLL	Unidade	5	369,00	1.845,00
181	HASTE DE ATERRAMENTO 1,20 MT	LOBATO	Unidade	50	23,00	1.150,00
187	JANELA DE ALUMÍNIO 1,00X1,20	ZEZE	Unidade	20	227,00	4.540,00
188	JOELHO 90° ESGOTO 40 MM	VICUA	Unidade	250	1,90	475,00
195	JOELHO 45° ESGOTO 100 MM	VICUA	Unidade	200	10,90	2.180,00
197	JOELHO 45° ESGOTO 200 MM	VICUA	Unidade	30	135,90	4.077,00
200	JOELHO 90° SOLDÁVEL 32MM	VICUA	Unidade	200	1,99	398,00
204	JOELHO LR AZUL 25X3/4	VICUA	Unidade	100	7,20	720,00
210	LAVATÓRIO PLÁSTICO P/ BANHEIRO	G R A N - PLAST	Unidade	50	25,00	1.250,00
215	LIXA PARA FERRO N 120	3M	Unidade	300	2,49	747,00
219	LIXA PARA MADEIRA / PAREDE NUMERO 150	3M	Unidade	600	1,20	720,00
225	MANGUEIRA DUTO SUCÇÃO ÁGUA CAMINHÃO PIPA 1 1/4 32MM	PLASTMAR	Metro	100	20,00	2.000,00
228	MARRETA DE 10 KG COM CABO	MAX	Unidade	10	141,00	1.410,00
231	MARTELO DE BORRACHA 40CM	MAX	Unidade	10	28,00	280,00
234	MARTELO DE UNHA 30 CM	MAX	Unidade	10	50,00	500,00
238	MASSA CORRIDA 5KG	QUIMILUX	Unidade	50	21,00	1.050,00
243	MECANISMO DE SAÍDA PARA CAIXA ACOPLADA	ASTRA	Unidade	30	60,00	1.800,00
247	PÁ DE BICO COM CABO	TRAMONTINA	Unidade	150	49,00	7.350,00

250	PARAFUSOS PHILLIPS Nº 08	APOIO	Unidade	5000	0,37	1.850,00
255	PIA DE AÇO INOX 1,80 MT	GUELPLUS	Unidade	5	454,00	2.270,00
263	PORTA DE MADEIRA PRENSADA (0,80 X 2,10)M	LIMA	Unidade	80	149,00	11.920,00
265	PREGO CAIBÁ 3/8	BELGO	Quilograma	15	30,00	450,00
270	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL MARROM 25 MM	MAX	Unidade	100	8,00	800,00
272	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL MARROM 50 MM	MAX	Unidade	20	29,00	580,00
273	RÉGUA EM ALUMÍNIO PARA PEDREIRO	MAX	Unidade	8	49,00	392,00
279	ROLO DE ESPUMA 9 CM	TIGRE	Unidade	50	6,00	300,00
281	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 23 CM	TIGRE	Unidade	100	25,00	2.500,00
283	SELADOR ACRILICO (18L)	QUIMILUX	Unidade	100	100,00	10.000,00
287	SERRA TICO-TICO 1/2CV	POSH	Unidade	2	370,00	740,00
290	SERROTE PARA PODA 16"	MAX	Unidade	10	38,00	380,00
294	SILICONE TRANSPARENTE 280G	TEKBOND	Unidade	20	18,00	360,00
296	TALHADEIRA REDONDA 12"	SÃO RO-MÁO	Unidade	30	21,00	630,00
299	TÊ PVC SOLDÁVEL MARROM DN = 20 MM	VICUA	Unidade	100	0,99	99,00
307	THINNER 2002 (GALÃO 5L)	TOSAN	Unidade	40	99,00	3.960,00
312	TINTA EXTERNA AMARELO 18L	QUIMILUX	Unidade	50	188,00	9.400,00
317	TINTA INTERNA AMARELO 18L	QUIMILUX	Unidade	50	138,00	6.900,00
320	TINTA ESMALTE VERMELHO SINTÉTICO 3,6L	QUIMILUX	Unidade	50	102,00	5.100,00
325	TINTA PARA PISO 18 COR BRANCO	QUIMILUX	Unidade	80	199,00	15.920,00
328	TINTA PARA PISO 18 COR VERDE	QUIMILUX	Unidade	20	199,00	3.980,00
333	TINTA SEMI-BRILHO 18 OCRE COLONIAL	QUIMILUX	Unidade	20	373,00	7.460,00
341	TORNEIRA DE JARDIM PVC PRETA 1/2"	HERC	Unidade	80	7,00	560,00
344	3 – TOMADA EMBUTIR SIMPLES	ROMAZZI	Unidade	150	11,00	1.650,00
347	1 – INTERRUPTOR EMBUTIR SIMPLES	ROMAZZI	Unidade	150	6,00	900,00
348	2 – INTERRUPTOR EMBUTIR SIMPLES	ROMAZZI	Unidade	150	7,00	1.050,00
351	INTERRUPTOR + TOMADA SIMPLES	ROMAZZI	Unidade	150	9,00	1.350,00
353	INTERRUPTOR DE SOBREPOR SIMPLES	ROMAZZI	Unidade	150	9,00	1.350,00
355	INTERRUPTOR PARA CHUVEIRO ELÉTRICO 20A	ROMAZZI	Unidade	50	10,00	500,00
356	INTERRUPTOR PARA CHUVEIRO ELÉTRICO 25A	ROMAZZI	Unidade	50	15,00	750,00
359	TORQUÊS CARPINTEIRO 10"	TENACE	Unidade	20	39,00	780,00
363	TRENA DE 50 MTS	MAX	Unidade	6	50,00	300,00
364	TRENA DE AÇO 5 MTS	MAX	Unidade	20	12,00	240,00
367	TRINCHA 3/4" P/ PINTURA	TIGRE	Unidade	100	3,00	300,00
374	TUBO PVC BRANCO PARA ESGOTO DN = 200 MM	FORTLEV	Unidade	150	494,00	74.100,00
383	TUBO ELETRODUTO SOLDÁVEL 20 MM	PLASNETAL	Unidade	100	5,00	500,00
385	TUBO ELETRODUTO SOLDÁVEL 32 MM	PLASNETAL	Unidade	30	8,00	240,00
395	ZINCO 0,60 CM	AÇOBRASIL	Quilograma	200	20,00	4.000,00
TOTAL						351.271,90

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 200102023 - 23/03/2023						
VENCEDOR: ELAINE CANDIDO DA SILVA						
CNPJ: 44.343.647/0001-91						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
4	ADESIVO PARA TUBO PVC 75 G	PULVITEC	Unidade	120	4,40	528,00
7	ALAVANCA	TENASI	Unidade	50	110,20	5.510,00
8	ALICATE DE BICO N 8"	FOXFLUX	Unidade	10	27,98	279,80
20	ARREMAT PARA FORRO PVC TIPO F	FORTLEV	Metro	696	11,90	8.282,40
25	ASSENTO ALMOFADADO BRANCO PARA BACIA SANITÁRIA	G R A N - PLAST	Unidade	50	85,50	4.275,00
28	BALDE DE AÇO 10 L	METALSUL	Unidade	50	24,98	1.249,00
30	BARROTE 3" X 3" (MADEIRA MISTA) COM 6 M	LIMA	Unidade	100	101,10	10.110,00
35	BOMBA PERIFÉRICA 2 CV	INTEC	Unidade	2	1.159,85	2.319,70
41	BLOCO COMPENSADO 18 MM	LIMA	Unidade	60	199,98	11.998,80
45	BUCHAS P/ FIXAÇÃO Nº 08 CX C/ 500	APOIO	Caixa	10	65,00	650,00
49	BROCA DE VIDEA 8MM	MAX	Unidade	50	10,00	500,00
55	BROCA AÇO RÁPIDO 3/8	MAX	Unidade	50	14,00	700,00
64	CADEADO Nº 60	STAM	Unidade	50	54,90	2.745,00
68	CAIXA DÁGUA PVC 3.000 L	FORTLEV	Unidade	3	2.098,00	6.294,00
72	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO 18/24 BRANCA	TAF	Unidade	20	100,00	2.000,00
75	CAIXA SIFONADA PVC (100 X 100 X 40) JMM	VICUA	Unidade	50	18,50	925,00
80	CANALETA PRÉ MOLDADA EM CONCRETO 1,50	RIBEIRO	Metro	150	29,90	4.485,00
86	CAP SOLDÁVEL 50 MM	VICUA	Unidade	150	4,00	600,00
91	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO	TRAMONTINA	Unidade	50	74,00	3.700,00
92	CERÂMICA (10 X 10) VERMELHA	T E C N O - GRÉS	M	150	49,98	7.497,00
110	CURVA 90° PARA ESGOTO CURTA DN = 100 MM	FORTLEV	Unidade	100	27,00	2.700,00
116	CAPA PARA CHUVA	FOXFLUX	Unidade	50	29,00	1.450,00
133	DISJUNTOR TRIFÁSICO 20 A	DECOLUX	Unidade	40	54,90	2.196,00
142	ELETRODUTO CORRUGADO REFORÇADO 32 MM	TRAMONTINA	Unidade	70	99,90	6.993,00
149	EMENDA PARA FORRO DE PVC	FORTLEV	Metro	696	4,40	3.062,40
153	ESQUADRO DE ALUMÍNIO 50 CM	MAX	Unidade	15	34,90	523,50
161	FERRO VERGALHÃO CA-50 DN = 4,2 MM	AÇOBRASIL	vara	150	16,90	2.535,00
172	FÔRRA DE MADEIRA MISTA (0,60 X 2,10)M	LIMA	Unidade	60	128,00	7.680,00
178	GESSO EM PÓ (SACO 40KG)	GESSOCOLA	Unidade	50	29,90	1.495,00
185	JANELA DE ALUMÍNIO 80X1,00	ZEZE	Unidade	20	181,50	3.630,00
189	JOELHO 90° ESGOTO 50 MM	VICUA	Unidade	250	4,20	1.050,00
208	LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA	LUZARTE	Unidade	100	179,00	17.900,00
214	LIXA PARA FERRO N 100	3M	Unidade	300	2,49	747,00
221	LONA PRETA 8 MT	LONAX	Metro	200	23,00	4.600,00
241	MASSAME PARA REBOCO	SUPERCOLA	M²	300	56,00	16.800,00
249	PARAFUSOS PHILLIPS Nº 06					

CNPJ: 08.194.270/0001-92						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
11	ALICATE UNIVERSAL 8"	TRAMOTINA	Unidade	30	32,40	972,00
19	AREIA LAVADA	GEDAU	M³	350	77,90	27.265,00
21	ARGAMASSA COLANTE AC I 15 KG	NOSSA MASSA	Unidade	600	12,00	7.200,00
32	BLOCO CERÂMICO PARA LAJE	ALGODOANT	Milhães	15	1.167,00	17.505,00
36	BRACEIRA PARA TUBO SOLDÁVEL 25 MM	PLASNETAL	Unidade	100	2,00	200,00
42	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA DN = 40 X 25 MM	FORTLEV	Unidade	100	2,70	270,00
48	BRITA	BRITEX	Metro	72	165,00	11.880,00
53	BROCA AÇO RÁPIDO 5/32	TRAMOTINA	Unidade	50	5,70	285,00
58	CABO PROLONGADOR METÁLICO P/ PINTURA 3,00 METRO	GLOBO	Unidade	20	20,00	400,00
62	CADEADO Nº 40	PADO	Unidade	50	35,00	1.750,00
65	CAIBRO MADEIRAMISTA COM 6 M	LIMA	Unidade	150	37,00	5.550,00
69	CAIXA DÁGUA PVC 5.000 L	FORTLEV	Unidade	2	3.500,00	7.000,00
70	CAIXA DE DESCARGA BRANCA PLÁSTICA COMPLETA	GRAMPASTE	Unidade	100	40,00	4.000,00
74	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO 6/8 BRANCA	TAF	Unidade	20	25,00	500,00
81	CANALETA RECORTE ABERTO 2M 30X50	ALGODOANT	Metro	150	10,00	1.500,00
85	CAP SOLDÁVEL DN = 32 MM	FORTLEV	Unidade	100	2,00	200,00
95	CERÂMICA (10 X 10) BRANCA	ELIZABETH	M²	250	50,00	12.500,00
102	CIMENTO PORTLAND CP II 32	ELIZABETH	Unidade	3000	38,00	114.000,00
106	COLUNA DE FERRO 3/8 COM 6 MT	SIGMA	Unidade	100	180,00	18.000,00
112	CURVA 90° SOLDÁVEL DN = 25 MM	FORTLEV	Unidade	200	2,00	400,00
114	CURVA 90° SOLDÁVEL DN = 40 MM	FORTLEV	Unidade	100	10,00	1.000,00
121	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA	TRAMOTINA	Unidade	20	17,70	354,00
126	DISCO DE CORTE PARA MADEIRA 4.1/2	BOMCORTE	Unidade	40	24,00	960,00
130	DISJUNTOR 32 A	TRAMOTINA	Unidade	60	12,00	720,00
135	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50 A	TRAMOTINA	Unidade	40	61,00	2.440,00
144	ELETRODUTO CORRUGADO REFORÇADO 1/2"	FORTLEV	Unidade	80	80,00	6.400,00
146	ENGATE FLEXÍVEL PVC 40 CM P/ LAVATÓRIO	HERCK	Unidade	100	6,90	690,00
148	ENXADA COM CABO 2,5	TRAMOTINA	Unidade	100	21,00	2.100,00
155	FECHADURA EXTERNA	SILVANA	Unidade	100	53,00	5.300,00
160	FERRO VERGALHÃO CA-50 DN = 12,5 MM (1/2")	GEDAU	vara	80	120,00	9.600,00
164	FERRO VERGALHÃO CA-50 DN = 6,3 MM (1/4")	GEDAU	vara	150	35,00	5.250,00
165	FERRO VERGALHÃO CA-50 DN = 8,0 MM (5/16")	GEDAU	vara	150	57,00	8.550,00
175	FÓRRA DE MADEIRA MISTA (0,90 X 2,10)M	LIMA	Unidade	70	130,00	9.100,00
176	FORRO DE PVC	FORTLEV	Metro	696	38,00	26.448,00
183	HASTE DE ATERRAMENTO 2,0 MT	PLUZIE	Unidade	15	38,90	583,50
196	JOELHO 45° ESGOTO 150 MM	FORTLEV	Unidade	30	51,00	1.530,00
201	JOELHO 90° SOLDÁVEL 40MM	FORTLEV	Unidade	200	4,00	800,00
205	JOELHO LR AZUL 25X1/2	FORTLEV	Unidade	100	6,00	600,00
212	LINHA 3" X 6" (MADEIRA MISTA) COM 6 M	LIMA	Unidade	70	190,00	13.300,00
217	LIXA PARA MADEIRA / PAREDE NUMERO 100	TRIGUE	Unidade	600	1,29	774,00
218	LIXA PARA MADEIRA / PAREDE NUMERO 120	TRIGUE	Unidade	600	1,29	774,00
223	MALHA DE FERRO MÉDIA 2X3MT 3,4	GEDAU	Unidade	50	94,00	4.700,00
230	MARRETA DE 5 KG COM CABO	TRAMOTINA	Unidade	5	101,00	505,00
239	MASSA CORRIDA 25KG	LUX	Unidade	150	50,00	7.500,00
245	NÍVEL DE ALUMÍNIO 24	TRAMOTINA	Unidade	20	20,00	400,00
256	PIA DE AÇO INOX 2,00 MT	INOX	Unidade	5	350,00	1.750,00
260	PORTA DE MADEIRA MACIÇA (0,80 X 2,10)M	LIMA	Unidade	80	450,00	36.000,00
268	RASPADOR DE REJUNTE 210 MM	LIMA	Unidade	20	9,00	180,00
271	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL MARROM 32 MM	HERCK	Unidade	20	16,00	320,00
275	RIPA MADEIRA MISTA COM 6 M	LIMA	Unidade	200	20,00	4.000,00
278	ROLO DE ESPUMA 5 CM	ATLAS	Unidade	50	5,50	275,00
285	SELADOR PARA MADEIRA 3,6L	LUX	Unidade	6	120,00	720,00
289	SERROTE PARA PODA 14"	TRAMOTINA	Unidade	10	30,00	300,00
292	SIFÃO PLÁSTICO SANFONADO SIMPLES	HERCK	Unidade	50	9,00	450,00
300	TÊ PVC SOLDÁVEL MARROM DN = 25 MM	FORTLEV	Unidade	200	2,00	400,00
301	TELHA CERÂMICA COMUM	BOM JESUS	Milhães	20	650,00	13.000,00
302	TELHA DE FIBROCIMENTO 4 MM (2,44 X 0,50) M	BRAZILITE	Unidade	250	29,00	7.250,00
305	TELHA TRANSPARENTE (2,44 X 0,50) M	BRAZILITE	Unidade	50	85,00	4.250,00
309	TIJOLO CERÂMICO 08 FUROS	ALGODOANT	Milhães	60	650,00	39.000,00
310	TINTA EXTERNA BRANCO NEVE 18L	LUX	Unidade	150	188,00	28.200,00
321	TINTA ESMALTE BRANCO SINTÉTICO 3,6L	LUX	Unidade	50	102,00	5.100,00
330	TINTA SEMI-BRILHO 18 AZUL	LUX	Unidade	40	250,00	10.000,00
331	TINTA SEMI-BRILHO 18 BRANCO NEVE	LUX	Unidade	80	250,00	20.000,00
334	TINTA SEMI-BRILHO 18 CINZA	LUX	Unidade	20	250,00	5.000,00
339	TORNEIRA DE BÓIA 1/2	FORTLEV	Unidade	40	12,00	480,00
342	1 – TOMADA EMBUTIR SIMPLES	PLUZIE	Unidade	150	6,00	900,00
343	2 – TOMADA EMBUTIR SIMPLES	PLUZIE	Unidade	150	9,00	1.350,00
345	1 – TOMADA SOBREPOR SIMPLES	PLUZIE	Unidade	150	9,00	1.350,00
346	2 – TOMADA SPBREPOR SIMPLES	PLUZIE	Unidade	150	12,00	1.800,00
350	INTERRUPTOR + TOMADA SIMPLES	PLUZIE	Unidade	150	8,00	1.200,00
358	TOMADA PARA CHUVEIRO ELÉTRICO 25A	PLUZIE	Unidade	50	13,50	675,00
360	TORQUÊS CARPANTEIRO 12"	TRAMOTINA	Unidade	20	44,00	880,00
362	TRELIÇA PESADA	GEDAU	Unidade	200	57,90	11.580,00
365	TRILHO PARA LAJE COM 6 MT	GEDAU	Unidade	250	90,00	22.500,00
368	TRINCHA 1" P/ PINTURA	ATLAS	Unidade	100	3,80	380,00
373	TUBO PVC BRANCO PARA ESGOTO DN = 150 MM	PLASTUBO	Unidade	150	278,00	41.700,00
384	TUBO ELETRODUTO SOLDÁVEL 25 MM	PLASNETAL	Unidade	100	8,00	800,00
387	VITRÔ BASCULANTE 40X40	LIMA	Unidade	30	50,00	1.500,00
389	VITRÔ BASCULANTE 60X60	LIMA	Unidade	10	70,00	700,00
390	VITRÔ BASCULANTE 80X80	LIMA	Unidade	10	100,00	1.000,00
391	VASSOURÃO DE PIAÇAVA	TRAMOTINA	Unidade	60	29,00	1.740,00
393	ZARCÃO 3,6L	LUX	Unidade	50	95,00	4.750,00
TOTAL						613.235,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 500102023 - 23/03/2023

VENCEDOR: G & E REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIR						
CNPJ: 25.426.464/0001-95						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1	ADAPTADOR PVC COM FLANGE P/ CX DÁGUA 50X11/2	VICUA	Unidade	50	24,98	1.249,00
6	AGUARÁS (LITRO)	TOSAN	Litro	150	19,98	2.997,00
13	ANEL DE VEDAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA	PULVITEC	Unidade	100	9,98	998,00
16	ARAME RECOZIDO Nº 18	BELGO	Unidade	50	28,00	1.400,00
22	ARGAMASSA COLANTE AC II 15KG	NOSSACOLA	Unidade	400	19,89	7.956,00
31	BLOCO (COMPENSADO) 10 MM	LIMA	Unidade	60	149,98	8.998,80
33	BOMBA PERIFÉRICA 1/2 CV	INTEC	Unidade	6	205,80	1.234,80
37	BRACEIRA PARA TUBO SOLDÁVEL DN = 20 MM	PLASNETAL	Unidade	100	1,45	145,00
39	BOTA DE SEGURANÇA BICO DE FERRO	HAVAÍ	Unidade	100	54,75	5.475,00
43	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA DN = 50 X 25 MM	VICUA	Unidade	100	4,99	499,00
46	BUCHAS P/ FIXAÇÃO Nº 10 CX C/ 500	APOIO	Caixa	10	79,50	795,00
51	BROCA DE VIDEA 12MM	MAX	Unidade	50	15,98	799,00
59	CADEADO Nº 25	STAM	Unidade	50	19,90	995,00
66	CAIXA DÁGUA PVC 1.000 L	FORTLEV	Unidade	20	449,00	8.980,00
78	CÂMARA P/ PNEU DE CARRO DE MÃO	CONSOL	Unidade	30	19,90	597,00
79	CANALETA FECHADA COM ADESIVO PVC BRANCA 20 MM 12M 2000 MM	APOIO	Unidade	100	17,57	1.757,00
83	CAP SOLDÁVEL DN = 20 MM	VICUA	Unidade	100	1,00	100,00
89	CARRO DE MÃO EXTRA FORTE CHAPA DE AÇO REFORÇADO	TRAMONTINA	Unidade	120	399,00	47.880,00
90	CATALISADOR PARA MASSA PLÁSTICA	MASSAFIX	Unidade	40	7,50	300,00
96	CERÂMICA (10 X 10) LARANJA	TECNOGRÉS	M²	150	62,98	9.447,00
97	CERÂMICA (46 X 46) BRANCA	TECNOGRÉS	M²	400	49,50	19.800,00
103	COLA INSTANTÂNEA 100 G	TEKBOND	Unidade	10	17,80	178,00
107	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"	PLASNETAL	Unidade	50	17,00	850,00
109	CORTADOR DE PISOS CERÂMICOS E AZULEJOS MT	CORTAG	Metro	3	345,90	1.037,70
113	CURVA 90° SOLDÁVEL DN = 32 MM	FORTLEV	Unidade	100	5,90	590,00
117	CAPACETE PARA OBRA	BOMCORTE	Unidade	50	19,90	995,00
120	DESEMPENADEIRA DE AÇO	MAX	Unidade	20	15,00	300,00
124	DISCO DE CORTE DIAMETADO	BOMCORTE	Unidade	40	15,00	600,00
128	DISJUNTOR 16 A	DECOLUX	Unidade	60	12,00	720,00
138	DOBRAÇA DE CHUMBAR 780 X 4	SILVANA	Unidade	50	11,90	595,00
139	DOBRAÇA PARA JANELA 2"	SILVANA	Unidade	80	1,90	152,00
141	ELETRODUTO CORRUGADO REFORÇADO 3/4"	TRAMONTINA	Unidade	60	89,00	5.340,00
145	ENGATE FLEXÍVEL PVC 30 CM P/ LAVATÓRIO	DURIN	Unidade	100	6,90	690,00
150	ESPÁTULA DE AÇO	ATLAS	Unidade	60	9,90	594,00
152	ESQUADRO DE ALUMÍNIO 40 CM	MAX	Unidade	15	28,90	433,50
156	FECHADURA INTERNA	SILVANA	Unidade	100	45,00	4.500,00
166	FERROLHO REDONDO ZINCADO 3"	SILVANA	Unidade	50	10,50	525,00
169	FITA VEDA ROSCA GRANDE 20 MT	MAX	Unidade	50	7,00	350,00
180	HASTE DE ATERRAMENTO 1 MT	LOBATO	Unidade	50	18,80	940,00
184	JANELA DE ALUMÍNIO 80X80	ZEZE	Unidade	20	158,00	3.160,00
191	JOELHO 90° ESGOTO 150 MM	VICUA	Unidade	100	56,50	5.650,00
193	JOELHO 45° ESGOTO 40 MM	VICUA	Unidade	200	1,99	398,00
198	JOELHO 90° SOLDÁVEL 20MM	VICUA	Unidade	200	0,49	98,00
202	JOELHO 90° SOLDÁVEL 50MM	VICUA	Unidade	50	4,99	249,50
207	SERRA STARRET	STARRET	Unidade	100	9,90	990,00
209	LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA S/ COLUNA	LUZARTE	Unidade	100	88,00	8.800,00
213	LIXA PARA FERRO N 36	3M	Unidade	300	3,20	960,00
216	LIXA PARA FERRO N 150	3M	Unidade	300	3,20	960,00
220	LUVA LATEX AMARELA	3M	Unidade	120	5,69	682,80
222	MALHA DE FERRO LEVE 2X3MT 3,4	AÇOBRAZIL	Unidade	50	70,90	3.545,00
226	MANTA TÉRMICA ADESIVA ASFALTICA METALIZADA 20 CM X 10 METRO	TEKBOND	Unidade	10	39,00	390,00
229	MARRETA DE 2 KG COM CABO	MAX	Unidade	10	62,00	620,00
232	MARTELO DE UNHA 27 CM	MAX	Unidade	10	42,00	420,00
236	MASSA ACRÍLICA 5KG	QUIMILUX	Unidade	50	39,00	1.950,00
242	MECANISMO COMPLETO PARA CAIXA ACOPLADA	ASTRA	Unidade	30	99,00	2.970,00
246	PÁ QUADRADA COM CABO	TRAMONTINA	Unidade	150	49,00	7.350,00
248	PARAFUSO CROMADO C/BUCHANILON P/ FIXAÇÃO DE LAVATÓRIO OU BACIA SANITÁRIA	APOIO	Unidade	1000	1,50	1.500,00
253	PIA DE AÇO INOX 1,00 MT	GUELPLUS	Unidade	10	199,00	1.990,00
259	PNEU PARA CARRO DE MÃO	MAX	Unidade	50	48,00	2.400,00
264	PORTA DE MADEIRA Prensada (0,90 X 2,10) M	LIMA	Unidade	80	149,00	11.920,00
267	PRUMO DE CENTRO EM AÇO 240 G CORDÃO DE 2 M CALÇO GUIA DE MADEIRA	TRAMONTINA	Unidade	20	45,00	900,00
269	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL MARROM 20 MM	MAX	Unidade	100	7,00	700,00
277	ROLO DE ESPUMA 23 CM	TIGRE	Unidade	50	14,00	700,00
282	SELADOR ACRÍLICO (3,6L)	QUIMILUX	Unidade	50	19,00	950,00
286	SERRA MÁRMORE 125 MM POTÊNCIA 1.400 W 220V	POSH	Unidade	3	376,00	1.128,00
293	SIFÃO PLÁSTICO SANFONADO TRÍFLO	VALEPLAST	Unidade	50	24,00	1.200,00
306	TELHA TRANSPARENTE (2,44 X 1,10) M	FORTLEV	Unidade	50	149,00	7.450,00
308	THINNER 2002 (LITRO)	TOSAN	Unidade	100	21,00	2.100,00
311	TINTA EXTERNA AZUL 18L	QUIMILUX	Unidade	50	188,00	9.400,00
315	TINTA INTERNA BRANCO NEVE 18L	QUIMILUX	Unidade	150	138,00	20.700,00
319	TINTA ESMALTE AMARELO SINTÉTICO 3,6L	QUIMILUX	Unidade	50	102,00	5.100,00
323	TINTA PARA PISO 18 COR AMARELO	QUIMILUX	Unidade	50	219,00	10.950,00
326	TINTA PARA PISO 18 COR PRETO	QUIMILUX	Unidade	20	210,00	4.200,00
329	TINTA PARA PISO 18 COR CINZA	QUIMILUX	Unidade	25	210,00	5.250,00
332	TINTA SEMI-BRILHO 18 AMARELO VANILLA	QUIMILUX	Unidade	20	249,00	4.980,00
336	TORNEIRA PARA PIA DE METAL	OLIVEIRA	Unidade			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO
PUBLICAÇÃO DE AVISO
RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 0004/2023**

Prefeitura Municipal de Gado Bravo-PB, através de seu Pregoeiro Oficial, torna pública a todos os interessados que a licitação que conforme publicado no Diário Oficial do Estado, do dia 13/04/2023, na página 43 e no Jornal A União, do dia 13/04/2023, na página 26, onde se lê: Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 26 de Abril de 2023. Início da fase de lances: 10:01 horas do dia 26 de Abril de 2023, leia – se: Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 28 de Abril de 2023. Início da fase de lances: 09:01 horas do dia 28 de Abril de 2023.

13 de abril de 2023
ERINALDO ARAÚJO SOUSA
Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
CHAMADA PÚBLICA 00005/2023**

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada à Rua Antonio André, 39, 1º andar – Centro – Guarabira – PB, às 08h00min, do dia 02 de Maio de 2023, “Chamada Pública 00005/2023”, PARA CONTRATAÇÃO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS, PESSOA FÍSICA, MEDIANTE CREDECIMENTO, VISANDO A ALIENAÇÃO DE ATIVOS, POR MEIO DE LEILÃO OU VENDA DIRETA, DE FORMA DEFINITIVA OU CAUTELAR, DE BENS MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E SUCATAS, LOCALIZADOS EM ZONA URBANA, PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. Fundamento legal: Lei 8.666/93 e Resolução n.º 26 de 17 de junho de 2013 e demais normas posteriores. Informações: no horário das 08h00min às 12h00min, dos dias úteis, no endereço supra citado.

Guarabira, 13 de abril de 2023

DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00019/2023**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, a partir das 08:30min (horário de Brasília) do dia 03 de Maio de 2023, através do site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa para a realização dos serviços de: 1. Consultoria para apoiar a revisão do Plano Diretor Participativo de Guarabira junto à Comissão Técnica da Prefeitura Municipal de Guarabira, nos termos preconizados pela Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); Consultoria para atualização Código de Obras e Urbanismo e Código de Posturas; Serviços de cadastro técnico e planejamento territorial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 02/2007, e demais legislações vigentes. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@pguarabira@gmail.com e www.comprasnet.gov.br

Guarabira - PB 11 de abril de 2023

DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Pregoeira Oficial

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA/PB
EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em arquitetura e urbanismo para prestação de serviços de diversas áreas da Administração Municipal, conforme termo de referência e especificações técnicas. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00018/2023. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS / OUTROS DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 13/04/2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Itapororoca e: CT Nº 00147/2023 – 13.04.23 – M E SERVIÇOS DE ARQUITETURA, CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS E – R\$ 32.620,00.

ELISSANDRA MARIA CONCEIÇÃO DE BRITO
Prefeita

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00012/2023**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Vila do Imperador, 160 - Centro - Ingá - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição de coleção de livros - língua portuguesa e matemática. Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 27 de Abril de 2023. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 278/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@inga.pb.gov.br. Edital: www.inga.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br. Inga - PB, 30 de Março de 2023

CLEBERTO DE SOUZA ARAÚJO ANDRADE
Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Vila do Imperador, 160 - Centro - Ingá - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição de materiais de tecnologia educacional, contendo livros didáticos desenvolvidos com projetos integrados no formato impresso e virtual, com acesso à plataforma digital, para uso pedagógico. Abertura da sessão pública: 13:00 horas do dia 28 de Abril de 2023. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 278/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@inga.pb.gov.br. Edital: www.inga.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br. Inga - PB, 30 de Março de 2023

CLEBERTO DE SOUZA ARAÚJO ANDRADE
Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00013/2023**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Vila do Imperador, 160 - Centro - Ingá - PB, às 09:00 horas do dia 28 de Abril de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: Aquisição de fardamento para os agentes de endemias e de saúde. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 278/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@inga.pb.gov.br. Edital: www.inga.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br. Inga - PB, 30 de Março de 2023

CLEBERTO DE SOUZA ARAÚJO ANDRADE
Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2023**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Vila do Imperador, 160 - Centro - Ingá - PB, às 11:00 horas do dia 28 de Abril de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Prestação de serviços na realização de exames de alta complexidade diversos. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 266/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@inga.pb.gov.br. Edital: www.inga.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br. Inga - PB, 30 de Março de 2023

CLEBERTO DE SOUZA ARAÚJO ANDRADE
Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00015/2023**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Vila do Imperador, 160 - Centro - Ingá - PB, às 14:00 horas do dia 28 de Abril de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Prestação dos serviços de manutenção corretiva e reposição de peças do aparelho de Raio X Fico CRX 300 e Processadora Lotus. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 266/21; Decreto Municipal nº 275/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@inga.pb.gov.br. Edital: www.inga.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br. Inga - PB, 30 de Março de 2023

CLEBERTO DE SOUZA ARAÚJO ANDRADE
Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00003/2023**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Presidente João Pessoa, 05 - Centro - Juazeirinho - PB, às 09:00 HORAS DO DIA 27 DE ABRIL DE 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO POR COMPRA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES E DESTINADOS A ATENDER DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUSIVE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Municipal nº 005-A/17, e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3382-1234. E-mail: licitacao@juazeirinho2022@gmail.com. Edital: www.juazeirinho.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; podendo ser solicitado também pelo e-mail indicado.

Juazeirinho - PB, 13 de Abril de 2023

ERINALDO ARAÚJO SOUSA
Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00003/2023**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Presidente João Pessoa, 05 - Centro - Juazeirinho - PB, às 09:00 HORAS DO DIA 27 DE ABRIL DE 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO POR COMPRA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES E DESTINADOS A ATENDER DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUSIVE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Municipal nº 005-A/17, e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3382-1234. E-mail: licitacao@juazeirinho2022@gmail.com. Edital: www.juazeirinho.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; podendo ser solicitado também pelo e-mail indicado.

Juazeirinho - PB, 13 de Abril de 2023

ERINALDO ARAÚJO SOUSA
Pregoeiro Oficial

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00005/2023**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de estruturas (palco, som, iluminação e outros) com montagem, desmontagem e instalação para atender a demanda do calendário das festividades tradicionais e culturais do município de Manairá/PB, no exercício de 2023. MODALIDADE: Pregão Presencial 00005/2023 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8666/93, LEI FEDERAL Nº 10.520/2002 e alterações posteriores. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: RECURSOS: 20.600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO - 13.392.1012.2027 PROMOÇÃO DE FESTAS TRADICIONAIS, REGIONAIS E FOLCLÓRICAS – ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.99 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: Até 31 de Dezembro de 2023. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA PB E CONTRATO Nº 1501/2023 - J A P SERVIÇOS E PRODUÇÃO TEATRAL LTDA - CNPJ: 11.008.714/0001-62 - VALOR: R\$ 615.440,00.

Manairá/PB, 03 de abril de 2023.

Manoel Virgolino Simão
Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
AVISO DE DECISÃO DE RECURSO E ABERTURA DE PROPOSTA
TOMADA DE PREÇO Nº 00014/2022**

O Presidente da Comissão de Licitação torna público para conhecimento dos licitantes participantes da Tomada de Preço Nº 00014/2022, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de pavimentação em vias públicas urbanas do município de Manairá/PB conforme contrato de repasse Nº 923773/2021/MDR/CAIXA, que teve Recurso Interposto pela empresa EKS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 02.750.635/0001-31, referente à proposta de preços da empresa M3 CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ Nº 22.635.788/0001-45, foi julgado IMPROCEDENTE, conforme parecer jurídico, análise recursal e decisão. Outros esclarecimentos na Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua José Rosas, S/N, Centro, Manairá-PB.

Manairá - PB, 13 de abril de 2023.

JOSÉ ALBERTO TAVARES JUNIOR
Presidente da CPL/PM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00015/2023**

OBJETO: Contratação de serviços automotivos de oficina mecânica destinada à frota de veículos e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal de Manairá- PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00015/2023 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: RECURSOS: 20.300 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - 04 122 1002 2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 20.500 SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS - 15 122 1002 2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA; 20.600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - 12 361 1005 2020 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE - 12 361 1005 2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE; 12 365 1005 2026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL – MDE; 12 361 1005 2016 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO; 12 361 1005 2023 MANUTENÇÃO DO FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL - OUTRAS DESPESAS 30%; 20.700 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10 301 1008 2050 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS; 10 301 1008 2052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE – 20.800 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08 244 1009 2063 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- COMPONENTE: SCFV/ PBF; 08 244 1009 2064 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO PROG.BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO UNICA- IGD BF; 08 244 1009 2065 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO SUAS; 20.801 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL; 20.801 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL; 08 122 1002 2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Manairá e CT Nº 91501/2023 - ANA CLEIDE DOS SANTOS ALVES 32695399839 – ME – CNPJ Nº 20.763.093/0001-13 – VALOR: R\$ 309.770,00.

Manairá/PB, 12 de abril de 2023.

MANOEL VIRGOLINO SIMÃO
PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
AVISO DE DECISÃO DE RECURSO E ABERTURA DE PROPOSTA
TOMADA DE PREÇO Nº 00014/2022**

O Presidente da Comissão de Licitação torna público para conhecimento dos licitantes participantes da Tomada de Preço Nº 00014/2022, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de pavimentação em vias públicas urbanas do município de Manairá/PB conforme contrato de repasse Nº 923773/2021/MDR/CAIXA, que teve Recurso Interposto pela empresa EKS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 02.750.635/0001-31, referente à proposta de preços da empresa M3 CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ Nº 22.635.788/0001-45, foi julgado IMPROCEDENTE, conforme parecer jurídico, análise recursal e decisão. Outros esclarecimentos na Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua José Rosas, S/N, Centro, Manairá-PB.

Manairá - PB, 13 de abril de 2023.

JOSÉ ALBERTO TAVARES JUNIOR
Presidente da CPL/PM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI
RESULTADO DO JULGAMENTO HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N. 002/2023**

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de MARI, no uso de suas atribuições legais, torna público à população e a quem interessar possa que após análise dos documentos de habilitação onde foi apurado o seguinte: as empresas COEN – CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA, CNPJ: 09.084.396/0001-77; ECC – EMPREENDIMENTOS CONTRUÇÕES E COMERCIO DA CONSTRUÇÃO LTDA-CNPJ: 07.275.651/0001-33; SENA CONSTRUÇÕES – CNPJ: 2759.235/0001-02 e R.F. SERVIÇOS FR CONTRUÇÃO CIVIL EIRELI CNPJ: 28.878.872/0001-39, foram HABILITADAS, por cumprir de forma integral os itens 5 e 6 do edital. Já a empresa, DK CONSTRUÇÕES CNPJ: 23.916.946/0001-06, não atendeu os itens 5.4.9 e 5.5.11, PACTO CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 33.666.569/0001-40, não atendeu os itens 5.4.9 e 5.5.11, IF LOCAÇÕES DE VEICULOS E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 21.609.727/0001-40, não atendeu os itens 5.4.9 e 5.5.11, ROQUE CONSTRUÇÕES SERVIÇOS EIRELI-EPP CNPJ: 32.892.707/0001-46, não atendeu os itens 5.4.9 e 5.5.11, SINATRIZ CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 07-798.255/0001-90, não atendeu os itens 5.5.2 e 5.5.11, MINERVA ENGENHARIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA CNPJ: 29810.239/0001-09, não atendeu os itens 5.5.11, onde foram INABILITADAS, por descumprirem as exigências do edital, abrindo-se o prazo recursal e vistas ao processo aos interessados. Maiores informações no endereço Rua Antônio de Luna Freire, 249 – Centro – Mari-Pb, no horário de expediente normal de 08h00min às 12h00min.

Mari, 13 de abril de 2023

ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA BORGES
Presidente da CPL

**Prefeitura Municipal de Pedra Branca
EXTRATO DE CONTRATO
Concorrência Nº 0001/2023**

Contratante: Prefeitura Municipal de Pedra Branca
Contratada: AMANCIO SERVIÇOS LTDA -ME
Objeto: contratação de empresa para Prestação de Serviços Administrativos.
Valor Global de R\$ 1.389.000,00 (um milhão trezentos e oitenta e nove mil reais)
VIRGENCIA:31/12/2023. REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Pedra Branca- PB, 16 de Março de 2023

JOSEMARIO BASTOS DE SOUZA
Prefeito

**Prefeitura municipal de Pedra Branca
AVISO DE ADIAMENTO LICITAÇÃO
Pregão eletrônico Nº 0005/2023**

Torna público o ADIAMENTO da licitação na modalidade Pregão eletrônico Nº 0005/2023, por menor preços por item, com objeto, Aquisição de Equipamentos permanentes, destinada a várias Secretarias do Município de Pedra Branca-PB. Abertura ESTAVA MARCADA para dia 24/04/2023 às 09:00 horas, às 09:00 horas, FICA ADIADA PARA O DIA 25/04/2023 AS 09:00HS no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília. O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações, no horário de 08:00 às 12:00 horas ou pelos endereços eletrônico: www.pedbranca.pb.gov.br, www.tce.pb.gov.br e demais informações pelo e-mail pedbrancanacpl@gmail.com.

Pedra Branca - PB, 12 de abril de 2023

Severino Luiz de Caldas
Pregoeiro Oficial

**Prefeitura municipal de Pedra Branca
Aviso de Resultado de Julgamento
Pregão nº 0021/2023**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Pedra Branca-PB, tornar público o resultado de julgamento de proposta de preços e habilitação do Pregão Presencial nº 0007/2021, com objeto aquisição de peças para veículos. Tem como vencedoras AS empresas: GIPAGEL AUTOPEÇAS LTDA-EPP com o valor global de R\$ R\$ 662.400,00 (seiscentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais), CICERO RODRIGUES DA SILVA - ME com o valor global de R\$ R\$ 359.255,00 (trezentos e cinquenta e nove mil e duzentos e cinquenta e cinco reais), FRANCISCO RAIMUNDO FILHO - ME com o valor global de R\$ R\$ 109.150,00 (trezentos e quatorze mil e setecentos reais). ERIVAM IDEL-FONSO- ME com o valor global de R\$ R\$ 333.050,00 (trezentos e trinta e três mil e cinquenta reais). AUTO CENTER BOM SUCESSO-ME com o valor global de R\$ R\$ 125.250,00 (cento e vinte e cinco mil duzentos e cinquenta reais).

Pedra Branca- PB, 03 de abril de 2023

Severino Luiz de Caldas
Pregoeiro

**ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10012/2023**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Cônego João Coutinho, S/N - Centro - Pochinhos - PB, às 11:00 horas do dia 27 de Abril de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS AÇÕES ASSISTENCIAIS NO ÂMBITO DO HOSPITAL MATERNO-DE DR ANTONÍO LUIS COUTINHO EM POCINHOS – PB, CONFORME CONVÊNIO 016/2023, FIRMADO COM SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (85) 33841247. E-mail: licitacao-pochinhos@gmail.com. Edital: www.pochinhos.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

Pochinhos - PB, 12 de Abril de 2023

SAMARA FERREIRA LOURENÇO
Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÓEZINHOS
CONVOCAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00007/2023**

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para Aquisição parcelada de material de construção, para atender as necessidades das Secretarias/órgãos demandantes, conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos na Prefeitura de Pilóezinhos-PB. O Pregoeiro convoca o comparecimento dos participantes: Roama Celly Pessoa Urbano, CNPJ: 40.417.564/0001-49; Genildo Alves de Azeredo, CNPJ: 05.981.422/0001-09; Gustavo Xavier Garçes, CNPJ: 26.303.607/0001-34; Humberto Lima da Silva Bruna; CNPJ: 47.720.978/0001-91; Jemm Comercio de Material de Construção Ltda, CNPJ: 29.619.153/0001-01; JSA Comercio E Serviços Ltda, CNPJ: 28.302.534/0001-91. Para a continuação dos trabalhos, que será realizado no dia 24 de Abril de 2023 às 09:00 horas. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, sediada na Rua Manoel Alvim, 56 - Centro - Pilóezinhos - PB, no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 99167-0794.

Pilóezinhos - PB, 13 de Abril de 2023

JOÃO CAVALCANTE DA CRUZ FILHO
Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÓEZINHOS
ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00006/2023**

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00006/2023, que objetiva: Aquisição parcelada de materiais médicos diversos, destinado a secretaria de saúde do município de Pilóezinhos; ADJUDICO o seu objeto a: FARMAGUEDES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS; MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 15.939.101 - M & R COMERCIO EIRELI - R\$ 140.429,00; NMIMED – DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 1.905,00; PHOSPODONT LTDA - R\$ 1.379,30; POTIGUAR MEDPRIME SOLUCOES EM SAUDE LTDA - R\$ 270,00; SING WAY ARTIGOS PARA FESTAS EIRELI - R\$ 1.350,00; STAFF MEDICAL DISTRIBUIDORA EIRELI - R\$ 5.180,00.

Pilóezinhos - PB, 13 de Abril de 2023

JOÃO CAVALCANTE DA CRUZ FILHO
Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÓEZINHOS
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00006/2023**

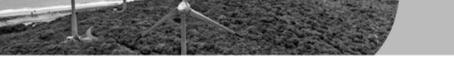
Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00006/2023, que objetiva: Aquisição parcelada de materiais médicos diversos, destinado a secretaria de saúde do município de Pilóezinhos; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: FARMAGUEDES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS; MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 15.939.101 - M & R COMERCIO EIRELI - R\$ 140.429,00; NMIMED – DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 1.905,00; PHOSPODONT LTDA - R\$ 1.379,30; POTIGUAR MEDPRIME SOLUCOES EM SAUDE LTDA - R\$ 270,00; SING WAY ARTIGOS PARA FESTAS EIRELI - R\$ 1.350,00; STAFF MEDICAL DISTRIBUIDORA EIRELI - R\$ 5.180,00.

Pilóezinhos - PB, 13 de Abril de 2023

MARCELO MATIAS CAMELO
Prefeito

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÓEZINHOS
CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO**

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 00006/2023. OBJETO: Aquisição parcelada de materiais médicos diversos, destinado a secretaria de saúde do município de Pilóezinhos. NOTIFICAÇÃO: Convocamos as seguintes empresas para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e



Balancão Patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.699	15.241
Contas a receber de clientes	5	3.452	4.345
Impostos a recuperar	6	1.374	1.025
Outros ativos circulantes		221	708
Total ativo circulante		27.746	21.319
Não circulante			
Depósitos judiciais e cauções	7	3.591	3.200
Direito de uso	9	1.539	1.657
Imobilizado	10	18.576	20.549
Intangível	11	83	143
Total ativo não circulante		23.789	25.549
Total dos ativos		51.535	46.868

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		248	540
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	2.470	2.565
Arrendamento	13	298	246
Impostos a recolher	14	993	245
Dividendos e JSCP	8	1.578	1.566
Total passivo circulante		5.187	5.162
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	6.701	9.166
Arrendamento	13	1.465	1.592
Provisões	15	1.551	1.487
Impostos diferidos	16	5.102	4.726
Partes relacionadas	8	-	174
Total passivo não circulante		14.819	17.145
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	13.947	13.947
Reservas de lucro	17.1	17.582	10.614
Total patrimônio líquido		31.529	24.561
Total dos passivos e patrimônio líquido		51.535	46.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)			
	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	16.991	14.640
Custo de operação	20	(5.627)	(5.245)
Lucro bruto		11.364	9.395
Administrativas e gerais	20	(2.535)	(1.908)
Lucro antes do resultado financeiro		8.829	7.487
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	21	2.547	471
Despesas financeiras		(1.063)	(2.291)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.313	5.667
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(976)	(618)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(376)	26
Lucro líquido do exercício		8.961	5.075
Lucro por ação			
Quantidade de ações no final do exercício	18	13.947.531	13.947.531
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,6425	0,3639

Demonstração do Resultado Abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	8.961	5.075	
Resultado abrangente total do exercício	8.961	5.075	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear e limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia ou ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, dos dois o menor. As vidas úteis estimadas estão a seguir apresentadas:

Máquinas e equipamentos	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Construções	10 a 30 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com atos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

Taxas anuais médias de depreciação %				31/12/2022				31/12/2021				
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado												
Atividades não vinculadas à concessão	4,11%	4.438	(2.838)	1.601	4,11%	4.416	(2.646)	1.770	6,05%	44.388	(27.937)	16.451
Edificações, obras civis e benfeitorias	20,00%	157	(157)	-	20,00%	157	(147)	10	10,40%	13	(10)	3
Máquinas e equipamentos	11,11%	956	(487)	469	11,11%	956	(390)	566	49,96%	(31.429)	18.534	14.963
Veículos		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Móveis e utensílios		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Descomissionamento		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Total do imobilizado em serviço												
Imobilizado em curso		24	-	24		24	-	24		24	-	24
Máquinas e equipamentos		24	-	24		24	-	24		24	-	24
Total do imobilizado em curso												
Total do imobilizado												
		50.005	(31.429)	18.576		49.787	(29.238)	20.549		50.005	(31.429)	18.576

Taxas anuais médias de depreciação %				31/12/2022				31/12/2021				
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado												
Atividades não vinculadas à concessão	4,11%	4.438	(2.838)	1.601	4,11%	4.416	(2.646)	1.770	6,05%	44.388	(27.937)	16.451
Edificações, obras civis e benfeitorias	20,00%	157	(157)	-	20,00%	157	(147)	10	10,40%	13	(10)	3
Máquinas e equipamentos	11,11%	956	(487)	469	11,11%	956	(390)	566	49,96%	(31.429)	18.534	14.963
Veículos		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Móveis e utensílios		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Descomissionamento		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Total do imobilizado em serviço												
Imobilizado em curso		24	-	24		24	-	24		24	-	24
Máquinas e equipamentos		24	-	24		24	-	24		24	-	24
Total do imobilizado em curso												
Total do imobilizado												
		50.005	(31.429)	18.576		49.787	(29.238)	20.549		50.005	(31.429)	18.576

Taxas anuais médias de depreciação %				31/12/2022				31/12/2021				
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado												
Atividades não vinculadas à concessão	4,11%	4.438	(2.838)	1.601	4,11%	4.416	(2.646)	1.770	6,05%	44.388	(27.937)	16.451
Edificações, obras civis e benfeitorias	20,00%	157	(157)	-	20,00%	157	(147)	10	10,40%	13	(10)	3
Máquinas e equipamentos	11,11%	956	(487)	469	11,11%	956	(390)	566	49,96%	(31.429)	18.534	14.963
Veículos		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Móveis e utensílios		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Descomissionamento		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Total do imobilizado em serviço												
Imobilizado em curso		24	-	24		24	-	24		24	-	24
Máquinas e equipamentos		24	-	24		24	-	24		24	-	24
Total do imobilizado em curso												
Total do imobilizado												
		50.005	(31.429)	18.576		49.787	(29.238)	20.549		50.005	(31.429)	18.576

Taxas anuais médias de depreciação %				31/12/2022				31/12/2021				
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado												
Atividades não vinculadas à concessão	4,11%	4.438	(2.838)	1.601	4,11%	4.416	(2.646)	1.770	6,05%	44.388	(27.937)	16.451
Edificações, obras civis e benfeitorias	20,00%	157	(157)	-	20,00%	157	(147)	10	10,40%	13	(10)	3
Máquinas e equipamentos	11,11%	956	(487)	469	11,11%	956	(390)	566	49,96%	(31.429)	18.534	14.963
Veículos		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Móveis e utensílios		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Descomissionamento		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525		49.963	(31.429)	18.534
Total do imobilizado em serviço												
Imobilizado em curso		24	-	24		24	-	24		24	-	24
Máquinas e equipamentos		24	-	24		24	-	24		24	-	24
Total do imobilizado em curso												
Total do imobilizado												
		50.005	(31.429)	18.576		49.787	(29.238)	20.549		50.005	(31.429)	18.576

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 11. **Residual:** Os softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida ou pelo menor dos dois. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os recursos benéficos econômicos incorporados no ativo específico aos qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não são agio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia através de teste de impairment, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos intangíveis.

Taxas anuais médias de depreciação %				2022				2021				
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço												
Software	20,00%	378	(295)	83	378	(235)	143					
Total intangível												
		378	(295)	83	378	(235)	143					

Taxas anuais médias de depreciação %				2022				2021			
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada			

→ continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	RPJ / CSLL	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		10.313	5.667
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(3.506)	(1.927)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
JSCP		566	334
Adições temporárias		(709)	(700)
CPC 06 - Arrendamento		(15)	(20)
Compensação de Prejuízo Fiscais		1.099	694

	2022	2021
Encargos de uso do sistema de distribuição	843	833
Pessoal e Administradores (a)	1.369	1.100
Materiais (a)	52	65
Serviços de terceiros (a)	2.219	2.921
Depreciação (a)	2.192	2.024
Amortização (a)	409	340
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-
Aluguéis e arrendamentos (a)	-	85
Juros (a)	(89)	32
Total	5.627	6.404,76

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido apurado no exercício	8.961	5.075
Constituição da reserva legal - 5%	(448)	(254)
Reserva de incentivo fiscal (a)	(1.541)	(977)
Dividendos intermediários - JSCP	(1.654)	(1.962)
Total	5.308	2.862
Reserva de lucros	5.308	2.862

a) Refere-se a benefício fiscal homologado pela SUDENE para redução de imposto de renda de acordo com as regras para o lucro da exploração.

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva legal	2.010	1.562
Reserva de incentivo fiscal	5.167	3.626
Reserva de retenção de Lucros	10.405	5.426
Total	17.582	10.614

16. Resultado por ação: O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações em circulação para o exercício em 31 de dezembro de 2022 e o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumento potenciais diluidores do resultado por ação. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	8.961	5.075
Denominador (em milhares de ações)	13.948	13.948
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,6425	0,3639

17. Receita operacional líquida: A receita é reconhecida na extensão em que provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando

possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	18.723	16.132
Recarga operacional bruta	18.723	16.132
(-) Deduções à receita operacional PIS/COFINS	(1.732)	(1.492)
Total deduções da receita operacional	(1.732)	(1.492)
Recarga operacional líquida	16.991	14.640

	2022	2021	
De ope-Adminis-ração	De ope-Adminis-ração	Total	
Encargos de uso do sistema de distribuição	843	833	833
Pessoal e Administradores (a)	1.369	1.100	1.100
Materiais (a)	52	20	65
Serviços de terceiros (a)	2.219	702	2.921
Depreciação (a)	2.192	2.024	2.201
Amortização (a)	409	38	447
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	71
Aluguéis e arrendamentos (a)	-	85	85
Juros (a)	(89)	120	32
Total	5.627	6.404,76	5.245

a) Os gastos gerais e administrativos referem-se ao compartilhamento de custo de Pessoal entre a Companhia e sua Controladora.

	2022	2021
21. Resultado financeiro:		
Resultados financeiros		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	2.520	480
Descontos Obtidos	15	15
Variação monetária	137	8
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(126)	(32)
Receitas financeiras total	2.547	471
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(835)	(1.002)
AVP - Ajuste a valor presente	(162)	(152)
Provisão para descomissionamento	(64)	(159)
Variação monetária	-	(978)
Outras despesas financeiras	(2)	-
Despesas financeiras total	(1.063)	(2.291)
Total resultado financeiro	1.484	1.820

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: • Risco de taxa de juros: • Risco operacional; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. a) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima era de R\$3.452 (R\$4.345 em 2021) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de sua conta a receber é baixo, não sendo identificadas históricas de perdas.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Aos Diretores e Acionistas

Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Millennium Central Geradora Eólica S.A.

b) Fisco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos. A Companhia possui financiamento de longo prazo a análise atrelado ao FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste). **Índice da sensibilidade dos passivos financeiros:** Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do FNE para financiamentos junto ao BNB. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2022, foram definidos cinco cenários diferentes, com base nos valores da FNE vigentes em 2022 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%, para mais e para menos. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2022. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano, sobre o saldo principal e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

	Saldo em 31/12/2022	Taxa (r-0,1)	Cenário -0,1	Cenário -0,25	Cenário +0,25	Cenário +0,5
Financiamento BNB	9.171	FNE	1.464	1.503	1.542	1.580
Taxa sujeita a variação	9,50%					

c) Risco operacional: Risco quanto a escassez de ventos por período prolongado, podendo acarretar perdas. d) Risco de liquidez: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2022				
	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	248	-	-	248	540
Empréstimos e financiamentos	596	1.874	6.701	9.171	11.731
Partes relacionadas	-	-	-	-	174
Arrendamentos e aluguéis	716	226	1.465	1.763	1.838
Total	916	210	8.166	11.182	14.283

	31/12/2022		31/12/2021		Categoria
	Valor Contábil	Justo	Valor Contábil	Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	22.699	22.699	15.241	15.241	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	3.452	3.452	4.345	4.345	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	222	222	708	708	Custo amortizado
Depósitos judiciais e caução	3.591	3.591	3.200	3.200	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	9.171	9.171	11.731	11.731	Custo amortizado
Arrendamentos e aluguéis	1.763	1.763	1.838	1.838	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	-	174	174	amortizado
Fornecedores	248	248	540	540	Custo amortizado

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2022		31/12/2021		Categoria
	Valor Contábil	Justo	Valor Contábil	Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	22.699	22.699	15.241	15.241	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	3.452	3.452	4.345	4.345	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	222	222	708	708	Custo amortizado
Depósitos judiciais e caução	3.591	3.591	3.200	3.200	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	9.171	9.171	11.731	11.731	Custo amortizado
Arrendamentos e aluguéis	1.763	1.763	1.838	1.838	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	-	174	174	amortizado
Fornecedores	248	248	540	540	Custo amortizado

contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como buscamos obter evidências de auditoria apropriadas e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a caixa e equivalentes de caixa e Depósitos judiciais e caução, conforme tabela acima. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos • Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Classificação e mensuração:** O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como valor justo por meio do resultado. **Redução ao valor recuperável:** O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não há históricos de perda. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **23. Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes consideráveis suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém seguros para responsabilidade civil no montante de R\$30.000 com período de vigência de 30/11/2022 a 30/11/2023, D&O (Directors and Officer) no montante de R\$120.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2022 a 08/11/2023, seguros operacionais no montante de R\$ 280.270 e lucros cessantes no montante de R\$109.054, ambos com período de vigência de 30/11/2022 a 30/11/2023. Os seguros contratados englobam a controladora da Companhia, Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e suas controladas.

	Diretoria	
Adriana Walterick		Paulo Dutra
Diretora Geral		Diretor Financeiro
Valéria Lopes de Souza		Controladora - CRC-15P145065/O-9 S-PB

dos Diretores e Acionistas Millennium Central Geradora Eólica S.A. - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Millennium Central Geradora Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Millennium Central Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração Individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da

Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações**

contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como buscamos obter evidências de auditoria apropriadas e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

diretoria. • Conclusões sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relacionada em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2023

PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador - CRC 1BA029904/O-5

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
EXTRATO DE CONTRATO
OBJETO: Contratação de show musical em praça pública com a apresentação artística de ADULLIO MENDES com apresentação de 1h e 40min no dia 30 de Abril de 2023, em comemoração a emancipação política do Município de Alcantil - PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexistibilidade de Licitação nº IN00005/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Alcantil: 04.004 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E Lazer, 13.392.1007/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CULTURA NO MUNICÍPIO 04004.13.392.1007/2016 - PROMOVER EVENTOS TURÍSTICOS E CULTURAIS R\$ 3.90.39.00.10 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA FONTE 500 – 700 – 7.01. VIGÊNCIA: até 12/07/2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alcantil e: CT Nº 00088/2023 - 13.04.23 - ANTONIO ADULLIO RODRIGUES MENDES - R\$ 65.000,00.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALGODÃO DE JANDAÍRA
AVISO DE ABERTURA DE SESSÃO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS E INÍCIO DA FASE DE LANÇES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00006/2023
O Pregão Oficial comunica a abertura da sessão para cadastro das propostas e início da fase de lances do Pregão Presencial nº 00006/2023, ficando a sessão marcada para o dia 19 de abril de 2023 às 14:30 horas, , que será sediada na Rua Francisco Braga, S/N - Centro - Algodão de Jandaíra - PB. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 991242633. E-mail: adjcomissao2017@gmail.com. Edital: algodao-de-jandaiara.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

Algodão de Jandaíra - PB, 13 de abril de 2023
JOSÉ ELIZONALDO DOS SANTOS SOUZA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00027/2023
Torna pública que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Flávio Ribeiro, 74 - Centro - Belém - PB, às 08:00 horas do dia 28 de Abril de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (TUBOS E PORTA DE ALUMÍNIO) PARA SEREM UTILIZADOS NA CONCLUSÃO DA QUADRA DE VOLEI DA AREIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE BELÉM -PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/0



Balancos Patrimoniais - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Demonstração do Resultado Exercícios Fíndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios Fíndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Fíndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

8. Transações com partes relacionadas: Natureza 2022 2021

10. Imobilização: Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Aumento (diminuição) de passivos operacionais Fornecedores (1.199) 166 Impostos e contribuições sociais (1.678) (3.126) Partes relacionadas (650) 18

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em fevereiro de 2006, com sede em Mataracá, no Estado da Paraíba, sendo que suas atividades operacionais foram iniciadas em 14 de janeiro de 2009. A controladora direta da Companhia é a Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e indiretamente a controladora é a Brasil Energia Participações S.A. O registro na ANEEL se deu através das Resoluções Autorizadoras demonstradas no quadro abaixo. O prazo de duração da autorização é de 25 anos. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir de geradores eólicos, cuja capacidade instalada atual é de 48 MW, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação, a montagem e a comercialização de energia, com o objetivo de atender o disposto nos contratos de compra e venda de energia CT - PROINFA/EÓLICA, relacionados a seguir:

Despacho ampliação cap. empreendimento Energia cont. ANEEL 02/24/2004 96/2004 1.853/2009 UEE Albatroz 4,8 MW 02/25/2004 104/2004 1.861/2009 UEE Coelhos II 4,8 MW 02/26/2004 95/2004 1.854/2009 UEE Camurim 4,8 MW 02/27/2004 105/2004 1.858/2009 UEE Coelhos IV 4,8 MW 02/28/2004 94/2004 1.856/2009 UEE Presidente 4,8 MW 02/29/2004 99/2004 1.859/2009 UEE Coelhos III 4,8 MW 03/01/2004 99/2004 1.852/2009 UEE Atlântica 4,8 MW 03/1/2004 106/2004 1.857/2009 UEE Mataracá 4,8 MW 03/2/2004 107/2004 UEE Coelhos I 4,8 MW 03/3/2004 100/2004 1.855/2009 UEE Caravela 4,8 MW Total 48 MW

Esses contratos foram homologados pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, e firmados com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. por um prazo de 20 anos a partir de 19 de junho de 2009. A Administração confirma as expectativas e entende que a manutenção dos contratos do PROINFA possibilitará o pagamento dos encargos do financiamento e outras despesas, pois a atividade operacional da Companhia continuará gerando caixa. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: Em 06 de abril de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. 2.1 Demonstrações de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica CPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. 2.2 Moeda funcional da Companhia: Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Bases de preparação e apresentação: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. 2.4 Uso de estimativa e julgamento: Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 17); Avaliação da vida útil do Direito de uso do Imobilizado e do Intangível (Notas 9, 10 e 11); Provisões (Nota 16). 2.5 Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencido de que ela possui condições de continuidade operacional. As demonstrações contábeis são preparadas com base no pressuposto de continuidade. 3. Políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em ajustes significativos divergentes dos registros e demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes. 4. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como caixa e equivalentes de caixa quando o prazo de vencimento é de curto prazo, por exemplo, 12 meses ou menos, a contar da data da contratação. Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da Companhia, sendo esta uma estratégia financeira e não operacional.

31/12/2022 31/12/2021 Caixa e bancos 2.338 7.639 Aplicações financeiras de curto prazo 52.548 44.745 54.886 52.384

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

Corrente a Vencer Até Mais de 60 dias 60 dias 31/12/2022 31/12/2021

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

31/12/2022 31/12/2021 Saldo líquido 11.234 10.265 Saldo líquido 11.234 10.265

*** continuação**

A interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis à diferença entre a taxa de depreciação utilizada pela Companhia para fins fiscais e para fins contábeis.

	31/12/2022		31/12/2021	
IRPJ	7.002		6.298	
CSLL	2.520		2.267	
Total	9.522		8.565	

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Natureza dos Cálculos	Ativo		Passivo		Resultado	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante		
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	
Prejuízos Fiscais	19.464	21.905	-	-	(2.441)	(1.785)
Base negativa da contribuição social	7.007	7.886	-	-	(879)	(642)
	26.471	29.791	-	-	(3.320)	(2.427)

Diferenças Temporárias

Adições temporárias	386	294	-	-	92	93
Arrendamentos de terras	1.358	1.124	-	-	234	385
Descapitalização	-	-	18.827	22.644	3.817	3.817
Outros	134	-	-	-	134	-

Total Diferenças Temporárias

	1.878	1.418	18.827	22.644	4.277	4.295
Total bruto	28.349	31.209	18.827	22.644	957	1.868

Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos (18.827) (22.644) (18.827) (22.644)

Total

	9.522	8.565	-	-	-	-
--	-------	-------	---	---	---	---

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários nos seguintes exercícios:

Créditos tributários	2022
2023	3.320
2024	3.401
2025	3.828
2026	4.013
2027 - 2029	11.909
Total	26.471

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	IRPJ/CSLL	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		27.442	15.969
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(9.330)	(5.430)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		-	-
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		2.579	1.659
JSCP		(37)	(24)
Adições Permanentes		(4.185)	(4.202)
Adições temporárias		(92)	(92)
CPC 06 - Arrendamento		3.320	2.427
Compensação de Prejuízos Fiscais		-	-
Outros		-	-
Incentivos fiscais		4.415	2.977
Lucro da Exploração		24	24
Adicional (10%)		(737)	-
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores		(4.093)	(2.661)
Despesa de IRPJ e CSLL		(14.925)	(16.686)
Alíquota efetiva		-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

22. Resultado financeiro:

	2022	2021
Receitas financeiras	57	57
Juros e variações monetárias	6.126	1.563
Renda de aplicações financeiras	308	39
Descontos Obridos	(307)	(77)
Variação monetária	(307)	(77)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(307)	(77)
Receitas financeiras total	6.185	1.582
Despesas financeiras	(1.713)	(2.846)
Encargos de dívida	(945)	(879)
Empréstimos e financiamentos	(298)	(744)
AVP - Ajuste a valor presente	-	(1.343)
Provisão para descomissionamento	(2.959)	(5.842)
Variação monetária	3.226	(4.259)
Total resultado financeiro	(2.959)	(5.842)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: Reconhecimento e mensuração: O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. **Redução ao valor recuperável:** O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas dentro de 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data-base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, por meio de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não histórico de perda. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualificativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. a) Risco de crédito: O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima era de R\$ 11.234 (R\$10.265 em 2021) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificado históricos de perdas. b) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos seus empréstimos e financiamentos. A Companhia possui financiamento de longo prazo com índice atrelado a TJLP. Análise da sensibilidade dos passivos financeiros: Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas a qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2022, foram definidos cinco cenários diferentes e com base nos valores da TJLP em 2022, foi definido o cenário provável

17. Outros passivos: O saldo de R\$6.253 refere-se ao ajuste negativo da geração de energia elétrica nos contratos com a Eletrobrás, onde a geração de energia elétrica disponibilizada no ano foi menor que a contratada, gerando um saldo redutor que será descontado no ano seguinte. **18. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$93.276, representado por 93.275.607 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2022, a Companhia a destinação dos lucros são apresentadas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido apurado no exercício	24.306	15.176
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	-
Lucro líquido ajustado	24.306	15.176
Reservas de lucro: Reserva legal	(1.215)	(759)
Constituição da reserva legal - 5%	(4.415)	(2.977)
Reserva de incentivo fiscal (a)	(7.587)	(4.878)
Dividendos intermediários e JSCP	11.089	6.562
	11.089	6.562
	11.089	6.562

Destinação do lucro: Reserva de lucros

a) Refere-se ao benefício fiscal homologado pela SUDENE para redução de imposto de renda de acordo com as regras para o lucro da exploração.

18.1. Reservas de lucro:

	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucro: Reserva legal	2.542	1.327
Reserva de incentivo fiscal	10.946	6.531
Reserva de retenção de Lucros	21.893	10.804
	35.381	18.662

19. Resultado por ação: O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	24.306	15.176
Denominador (em milhares de ações)	93.276	93.276
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,2606	0,1627

20. Receita operacional líquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando a pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas.

	2022	2021
Suprimento mercado livre	67.931	59.490
Receita operacional bruta	67.931	59.490
(-) Deduções à receita operacional	-	-
PIS/COFINS	(6.284)	(5.503)
Total deduções da receita operacional	(6.284)	(5.503)
Receita operacional líquida	61.647	53.987

21. Nota de gastos:

	2022		2021	
	De Gerais	De Gerais	De Gerais	De Gerais
	operação	Adm.	operação	Adm.
Encargos de uso do sistema de distribuição	3.758	-	3.758	3.710
Pessoal e Administradores (a)	-	5.134	5.134	-
Material (a)	220	75	295	125
Serviços de terceiros (a)	9.754	2.626	12.380	8.434
Depreciação (a)	12.471	756	13.227	12.423
Amortização (a)	2.132	140	2.272	1.866
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	-	-	-	71
Aluguéis e arrendamentos (a)	55	319	374	-
Outras (a)	(458)	449	(9)	(22)
Total	27.932	9.499	37.431	26.607

a) Os gastos gerais e administrativos referem-se ao compartilhamento de custo de pessoal, materiais e serviços entre a Companhia e sua Controladora.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pela elaboração das demonstrações contábeis:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança

razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base

e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%, para mais e para menos. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2022. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Financiamentos BNDES	10.371	TJLP ou i					
Taxa sujeita a variação	8,87%						

c) Risco operacional: Risco quanto à escassez de ventos por período prolongado, podendo acarretar perdas para Companhia. d) Risco de liquidez: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

Passivos Financeiros	31/12/2022					31/12/2021				
	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Total	Total	Total	Total
Fornecedores	1.114	-	-	-	-	1.114	2.313			
Empréstimos e financiamentos	-	10.371	-	-	-	10.371	29.587			
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	650			
Arrendamentos e aluguéis	337	1.052	6.867	3.031	11.287	11.788	44.338			
Total	1.451	11.423	6.867	3.031	22.772	22.772				

e) Classificação dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros	31/12/2022		31/12/2021		Categoria
	Valor Contábil	Justo	Valor Contábil	Justo	
Caixa e equivalentes de caixa	54.886	54.886	52.384	52.384	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	11.234	11.234	10.265	10.265	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	989	989	2.287	2.287	Custo amortizado
Depósitos judiciais e caução	8.224	8.224	7.550	7.550	Valor justo por meio do resultado
Partes relacionadas	-	-	650	650	amortizado
Fornecedores	1.114	1.114	2.313	2.313	Custo amortizado

f) Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à Caixa e equivalentes de caixa e Depósitos judiciais e cações, conforme tabela acima. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **24. Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes consideráveis suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. (não auditado). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém seguros para responsabilidade civil no montante de R\$30.000 com período de vigência de 30/11/2022 a 30/11/2023, D&O (Directors and Officers) no montante de R\$120.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2022 a 08/11/2023, riscos operacionais no montante de R\$ 280.270 e lucros cessantes no montante de R\$109.054, ambos com período de vigência de 30/11/2022 a 30/11/2023. Os seguros contratados englobam a controladora da Companhia, Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e suas controladas.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick - Diretora Geral
Paulo Dutra - Diretor Financeiro
Valéria Lopes de Souza - Contadora - CRC-1SP145065/O-9 S-PB

Aos Diretores e Acionistas **Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstração do Valor Adicionado: A demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e

apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pela elaboração das demonstrações contábeis:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança

razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base

contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditors Independentes Ltda.
CRC 25P000160/O-5

<